

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL**  
**MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL**

**GABRIEL CARVALHO SANTOS**

**GESTÃO COMPARTILHADA DO PATRIMÔNIO: ARTICULAÇÃO ENTRE ESTADO E  
SOCIEDADE CIVIL PARA A PRESERVAÇÃO DAS RUÍNAS DO ENGENHO VITÓRIA,  
CACHOEIRA, BAHIA.**

**CACHOEIRA**

**2021**

GABRIEL CARVALHO SANTOS

GESTÃO COMPARTILHADA DO PATRIMÔNIO: ARTICULAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL PARA A PRESERVAÇÃO DAS RUÍNAS DO ENGENHO VITÓRIA, CACHOEIRA, BAHIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Ricardo José Brugger Cardoso.

CACHOEIRA

2021

---

S237p Santos, Gabriel Carvalho.

Gestão Compartilhada do Patrimônio: articulação entre Estado e sociedade civil para a preservação das ruínas do Engenho Vitória, Cachoeira, Bahia. / Gabriel Carvalho Santos. Cachoeira, BA, 2021. 194f., il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Brugger Cardoso

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, 2021.

1. Patrimônio cultural – Proteção - Bahia. 2. Sítios históricos – Conservação e restauração – Estudo de casos. 3. Conservação histórica – Bahia – Estudo de casos. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 363.69098142

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.  
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

GABRIEL CARVALHO SANTOS

**GESTÃO COMPARTILHADA DO PATRIMÔNIO: ARTICULAÇÃO ENTRE ESTADO  
E SOCIEDADE CIVIL PARA A PRESERVAÇÃO DAS RUÍNAS DO ENGENHO  
VITÓRIA, CACHOEIRA, BAHIA**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

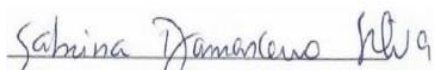
Cachoeira, 29 de março de 2021.

**EXAMINADORES:**

Prof. Dr. Ricardo José Brügger Cardoso (UFRB – Orientador)



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sabrina Damasceno Silva (UFRB – Examinadora interna)



Prof. Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Júnior (UFBA – Examinador externo)



CACHOEIRA/BAHIA

2021

Dedico esta dissertação à comunidade quilombolado  
Engenho da Vitória, pela ajuda, carinho e por serem  
autênticos representantes da memória local.

Muito obrigado por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, nas figuras de meus pais, Solange e Geraldo, por me proporcionarem todas as condições para poder chegar ao final dessa etapa, pelo apoio incondicional e pela compreensão principalmente nos momentos difíceis dessa jornada, e a minha irmã, Alice, pela torcida e apoio. Sem vocês, que formam a minha base, nada disso seria possível. Amo vocês!!!

Agradeço aos professores que compõem o corpo docente do PPGAP pelos ensinamentos e comprometimento com a ética e com a perspectiva em trabalhar com o conhecimento acadêmico a partir da responsabilidade socio-científica, na figura dos mestres Carlos Costa, Carlos Etchevarne, Fabiana Comerlato, Luydy Fernandes, Sabrina Damasceno, Suzane Pinho e Wilson Penteado. E um agradecimento especial ao meu orientador, o professor Ricardo Cardoso, pelos conhecimentos transmitidos e conselhos valiosos, seja no aspecto acadêmico, quanto pessoal. Ter sido orientado por você nestes dois anos foi extremamente importante para entender como um profissional da ciência e um ser humano deve se comportar, e levarei isso por toda a minha vida.

Agradeço também aos meus colegas de pós-graduação, especialmente aos da turma 2019.1. Tivemos a oportunidade de sermos os primeiros alunos do mestrado, onde trocamos experiências, brincadeiras, receios, dificuldades. Mas acima de tudo, conseguimos construir um forte laço de amizade, compreensão e apoio, e que me perdoem as próximas turmas, mas dificilmente haverá um grupo com uma sinergia tão boa quanto o nosso. Por isso, Alvandyr, Edilton, Fabiane, Paulo, Robson e Taiane, muito obrigado por tudo, e sei que formamos um laço que vai muito além da nossa formação como profissionais atuantes nas áreas da Arqueologia e do Patrimônio Cultural.

Também não posso deixar de agradecer a vários amigos que foram muito importantes nesta trajetória. Agradeço à Rosário, Ada, Sande, Cleusa e Carlos, por me receberem em suas respectivas casas com muito amor e zelo, e por toda a torcida e palavras de amor e incentivo nos momentos em que necessitei. Agradeço à minha mãe cachoeirana Ivone, que sempre me ajudou, e nesse momento de pós-graduação não foi diferente, seja me acompanhando e contribuindo com a pesquisa de forma direta, seja com todo o incentivo do mundo. E agradeço à Ramille e Naiane, pelas boas conversas e apoio incondicional. Vocês duas são parte fundamental para ter conseguido finalizar esta etapa.

Felicitto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia por incentivar o trabalho de mestrands através da concessão de bolsas, e igualmente com o apoio deste aporte financeiro para a realização desta investigação. O investimento na ciência é fundamental para que os trabalhos acadêmicos sejam reverberados tanto para o desenvolvimento do conhecimento científico, quanto para a busca por mudanças que sejam benéficas para a sociedade. Agradeço também às Superintendências do Iphan da Bahia e do Rio de Janeiro e da SPU/BA por disponibilizarem toda documentação solicitada, e que me auxiliou na elaboração do embasamento teórico e iconográfico desta dissertação.

Um agradecimento especial vai para a comunidade quilombola do Engenho da Vitória, pela disponibilidade em participar desta investigação e, principalmente, dos conhecimentos e sabedoria que trouxeram durante este contato. Ter tido a oportunidade de conhecer pessoas como dona Norberta, dona Elza, seu Reizinho, Clodoaldo, Fernando e outros integrantes que moram na comunidade só reforçaram minhas percepções de que a ciência tem de ser humanista, seja na forma de condução das suas práxis, seja especialmente em buscar a contrapartida para que estes sujeitos não sejam apenas objetos de estudo e, assim, possibilitar ganhos reais e uma maior aproximação dessa comunidade com a pesquisa acadêmica.

Por fim, queria dizer que o encerramento deste ciclo é marcado pela sensação de alívio, por ter conduzido este trabalho no momento mais tenso desta geração, com a pandemia da Covid-19, no qual o sentimento de alegria não é completo por toda a impossibilidade de não estar na presença das pessoas que amo e tenho estima. No entanto, este momento também foi muito importante, pois novas pessoas entraram em minha vida, e para ficar. Por isso, essa conquista ganha muito mais sentido pelos laços de afeto e companheirismo de pessoas que cruzaram em meu caminho e das que já estavam, pois todo título tem sua relevância, mas nada é tão fundamental quanto às pessoas que dão sustentação para a concretização de nossos sonhos!!!

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar as possibilidades e desafios de se estabelecer uma gestão compartilhada das ruínas do Engenho Vitória, que fica localizado na cidade de Cachoeira, Bahia, e que já foi um equipamento industrial que se notabilizou como um dos principais produtores de açúcar na região. A partir de uma perspectiva que envolve a participação das diferentes instâncias estatais, aqui destacadas pela Prefeitura Municipal de Cachoeira, o Escritório Técnico local do Iphan e a Superintendência do Patrimônio da União, atual administrador do local, numa atuação em conjunto com a sociedade civil, aqui representada pela comunidade quilombola do Engenho da Vitória, fundada por antigos trabalhadores deste empreendimento e que atualmente residem no entorno do que restou do engenho. Para a concretização desta pesquisa, o estudo está alicerçado na análise da formação do campo patrimonial e seus principais programas de preservação, especialmente os que tiveram como eixo central a salvaguarda dos bens arquitetônicos, além de verificar os principais preceitos acerca da ruína arquitetônica. Como base metodológica, foi aplicada a biografia cultural dos objetos, com o intuito de avaliar as principais trajetórias desta unidade açucareira, atualmente em ruínas, e de seus rebatimentos sobre a comunidade supracitada. Este trabalho busca, portanto, estabelecer uma articulação entre os possíveis procedimentos que permitam a atuação conjunta entre o Estado e a comunidade do Engenho da Vitória, entendendo que as noções acerca do patrimônio necessitam desta junção para o delineamento de uma preservação integrada e de futuros estudos de viabilidades de uso do Engenho Vitória, bem como de sua sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Engenho Vitória; Ruínas; Políticas de preservação do patrimônio cultural arquitetônico; Gestão compartilhada.



## ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the possibilities and challenges of establishing a shared management of the ruins of Engenho Vitória, which is located in the city of Cachoeira, Bahia, and which was once industrial equipment that was noted as one of the main sugar producers in the region. From a perspective that involves the participation of the different state bodies, highlighted here by the Municipality of Cachoeira, the local Technical Office of Iphan and the Superintendence of the Union Heritage, current administrator of the site, acting together with civil society, represented here by the quilombola community of Engenho da Vitória, founded by former workers of this enterprise and who currently reside around what is left of the mill. For the realization of this research, the study is based on the analysis of the formation of the patrimonial field and its main preservation programs, especially those that had as its central axis the safeguarding of architectural goods, in addition to verifying the main precepts about architectural ruin. As a methodological basis, the cultural biography of the objects was applied, in order to evaluate the main trajectories of this sugar unit, currently in ruins, and its rebates on the aforementioned community. This work seeks, therefore, to establish an articulation between the possible procedures that allow the joint action between the State and the community of Engenho da Vitória, understanding that the notions about heritage need this junction for the design of an integrated preservation and future studies of feasibility of using Engenho Vitória, as well as its sustainability.

**Keywords:** Engenho Vitória; Ruins; Policies for the preservation of architectural cultural heritage; Shared management.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Exemplo de plantation para colheita de cana de açúcar .....	86
Figura 02: Estrutura arquitetônica e funcional de um engenho de açúcar .....	87
Figura 03: Localização da Fazenda Nossa Senhora da Vitória destacada em amarelo .....	91
Figura 04: Engenho Vitória às margens do rio Paraguaçu .....	92
Figura 05 Parte do antigo sobrado .....	92
Figura 06: Antiga fonte do Engenho Vitória em estado de deterioração .....	99
Figura 07: Azulejos da fonte do Engenho Vitória, com temas fitos e antropomorfos nas cores azul e branca .....	99
Figura 08: Brasão da família Aragão .....	100
Figura 09: Piso de ladrilho hidráulico do hall de entrada nobre do sobrado .....	100
Figura 10: Piso de ladrilho hidráulico do hall de entrada nobre do sobrado .....	100
Figura 11: Parte do assoalho tipo “parquet” no 1º andar do sobrado .....	101
Figura 12: Parte do telhado estragado no 1º andar do sobrado .....	101
Figura 13: Galeria de arcos presente no 1º andar em frente ao rio Paraguaçu .....	101
Figura 14: Assoalho do 1º andar do sobrado em estágio avançado de deterioração .....	101
Figura 15: Segundo andar do casarão .....	102
Figura 16: Escada de madeira construída para acesso ao 1º andar do engenho .....	102
Figura 17: Escada de madeira construída para acesso ao 1º andar do engenho .....	102
Figura 18: Manifestação na parede do 1º andar do engenho .....	103
Figura 19: Manifestação na parede do 1º andar do engenho .....	103
Figura 20: Dois tipos de pisos na sala térrea do engenho: ladrilho hidráulico (seta branca) e piso de cimento (seta preta) .....	103
Figura 21: Presença de dois tipos de pisos na sala térrea do engenho: ladrilho hidráulico (seta branca) e piso de cimento (seta preta) .....	103
Figura 22: Quarto onde pescadores pernoitam para pescar no rio Paraguaçu (entrada) .....	104
Figura 23: Quarto onde pescadores pernoitam para pescar no rio Paraguaçu .....	104
Figura 24: Quarto onde os pescadores pernoitam para pescar no rio Paraguaçu .....	104
Figura 25: Uso das salas térreas para guarda de instrumento de pesca .....	104
Figura 26: Uso das salas térreas para guarda de instrumento de pesca .....	104
Figura 27: Ruína do antigo cais do Engenho Vitória, onde foi implantado o espaço fabril do local, coberto por vegetação .....	105
Figura 28: Colunas de sustentação do telhado do espaço fabril do Engenho Vitória .....	105
Figura 29: Chaminé da unidade fabril do Engenho Vitória em estágio de degradação.....	106
Figura 30: Ruína do aqueduto do Engenho Vitória .....	106
Figura 31: Ruína da chaminé da unidade fabril do Engenho Vitória .....	106
Figura 32: Estrutura em deterioração da antiga capela do Engenho Vitória .....	107
Figura 33: Teto abobado da antiga capela do Engenho Vitória .....	107
Figura 34: Detalhes de imagem presente no oratório da capela do Engenho Vitória .....	108
Figura 35: Piso de mármore axadrezado da capela do Engenho Vitória em estágio avançado de deterioração .....	108
Figura 36: Piso de mármore axadrezado da capela do Engenho Vitória em estágio avançado de deterioração, pelo uso pelos pescadores .....	108
Figura 37: Antiga senzala do Engenho Vitória .....	109
Figura 38: Gruta onde ficam as imagens de Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora da Vitória .....	116
Figura 39: Uma das casas da comunidade localizada no entorno do Engenho Vitória ....	117
Figura 40: Uma das casas da comunidade localizada no entorno do Engenho Vitória ....	117
Figura 41: Caminho de acesso da comunidade para o Engenho Vitória .....	117
Figura 42: Estrada de acesso para a comunidade do Engenho da Vitória .....	117

## LISTA DE ABREVIações

- Iphan:** Instituto do patrimônio histórico artístico nacional
- SPU/BA:** Superintendência do Patrimônio da União da Bahia
- Unesco:** Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
- MES:** Ministério da Educação e Saúde
- CNRC:** Centro Nacional de Referência Cultural
- UnB:** Universidade de Brasília
- FnPM:** Fundação Nacional Pró-Memória
- MEC:** Ministério da Educação e Cultura
- PNPI:** Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
- Icomos:** Conselho internacional de monumentos e sítios
- ONU:** Organização das Nações Unidas
- Seplan:** Secretaria de planejamento da presidência da república
- BID:** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- UFRB:** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- UFS:** Universidade de Sergipe
- IGHB:** Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
- PFL:** Partido da Frente Liberal
- DEM:** Partido Democratas
- PT:** Partido dos Trabalhadores
- I.A.A:** Instituto de Açúcar e Álcool
- INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- OS:** Organização Social
- OSCIP:** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PSB:** Partido Socialista Brasileiro
- COPPAM:** Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal
- COMPATRI:** Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b> .....	22
1.1 APORTES TEÓRICOS .....	22
1.1.1 CONCEPÇÃO SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO .....	22
1.1.1.1 PATRIMÔNIO COMO CONCEITO: ORIGEM E PRECEDENTES HISTÓRICOS..	22
1.1.1.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E A PARTICIPAÇÃO CIVIL: ANÁLISE DAS CARTAS PATRIMONIAIS .....	33
1.1.2 ASPECTOS E NOÇÕES SOBRE A RUÍNA ARQUITETÔNICA .....	37
1.1.2.1 RUÍNA: PRINCIPAIS CONCEITOS E DEFINIÇÕES .....	37
1.1.3 APORTE METODOLÓGICO .....	44
1.1.3.1 BIOGRAFIA CULTURAL DOS OBJETOS E/OU COISAS .....	44
1.1.3.2 ABORDAGEM BIOGRÁFICA SEGUNDO A PROPOSIÇÃO DE IGOR KOPYTOFF .....	48
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL: INSTITUCIONALIZAÇÃO E AUSÊNCIAS</b> .....	53
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E DEFINIÇÕES .....	53
2.2 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO BRASIL: AVANÇOS E DESCONTINUIDADES .....	57
2.2.1 PROGRAMA CIDADES HISTÓRICAS (PCH – 1973/1979) .....	57
2.2.2 PROGRAMA MONUMENTA .....	63
2.2.3 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – CIDADES HISTÓRICAS (PAC/CH – 2009/2018) .....	67
2.3 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL NO ESTADO DA BAHIA E NA CIDADE DE CACHOEIRA.....	71
2.3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS NO ESTADO DA BAHIA: PROPOSTAS DE DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL .....	71
2.3.2 POLÍTICAS CULTURAIS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL NA CIDADE DE CACHOEIRA .....	77
<b>3. BIOGRAFIA CULTURAL DO ENGENHO VITÓRIA E DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO DA VITÓRIA</b> .....	83
3.1 BIOGRAFIACULTURAL: ENGENHO VITÓRIA .....	84
3.1.1 ABORDAGEM SOBRE A ECONOMIA AÇUCAREIRA EM CACHOEIRA NO SÉCULO XIX .....	84
3.1.2 LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO DO ENGENHO VITÓRIA .....	91
3.1.3 ANÁLISE DA ESTRUTURA E DO QUE RESTOU DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ENGENHO VITÓRIA .....	97
3.1.4 RETROSPECTIVA SOBRE A REVOLTA ESCRAVA OCORRIDA NO ENGENHO VITÓRIA .....	110
3.1.5 COMUNIDADE QUILOMBOLA ENGENHO DA VITÓRIA: FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO .....	113
3.1.6 TRABALHO E SUBMISSÃO: ASPECTOS SOCIAIS E IDENTITÁRIOS NO ENGENHO VITÓRIA .....	118

<b>4. DIAGNÓSTICO PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DO ENGENHO VITÓRIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS .....</b>	<b>124</b>
4.1 GERENCIAMENTO E PRESERVAÇÃO: MODELOS DE GESTÃO COMPARTILHADA PARA O ENGENHO VITÓRIA .....	125
4.1.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E/OU ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO .....	128
4.1.2 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	131
4.1.3 CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS .....	133
4.2 DIAGNÓSTICO SOBRE GESTÃO COMPARTILHADA DO ENGENHO VITÓRIA: PERSPECTIVAS E VIABILIDADES .....	136
4.2.1 ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN – CACHOEIRA .....	136
4.2.2 SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA BAHIA (SPU-BA) .....	138
4.2.3 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA .....	140
4.2.4 COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO DA VITÓRIA .....	142
4.3 ENGENHO VITÓRIA E SEU USO: REFLEXÕES SOBRE SUA GESTÃO .....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>158</b>
<b>ENDEREÇOS ELETRÔNICOS .....</b>	<b>168</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>169</b>

## INTRODUÇÃO

Os conjuntos arquitetônicos em estado de ruína são importantes documentos que revelam parte da história de lugares e dos diferentes grupos sociais que ali estiveram ou que ainda estão presentes. Por sua capacidade de reunir dados historiográficos que servem como contributo para o entendimento das próprias relações socioculturais humanas, ao longo dos séculos, estes remanescentes têm sido considerados objetos de estudo de várias áreas do conhecimento científico (história, filosofia, arqueologia, arquitetura, artes, dentre outras). Nesse sentido, tal fenômeno pode ser considerado o principal fator para o início da formulação de pressupostos e de políticas estatais para a área de preservação patrimonial, que se apresenta como um dos focos de análise desta pesquisa.

Citadas no parágrafo anterior, as políticas de salvaguarda patrimonial surgem na primeira metade do século XIX, tendo a França e a Inglaterra como países pioneiros em medidas que visavam a recuperação e a proteção de monumentos dotados de valores históricos e artísticos, destacando-se os conjuntos edificados da Antiguidade e de estilo gótico como expoentes de um ideário de identidade cultural e pátria destes locais. Com efeito, o Estado soberano se constituía como o principal interventor e gestor neste projeto preservacionista.

No Brasil, a noção de proteção de bens culturais arquitetônicos começa a ser discutida com mais urgência na primeira metade do século XX, sobretudo pelos intelectuais da época, ao denunciarem o processo de dilapidação de vários monumentos edificados, tais como igrejas, casarões, casas de câmara e cadeia, dentre outros. Entretanto, é preciso destacar que a preservação patrimonial se tornou uma política estatal, de fato, durante o governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930-45. Com o projeto nacionalista e desenvolvimentista de Vargas, a área patrimonial foi a principal medida neste âmbito, com a criação do Iphan<sup>1</sup>, sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que utiliza o processo de tombamento como aparato jurídico-protecionista para a conservação do patrimônio brasileiro.

É justamente neste contexto que se insere nosso objeto de investigação, o Engenho Vitória ou, mais especificamente, as ruínas desta antiga unidade agroindustrial. Localizado na zona rural do município de Cachoeira, Bahia, o qual integra a região do Recôncavo Baiano<sup>2</sup>, esta área obteve grande relevância no período colonial, por ser um dos mais importantes polos da

---

<sup>1</sup> Utilizamos a sigla Iphan na escrita desta dissertação para destacar todas as denominações que este órgão, responsável pela fiscalização e proteção do patrimônio cultural nacional, foi identificado, e por ser desde 1994 a designação a qual esta autarquia responde.

<sup>2</sup> Segundo Esterzilda Berenstein de Azevedo (2009, p. 24), a região do Recôncavo Baiano “[...] corresponde a uma área de aproximadamente 10.400km<sup>2</sup>, formada na maioria por terras baixas, abertas para a maior baía da costa brasileira, a Baía de Todos os Santos, com quase 750km<sup>2</sup> de águas salinas e 190 km de costa. A região apresenta solos do tipo massapé. A rede fluvial do Recôncavo é formada pelos rios Paraguaçu, Açu, Subaé e Jaguaribe, que deságuam na baía, e pelos rios Pojuca, Jacuípe e Joanes, que deságuam diretamente no oceano Atlântico”.

economia do açúcar, principal produto fabricado neste período. Como se sabe, Cachoeira é reconhecida como o principal local de instalação de engenhos de cana neste território, especialmente na região que atualmente está localizado o distrito de Santiago do Iguape.

Por ter sido um dos mais ricos e produtivos engenhos do período colonial e imperial, o Engenho Vitória notabilizou-se como um dos principais fabricantes de açúcar e funcionou por mais de um século de forma ininterrupta, de 1812 até 1950, e foi um dos responsáveis pela retomada da pujança econômica e social de Cachoeira nesta época. Mesmo com a queda do setor açucareiro, este espaço agroindustrial continuou a funcionar e a diversificar na fabricação de seus produtos para subsistência que, com o fim do sistema canavieiro, passou a produzir outros materiais, como papel e aguardente.

Por sua relevância, historicidade e características arquitetônicas que remetiam ao modo de construção brasileira de influência portuguesa, este conjunto edificado foi tombado pelo Iphan em 1941, inscrito nos Livros de Tombo Histórico<sup>3</sup> e de Belas Artes<sup>4</sup>, o que reflete em seu grande valor como um elemento edificado que evidencia um período histórico tanto no cenário local, quanto nacional. Tal medida de preservação neste edifício rural foi um contraponto à predileção do Estado, que privilegiava a chancela de bens arquitetônicos localizados nos centros urbanos, buscando avançar ao futuro sem se desprender de uma cultura colonialista.

A presente pesquisa busca, deste modo, analisar as potencialidades no que tange a constituição desse local, que é parte da construção identitária da cidade de Cachoeira e de sua população, sobretudo da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, grupo formado por alguns núcleos familiares de ex-trabalhadores que atuaram neste espaço. Além disso, parte destecoletivo vive no entorno desta ruína e a utiliza para diversas finalidades cotidianas, o que reforça a relação deste equipamento industrial e esta povoação.

Por isso, é importante salientar que o Engenho Vitória foi apropriado pela esfera estatal, principalmente ao término de suas atividades, em 1950, com a sua reutilização por outras instituições ligadas ao Estado, mas que ao longo dos anos foi relegado ao completo abandono e consequente processo de arruinamento. Todos esses fatores reunidos contribuíram sobremaneira para o processo de deterioração deste local, transformando-o em uma ruína e desfigurando quase por completo uma localidade importante por seu protagonismo no desenvolvimento de Cachoeira do ponto de vista regional e nacional. Afinal de contas, por estar inserido na região do Recôncavo Baiano, o antigo Engenho Vitória se constituiu historicamente como um dos principais redutos da economia nacional do Brasil Colônia e Império.

---

<sup>3</sup> Inscrição nº 206, de 23/03/1943.

<sup>4</sup> Inscrição nº 271-A, de 23/03/1943.

Outro ponto a ser apresentado nesta pesquisa está ligado ao fato de os engenhos de açúcar terem sido locais que, além de receberem inúmeros negro(a)s escravizado(a)s como mão-de-obra forçosa durante o período escravocrata, numa das páginas mais emblemáticas da história do Brasil, foram locais onde trabalhadores livres oriundos de outras regiões, e até mesmo de outros estados, sobretudo quando estas construções industriais tornaram-se usinas, atuaram como a força motriz destas edificações. Este momento insere-se na historiografia do Engenho Vitória, mormente a segunda leva de operários que trabalharam neste local, por estar atrelada exatamente à formação da comunidade do Engenho da Vitória, ao que tudo indica referindo-se ao seu desenvolvimento como um grupo de remanescentes destes indivíduos que ali ainda habitam.

Entretanto, vale destacar que a observação central desta pesquisa se dá a partir das políticas preservacionistas implementadas no Brasil no século XX, através do Decreto-lei 25/1937, por ser a primeira medida para a promulgação da organização e preservação patrimonial por parte do Estado e, mais especificamente, das políticas de proteção do patrimônio arquitetônico e seus diferentes programas de conservação e uso destes espaços que se sucederam desde a década de 1970 até as primeiras décadas deste século. Mais do que isso, busca-se aqui compreender como a descaracterização e o abandono destes locais é flagrante acerca dos monumentos já tombados, mesmo com a implementação de ações e medidas públicas realizadas pelo poder federal.

O Engenho Vitória e o seu processo de arruinamento se enquadram, portanto, nesta discussão sobre a ineficiência das políticas de proteção do patrimônio cultural nacional e, neste caso específico, de um considerável conjunto arquitetônico. Além disso, é possível constatar que as ações implementadas nesta área sempre foram pautadas seguindo a lógica do Estado, excluindo a sociedade civil como importante membro deste processo, desprezando assim o papel destes espaços que fazem parte do cotidiano das pessoas que ali vivem e de suas próprias histórias e memórias.

Logo, no caso desta pesquisa, surgem vários questionamentos tais como: de que forma pode-se pensar a preservação do Engenho Vitória sem o auxílio e a participação ativa da sociedade cachoeirana, e principalmente da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, por sua teia de significados e relações simbólicas com este espaço? Como a articulação do Estado com a sociedade civil pode criar um importante contributo para uma possível proteção e utilização deste antigo equipamento industrial, e para, além disso, da própria história local?

Portanto, como problematização desta investigação, formulamos a seguinte questão: diante da negligência do Estado, em todas as esferas de poder, em relação às políticas para a preservação do Engenho Vitória, e observando como contraponto a presença cotidiana da



comunidade quilombola do Engenho da Vitória nesta localidade, perguntamos que noções socioculturais poderiam ser pensadas para a elaboração de uma gestão patrimonial eficaz de salvaguarda deste conjunto arquitetônico, hoje em ruínas?

Nossa hipótese parte da premissa de que a aplicação de novas políticas de preservação patrimonial, atrelada a um somatório de forças locais, consiga estabelecer uma articulação entre as diferentes esferas da Administração Pública, do poder executivo, da sociedade cachoeirana, em geral, e a comunidade quilombola do Engenho da Vitória, em particular, permitindo assim que diferentes atores participem de uma mesma gestão compartilhada deste bem arquitetônico patrimonializado, na busca da proteção, conservação e ressignificação do que restou do antigo conjunto arquitetônico do Engenho Vitória.

Partindo destes pressupostos, o objetivo geral deste trabalho consiste em propor reflexões sobre as novas formas de políticas públicas para a gestão patrimonial do Engenho Vitória, sendo calcadas em proposições que possibilitem a atuação conjunta do Estado com a sociedade civil, especialmente, com a comunidade quilombola do Engenho da Vitória, em prol da preservação deste patrimônio cultural.

Já os objetivos específicos se dividem em: 1. Apresentar as principais definições e princípios das bases teóricas e metodológica que norteiam o percurso desta pesquisa; 2. Analisar as principais características e movimentações das políticas de preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil, na Bahia e em Cachoeira, com o foco em suas finalidades, avanços e descontinuidades; 3. Descrever sobre o processo de constituição e formação do Engenho Vitória e da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, para termos uma ideia de como esta unidade agroindustrial e este grupo social possuem histórias que se inter cruzam e compõem suas trajetórias de forma contínua e emaranhada, por meio da práxis da biografia cultural; 4. Realizar um diagnóstico sobre as principais demandas dos atores envolvidos na possibilidade de gestão partilhada do Engenho Vitória, entendendo aqui a participação de quatro agentes nesta demanda: Escritório Técnico do Iphan da cidade de Cachoeira; Superintendência do Patrimônio da União da Bahia (SPU-BA); a Prefeitura Municipal de Cachoeira; e a comunidade quilombola do Engenho da Vitória.

Na parte metodológica, as ações e propostas utilizadas para obtenção de dados e informações que fundamentam esta pesquisa foram divididas em cinco etapas, as quais são:

- Pesquisa bibliográfica: esse primeiro ponto é referente ao levantamento e fichamento da produção acadêmica dos principais temas a serem pesquisados e abordados nessa investigação em livros, artigos, periódicos e outros materiais que preencham esse arcabouço

teórico. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto;

- Pesquisa em fontes primárias: nesse segundo momento, a metafoi analisar as fontes provenientes em arquivos, sobretudo dos órgãos que lidam diretamente com o tema da proteção do patrimônio cultural (Arquivo Central do Iphan, Superintendência do Iphan da Bahia e SPU), buscando informações, fontes iconográficas e demais documentações fotográficas e textuais que embasem esta pesquisa;
- Preparação para saída de campo: no terceiro momento, o objetivo foi retratar a preparação para a saída de campo para realização de dois outros métodos após essa ocasião (registro fotográfico e entrevistas). Para tanto, os instrumentos utilizados para estes procedimentos foram uma câmera fotográfica Fujifilm Finepix S2980, utilizada tanto para o registro fotográfico do Engenho Vitória e da comunidade do Engenho da Vitória, quanto para as gravações das entrevistas. Além disso, foram adicionados os cadernos de campo para demais anotações sobre qualquer informação que seja de interesse desta pesquisa. Além disso, diante da pandemia da Covid-19, questionários e entrevistas digitais somam-se dentre os instrumentos utilizados neste processo, para complemento acerca das informações que são de interesse desta pesquisa;
- Registro fotográfico: essa atividade visa registrar imagens atuais, feitas em 2020, e utilizar fotografias feitas no mesmo local em 2018, para analisar as características gerais do sítio e da estrutura arquitetônica do Engenho Vitória, ou seja, coletar e avaliar dados sobre seu estado de conservação e de outros elementos referentes de acordo com as proposições formuladas durante esta investigação. A busca de informações que embasam este trabalho de campo, tem como finalidade reunir subsídios e referencial imagético que avalizem como premissa o real estado de arruinamento deste antigo engenho.
- Entrevistas: a última atividade realizada foi o procedimento das entrevistas com os atores supracitados acima, para buscarmos formas de articulação entre as esferas da Administração Pública e a população cachoeirana e, em especial, com a comunidade do Engenho da Vitória. As entrevistas são ferramentas que podem auxiliar nas avaliações e apontamentos das novas formas de gerenciamento patrimonial, ao contemplar o grupo local supracitado como partícipe do processo preservacionista do Engenho Vitória.

Portanto, este trabalho se divide em quatro capítulos. O primeiro destina-se a apresentação das bases teóricas e estratégia metodológica, que servem como caminhos para o desenvolvimento teórico-conceitual da pesquisa, os quais são, respectivamente: concepção acerca

do conceito de patrimônio, aspectos sobre a noção de ruína arquitetônica e biografia cultural dos objetos e/ou coisas.

No segundo capítulo, buscamos analisar a formação do setor de políticas públicas patrimoniais, com destaque para os três principais programas desenvolvidos para a preservação do patrimônio cultural, sobretudo arquitetônico, que são: o Programa Cidades Históricas; o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas. Neste sentido, o foco se dá na construção de cada uma destas propostas e suas nuances, especialmente por sua forte demarcação estatal, mas com atuações de outros agentes, de maneira especial do setor privado. Destacamos também como as políticas culturais de preservação do patrimônio material foram abordadas na Bahia e em Cachoeira, com o intuito de analisar a ressonância das medidas federais em relação à salvaguarda patrimonial nos planos estadual e local.

O terceiro capítulo busca apresentar a biografia cultural do Engenho Vitória e da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, baseando-se nas teses formuladas pelo antropólogo estadunidense Igor Kopytoff, para entendermos as principais trajetórias e eventos que permeiam cada um de seus componentes históricos, entendendo como este equipamento agroindustrial foi importante para a constituição deste grupo e, em contrapartida, como esta população vem se relacionando com o local ao longo dos anos.

No quarto e último capítulo, pretende-se exibir os resultados do diagnóstico feito por meio de entrevistas com os atores que vislumbramos como cruciais para o processo de articulação, em prol de uma gestão compartilhada de preservação e quiçá de uma importante resignificação do Engenho Vitória. Portanto, este capítulo final procura destacar o papel das diferentes esferas do poder executivo local (Prefeitura Municipal de Cachoeira), as diretrizes do Escritório Técnico do Iphan-Cachoeira e da Superintendência do Patrimônio da União da Bahia, órgão responsável pela administração do local, e a participação ativa da sociedade civil, com destaque para a comunidade quilombola do Engenho da Vitória, visando delinear possíveis mecanismos para uma administração conjunta e participativa deste antigo conjunto arquitetônico, hoje abandonado e em estado de ruína.

## **1. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

O primeiro capítulo destina-se a apresentar as principais bases teóricas e metodológica que ajudam na investigação e no percurso da pesquisa, e que está dividido em três temáticas: 1. Concepção sobre o conceito de patrimônio; 2. Abordagem das definições acerca do que se caracteriza como ruína arquitetônica, ambas com o intuito de elaborar delimitações específicas dos aportes teóricos; 3. Aspectos e princípios relativos ao conceito de biografia cultural dos objetos e/ou das coisas, como proposta de metodologia aplicada na presente dissertação.

### **1.1. APORTES TEÓRICOS**

Nesta parte do trabalho, busca-se iniciar as discussões e análises sobre a práxis teórica desta pesquisa, que serve como ponto de entendimento para nosso objeto de investigação e as nuances que permeiam este trabalho. Neste sentido, o objetivo é expor os modelos conceituais e históricos que são aplicados ao ideário constitutivo sobre a construção da noção de patrimônio, assim como verificar como as proposições e reflexões sobre o estado de ruína foram relevantes para este debate. Começaremos apresentando sobre a criação do conceito de patrimônio e a consolidação deste campo.

#### **1.1.1 CONCEPÇÃO SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO**

Para iniciarmos a discussão sobre os aportes teóricos que avalizam a nossa investigação, vamos começar com as discussões acerca da criação e formulação sobre o conceito de patrimônio, divididos em dois momentos: o primeiro trata sobre os contextos históricos aos quais esta área foi formulada, tanto ao nível geral quanto nacional. Já na segunda parte deste subtópico, faremos uma análise histórica sobre as cartas patrimoniais, sua relação e conformação sobre a participação civil como agente político e ativo no processo de preservação patrimonial, entendendo que esta seara dialoga de forma direta com a proposição a qual foi pesquisada nesta dissertação.

##### **1.1.1.1 PATRIMÔNIO COMO CONCEITO: ORIGEM E PRECEDENTES HISTÓRICOS**

Teoricamente, tudo indica que a origem do conceito de patrimônio sempre esteve atrelada principalmente a preservação de monumentos históricos e artísticos oriundos do continente europeu, mas que, ao longo do tempo, transformou-se em uma definição e construção de nível

global. Iniciando essa discussão, Françoise Choay (2011) menciona que a construção do ideário patrimonial pode ser dividida em dois momentos chamados de revoluções culturais.

A primeira etapa desse movimento é dirigida ao Renascimento, especialmente no período conhecido por Quattrocento<sup>5</sup>, quando se há uma primeira noção sobre monumento, baseada numa preocupação sobre a conservação desses elementos em solo italiano, defendida principalmente pelo arquiteto Leon Battista Alberti (1404/1472). Entretanto, essa movimentação embrionária é marcada pela destruição em grande quantidade dos monumentos italianos e pelo processo de espoliação, uma atividade fortemente financiada pelos antiquários<sup>6</sup>.

O segundo momento dessa revolução cultural advém do final do século XVIII, com o início da Revolução Industrial na Inglaterra, e principalmente após a Revolução Francesa, em 1789, o que ocasionou a proposição dos Estados Nacionais como novo modelo de Nação<sup>7</sup>, visando a criação de uma identidade pátria e a consequente proteção dos conjuntos arquitetônicos como “[...] testemunhas irrepreensíveis da história [...]” (CHOAY, 2006, p. 117). Esse fator político resulta na mudança de significação do termo monumento para ser entendido como monumento histórico e artístico, isto é, toda obra física que possua estas características específicas que demarcam estes bens.

Pelo fato de a conceituação do termo patrimônio ser proveniente da ideia de herança, notadamente por sua gênese ser originária do latim *patrimonium*, após esse momento até os tempos atuais, este campo recebeu vários sentidos e interpretações, como define Carlos Tranquilli Pellegrino:

O conceito de patrimônio adquiriu diferentes significados. Em sentido amplo, podemos considerar que os bens patrimoniais são materialidades e práticas culturais que, ao serem contempladas e despertarem a reflexão, destacam-se no tecido urbano e no conjunto das manifestações populares por medirem distintos fatos históricos memoráveis, personagens ilustres ou por representarem heranças técnicas, estéticas e culturais de temporalidades passadas. O sentido geral de patrimônio se compõe tendo como princípio estrutural os distintos tipos de elementos que presentificam o passado e encarnam um sentido de continuidade devido às suas particularidades. Bens

<sup>5</sup> Ao abarcar periodicamente tanto o final da Idade Média quanto o começo do Renascimento, o chamado Quattrocento tem sido interpretado como o primeiro período do Renascimento italiano, que marca a sua consolidação como movimento artístico e cultural, no século XV, e com forte influência das formas clássicas greco-romanas. Disponível em: <<http://www.arteref.com>>. Acesso em: 28.set.2019.

<sup>6</sup> Proveniente do latim *antiquarius* (aquele que gosta de antiguidades), o termo pode designar tanto um entusiasta, admirador ou comerciante de coisas antigas, quanto um estudioso que se dedica à investigação sobre as antiguidades, isto é, de todo tipo de evidência material mais ligada ao passado. Disponível em: <<http://rhinoantiquario.com.br>>. Acesso em: 01.out.2019.

<sup>7</sup> Para Márcia Fagundes Barbosa (2001, p. 204), o conceito de Nação pode ser classificado como “[...] podemos pensar a nação como um sistema classificatório, através do qual evidenciam-se categorias que ligam o Estado a seus membros e estes entre si. O território e a língua são categorias que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de uma nação, assim como a ideia de uma “tradição cultural” comum. Essa ligação realiza-se através de representações simbólicas, ou como afirma Benedict Anderson através das comunidades imaginadas [...]”.

provenientes de diferentes temporalidades carregam os traços culturais de seu tempo e os referenciam como passado presente [...] (PELLEGRINO, 2002, s/p).

Como a própria origem do termo patrimônio, a ideia de preservação está inteiramente imbricada com este conceito, uma vez que no âmbito cultural, preservar significa a conservação de testemunhos que estejam relacionados à identidade de diferentes grupos sociais. Ao ser preservado, o patrimônio é valorizado e estabelece assim referências para a construção de suas narrativas e memórias, recebendo a alcunha de documentos históricos a serviço das gerações futuras. Inicialmente na França, esse conceito ganhou notoriedade, especialmente com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos em 1837. Contudo, José Reginaldo Gonçalves (2007) acredita que o pensamento sobre esta categoria é anterior a essa afirmativa e, além disso, nos chama a atenção para o seu caráter apenas ocidental, ao ressaltar que:

Muitos são os estudos que afirmam que essa categoria se constitui em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados Nacionais. O que não é incorreto. Omite-se, no entanto, o seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico, na Idade Média e a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir. Podemos dizer que ela também se faz presente nas chamadas sociedades tribais (GONÇALVES, 2007, p. 109).

Através desta preocupação sobre a preservação patrimonial nesse período, também é possível notar que esse processo teve como foco o fortalecimento do Estado Moderno<sup>8</sup> como expoente do entendimento de pertencimento de uma nação. Com isso, surge a necessidade de se criar uma legislação que permitisse a restauração desses espaços, a qual se torna política estatal durante a primeira metade do século XIX, com o auxílio da ciência neste percurso, e nesse campo, países como França e Inglaterra destacam-se por seu pioneirismo na formulação de medidas voltadas à proteção e salvaguarda do patrimônio material.

No entanto, é preciso notar que a conservação desses monumentos ficou restringida apenas ao que era considerado como belo ou que estava inteiramente ligado à história da arte, principalmente na França, reforçando o discurso hegemônico das classes dominantes que estavam à frente deste processo (CHOAY, 2006). Por isso, neste período apenas edificações que eram pertencentes à nobreza e que se caracterizavam por sua suntuosidade, como castelos, fortificações, igrejas etc., eram os espaços que deveriam estar inseridos nesta política estatal. Logo, esse projeto preservacionista demarcou uma narrativa de forma romanceada acerca

---

<sup>8</sup> Para Modesto Florenzano (2007, p. 11), Estado Moderno é uma “[...] entidade política, com uma ‘Constituição’ racionalmente redigida, um Direito racionalmente ordenado, e uma administração orientada por regras racionais, as leis, e administrado por funcionários especializados”.

das construções arquitetônicas medievais, em favorecimento ao Estado e aos grupos relacionados a esta finalidade.

Sendo assim, os bens patrimonializados foram utilizados como importantes instrumentos para a difusão de um conhecimento deturpado e elitizado, num evidente esforço de manter ideologicamente as estruturas influentes em um lugar de destaque, com a aposta na representação de disparidades sociais e culturais. Nestor Canclini (1994, p. 97) define bem essas particularidades ao afirmar:

O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõe dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento.

Nesse contexto, surgem teóricos que propõem métodos e teses para a preservação dos monumentos históricos, e que iriam pautar desde o fim da primeira metade do século XIX até meados do século XX os rumos sobre as proposições e as bases científicas sobre a conservação destes bens, tendo como importantes nomes nesta seara Viollet-le-Duc<sup>9</sup>, John Ruskin<sup>10</sup>, Camilo Boito<sup>11</sup>, Alois Riegl<sup>12</sup>, Gustavo Giovannoni<sup>13</sup>, dentre outros.

Entretanto, é durante o século XX, sobretudo entre os pós-guerras, que novos documentos, conhecidos como cartas patrimoniais, são responsáveis por uma mudança na

---

<sup>9</sup> Considerado como um dos pioneiros na proposição de um método científico para a restauração e preservação dos monumentos, Eugene Emmanuel Viollet-le-Duc foi um escritor e arquiteto francês. Influenciado pelas ideias de Prosper Mérimée e Ludovic Vitet e tendo o estilo da arquitetura gótica como referência, Viollet-le-Duc foi um dos principais nomes da área do restauro no século XIX, principalmente no que tange às políticas de conservação dos edifícios da Antiguidade na França durante este período, e possuía como principal característica a forte tendência intervencionista na restauração de conjuntos arquitetônicos.

<sup>10</sup> Crítico de arte inglês, John Ruskin se caracterizava por se posicionar de forma contrária as proposições de Viollet-le-Duc, por entender a ruína como uma ação natural da existência de determinada edificação, além de suas teses contrastarem principalmente a uma crítica à sociedade industrial que estava se formando na Inglaterra no século XIX.

<sup>11</sup> Arquiteto italiano, Camilo Boito se destaca por seguir uma linha intermediária entre as teses de Viollet-le-Duc e John Ruskin, por entender que ambas as proposições têm seu valor científico e possuem o mesmo objetivo, que seria a preservação dos monumentos. Tem como principal preceito o respeito ao monumento, ao qual seriam necessárias pequenas intervenções para a manutenção e consolidação do monumento, e a ação do restauro só seria possível com uma profunda pesquisa documental contendo a historicidade do local, para que não houvessem falsos históricos, algo que criticava no trabalho de Viollet-le-Duc.

<sup>12</sup> O historiador da arte austríaco, Alois Riegl, por sua vez, categoriza os diferentes valores a serem abordados perante o monumento, baseando-se nas diferentes percepções referentes ao contato dos indivíduos com estes itens culturais. A análise desses valores é formulada em seu livro, *O culto moderno dos monumentos* (1903), quando se inicia uma mudança no pensamento sobre o processo preservacionista, que entendia como bem patrimonial apenas os monumentos históricos edificados, sobretudo as obras caracterizadas como suntuosas e monumentais.

<sup>13</sup> Seguidor das teses de Boito, outro importante arquiteto e teórico italiano foi Gustavo Giovannoni, que introduziu de forma original a questão do urbanismo dentro desta seara sobre a preservação patrimonial. Uma de suas principais formulações é a possibilidade de se remover determinados elementos, possibilitando uma absorção mais fluida do edifício e de seu entorno, ação conhecida em seus escritos como desbastamento. Além disso, os seus pressupostos são importantes contribuições para a redação da Carta de Atenas (1931/1933), primeiro documento que trata no âmbito internacional sobre a conservação do patrimônio cultural.

concepção sobre os bens patrimonializados, mormente aos monumentos históricos. Com este novo contexto, surge a necessidade de se ampliar o conceito de patrimônio, englobando outros espaços e novos membros neste campo político. Nesse sentido, documentos como a Carta de a Recomendação de Paris (1962) e principalmente a Carta de Veneza (1964) são algumas das declarações que tratam sobre este alargamento acerca das definições sobre o campo patrimonial.

Especificamente acerca da Carta de Veneza, ela será um importante manifesto dentro desta nova conjuntura patrimonial por definir novas bases e diretrizes para esse processo de alargamento do campo do patrimônio cultural, ao apresentar as seguintes concepções que ampliam as reflexões sobre esta área:

[...] Os avanços deste documento em relação aos anteriores consistem na definição do conceito de monumento histórico abarcando não apenas simplesmente as construções arquitetônicas, mas também os espaços urbanos e rurais nos quais esses testemunhos se encontram. A questão da profissionalização do arquiteto-restaurador ou do restaurador de monumentos fica implícita na orientação quanto à prática específica da conservação e do restauro (FRONER, 2013, p. 248).

Outro ponto importante ressaltado por este documento está relacionado à conservação do patrimônio urbano e rural, monumentos e sítios, ao afirmar em seu primeiro artigo que:

Artigo 1º - O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 01/02).

Por outro lado, vale destacar que a Carta de Veneza entende a restauração como uma atividade de cunho secundário na recuperação de bens culturais, podendo ser aplicada em determinados casos, ao defini-la como:

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 02/03).

De fato, com a formulação da Carta de Veneza e a adição de outros documentos que visam a preservação do patrimônio cultural em âmbito internacional é que se cria uma homogeneização relacionada a esta atividade. Como resultado destas políticas, observamos o surgimento de outros pensamentos perante a noção de bens patrimoniais, e que vai reverberar



num alcance maior e na origem de outros modelos de patrimônio, como, por exemplo, na ideia da imaterialidade nos processos culturais e que resultam na formação de um campo mais amplo.

Sobre o processo da intangibilidade como elemento patrimonial, é na década de 1970 que esse conceito começa a ganhar força e a ser discutido dentro das convenções da Unesco, destacando-se neste certame a Carta do México em defesa do patrimônio cultural (1972). Ainda nesse mesmo contexto, surge o pedido do governo boliviano em 1973 para que sejam criados mecanismos jurídicos de proteção às manifestações populares locais, sendo então considerados momentos importantes para a constituição do patrimônio imaterial como um novo modelo de bem a ser preservado.

Entretanto, tudo indica que apenas na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural da Unesco, em 2003, é que se define as bases conceituais sobre esta nova acepção patrimonial, que segundo o seu artigo 2º (UNESCO, 2003, p. 01), o patrimônio cultural imaterial é definido como:

Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

No Brasil, a constituição do ideário sobre patrimônio como item fundamental para a criação de uma identidade nacional se deu quase um século depois em relação ao seu início no continente europeu, com a institucionalização do Estado como proponente e interventor de políticas públicas culturais a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas. Entretanto, é importante salientar que as primeiras articulações e fundamentos sobre a construção de uma narrativa pátria unificada, tendo como base a preservação de monumentos históricos se inicia desde a década de 1910, através do movimento neocolonial.

O movimento neocolonial surge como uma proposta estilística acerca da arquitetura brasileira em combate ao ecletismo que dominava esta área nos primeiros anos do século passado. Nesse sentido, destacam-se como principais entusiastas o arquiteto português Ricardo Severo e o intelectual José Marianno Filho, que tinham como pressuposto encontrar uma “[...] justificativa na ânsia de buscar, nas formas construtivas tradicionais do Brasil, uma arquitetura que pudesse ser definida como genuinamente autóctone” (KESSEL, 1999, p. 65).

Por meio das formulações e movimentações destes dois atores citados anteriormente, o movimento neocolonial ganhou prestígio durante parte da primeira metade do século XX, sobretudo por:

A produção construída do neocolonial ganhou visibilidade a partir da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, realizada em 1922 no Rio de Janeiro. Vários pavilhões foram erguidos de acordo com os cânones do estilo, que logo seria adaptado a igrejas, escolas e residências e conquistaria posições por meio de concursos públicos de projetos que buscavam, sob a inspiração de José Marianno, recuperar elementos presentes nas antigas casas senhoriais do Nordeste e nas igrejas barrocas de Minas. Esses concursos reuniram os mais destacados dentre os arquitetos da época, como Ângelo Bruhns, Nereu Sampaio, José Cortez, Edgard Vianna e Arquimedes Memória (KESSEL, 1999, p. 65/66).

Contudo, este grupo sofre um duro golpe através da implantação das primeiras ações estatais como interventor das políticas culturais durante o governo Vargas, nos quais seus ideais são apontados pelo movimento modernista como principais opositores a esta formulação, e que são contemplados como responsáveis por pensar e promover medidas que ajudassem na construção da identidade nacional, especialmente com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1934, chefiado por Gustavo Capanema e que teve o arquiteto Lúcio Costa, antigo discípulo de José Marianno, como construtor deste espaço seguindo as teses do modernismo, como estilo arquitetônico preponderante.

Outro fato importante que condiz sobre o apagamento do movimento neocolonial dentro do pensamento da identidade nacional relaciona-se com as medidas acerca da preservação patrimonial, e isso é definitivo com a criação do Iphan, “[...] em que a concepção dos modernistas sobre o patrimônio artístico da nação acabou por se impor sobre outras correntes que se congregavam em torno de Gustavo Barroso, José Marianno e do academicismo da Escola de Belas Artes” (KESSEL, 1999, p. 88). Em relação ao neocolonial propriamente dito, o próprio José Marianno chama para si a responsabilidade de ser um dos primeiros a pensar na salvaguarda do patrimônio arquitetônico num artigo que escreveu:

Divulgado o regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico da Nação, deve considerar-se definitivamente equipado esse almejado aparelho de assistência e salvaguarda (...). Dentre as pessoas que têm razões especiais para se rejubilar com esse fato, ousou mencionar o meu nome, já que ninguém teve, ao que me conste, a generosidade de fazê-lo. Desde 1919, portanto, quase há vinte anos, lancei a ideia da criação de um aparelho de defesa do patrimônio artístico danado (...). Dois anos depois, no jornal ‘O Dia’, de Azevedo Amaral, formulei as bases do serviço a ser criado (...). Foi por instâncias minhas que o ex-deputado pernambucano Luiz Cedro, espírito culto e tradicionalista sincero, apresentou o primeiro projeto criando o serviço de proteção aos monumentos públicos de arte (...). A causa do patrimônio de arte da Nação foi o reflexo da campanha tradicionalista por mim iniciada e conduzida durante cerca de vinte anos. Eu estou nesta hora orgulhoso e esquecido (...). Até Lucio Costa, que fez a apostasia solene do credo tradicionalista para abiscoitar a direção da Escola de Belas

Artes, volta-se contrito aos arraiais passadistas, tecendo bestialógicos sem sentido à arte que ele ultrajou [...] (FILHO, 1943 apud KESSEL, 1999).

Com isso, nota-se que o movimento neocolonial foi uma importante agremiação no que tange às discussões e reações sobre os caminhos para a preservação do patrimônio arquitetônico nacional, e seu ocultamento frente à historiografia deste campo não reflete nas considerações e relevância dentro deste tema na época:

De fato, a avaliação superficial e negativa que prevalece, em relação ao Neocolonial - considerado uma manifestação anacrônica, uma simples variante efêmera do ecletismo romântico, ou mesmo um modismo passageiro, sem maiores consequências - não se sustenta à luz de estudos mais aprofundados, que apontam seus nítidos contornos nacionalistas, profundamente imbricados no debate cultural do período (PINHEIRO, 2011, p. 02).

Voltando ao ponto crucial sobre a implementação das políticas públicas sobre a preservação do patrimônio nacional por meio do Estado brasileiro, ao ser empossado por meio do movimento conhecido como Revolução de 1930<sup>14</sup>, Getúlio Vargas reconhece a necessidade de que sejam criadas propostas que buscassem a criação do ideário de "brasilidade", na qual a mestiçagem fosse reconhecida como o elemento primordial da sociedade brasileira, como Gilberto Freyre a classifica em uma de suas obras mais importantes, *Casa Grande e Senzala* (1933). Por isso, a intervenção estatal nos segmentos públicos, principalmente ligados à cultura, apresentava como grande expoente a valorização do "[...] nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro" (RUBIM, 2007, p. 16).

Mesmo com as primeiras interpretações de intelectuais sobre o processo de dilapidação dos monumentos históricos e a sua consequente proteção, feitas inicialmente na década de 1910, e a criação da Inspetoria Nacional dos Monumentos Históricos<sup>15</sup> em meados da década seguinte, historicamente o Estado passa a ter maior atuação nessa temática com o governo getulista. Daí em diante, novas elaborações foram realizadas para a preservação de monumentos que eram identificados como o arcabouço para a origem de uma base identitária, visando o presente e o

---

<sup>14</sup> Para Antônio Cândido (1984), a revolução de 1930 foi um golpe de Estado liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que culminou na deposição do então presidente Washington Luís, no impedimento da posse do então candidato eleito democraticamente, Júlio Prestes, o que acarretou na chegada de Getúlio Vargas ao poder, num primeiro momento, de forma provisória. Foi também o fim do período político conhecido como República Velha.

<sup>15</sup> Depois que foi noticiado pela imprensa sobre o arruinamento de inúmeras construções arquitetônicas em diversas localidades, houve uma movimentação maior das elites e do Estado sobre essa possível perda de símbolos nacionais. Nesse sentido, uma das primeiras medidas feitas pelo poder público foi a criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, que foram uma das primeiras instituições que detinham o objetivo de supervisionar toda atuação que provocasse a deterioração dos bens culturais situados nos estados brasileiros. As primeiras inspetorias foram alocadas nos estados de Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928), considerados os locais de maior preocupação frente ao processo de destruição do patrimônio (FONSECA, 2009).

futuro, mas não se desvinculando do passado. E esse processo vem a ratificar o ocultamento dos conflitos existentes no âmago dos diferentes grupos sociais e que foram excluídos deste projeto. De modo que os povos negros, indígenas e a população mais pobre não seriam incluídas na busca de um sentimento nacionalista para a criação de heróis, lutas e de tudo que era exclusivo aos grupos soberanos e estabelecidos no poder.

Uma das primeiras medidas desta nova administração frente a este processo foi a promulgação do Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933, com a elevação da cidade de Ouro Preto (MG) a categoria de monumento nacional, identificando-a como uma espécie de carro-chefe do projeto político de preservação patrimonial que a Administração Pública estava instituindo como meta governamental. Contudo, a principal proposição frente a esse movimento foi tomada em 1936, com a criação do Iphan, órgão que estava ligado ao Ministério da Educação e Saúde, este dirigido por Gustavo Capanema. Mesmo sem ser uma instituição sancionada por lei, já possuía atribuições para a chancela e consequente proteção dos monumentos categorizados como elementos patrimoniais.

Entretanto, fazia-se necessária a concepção das bases organizativas que iriam ser o cerne teórico e metodológico deste órgão preservacionista, e esta incumbência ficou a ser feita por Mário de Andrade. Em seu escrito, ele ressalta que a formação do campo patrimonial nacional não deveria cultuar e salvaguardar apenas as edificações, mas também as diferentes formas de linguagem e manifestação popular, e que a junção destes dois polos conforma as principais características do que deveria ser tutelado pelo Estado como patrimônio cultural. Sobre esse aspecto, Fonseca (2009, p. 99) ainda salienta que:

Sem dúvida, no seu anteprojeto Mário de Andrade (1981, p. 39-54) desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, os preceitos da Carta de Veneza, de 1964. Ao reunir num mesmo conceito - arte - manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção.

Todavia, vale lembrar que é o anteprojeto de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que se torna então diretor do Iphan, o escolhido para ser a sustentação das normas e diretrizes sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em sua defesa dos monumentos arquitetônicos como pilares dessa identidade pátria, ele estabelece assim os principais bens a receberem a chancela de proteção estatal. Em 25 de novembro de 1937 é promulgado o decreto n. 25, que oficializa as atividades do Iphan, tendo o tombamento como instrumento jurídico para a proteção dos bens culturais edificados, e que seriam registrados em quatro diferentes Livros de Tombo:

Livro de Belas Artes, Livro Histórico, Livro das Artes Aplicadas e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Esse momento de atuação do Iphan, através do acautelamento sobre as construções arquitetônicas como símbolos da Nação é conhecido como "fase heroica". Cabe ressaltar aqui que, nesse momento, o corpo de funcionários deste órgão era basicamente composto por pessoas especializadas, sobretudo de arquitetos. E a presença maciça destes profissionais influenciou de forma direta na escolha das edificações a serem chanceladas como patrimônio, uma vez que:

Na fase heroica, o processo de decisão quanto à seleção e à valorização dos bens a serem tombados era conduzido quase exclusivamente pelos funcionários ou por seus colaboradores. Raros eram, então, os pedidos de tombamento originados de fora do órgão, sendo a participação de elementos externos à instituição possível apenas nesse momento do processo, o do pedido de tombamento (FONSECA, 2009, p. 113).

A partir da década de 1960, o Iphan inicia um período de turbulência por dois motivos primordiais: a disputa de poder entre a proteção de bens imóveis e a especulação imobiliária, que apontava a preservação patrimonial como um problema para o desenvolvimento econômico do país. Essa querela se tornou ainda mais acirrada com o projeto econômico desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek e a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1967, que dirigiu o órgão por trinta anos, mas que ainda mantinha forte influência nos bastidores para mantê-lo próximo da ala mais técnica do que da esfera política.

Na década de 1970, a política patrimonial passa por uma revolução, no sentido de que alguns setores ligados ao âmbito cultural verificavam que era necessária uma mudança no modelo de preservação de bens culturais, entendendo que não apenas as edificações e monumentos representavam a identidade nacional brasileira, mas que as manifestações populares e saberes tradicionais também possuíam este significado de retratar diferentes narrativas que constituíam seus elementos socioculturais, a qual foi categorizada como patrimônio imaterial.

Com isso, uma nova formatação para o entendimento do conceito de patrimônio cultural surge, principalmente pelo alargamento deste campo. Nesse contexto, dois personagens são fundamentais para a introdução desta nova configuração acerca do patrimônio cultural e sua consequente proteção: Renato Soeiro e Aloísio Magalhães. O primeiro, arquiteto, e que substituiu Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção do Iphan após sua aposentadoria, foi responsável por buscar recursos oriundos de órgãos internacionais, como a Unesco, para viabilizar a restauração e consequente preservação do patrimônio arquitetônico aliado ao desenvolvimento econômico urbano, o que vai reverberar nas medidas relacionadas ao Programa Cidades Históricas na década de 1970, o qual será abordado com maior profundidade no próximo capítulo.

Já Aloísio Magalhães é o principal entusiasta para a criação do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), entidade fundada em 1975 e que estaria encarregada de trazer as manifestações populares e diferentes saberes tradicionais como narrativas patrimoniais para o âmbito do interesse nacional. Trabalhando através da concepção do conceito antropológico de cultura, o CNRC "[...] pretendia cruzar esses dois mundos - o recurso as mais modernas tecnologias para recuperar e proteger as raízes autênticas da nacionalidade - com o objetivo de fornecer indicadores para um desenvolvimento apropriado" (FONSECA, 2000, p. 89).

Para a criação do CNRC foi necessária uma série de convênios, o que contou com o conhecimento pessoal que Magalhães possuía para procurar os atores certos para compor este projeto. Com isso, este órgão contou com a participação em sua organização e desenvolvimento de vários e diferentes setores e instituições, como a Secretaria de Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e do Comércio, a UNB (Universidade de Brasília) e a Fundação Cultural do Distrito Federal (MAGALHÃES, 1997). Visando mudar os critérios de seleção para a tutela de proteção de bens culturais, que na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade era eminentemente técnica, Aloísio Magalhães aposta no perfil interdisciplinar para a composição do quadro de profissionais do CNRC:

O perfil dos agentes recrutados por Aloísio distinguia-os dos tradicionais funcionários do Iphan, arquitetos em sua maioria. Integraram a equipe do CNRC pessoas com formação na área de ciências físico-matemáticas, e com especialização em informática e em educação; técnicos em biblioteconomia e documentação; cientistas sociais, críticos literários, etc. A diversidade na formação acadêmica e o interesse pessoal por mais de uma área de saber eram requisitos considerados favoráveis a uma compatibilidade com a proposta do CNRC [...] (FONSECA, 2009, p. 145).

Outra mudança importante no que tange a atuação do CNRC é a maior participação da sociedade civil nos pedidos de chancela dos bens culturais, e isso se dá pela ampliação do conceito de patrimônio, que não explorava apenas os edifícios de pedra e cal, mas também as manifestações simbólicas e demais narrativas tradicionais. Um acréscimo conceitual para além de uma dicotomia entre o erudito e o popular, identificando assim a imaterialidade como componente das práticas e discursos que se somariam ao universo patrimonial.

Essa política continuou por toda a década de 1970 e 1980, e teve a atuação da FNpM (Fundação pró-Memória), criado em 1979 e que tinha o intuito de formular e aplicar outros modelos de acautelamento, e nesse sentido, os inventários são a principal medida para a tutela estatal acerca desta nova configuração nesta área. Trata-se, notadamente, de um período em que se investia apenas na conservação de monumentos pelo seu valor histórico e artístico, o que reverberava num processo elitista que privilegiava apenas as elites econômicas da época, em

detrimento de outros grupos que também foram relevantes na construção da memória nacional, mas que foram relegados desse meio, como as populações negras e indígenas.

Outra importante contribuição no âmbito da imaterialidade vem a ocorrer no ano 2000, quando é criado um dispositivo de registro e proteção para manifestações populares e saberes tradicionais, que servirá como fonte de inspiração para as bases teóricas da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural da Unesco, abordada anteriormente. Tal mecanismo visava o fortalecimento da formação de identidade dos grupos sociais através da legitimação de seus elementos culturais, da sua memória e da sua representação perante seus detentores.

Constituído como Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), esta iniciativa estabeleceu uma nova forma de atuação do Estado em relação aos patrimônios imateriais brasileiros. Executado pelo Iphan, o programa inovou ao ampliar seu objeto de patrimonialização, propondo o processo de registro de bens culturais imateriais e a elaboração de planos de salvaguarda para determinar as ações a serem realizadas por meio da promulgação de uma importante ferramenta jurídica:

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é o instrumento criado por meio do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, no âmbito da política federal de patrimônio cultural do Brasil, com a finalidade de contribuir, de forma adequada, para a salvaguarda de bens de caráter processual e dinâmico que sejam considerados “de relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2000).

Portanto, o que vemos hoje é a presença da tangibilidade e da intangibilidade como processos e conceitos que permeiam o ideário sobre a percepção acerca dos bens patrimoniais, os quais se formatam e se constituem nesse campo definido como patrimônio cultural, que busca valorizar os aspectos socioculturais dos diferentes grupos humanos existentes em consonância à preservação destes bens, que configura na própria salvaguarda das memórias destes coletivos.

### **1.1.1.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E PARTICIPAÇÃO CIVIL: ANÁLISE DAS CARTAS PATRIMONIAIS**

Como dito anteriormente, as cartas patrimoniais são documentos que buscaram efetivar as principais bases acerca da proteção patrimonial como proposições para a salvaguarda dos registros dos diferentes grupos sociais. Com o desenvolvimento do conceito de patrimônio e o entendimento de que era necessário ampliar o leque sobre os sítios e demais ambientes que se encaixavam nesta alcunha, sobretudo após as duas guerras mundiais, declarações foram elaboradas seguindo outros preceitos, de modo que a conservação foi sendo aplicada a outros

interesses, mormente no âmbito do desenvolvimento econômico, e principalmente na busca pela participação cidadã neste processo, que é o ponto que iremos tratar neste item.

Com isso, as discussões sobre a participação civil nas proposições de salvaguarda do patrimônio cultural, sobretudo material, foram sendo ampliadas e ganhando novos pressupostos através destes documentos formulados a partir das décadas de 1960 e 1970, entendendo que a relação destes atores com estes bens são importantes na promoção da recuperação e manutenção da memória e da diversidade cultural dos grupos sociais locais, o que percebemos como a principal premissa de nossa investigação sobre a atuação popular como um dos proponentes de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória. No entanto, aqui destacaremos algumas cartas que atuaram diretamente sobre a preservação do patrimônio cultural e participação civil no continente americano e no Brasil.

Sobre as discussões da participação da sociedade civil nas ações de cunho patrimonial, um dos primeiros documentos a discutir e propor medidas sobre este âmbito são as Normas de Quito (1967), ao tratar da cooperação efetiva da população na preservação do patrimônio:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e a ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 09).

Em meados da década de 1970, outros documentos reafirmaram a necessidade da participação das comunidades locais como integrantes da preservação do patrimônio arquitetônico, como na Resolução de São Domingos (1974), oriunda do I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos períodos Colonial e Republicano, e da Carta de Machu Picchu (1977), desenvolvida no Encontro Nacional de Arquitetos. Nesse sentido, a principal contribuição destas declarações está no entendimento que a recuperação e utilização dos monumentos históricos e sítios urbanos devem servir para o desenvolvimento locais e dos grupos socioculturais, ao compreender que a relação entre estes coletivos com os bens arquitetônicos é que conformam as possibilidades de proteção e uso destes espaços.

Na década de 1980, a elaboração da Declaração de Tlaxcala (1982) trouxe como ponto primordial a recuperação dos monumentos a serviço da comunidade, entendendo que o uso destes conjuntos por estes coletivos realçava a relação entre patrimônio e humanidade. Sendo o Estado atuante nesta seara como proponente obrigatório e moral para manutenção destes bens, essa carta reforça a presença social como agente preservacionista, com o intuito de conscientização e ressalta que a escolha dos modelos de gerência dos monumentos



patrimonializados necessita do crivo dos grupos locais, entendendo que o aproveitamento destes espaços precisa seguir de acordo com a realidade de cada localidade, sendo que seu uso priorize a salvaguarda destes conjuntos, sejam urbanos ou rurais, e o desenvolvimento socioeconômico destes núcleos sociais (BARCELLOS, 2017).

Em 1985, a Declaração do México foi formulada após uma conferência que tratou sobre políticas culturais e as transformações do homem e seu meio através de recursos científicos e tecnológicos, e uma das medidas deste manifesto é abordada em um item que trata sobre a participação do público na conservação do patrimônio cultural, ao afirmar que “Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora” (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 04) e nesse sentido, a democratização da cultura é fundamental para o entendimento das diversas referências artísticas nas comunidades e na população, em geral.

Já a Carta de Washington foi elaborada em 1986 como complemento da Declaração de Nairóbi, com o foco na salvaguarda das cidades históricas e seus respectivos métodos de aplicação. Dentre alguns princípios, destaca-se a presença dos grupos sociais como proponentes e operadores das demandas relacionadas à preservação destes bens, pois “A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados. Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes” (CARTA DE WASHINGTON, 1986, p. 02).

Outro ponto abordado pela Carta de Washington e que merece destaque é a sua relação com o plano urbano e o apoio de profissionais de outras áreas nas demandas adotadas para a proteção do patrimônio material, entendendo as diferentes particularidades acerca destes elementos culturais em alusão às comunidades locais que os utilizam:

A proposta apresentada pela Carta de Washington, esquemática e objetiva, estrutura-se em torno de questões específicas de planejamento urbano: definição dos lotes e ruas; intercâmbio entre os edifícios e as áreas verdes e abertas; aparência formal do interior e do exterior; relação entre o centro urbano e seu entorno; e as várias funções que o centro e a área urbana desenvolvem com o tempo. Além disso, a operacionalidade do trânsito, as relações sociais e econômicas com os habitantes residentes nas áreas históricas e o apoio de equipes multidisciplinares — com arqueólogos, historiadores, arquitetos, técnicos, sociólogos e economistas —, são fatores indispensáveis aos planos de conservação adotados. Apesar dessa estrutura mais fechada, a Carta de Washington irá influenciar uma série de documentos elaborados posteriormente, como a Carta para a Proteção de Cidades Históricas nos Estados Unidos, a qual valorizará, do mesmo modo, as questões técnicas de planejamento urbano em áreas históricas [...] (FRONER, 2013, p. 250/251).

No Brasil, as primeiras discussões sobre a participação civil nas demandas acerca da preservação patrimonial são fruto das movimentações para a implantação de um dos programas

integrados para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico, que é o Programa Cidades Históricas (PCH), que será tratado nesta pesquisa mais à frente. Nesse sentido, dois importantes documentos são basilares para o início das operações das comunidades locais como agentes preservacionistas, que são os Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971), resultante dos encontros de governadores que aconteceram nas duas cidades, nas quais indicam a necessidade de a preservação patrimonial estar alinhada ao turismo cultural, pontuando como fundamental a participação das esferas estadual e municipal como novos atores nas formulações acerca o uso e a consequente sustentabilidade dos conjuntos patrimonializados. Nesse sentido, um dos pontos salientados por estes apontamentos são a inclusão da educação patrimonial nas redes de ensino básico, médio e superior, como elementos de capacitação e de conhecimento sobre a importância da conservação dos bens culturais locais por seus habitantes.

No entanto, as discussões em torno deste campo vão ganhar força em território nacional na década de 1980, com as elaborações de duas declarações, que são as Cartas de Petrópolis (1987) e Cabo Frio (1989), nas quais ressaltam-se os aspectos materiais e imateriais do patrimônio ligados aos significados culturais dos distintos coletivos sociais, com a inclusão da participação comunitária como ponto de congruência para a salvaguarda e preservação de bens culturais em interlocução com o Estado em suas diferentes instâncias.

Na década de 1990, a Carta de Brasília (1995), documento organizado pelos países do Cone Sul<sup>16</sup>, buscou tratar sobre o conceito de autenticidade do patrimônio cultural, e a sua inserção no mundo contemporâneo, como foi proposto um ano antes na Conferência de Nara. Com isso, este certificado identifica a autenticidade do patrimônio material e sua relação com a comunidade como:

O significado da palavra autenticidade está intimamente ligado à ideia de verdade: autêntico é o que é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas. Os edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em um patrimônio. Poderíamos dizer, com base neste princípio, que nos encontramos, diante de um bem autêntico, quando há correspondência entre o objeto material e seu significado (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 03).

Nos anos 2000, a Carta de Nova Olinda (2009) é o documento que ratifica a participação social como ponto de inclusão para a preservação do patrimônio cultural. Ela é consequência do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, que é resultante de um projeto implementado pelo Iphan em 2007, com o foco em ações de educação patrimonial e

---

<sup>16</sup> O Cone Sul é uma região geográfica que engloba a parte sul do continente sul-Americano, tem esse nome por conta de sua aparência que se assemelha a um triângulo. É composta por cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai (BARCELLOS, 2017).

capacitação dos agentes locais e demais membros da sociedade civil interessados na salvaguarda patrimonial. Um de seus axiomas básicos é a “Promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área [...]” (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 05)

Com base nesta análise, verificamos que as cartas patrimoniais indicam que para a proteção e uso racional do patrimônio é necessária a inclusão de diferentes atores, com destaque para as comunidades locais, pelas possibilidades de diferentes relações e teias de significados com estes bens. Nesta conjuntura, a soma destes integrantes reflete na identificação, proposição e resolução de problemas, alternando em distintas soluções e alternativas para uma melhor aplicabilidade, entendendo que este processo possibilita o desenvolvimento tanto destes elementos culturais quanto dos grupos sociais envolvidos, e em nosso caso específico, a participação da comunidade quilombola do Engenho da Vitória como uma das proponentes de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória se constata como necessária para a recuperação e administração deste espaço.

Com este recorte, há uma colocação em relação aos monumentos edificados em estado de abandono, mesmo sendo reconhecidos e chancelados como bens patrimoniais, que recebem a alcunha de ruína, como é o caso de nosso objeto de estudo. Nesse sentido, quais seriam os conceitos e atribuições que levam um conjunto arquitetural a ser caracterizado dessa forma? É o que veremos no próximo subtópico sobre noções e definições acerca da ruína arquitetônica.

### **1.1.2 ASPECTOS ACERCA DA NOÇÃO DE RUÍNA ARQUITETÔNICA**

Aqui, apresentamos as principais acepções e formulações sobre a ruína arquitetônica, trabalhando com diferentes conceitos propostos por pesquisadores que estudam esta temática, com a atenção nas principais percepções que norteiam e configuram a base teórica da arquitetura e abordando outros campos científicos que identificam estas construções em estado de deterioração como documentos, além de mudanças em seu próprio entendimento ao longo dos anos.

#### **1.1.2.1 RUÍNA: PRINCIPAIS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Mesmo que as primeiras definições sobre o estado de ruína sejam decorrentes do período da valorização e consequente recuperação dos monumentos arquitetônicos como elementos de unificação nacional, fato que vem a ocorrer ao longo do século XIX, este conceito já vinha sendo trabalhado muito tempo antes deste momento. Isso pôde ser realmente verificado com a

introdução do restauro aplicado não apenas aos conjuntos edificados, mas também em outros símbolos da cultura artística ocidental, como nas obras pictóricas e escultóricas.

Um ponto a ser salientado sobre o estado de ruína insere-se sobretudo com os povos antigos, notadamente egípcios e greco-romanos, que detinham no arruinamento de suas construções arquitetônicas o preceito de mau gerenciamento destes espaços, e neste caso, a busca pela conservação destas edificações por seus governantes significava o embelezamento de seus impérios associando seu poder e prestígio aos monumentos salvaguardados, pois, estes eram documentos de seus feitos em seus domínios, como também externamente pela demonstração de força e controle dos povos conquistados (SOUZA JÚNIOR, 2017).

Sobre as primeiras definições do que seria ruína, um dos pioneiros na criação destas noções conceituais foi o historiador da arte Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849), que em 1825 publicou o verbete “Ruína, Ruínas” na *Encyclopédie Méthodique Architecture*, trabalho elementar para entender os pormenores que habitavam a caracterização dos monumentos históricos e seus processos de degradação, em razão da iniciativa para estabelecer reflexões para compreensão desta temática.

Nesta obra, Quincy analisa os antecedentes em relação ao significado das ruínas nas sociedades em conformidade à sua utilização por estes grupos, verificando a utilização de diferentes critérios para as distintas operações visando a recuperação destes bens arquitetônicos. Sua definição se estrutura através do próprio entendimento semântico da palavra ruína:

Esta palavra, no singular e em seu sentido ordinário, exprime o estado de degradação e de destruição no qual se encontra, ou está ameaçado, um edifício. Diz-se que um edifício está ameaçado de ‘ruína’ usa-se essa palavra também no singular para exprimir o estado de destruição consumado. Mas nesse caso, é mais usual empregá-la no plural e a razão é que esse estado de destruição, apresentando a dissolução de todas as partes, de todos os materiais de um edifício, oferece melhor, no plural, a imagem da realidade. Desse modo, dir-se-á que tal acidente operou a ‘ruína’ de um edifício e dir-se-á que se veem em tal lugar as ‘ruínas’ desse edifício (QUINCY, 2016, p.112-113).

Outro detalhe sobre a conceituação e atuação sobre a ruína no século XIX é o destaque na caracterização de seu valor estético e com uma maior preocupação com a conservação do edifício, sem deixar de levar a sua deterioração como elemento natural de sua existência, como pregava o Romantismo inglês e as teses de John Ruskin. Com isso, “[...] a cultura do romantismo já havia intuído o valor estético das ruínas, especialmente quando lançado em um ambiente natural, selvagem-não urbano. A ruína seria a prova cabal de que tudo na natureza seria perecível e teria seu trágico fim [...]” (BAETA & NERY, 2017, p. 220).

Um outro pressuposto abordado por Ruskin acerca o estado de arruinamento dos monumentos históricos está relacionado às memórias destas construções, por entender que são o

principal elo de convergência entre o passado e o presente, e que cada edifício tem o suporte de contar a história de seu habitante, e nesse caso, servir de documento histórico para que futuras gerações tenham conhecimento sobre este espaço e quem o construiu, pontuando que a relação entre arquitetura e natureza é indissociável.

Nesse contexto histórico, Mário Sousa Júnior (2017) salienta que a caracterização de uma construção com ruína era representativa de uma época anterior, atrasada e notadamente relacionada às artes, nomeadamente aos temas religiosos, que a partir do século XV ganham força neste cenário, sendo a Igreja Católica sua principal mecenas, e que suas definições e atribuições ressaltavam uma mudança neste paradigma, atentando para o fato que:

O conceito de ruína esteve frequentemente utilizado no tema da natividade, momento emblemático do nascimento de uma nova ordem que se estabelece em contraposição aos antigos padrões vigentes de uma cultura longínqua, mas ainda grandiosa por seu legado cultural e arquitetônico (SOUSA JÚNIOR, 2017, p. 140).

Entretanto, mesmo com o pioneirismo de Quincye Ruskinnas discussões sobre o estado de ruína das edificações históricas francesas, talvez quem tenha de fato elaborado uma conceituação para este tema seguindo os preceitos da preservação do patrimônio arquitetônico foi Cesare Brandi (1906-1988). Em sua célebre obra *Teoria da Restauração (1963)*, Brandi apresenta que “[...] Ruína [rudere] será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes [...]” (BRANDI, 2004, p. 65).

Embora haja um distanciamento cronológico de mais de um século entre estas conceituações, é possível verificar como as ideias de Quincy, Ruskin e Brandi evidenciam a complexidade sobre a definição do que seja ruína, seja num período pretérito quanto atualmente, uma vez que depende da correlação de alguns fatores, tais como: intervalo temporal no que tange ao processo de arruinamento; o grau de descaracterização da construção; e por último, os motivos que geraram o processo de deterioração, seja natural ou antrópico.

Por isso, pode-se dialogar que a ruína possui relação direta com a historicidade humana e está presente desde que as diferentes comunidades socioculturais associaram a sua existência à presença de objetos e construções arquitetônicas como forma de perpetuação de suas memórias, nas quais se explicita que:

O termo ruínas pode designar desde monumentos da Antiguidade Clássica até sítios industriais abandonados e infraestruturas urbanas obsoletas. Um monumento se encontra em ruínas quando perde sua função e parte dos elementos que o completam, formando lacunas que dão lugar à apropriação da vegetação (LIMA, MENEGUETTI & HIRAO, 2017, p. 01).

Outros conceitos mais atuais, mas que dialogam com os pressupostos dos autores abordados anteriormente foram formulados, como, por exemplo, a proposição de Etienne Soriau, em que afirma "[...] ruína, do latim ruína, conserva seus dois significados: arruinamento e escombros resultantes do mesmo: ambos em sentido próprio e figurado" (SORIAU, 1998, p. 997, tradução nossa). Já Juan E. Cirlot define ruína através de sua noção simbólica, que são determinadas pelo caráter biológico das mutilações, a qual se estabelece em "[...] seu sentido óbvio e literal, significa destruições, a vida morta" (CIRLOT, 1984, p. 506, tradução nossa). Ana Calvo segue esta mesma linha ao definir ruína como "[...] edifício ou conjunto de construções em estado avançado de destruição [...]" (CALVO, 1997, p. 199, tradução nossa).

Sousa Júnior (2017), por sua vez, evidencia que o conceito de ruína tem relação com o desconhecimento da sociedade sobre o monumento e da sua perda de utilidade, o que dificulta a sua reconstrução e reabilitação por estar completamente arruinado. Ele ainda estabelece que:

As ruínas arquitetônicas são restos de algo que não conhecemos exatamente, de algo que alguma vez esteve ali, pleno de sentido e funcionalidade, mas que agora somos incapazes de reconstruir. As ruínas se traduzem por fragmentos, partes inconexas que escapam a uma visão de conjunto ou relato, um saber organizado e racional. Por esta razão incitam a imaginação, para que esta recomponha os fragmentos como um quebra-cabeça de peças que faltam [...]" (SOUZA JÚNIOR, 2017, p. 136).

Nesse sentido, o autor acrescenta que o conceito de ruína se aproxima de outras duas definições que, ao mesmo tempo, se relacionam e se contrapõem entre si, que são as ideias sobre o construído e o destruído, na qual a elucida da seguinte forma:

[...] O conceito do construído e destruído, o vertical e horizontal, constituindo assim momentos que pertencem às ruínas em seu ciclo de nascimento, esplendor, decadência, morte, esquecimento e renascimento. Por outro lado, temos também as ideias de razão e sentimento que levam à contemplação do belo e do sublime evocando assim o juízo crítico pela valorização da experiência estética, uma ideia de um sistema direcionado ao processo de ordem e entropia e, por consequência de quietude e exaltação até o ponto de chegar à melancolia (SOUZA JÚNIOR, 2017, p. 137).

Ainda sobre esse aspecto, Luciana Diniz explicita de forma contrária acerca dos fundamentos sobre a ruína apenas pela inutilidade e deterioração do monumento. Esta autora, em particular, aposta principalmente na vivacidade e na documentabilidade que estes espaços podem oferecer:

As ruínas são registros vivos da arquitetura de um lugar, pelos seus elementos tipológicos e estruturais é possível descobrir aproximadamente a data de construção do edifício. Alinhamentos, presença de jardins, posição dos cômodos permitem redesenhar projetos e são elementos fundamentais no resgate histórico da edificação. Os materiais construtivos empregados complementam o conjunto de informações necessárias para a documentação e a promoção de ações de preservação (DINIZ, 2014, p. 03).

Outra ideia abordada sobre este conceito é avaliada por Carlos Fortuna, ao esclarecer que estes modelos arquitetônicos em estado de arruinamento são dotados de diferentes significados dentro de uma conexão com as confluências dos núcleos urbanos contemporâneos, pois “[...] vale a pena mencionar o facto de a ruína urbano-industrial ser valorizada pela sua fantasmagoria e pelo modo como representa a paisagem supérflua dos espaços marginais que, em regra, escapam à lógica do ordenamento territorial da cidade” (FORTUNA, 2015, p. 07). Logo, a ideia que o autor exemplifica vai ao encontro do valor destas ruínas que provocam uma reflexão sobre a cidade moderna e seus espaços em desuso, que na atual conjuntura, entendendo o status econômico e imobiliário destes locais, que ao mesmo tempo se configuram em um cenário descartável, mas estimula o pensamento sobre as ruínas e seu lugar na dinâmica urbana atual.

Neste contexto, Camila Ghisleni (2020) aborda sobre o abandono de edifícios e construções arquitetônicas antigas na cidade contemporânea, na qual enfatiza as diferentes sensações que estes espaços despertam nas comunidades locais, como uma relação que atravessa diferentes dinâmicas onde estes locais são relegados a meros componentes que parecem não pertencer a estes centros urbanos:

Quando se olha para estas arquiteturas abandonadas o roteiro da cidade diligente se altera, muda-se o ângulo de visão e novos espaços se descortinam aos olhos do espectador que, mesmo momentaneamente, se afasta do automatismo da cidade à sua volta. Vem à tona outro lado da cidade contemporânea, uma parte que sempre esteve ali e passa despercebida pela maioria dos cidadãos, servindo como mero cenário congelado na história. O lado abandonado, esquecido, renunciado (GHISLENI, 2020, s/p).

O conceito de ruína é abordado por autores de outras áreas do conhecimento científico, principalmente através da sua utilização como documento histórico. Na filosofia, por exemplo, Georg Wilhelm F. Hegel o usa em concomitância com outros dois conceitos: o de fragmentado e tempo transcorrido, ao relacionar o estado de arruinamento como fio condutor entre a história e a filosofia, o qual afirma que “[...] o que nos oprime é a mais rica figura, a vida mais bela encontra seu ocaso na história. Na história, caminhamos entre as ruínas do egrégio [...]” (HEGEL, 2004, p. 47, tradução nossa).

Outro importante autor que irá utilizar esse conceito dentro da filosofia, mas com uma abordagem diferente, é Walter Benjamin (1990), ao trabalhar a questão simbólica da ruína, adicionando um significado alegórico para atravessar a eternidade em contraposição ao símbolo. Benjamin vislumbra o sentido próprio das coisas e uma redenção que transcende a sua significação, a qual busca a sua única e verdadeira definição.

O sociólogo Georg Simmel, em seu texto *A ruína*, destaca sobre a questão das construções arquitetônicas que chegam ao estágio de ruína, abordando que este momento se dá

pela influência da natureza sobre o monumento, quando a paisagem ocupa as lacunas deixadas pelo homem:

Este balanço singular entre a matéria mecânica, pesada, passivamente resistente à pressão e a espiritualidade enformante, que impele ao alto quebrasse, no entanto, no instante em que o edifício rui, pois isso não significa outra coisa senão que as meras forças da natureza começam a predominar sobre a obra humana: a equação entre natureza e espírito desloca-se em favor da natureza. Este deslocamento toma-se uma tragicidade cósmica que na nossa percepção leva qualquer ruína para a sombra da melancolia, pois o desabamento aparece agora como a vingança da natureza pela violação que o espírito lhe impingiu, por meio da formação segundo sua imagem [...] (SIMMEL, s/d, p. 01).

No campo da história, Jacques Le Goff (2010) explora as concepções sobre ruína ao induzir a interpretação de que o estado de arruinamento de um monumento histórico deve ser tratado como elementos documentais que testemunham a sobrevivência do que existiu em algum momento. Le Goff questiona se existe, de fato, a possibilidade de extrair dados e informações sobre a composição anterior deste espaço, mas que também são testemunhas das causas da destruição e do que pode ser esquecido.

Um ponto importante a ser salientado, no que diz respeito ao patrimônio edificado nacional, são as possíveis classificações que podem ser estabelecidas para as ruínas de acordo com as políticas preservacionistas adotadas em território brasileiro. A pesquisadora Ângela Gonçalves (2018) afirma que os remanescentes arquitetônicos em estágio avançado de deterioração apresentam fatores que os delimitam como bens culturais na composição das ações patrimoniais realizadas pelo Estado. Para a autora, essa definição aponta para três grupos: as ruínas do tempo, as ruínas da incúria e as ruínas do incidente.

Falando especificamente de cada um deles, as ruínas do tempo se caracterizam pela sua longevidade e por terem sido as primeiras construções a serem tuteladas pelo Estado através do tombamento. Portanto, trata-se de "[...] uma caracterização que configura o remanescente enquanto um testemunho histórico que fundamenta o ideário de origem e a constituição de uma identidade cultural nacional" (GONÇALVES, 2018, p. 06).

Já nas ruínas da incúria, a definição se compõe sobre a ineficiência das ações de preservação por parte das políticas estatais. Neste caso, a autora acredita que "[...] esse tipo de ruína assola inúmeros bens culturais e é produto de um processo silencioso derivado da falta de ações concretas de gestão patrimonial; vai se acumulando através de dilapidação, falta de manutenção e usos inadequados" (GONÇALVES, 2018, p. 06). O nosso objeto de pesquisa poderia ser incluído nesta categoria, por apresentar as características descritas acima, a qual serão descritas com mais detalhes no capítulo 03. No último grupo, as ruínas do incidente estão diretamente atreladas as condições climáticas e as ações humanas, pois:



[...] o desafio de identificar esses arruinamentos se renova constantemente já que diversos bens arquitetônicos são continuamente acometidos por toda ordem de incidentes catastróficos derivados de fatores antrópicos (incêndios, colisões, demolições criminosas, guerras etc.) ou naturais (inundações, terremotos etc.) (GONÇALVES, 2018, p. 07).

Outro caso a ser registrado é que as ruínas advindas das duas grandes Guerras Mundiais geraram discussões sobre a conservação e quais intervenções seriam realizadas para a recuperação destes bens, destacando os processos de restauração das cidades de Varsóvia, na Polônia, e o caso de Dresden, na Alemanha. Tais processos foram determinantes para a criação de órgãos que fossem responsáveis por promover resoluções que buscassem a preservação das edificações em estado de arruinamento como documentos históricos, como a Unesco (Organização das nações unidas para a educação, ciência e cultura).

Nessa combinação entre ruína e processos de conservação e restauração, atualmente algumas reflexões vêm sendo feitas para compreender como as ações de intervenção contemporâneas, como as reconstruções ou a criação de novos monumentos através do uso de antigos fragmentos interferem na relação entre o presente e o passado, pois:

[...] o anseio nostálgico do passado também é sempre uma saudade de outro lugar. A nostalgia pode ser uma utopia às avessas. No desejo nostálgico, a temporalidade e a espacialidade estão necessariamente ligadas. A ruína arquitetônica é um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia. Essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior, que ainda não havia perdido o poder de imaginar outros futuros (HUYSSSEN, 2014, p. 91).

Portanto, as definições e proposições para o estado de ruína dos conjuntos edificados não se estabelecem somente como elementos que se estagnaram no tempo e no espaço e que remetem apenas ao passado, mas se colocam como registros que se dinamizam através do presente e na constituição do futuro. Toda essa fenomenologia arquitetônica se dá por meio de articulações e rearticulações que promovem novos processos de construção da memória de um prédio, localidade ou grupo social, além de estarem entrelaçados através da constituição do passado no presente, a memória e a historicidade. Ou seja, o estado de ruína não significa que estes elementos deixam de existir, mas sim recebem uma nova conotação de distintos construtores de dados documentais acerca da existência humana.

### 1.1.3 APORTE METODOLÓGICO

No que concerne à metodologia empregada nesta pesquisa, buscamos utilizar as abordagens e os conteúdos de uma base metodológica para coleta e análise de dados: a biografia cultural dos objetos e/ou coisas, destacando aqui as formulações adotadas pelo antropólogo Igor Kopytoff, no sentido de compreender e buscar outras trajetórias relativas ao nosso objeto de investigação representado pelo Engenho Vitória em contraposição à comunidade quilombola do Engenho da Vitória, que se constitui entorno de indivíduos que atuaram e/ou descendem de sujeitos que exerceram atividades neste local.

#### 1.1.3.1 BIOGRAFIA CULTURAL DOS OBJETOS E/OU COISAS

O conceito de biografia cultural surge em meados da década de 1980, com a finalidade de criar uma análise que considerasse as narrativas dos objetos, e com o objetivo de investigá-los em seus diferentes momentos, através de suas trajetórias nos distintos ambientes socioculturais, revelando que a sua consonância com os grupos sociais demonstram seu intermédio como documentos provenientes de dados que auxiliam na formatação do universo social que estão inseridos.

Ademais, o surgimento deste conceito teórico-metodológico dentro da Antropologia e disciplinas afins delimitava a tentativa de mudança na obtenção de informações acerca dos objetos e dos próprios coletivos humanos, que até este momento estava baseada na análise da esfera econômica como único modelo de aplicabilidade e de observação dos contextos em que estes itens estavam entrepostos. Consequentemente, nomes como Arjun Appadurai, Igor Kopytoff e outros antropólogos iniciam estudos nessa nova temática de modo a desconstruir certo etnocentrismo que prevalecia nas abordagens sobre o movimento de mercadorias, ao passo que:

Partindo de uma reflexão geral sobre os estudos da Cultura Material e concordando que objetos ou coisas habitam, assim como nós, um mundo social, e que existe uma relação indissociável entre o mundo material e os seres humanos, de modo que o inseparável universo que contém pessoas e coisas é pensado na dialética destas relações, conclui-se que as coisas não podem existir sem nós - que as criamos e guardamos -, do mesmo modo que nós não nos configuramos plenamente sem as materialidades [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 30).

Nesse caso, há uma preocupação em considerar a trajetória dos objetos em sociedades não monetárias como fonte de investigação para obterem dados sobre os momentos de interação destes componentes com estes grupos sociais que não seguem a dinâmica mercantil ocidental, uma vez que "[...] O foco na circulação e na biografia dos objetos, enquanto referencial teórico-

metodológico, acaba por elucidar os contextos humanos e sociais de sua existência, tornando-as poderosas fontes de informação [...]" (OLIVEIRA, 2015, p. 30).

Em relação aos autores que trabalham especificamente com a abordagem da biografia cultural, um de seus precursores é o antropólogo indiano ArjunAppadurai, que organizou a coletânea *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*, e escreve na mesma o texto introdutório, "Mercadorias e a política de valor", quando apresenta a dualidade que distinguia dádivas de mercadorias, tendo como exemplo o ritual de troca intertribal Kula, evento que ficou famoso pela etnografia realizada por Bronislaw Malinowski no livro *Os argonautas do Pacífico Sul*, de 1917. Essa coletânea é considerada, portanto, como um marco para as pesquisas relacionadas à biografia cultural dos objetos e as contribuições de Appadurai são de fato elucidativas, sobretudo por:

[...] colocar o objeto-mercadoria em seu devido lugar de destaque na disciplina antes voltada apenas para o objeto da dádiva (gift-object) em suas sociedades de dádivas (gift-societies). Nesse contexto, defende-se que objetos que eram tratados como gifts e possam receber o mesmo tratamento analítico que mercadorias, e vice-versa. Esse é o caso de relíquias medievais sagradas que, embora sejam universalmente consideradas como portadoras de força sobrenatural, poder e devoção, também se trata de objetos comprados, vendidos, roubados (GEARY, 2006 apud LEITÃO & MACHADO, 2010).

Desta forma, Appadurai (2008) busca analisar as mercadorias não só em face das sociedades ocidentais e também do capitalismo, que é pontuada pelas relações de troca do objeto em si pelo dinheiro, mas, ao mesmo tempo, em sociedades não monetárias que trabalham com outras formas de existência de valores econômicos imbricados nesses materiais. Nisso, o autor pontua que as mercadorias, assim como as pessoas, possuem uma vida social que é pautada por trajetórias em distintos momentos de sua utilidade ou existência, respectivamente.

Com essa proposição, o autor afirma que a obtenção de suas biografias visa “[...] seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias” (APPADURAI, 2008, p. 17). Para mais, ele salienta que:

[...] Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas. Assim, embora de um ponto de vista teórico atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social (APPADURAI, 2008, p. 17).

Portanto, Appadurai busca através da crítica sobre a concepção marxista<sup>17</sup> sustentar o conceito de mercadoria como “[...] coisas com um tipo particular de potencial social, que se

---

<sup>17</sup> A concepção marxista citada acima refere-se ao que Appadurai chama de definição purista do conceito de mercadoria defendido por Marx, onde a mercadoria “[...] é um produto destinado, sobretudo, à troca e que tais

distinguem de produtos, objetos, bens, artefatos e outros, mas apenas em alguns aspectos e de um determinado ponto de vista [...]” (APPADURAI, 2008, p.19), ou utilizando a definição feita por George Simmel, abrangendo mercadoria como “[...] qualquer coisa destinada à troca [...]” (APPADURAI, 2008, p. 22). Portanto, a troca implica uma responsabilidade de valorização de alguns objetos e, nesse ponto, as mercadorias são entendidas em decorrência de um método de atribuição de valor às coisas.

O autor destaca ainda o processo de troca no qual o custo é atribuído às coisas e onde estão presentes desejos, demandas, sacrifícios e conhecimentos. Nesse caso, ele vem a trabalhar com a noção de regimes de valor, que são subsidiados tanto de forma temporal quanto espacial, o que denota que estes bens possuem categorias quantitativas. Ainda sobre essa questão, há a observação que diferentes formas de troca, tais como a permuta, troca de presentes, dádiva, entre outras, possuem um “espírito em comum” com a mercadoria, uma vez que os valores são definidos socialmente. Tais montantes são influenciados também por critérios políticos e culturais, reconhecendo que todas as coisas possuem um potencial mercantil, mas que seria necessário observar a trajetória destes itens no intuito de:

[...] acompanhar os fluxos de uma mercadoria para que percebamos os diferentes regimes de valor que a mesma agrega em movimento e a variação de contexto para contexto: o desejo e a demanda, o sacrifício recíproco e o poder que criam valor econômico em situações específicas. (APPADURAI, 2006, p. 04). Então, é inferido que, assim como as pessoas, os objetos têm vida social e que devemos analisar a sua trajetória total (LEITÃO & MACHADO, 2010, p. 239).

Quem irá abordar de forma diferenciada essa discussão é o antropólogo britânico Tim Ingold (2012), em seu texto *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*, o qual propõe a retomada de discussão acerca da substituição da palavra objeto por coisa, por entender que “[...] o mundo que habitamos é composto não por objetos, mas por coisas” (INGOLD, 2012, p. 27). Ainda segundo esse autor, uma coisa é “[...] porosa e fluida, perpassada por fluxos vitais, integrada aos ciclos e às dinâmicas da vida e do meio ambiente” (INGOLD, 2012, p. 27). Para sustentar e definir a sua afirmação de que o nosso mundo não possui objetos, e sim coisas, Ingold cita o exemplo de uma árvore em uma mata como uma composição de situações que se entretêm, assegurando que:

Essas considerações me levaram a concluir que a árvore não é um objeto, mas um certo agregado de fios vitais. É isso que entendo por coisa. Aqui, sigo de modo frouxo o argumento clássico avançado pelo filósofo Martin Heidegger. Em seu célebre ensaio sobre *A coisa*, Heidegger (1971) buscou delinear justamente o que diferiria uma coisa de um objeto. O objeto coloca-se diante de nós como um fato consumado, oferecendo

---

produtos emergem, por definição, sob as condições institucionais, psicológicas e econômicas do capitalismo [...]” (APPADURAI, 2008, p. 19).

para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas. Ele é definido por sua própria contrastividade com relação à situação na qual ele se encontra (Heidegger 1971, p. 167). A coisa, por sua vez, é um "acontecer", ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam [...] (INGOLD, 2012, p. 29).

Para finalizar esse breve enfoque sobre o conceito de biografia cultural, apresentamos as considerações de Susan M. Pearce, professora emérita de Estudos Museológicos da Universidade de Leicester, Inglaterra, que em seu texto, *Pensando sobre os objetos*, menciona de forma distinta aos autores citados anteriormente sobre a abordagem biográfica. Pearce (2005) propõe trabalhar com um novo modelo de estudo para o desenvolvimento de artefatos, baseando-se nos diagnósticos pertinentes à arqueologia. A autora afirma que esses objetos possuem uma realidade contextual, e com isso:

[...] deveria ser possível visualizar a diversidade completa dos tipos de artefatos e distinguir as propriedades que cada um possui que são acessíveis aos modos apropriados de análise e interpretação e, juntas, nos oferecem uma percepção do conjunto de artefatos na organização social [...] (PEARCE, 2005, p. 14).

Por essa razão, a autora indica que sejam feitos questionamentos para ter acesso a essas interpretações, as quais estão ocultadas nesses objetos, tais como “[...] o que, quando, onde, por quem e por quê a respeito de cada artefato e receber respostas interessantes [...]” (PEARCE, 2005, p. 14). Apoiado na obtenção das respostas para essas perguntas seriam organizadas, deste modo, as análises em quatro áreas introdutórias para a interpretação desses questionamentos, as quais seriam: material; design, construção e tecnologia; história e significado.

Um conceito que se soma ao escopo da biografia dos objetos é o de documento, por sua nuance de entendê-los como dados simbólicos que servem para representação de determinados eventos físicos ou dotados de significados concomitantes ao conhecimento humano. Um dos primeiros teóricos a conceituar o que seria documento foi Paul Otlet, ao defini-lo como:

[...] o registro do pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material (...) um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais". O autor propõe que “documento” seria um termo genérico que cobriria não apenas documentos textuais, mas, também, objetos iconográficos e audiovisuais (OTLET, 1934 apud TORRES & ALMEIDA, 2013, p. 02).

Em 1951, Suzanne Briet, ao compreender que objetos musealizados e outras categorias materiais, além de animais vivos expostos e inventariados em zoológicos também se enquadram como documentos, amplia a noção deste segmento, ao abordar neste campo a reconstituição de fenômenos materiais e intelectivos como importantes vestígios da produção humana. Esta concepção é alavancada por Jean Meyriat, que em 1981, apoiando-se na definição de Briet, aponta que apenas a elaboração textual não é suficiente para a comunicação de uma mensagem,

na qual outros objetos também possuíam esta capacidade, principalmente se forem atribuídas aspectos que busquem o entendimento de significados por parte do receptor, ou seja, a relação de uso que este indivíduo impõe a este objeto.

Por conseguinte, a ideia sobre documento está inteiramente ligada à salvaguarda dos registros da humanidade, como forma de estabelecimento de um registro acerca das diversas criações e produções dos distintos grupos socioculturais existentes, na qual o documento é definido como:

[...] todo e qualquer suporte da informação. Assim, além do documento convencional, podemos admitir que um bem cultural como monumento, um sítio paisagístico possa ser, também documento, documento em sentido mais restrito é o livro, folheto, revista etc., portanto, todo o material escrito cartográfico, fotocinematográfico, sonoro. Percebe-se através dos conceitos definidos que o bem cultural pode ser identificado como documento, porém não é classificado num conceito restrito e tradicional da documentação visto até o momento (CASTRO, 1982 apud NASCIMENTO, 1994).

Percebemos que os objetos não são itens imóveis e que não produzem conhecimentos de acordo com suas próprias características, mas os entendemos como dotados de abordagens biográficas que dizem respeito às suas rotas e movimentos por meio de sua entrada nas mais diversas relações sociais, como explica Ulpiano Bezerra de Meneses (1998, p. 92):

[...] os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. Se as observações acima expostas continuarem válidas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los 'em situação', nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social.

Portanto, a noção de documento está emaranhada ao preceito de que todo objeto possui informações a respeito dos diferentes grupos humanos aos quais estes materiais estiveram imersos em seus segmentos sociais, o que se intercrusa com as ideias propostas pela biografia dos objetos. E quem se aproxima deste corolário entre uma relação intrínseca entre sujeito e objeto pertencentes a um mesmo universo de significados e trajetórias através da adoção de biografias culturais é o antropólogo estadunidense Igor Kopytoff, que buscamos analisar com mais profundidade no próximo tópico.

### **1.1.3.2 ABORDAGEM BIOGRÁFICA SEGUNDO A PROPOSIÇÃO DE IGOR KOPYTOFF**

Como dito anteriormente, o enfoque principal da biografia cultural que será aplicado nessa pesquisa e descrito neste item é o modelo proposto pelo antropólogo estadunidense Igor Kopytoff, que no artigo *A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo*,

presente na coletânea organizada por Arjun Appadurai, discute o estudo das coisas como mercadorias, através de biografias que permitissem mapear suas rotas e eventos durante suas trajetórias nas relações de trocapiresentes no sistema mercantil ocidental.

Para fundamentar sua proposição, o autor sugere que sejam aplicadas às coisas biografias culturais, técnica utilizada pela Antropologia Cultural para descrever trajetórias de sujeitos. Nesse caso, com o uso dessa concepção pretende-se:

[...] compreender não apenas as dinâmicas de grupos em relação às coisas e analisar seu trânsito e simbolismo em determinados domínios culturais, mas, sobretudo, sua relação com as pessoas envolvidas (LOUREIRO et al, 2016, p. 05).

Kopytoff também nos chama a atenção que, num mesmo período temporal, diferentes compreensões acerca dos aspectos simbólicos das coisas podem nos levar a distintas percepções culturais, ao afirmar que:

Finalmente, a mesma coisa pode, ao mesmo tempo, ser vista por uma pessoa como uma mercadoria, e como uma outra coisa por outra pessoa. Essas mudanças e diferenças nas circunstâncias e nas possibilidades de uma coisa ser uma mercadoria revelam uma economia moral subjacente à economia objetiva das transações visíveis (KOPYTOFF, 2008, p. 89).

Uma característica que marca a biografia cultural proposta por Kopytoff é a de que por mais que as coisas estejam no mundo das trocas, o que são consideradas como desapegos e aquisições, houve momentos históricos nos quais as pessoas também foram objetos mercadológicos. Isso revela que as coisas possuem uma condição mutável e podem ser mercadorias, ou não, dependendo do contexto e marco temporal em que estão inseridas, podendo ser aplicado aos sujeitos. Para corroborar sua afirmação, Kopytoff cita o período escravocrata como exemplo, relatando como esse processo se aplicava:

A escravidão começa com a captura ou a venda, quando a identidade social prévia do indivíduo lhe é arrancada, transformando-o numa não-pessoa, que, na verdade é um objeto e uma mercadoria de fato ou em potencial. O processo continua, no entanto. O escravo é adquirido por uma pessoa ou um grupo e é reinserido no grupo que o recebe, dentro do qual é re-socializado e re-humanizado por meio da aquisição de uma nova identidade social (KOPYTOFF, 2008, p. 91).

No que concerne a aplicação da biografia cultural, o autor afirma que sejam feitas perguntas as coisas similares as que são feitas para os humanos, pelo fato que “[...] Isso permite traçar a dinâmica da coisa levando em conta vários dos aspectos e papéis desenvolvidos ao longo de sua trajetória social” (LOUREIRO et al, 2016, p. 06). Nesse sentido, as perguntas foram formuladas da seguinte maneira:

Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse “status”, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa e

quem a fabricou? Qual foi sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as “idades” ou as fases da “vida” reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para ela? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p. 91).

Outro ponto a se destacar é que a biografia cultural de uma pessoa pode possuir várias facetas de acordo com o tema escolhido e como principal a ser abordado, por haver uma aceitação peculiar de que o indivíduo que está sendo biografado pode ter várias perspectivas biográficas, como, por exemplo, psicológica, familiar, econômica, dentre outras. Nessas abordagens, portanto, podem ser selecionados aspectos de sua trajetória de vida que sejam mais relevantes em detrimento de outras, diferentemente da biografia de uma coisa, que não pode demonstrar imparcialidade em seu conteúdo. Entretanto, essas diferentes narrativas podem ou não informar sobre algum aspecto cultural do biografado, sobretudo porque a principal característica da biografia cultural é a perspectiva em que o tema é abordado:

[...] Uma biografia econômica culturalmente informada de um objeto o encarará como uma entidade culturalmente construída, dotada de significados culturalmente específicos e classificados e reclassificados em categorias culturalmente constituídas [...] (KOPYTOFF, 2008, p. 94).

É através dessa concepção que nasce o conceito de mercadoria e o estudo de mercantilização. Como força contrária a mercantilização, Kopytoff aponta a cultura como contraponto a toda essa dinâmica comercial, na qual a mercantilização visa tornar o valor da coisa semelhante à de outras. O excesso desse procedimento mercantil em prejuízo ao aspecto cultural aponta para a discriminação desses objetos, tornando todo esse âmbito mercantilista anticultural, com base na ausência de percepção e de sentidos dos diferentes grupos humanos onde as mercadorias estão inseridas.

Nesse sistema se destaca o conceito de singularidade como um método de retirada da coisa do processo mercantil, transformando-a numa não-mercadoria, ao ponto de ser tratada como algo ‘sem preço’. Com efeito, essa denominação tem caráter vasto, acontecendo a sua transformação de algo essencialmente valioso para essencialmente desvalorizado e/ou sem nenhum valor. Nesse caso específico, Beuque (2013) salienta que Kopytoff verifica que nas grandes sociedades as identidades seriam menos estáticas, partindo daí a possibilidade de aplicação de múltiplas classificações e reclassificações aos objetos presentes nestes contextos. Por esse motivo, justamente, é que seria possível pensar que estes artefatos possuem uma "vida social".

Um exemplo ressaltado pelo autor em relação a singularização das mercadorias são os das sociedades complexas ou não-monetárias, ligada ao fato que o anseio de singularizar é



individualmente atendido pela “[...] singularização particular, baseada em princípios tão corriqueiros quanto os que determinam o destino de grandes patrimônios ou de chinelos velhos” (KOPYTOFF, 2008, 109). Quando essa aspiração assume forma coletiva, entretanto, a singularização é frequentemente obtida pela alusão à abertura do tempo, como modelo de passagem da coisa para o processo não-monetário. Um caso clássico para exemplificação sobre a singularização seria o episódio dos automóveis, “[...] que perdem gradualmente o valor até certo ponto, e são valorizados após determinada idade, em que atingem o estatuto de antiguidade” (KOPYTOFF, 2008, p. 109), ou ainda quando:

No mundo homogeneizado das mercadorias, uma biografia rica de uma coisa é a história de suas várias singularizações, das classificações e reclassificações num mundo incerto de categorias cuja importância se desloca com qualquer mudança do contexto. Tal como ocorre com as pessoas, o drama aqui reside nas incertezas da valoração e da identidade (KOPYTOFF, 2008, p. 121).

Como o caso do automóvel citado acima, a mesma situação ocorre com espaços edificados que perderam seu valor de uso, como é o caso do nosso objeto de pesquisa, o Engenho Vitória. Eles veem a se tornar desusados dentro de um determinado momento e, progressivamente, passam por processos de revalorização, onde são vistos como antiguidades, memórias ou objetos de cunho histórico. Entretanto, cabe notar que o Engenho Vitória possui um valor simbólico para Cachoeira por seu protagonismo na construção social e econômica desta cidade e de sua população, em um dos períodos mais estudados da história local e nacional, conhecido como Brasil Colônia, época na qual os engenhos foram os principais cerne da constituição da sociedade açucareira, e conseqüentemente, da sociedade agrária.

Logo, o uso da biografia cultural como estratégia para coleta e apresentação de dados que substanciem a nossa proposta de investigação tem como objetivo entender os diferentes momentos históricos deste equipamento industrial, além de analisar as relações entre a comunidade quilombola do Engenho da Vitória e seus usos acerca deste espaço. Importante salientar que este trabalho visa abrir espaço para que novos atores participem desta pesquisa de forma a contribuir com a construção desta dissertação.

No entanto, como estamos tratando sobre as possibilidades de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória, o que engloba de forma direta acerca das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, sobretudo, arquitetônico, como este campo se origina dentro das estruturas administrativas e mediadoras do poder estatal? Quais os principais programas e proposições que trataram sobre esta área no contexto brasileiro, especialmente em relação à preservação do patrimônio arquitetônico, e que melhorias e desacertos trouxeram para a

salv guarda patrimonial nos âmbitos nacional, estadual e local? É o que discutiremos no próximo capítulo.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL: INSTITUCIONALIZAÇÃO E AUSÊNCIAS**

Neste capítulo, discutimos sobre as políticas públicas e suas minúcias no Brasil, especificamente no setor patrimonial, com o foco nas questões relacionadas à intervenção estatal nas ações de preservação de bens culturais, dando ênfase a conservação do patrimônio arquitetônico, compreendidas aqui como símbolos de um ideário de unificação nacional. Procuramos dividir este verbete em três etapas: na primeira parte, trabalhamos com o surgimento das políticas públicas e suas principais definições, para inserção do leitor nas tratativas históricas que discorrem sobre este tema; no segundomomento deste capítulo, apresentamos um panorama que abarca as políticas públicas para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico no Brasil, com destaque para os principais momentos das formulações e medidas através de projetos elaborados e aplicados pelo Estado, mas com a participação de outros atores, elencados em três planos: o Programa Cidades Históricas (PCH); o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH); por fim, no terceiro e último item, discutimos sobre as principais ações de preservação do patrimônio material no estado da Bahia e na cidade de Cachoeira, para o tratamento das informações que dialogam com o nosso objeto de pesquisa e que se constitui como um amplo conjunto edificado.

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTO HISTÓRICO E DEFINIÇÕES**

De início, é importante entendermos o surgimento e como se sucedeu a aplicação das primeiras políticas públicas estatais. Em relação a sua origem, sabe-se que as vinculações entre Estado e sociedade ocorrem desde a Antiguidade, mas que apenas na Idade Moderna, com o fortalecimento dos Estados Nacionais, é que se tem uma maior preocupação em diminuir as desigualdades sociais, com a promoção de medidas que pudessem incluir alguns grupos então vistos erroneamente como ‘minoritários’.

Com isso, Tinoco (2010) afirma que existe um entendimento de que a organização das políticas públicas como medidas governamentais para satisfazer os anseios de determinados coletivos sociais já era percebida desde o século XIX, sobretudo nos países anglo-saxões. Naquele momento, a ideia era fortalecer a atuação dos governos frente a uma melhor condição social e econômica para a sociedade, algo inexistente principalmente por causa dos privilégios concedidos à grupos hegemônicos que detinham grande influência sobre o Estado.

Nesse contexto, a interferência do Estado no bemestar comum da sociedade era insignificante e desigual, pois, havia a marginalização do indivíduo e a condição de não ser possuidor de direitos. Entretanto, um fato marcante historicamente e que buscava uma mudança

mais efetiva se deu com a aprovação de várias medidas de assistencialismo ocorridas na Prússia, em 1883, com a implantação de um seguro social para questões trabalhistas. Para muitos dos autores desta área, esta seria a primeira abordagem de políticas públicas com viés social realizada com a participação estatal (GIANEZINI et al, 2017).

Um ponto a se destacar é salientado por Dallari (2013), de que a ascensão do capitalismo foi propícia para uma atuação mais consistente do Estado em associação a alguns aspectos concernentes a sociedade, como o social e o econômico. Sobre esse aspecto, destacam-se alguns eventos que foram preponderantes para este acontecimento, tais como:

- A Revolução Industrial, que ocasionou a urbanização das cidades, em detrimento de um êxodo exponencial do campo, mudanças nas condições de trabalho e expressivo aumento na degradação ambiental;
- As I e II Guerras Mundiais, que acarretaramo rompimento com o liberalismo econômico e numa maior participação do Estado na reconstrução das áreas destruídas pelas batalhas;
- A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, que teve como principal medida a intervenção estatal numa aliança com a iniciativa privada, fator que seria mais presente por meio da política neoliberal, implementada décadas depois;
- A ascensão posterior de grandes movimentos sociais, especialmente na década de 1960, que denunciavam a disparidadesocioeconômica que o sistema capitalista causava, além de pregar a livre concorrência e a liberdade individual.

Com as mudanças ocorridas por esses fatores, surge a concepção de um Estado assistencialista e mais participativo nas questões que estavam relacionadas ao bemestar social da população, que traz imersa a consolidação do *Welfare State*<sup>18</sup> como ação estatal, pois:

[...] independentemente da sua renda, todos os cidadãos, como tais, têm direito de ser protegidos – com pagamento de dinheiro ou com serviços – contra situações de dependência de longa duração (velhice, invalidez, etc.) ou de curta (doença, desemprego, maternidade, entre outras) (BOBBIO, MATTEICCI & PASQUINO, 1998, p. 417).

Vale destacar, entretanto, que na década de 1930, nos Estados Unidos, a área de políticas públicas se desenvolve como disciplina científica e acadêmica, revertendo o paradigma de estudos que se concentravam na Europa, por meio das análises da produção dos governos acerca destas ações. Como principais teóricos que contribuíram para a formulação das bases conceituais

---

<sup>18</sup>Segundo Fábio Guedes Gomes (2006) o Estado de bem-estar social moderno nasceu na década de 1880, na Alemanha, com Otto von Bismarck, como alternativa ao liberalismo econômico e ao socialismo.No Brasil, o *Welfare State* surge a partir de decisões autárquicas e com caráter predominantemente político, por meio da regulação dos aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia.

sobre tais princípios, quatro nomes são conhecidos como "os pais fundadores da área de políticas públicas": Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. Sobre tais proposições, Laswell, por exemplo, introduz a expressão conhecida como *policynalysis* (análise política) na década de 1930, para aglutinar o conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, buscando estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e o Estado (LASWELL, 1936 apud SOUZA, 2002).

Já Simon aplica o conceito de racionalidade limitada dos *policymakers* (decisores públicos), com a ressalva de que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para este autor, a coerência dos decisores públicos é sempre diminuída por vários fatores, tais como: informação incompleta, pouco tempo para a tomada de decisão, interesse dos políticos (decisores), etc. De todo modo, a racionalidade pode ser maximizada até certo ponto, sendo satisfatória pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que determine o comportamento dos atores e o modele na direção dos resultados esperados, o que influenciaria na busca da potencialização de interesses próprios (SIMON, 1957 apud SOUZA, 2002).

Como contribuições para a área, Lindblom traz o questionamento sobre a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon que, nesse caso, vai propor a inserção de outros dados para a criação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a junção das diferentes fases do processo decisório, o qual não teria especificamente um fim ou um princípio. É exatamente seguindo essa proposição que o autor afirma que as políticas públicas necessitariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua descrição, além das questões que dialogam com a racionalidade, tais como: o papel das eleições, do âmbito burocrático, dos partidos políticos e dos grupos de interesse (LINDBLOM, 1959 apud SOUZA, 2002).

Easton contribuiu para o campo das políticas públicas ao entendê-la como um sistema, isto é, como um produto que identifica a relação entre três itens: formulação, resultados e o ambiente. Para este autor, as políticas públicas são alavancadas através dos *inputs* (entradas) dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que moldam estas ações por meio da influência dos resultados e de seus respectivos efeitos (EASTON, 1965 apud SOUZA, 2002).

A respeito da conceituação do que seriam políticas públicas, não existe uma única definição que abarque todos os seus pressupostos e conjuntos de atividades que a permeiam, por se tratar de uma complexa conjuntura que envolve diretamente o Estado e sua capacidade de gerar contributos. Em geral, as políticas públicas são adotadas visando o bem comum de uma sociedade, mas que envolve sobremaneira a participação civil como agente de proposição destas mesmas políticas, produzindo assim elementos sociais que correspondam aos seus anseios e

expectativas de garantia de direitos. Ainda sobre esse aspecto, apresentando algumas definições que corroboram com o objetivo destas ações estatais, começando por Celina Souza (2006, p. 26), que compreende as políticas públicas como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Outra definição que pauta a importância das políticas públicas é a de Leonardo Secchi (2013, p. 01), ao afirmar que “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Nesse sentido, Lawrence W. Mead (1995 apud Souza, 2002) complementa essa definição ao pontuá-la como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Compreende-se aqui, portanto, que as políticas públicas são compostas por um conjunto de ações que visam a melhoria da sociedade, já que:

[...] *policynalysis* pretende analisar ‘a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política’ com o arcabouço dos questionamentos ‘tradicionais’ da ciência política (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987 apud SUNDSTROM, 2019).

Logo, ainda de acordo com Celina Souza (2006) as políticas públicas surgem enquanto metodologia para analisar logicamente as decisões do governo a respeito de problemas de ordem pública e social, utilizando-se de instrumentos pertencentes à Ciência Política. No entanto, é necessário ponderar que as propostas de políticas públicas não são feitas apenas pelo Governo, bem como a decisão final sobre o que deve ou não se tornar política pública, mas sim, envolve um conjunto de pessoas e grupos que abarcam diversos eixos de interesses.

Por isso, é importante a compreensão de que existem vários modelos de formulação de políticas públicas, tais como: políticas distributivas, políticas regulatórias, políticas redistributivas, políticas constitutivas, incrementalismo, o ciclo da política pública, modelo *garbagecan* (lata do lixo), coalizão de defesa, arenas sociais, modelo do “equilíbrio interrompido” e o novo gerencialismo público (SOUZA, 2006).

Com relação aos estudos das políticas públicas desenvolvidas no Brasil, Klaus Frey (2000, p. 214) afirma que se trata de um fenômeno recente e enfatiza “[...] a análise das estruturas e instituições ou a caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas”. Ao prosseguir com as discussões no que tange às investigações que tratam deste tema no contexto brasileiro, o autor menciona ainda a necessidade de maior aprofundamento teórico para que os resultados obtidos possam ser generalizados em maior grau. Entretanto, vale notar aqui

que quem traz as principais assertivas sobre este tema dentro da literatura brasileira é Elenaldo Teixeira Coelho (2002, p. 02), na qual o autor entende que este campo se constitui em:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Portanto, as análises do campo das políticas públicas se concentram exatamente na inserção do Estado como provedor de ações que buscam a melhoria das condições de subsistência e de direitos de seu povo em todos os estratos sociais. Afinal de contas, qualquer grupo deve ser considerado partícipe neste processo propondo formulações que visem o apoio estatal para a inclusão de medidas que promovam o bemestar social. Porém, na perspectiva do contexto brasileiro, cabe formular as seguintes questões: como ocorreu a implementação do Estado no campo das políticas públicas e, em particular, na área patrimonial? Quais motivos levaram à ampliação e mudança do organograma das formulações relativas à salvaguarda dos bens culturais nacionais, além da entrada de outros agentes neste campo? Tentaremos responder tais questionamentos no próximo subtópico.

## **2.2 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO BRASIL: AVANÇOS E DESCONTINUIDADES**

Neste item, iremos discutir sobre o processo de formação das políticas públicas no Brasil por meio da intervenção e atuação estatal, com o foco nos programas que visaram à preservação do patrimônio cultural arquitetônico. O intuito é apresentar as diferentes situações e percepções das ações patrimoniais implementadas para renovação das premissas patrimoniais iniciadas na década de 1930 e, mormente, pela atuação do Iphan. Logo, as medidas analisadas neste trabalho dividem-se nas três proposições mais estudadas pelos autores que trabalham com investigações e reflexões sobre esta temática: o Programa Cidades Históricas, o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas.

### **2.2.1 PROGRAMA CIDADES HISTÓRICAS (PCH – 1973/1979)**

Criado em 1973 pela Secretaria de planejamento da presidência da república (Seplan), o Programa Cidades Históricas (PCH) possuía como principal meta a preservação e o desenvolvimento econômico de alguns dos conjuntos urbanos brasileiros patrimonializados através do polo turístico. Revela-se ali a orientação para as proposições de salvaguarda dos bens

culturais edificados, em função da diminuição dos atributos estatais em relação a esta deliberação, e conseqüente descentralização destas políticas. Medidas, portanto, em que estados e municípios, anteriormente excluídos das propostas que direcionavam a proteção patrimonial, foram definitivamente incluídos visando o crescimento regional.

Entretanto, é necessário analisar a conjuntura política que antecede e que dá possibilidade de sua criação. Com o advento do Iphan como órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, utilizando o tombamento como aparato jurídico para chancela dos bens imóveis dotados de características que remetiam ao que se considerava como identidade nacional. A seleção destes elementos patrimoniais contemplava os edifícios que tinham como predominância características do período colonial, como igrejas, sobrados, casas de câmara e cadeia, além de conjuntos arquitetônicos oriundos do estilo da arquitetura moderna.

Com a chegada da década de 1950, há uma explosão no setor industrial brasileiro, o que causa o crescimento urbano das cidades de forma vertiginosa, nomeadamente na região Sudeste. Entretanto, esta expansão ocasionou simultaneamente movimentos de destruição do patrimônio nas cidades históricas, mormente por causa deste novo ordenamento de desenvolvimento socioeconômico. Nisso, Marcia Sant'Anna (2016, p. 61) corrobora com o aumento deste fluxo desenvolvimentista e sua relação com a dilapidação destes bens culturais:

[...] A febre de instalação de indústrias, de crescimento populacional, de abertura de estradas, de modernização da infraestrutura e, por fim, as pressões de expansão urbana atingiram essas cidades históricas e defrontaram o Iphan com problemas urbanos que, rapidamente, colocaram em xeque o seu modo tradicional e pontual de gestão desse patrimônio. Ao lado disso, o modelo de crescimento industrial excessivamente concentrado no Sudeste, ampliou as correntes migratórias nessa direção e também o fosso de desigualdade entre essa e as demais regiões do país. Nestas últimas, o problema do Iphan eram, cada vez mais, a decadência e o arruinamento de um valioso patrimônio urbano, diante da falta de perspectiva econômica nessa vasta parte do território nacional ainda atrelada ao velho modelo agroexportador.

Com a mudança das políticas econômicas, tanto em âmbito nacional quanto internacional, principalmente por causa do avanço populacional acentuado das cidades, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, era necessário repensar as proposições acerca da preservação do patrimônio cultural. Compreendia-se ali que o ritmo citadino havia se modificado e era imprescindível incorporar estes bens a nova dinâmica que os centros urbanos estavam modulando. Logo, ao longo da década de 1960, o turismo é visto como o único modelo viável para a salvaguarda dos conjuntos arquitetônicos patrimonializados, ao qual os Estados Nacionais não conseguiam harmonizar o crescimento demográfico com a proteção patrimonial.

Era imprescindível que o patrimônio cultural fosse alçado a uma nova lógica, e documentos como a Carta de Veneza (1964) e principalmente as Normas de Quito (1967), já



citados neste texto, se destacaram como importantes declarações que ampliavam as noções sobre estes itens, sobretudo a segunda. Apontamentos, portanto, quedimensionavam o seu uso como alicerce turístico para o desenvolvimento das cidades e demais locais, onde estes centros históricos estavam localizados. Além disso, a preservação patrimonial seria realizada por meio desta nova atividade, através da geração de recursos próprios provenientes deste ofício.

No Brasil, com o golpe militar em 1964, nota-se a retomada de um projeto de modernização do Estado, com o foco na centralização das decisões políticas no governo federal, a qual se diferenciava da postura até certo ponto clientelista, principalmente com o capital estrangeiro, que definiu as ações governamentais da década de 1950. Com efeito, os militares reforçavam seu caráter nacionalista e de autoritarismo, baseado na redução de direitos civis e políticos, como no Estado Novo, mas com um viés mais voltado para a repressão e perseguição a quem se subvertesse a ordem vigente (NUNES, 1997).

No campo cultural, há o destaque para a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966, no qual este órgão ficou como responsável por elaborar políticas culturais que pudessem ser implantadas de forma conjunta em todo o território nacional (CALABRE, 2007). Na época, o setor do patrimônio cultural, uma das pastas do CFC, era dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que define a intenção de se pleitear recursos oriundos da Unesco, por meio do Plano do Incentivo ao chamado Turismo Cultural. Um projeto que fora implantado um ano antes e que era aplicado por meio de um concurso financeiro para estabelecimento de financiamento, por parte deste programa, visando a restauração e a salvaguarda de conjuntos arquitetônicos patrimonializados dos países associados a esta instituição.

Para isso, era necessário o parecer de um consultor desta entidade, o que ficou a cargo do arquiteto francês Michel Parent. Visitando inúmeras cidades do território brasileiro em 1967, ele define algumas considerações em seu relatório a respeito do pedido do governo brasileiro para receber investimentos para a recuperação de seu patrimônio histórico, no qual explicita:

Michel Parent afirma também que a preservação só poderá ser alcançada mediante sua inclusão no planejamento urbano do município, bem como por seu aproveitamento turístico. Em vários trechos, ressalta a necessidade de integração aos planos de desenvolvimento globais, enfatizando a necessidade de a política de preservação do patrimônio cultural ser articulada a outras políticas federais, especialmente de turismo, habitação e planejamento, bem como ser compartilhada pelos demais entes federativos, estados e municípios. Recomenda, claramente, que o Iphan se torne um órgão coordenador da política de preservação do patrimônio cultural, pois só assim será possível enfrentar os amplos desafios existentes. Para isso, seria necessária uma completa reestruturação do órgão. Segundo Cláudia Baeta Leal, o relatório de Parent tinha duas perspectivas: chamar a atenção do governo brasileiro para as potencialidades turísticas de seu patrimônio cultural e revelar aos organismos internacionais a excepcionalidade desse patrimônio, que mereceria, portanto, apoio técnico internacional para a sua preservação (CORREA, 2016, p. 22).

Outro importante fato que ratificou o processo de reabilitação dos centros históricos e sedimentou o caminho para a promulgação do PCH ocorreu no início da década de 1970, com os Encontros dos Governadores, que aconteceram em Brasília (1970) e Salvador (1971), e que reverberaram nos Compromissos de Brasília e Salvador, respectivamente. Eventos em que algumas ações foram definidas, como a participação de estados e municípios nesta proposição, com o emprego de 5% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, além da operação da recém-criada Embratur<sup>19</sup>. Ações que estavam em consonância com o Iphan e a Sudene, em conformidade com a área de aptidão de cada uma dessas organizações, para o uso turístico destes bens culturais. Em medidas, portanto, que evidenciavam o processo de descentralização da Administração Pública Federal e a adoção de novos participantes, como agentes viabilizadores para a proteção do patrimônio cultural (CORREA, 2016).

Com isso, surge em 31 de maio de 1973 o PCH, primeiramente concebido como Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, após João Paulo dos Reis Velloso e Jarbas Passarinho, respectivamente ministros do Planejamento e da Educação no governo de Emílio Garrastazu Médici, emitirem a Exposição de Motivos 076-B (EM 076-B/73). O principal objetivo era tentar possibilitar o crescimento econômico por meio da diminuição das desigualdades sociais na região supracitada em comparação com o Sudeste, com a utilização do turismo como ponte desenvolvimentista neste processo. Neste sentido, o programa tem uma linha de pensamento bem definida, baseada na:

[...] conservação e a restauração do acervo cultural para uma utilização economicamente viável. Para tanto, priorizou a recuperação de monumentos existentes em núcleos possuidores de infraestrutura turística ou em suas áreas de influência, e, no interior desses espaços, os monumentos em vias de destruição. A restauração de bens culturais em áreas com potencialidades para o turismo seria uma forma de atrair investimentos e valorizar pequenas cidades ou mesmo bairros de grandes cidades até então marginais dentro do processo de acumulação capitalista brasileiro, então com grandes índices de crescimento, o “Milagre brasileiro”, seguindo também as recomendações da Conferência de Quito (AGUIAR, 2016, p. 141).

Com a mudança do paradigma acerca da preservação do patrimônio cultural, sobretudo o edificado, neste momento, o PCH tem como ponto-chave ser um programa que integre a salvaguarda destes bens culturais ao desenvolvimento urbano e regional, baseando-se na recuperação de conjuntos arquitetônicos que remetesse aos ciclos do açúcar, do algodão e do

---

<sup>19</sup> A Embratur, Instituto Brasileiro de Turismo, foi criada em 1966 como autarquia especial do Ministério do Turismo, responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, ao marketing e ao apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Disponível em: < <http://www.embratur.gov.br> >. Acesso em: 17.09.2020.

couro (AZEVEDO, 2016). Tendo a Seplan como órgão direcionado aos trabalhos relativos a este projeto, havia também a colaboração de outros atores:

A participação efetiva dos municípios e dos estados dava-se por meio de uma contrapartida financeira mínima de 20% para execução de obras para implantação de estradas, energia e saneamento básico, bem como para estudos e planos de desenvolvimento local; os 80% restantes viriam do Fundo (federal) de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI) para financiar projetos que se enquadrassem nas regras do programa. Assim, os estados deveriam apresentar os monumentos a serem recuperados, com respectivas propostas de uso, e as obras de contrapartida que seriam realizadas, para avaliação pela Seplan sobre sua viabilidade econômica. Apesar de envolvido desde os primeiros momentos da estruturação do PCH, ao Iphan coube, nessa primeira etapa, apenas analisar as intervenções arquitetônicas dos monumentos [...] (CORREA, 2016, p. 27).

No entanto, o programa não escapou de críticas que resultaram em mudanças em sua estrutura organizativa e de metodologia. Em 1975, sob o comando de Henrique Oswaldo de Andrade, há a criação dos “planos plurianuais de restauração e valorização de monumentos e conjuntos de monumentos”, o que possibilitaria uma análise integral das propostas para os sítios urbanos, bem como a introdução do conceito da “valorização ambiental urbana” como modelo de crescimento baseado no desenvolvimento sustentável destas localidades. Nesse mesmo ano, o PCH sofre uma ampliação em sua área de atuação, passando a atuar também na região Sudeste<sup>20</sup>, devido a pressões políticas. Para a concretização desta ampliação, foi necessário um remanejamento em seu arcabouço estrutural, que foi feito da seguinte forma:

Para a construção dessa ampliação, Henrique Oswaldo propôs um trabalho conjunto com os estados a serem contemplados, que deveriam apresentar e discutir com o GT os “programas de recuperação e preservação do patrimônio histórico e artístico estadual”. Os estados, portanto, seriam chamados a opinar no momento da elaboração do programa, ou seja, na construção da política, ampliando seu papel antes restrito à apresentação de projetos a partir de critérios estabelecidos pela União (CORREA, 2016, p. 29).

Todavia, a principal mudança na ordenação do PCH aconteceu em 1979, quando o Iphan, que no início do programa tinha apenas a função de fiscalizar as ingerências realizadas nos conjuntos arquitetônicos tombados, torna-se o órgão coordenador deste projeto, através da incorporação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e do próprio PCH. Fato que corroborou para o surgimento de duas novas instituições: a Secretaria de patrimônio histórico e artístico nacional (Sphan) e a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) – que ficou conhecido como sistema Sphan/próMemória, dirigidos por Aloísio Magalhães.

Essa mudança trouxe para o PCH instrumentos totalmente diferentes dos que eram realizados até 1979, deixando de ser um programa específico de preservação do patrimônio

<sup>20</sup> A atuação do PCH se estende aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (CORREA, 2016).

edificado para se tornar mais uma das diversas ações que o Iphan detinha na época. Mudança essa que pode ser considerada como uma secundarização do programa, frente às proposições que o instituto tinha em mente, como Sandra Correa Magalhães explica neste trecho:

A incorporação do PCH a algum órgão federal fazia parte das diretrizes do novo governo, como esclarece a Exposição de Motivos 320, de novembro de 1979, assinada por Eduardo Portella e Antônio Delfim Netto, que transferiu o Programa de Cidades Históricas para o Iphan e estendeu-o a todo território nacional. Nesse documento, foi consolidado o que já vinha sendo apresentado nos documentos internos do programa e no projeto elaborado para o BID: tratava-se agora de um projeto de desenvolvimento urbano dos núcleos históricos. O objeto (patrimônio cultural brasileiro) e o objetivo geral (identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar esse patrimônio) são ampliados. Os objetivos específicos estabelecem um melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens (CORREA, 2016, p. 31/32).

Neste contexto, por mais que as ações e intervenções do PCH como proposta de salvaguarda patrimonial tenham se estendido até 1987 (SANT'ANNA, 2016), pode-se concluir que suas proposições, enquanto programa de interligação ao desenvolvimento nacional, através da preservação de bens culturais arquitetônicos encerraram-se em 1979. Dentre alguns motivos podemos destacar como os mais significativos:

Os recursos foram canalizados de forma desigual, dirigidos às regiões protagonistas, ou seja, com a inclusão do Sudeste a desconcentração proposta pelo PCH acabou anulada. Apesar de instaurado para resgatar o Nordeste da miséria, o PCH, submetido à Secretaria do Planejamento, aparentemente pode ter reduzido, mas foi incapaz de superar os desequilíbrios locais e regionais com a utilização do patrimônio para o desenvolvimento econômico. Além de parte dos valores do Programa ter sido direcionado à construção de hotéis e pousadas no Nordeste, poucos imóveis foram aproveitados para moradias e, da intenção de um “sistema nacional”, resultaram sistemas isolados de preservação federal, estaduais e municipais (FRIDMAN, ARAÚJO & DAIBERT, 2019, p. 626).

No entanto, é preciso reconhecer que conquistas foram obtidas por meio do PCH, como a constituição de um campo de formação profissional por meio do financiamento de quatro cursos de especialização<sup>21</sup> em conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos; o aporte financeiro nunca aplicado anteriormente para a preservação do patrimônio arquitetônico brasileiro, além de influenciar em novas práticas preservacionistas, sobretudo pelas influências da Carta de Veneza e das recomendações dos consultores da Unesco ao realizarem visitas ao Brasil. Entretanto, a grande contribuição do PCH é a prerrogativa de se pensar em programas de proteção patrimonial de forma descentralizada, com a participação de estados, municípios e

---

<sup>21</sup> Alguns destes cursos são: Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE), da Universidade Federal da Bahia, que atualmente funciona como mestrado profissional; e o Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR), que se transformou hoje em um curso regular de graduação no âmbito da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (CORREA, 2016).

outros atores, o que serve como premissa fundamental para o próximo projeto aqui analisado: o Programa Monumenta.

### 2.2.2 PROGRAMA MONUMENTA (1995-2010)

O programa Monumenta foi um plano que visava a preservação do patrimônio cultural do país, com destaque para a salvaguarda dos sítios e conjuntos urbanos. Seu início ocorre a partir de 1995, através dos primeiros contatos entre o Ministério da Cultura (MinC) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) com a proposta de viabilização de recursos para a concretização deste projeto. Entretanto, suas ações são concretizadas apenas no início do ano 2000, no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002).

Considerado por pesquisadores da área como uma continuação do Programa Cidades Históricas (PCH), o Monumenta fazia parte de uma série de medidas elencadas no plano plurianual 2000-2003, conhecido como “Avança Brasil”. Plano que tinha o intuito de promover o desenvolvimento do país, por meio da elaboração de diretrizes para a diminuição das desigualdades sociais e que seriam realizadas com as seguintes medidas:

[...] geração de empregos; a eliminação da fome; o combate à pobreza; a melhoria da distribuição de renda; a consolidação da democracia e a promoção dos direitos humanos para assegurar a estabilidade política e o desenvolvimento sustentável. Somavam-se a redução das desigualdades regionais e sociais, o aumento da qualidade dos serviços públicos e a desconcentração econômica. Para atingir esses objetivos, deveriam ser implementados o “programa de privatização” e a reestruturação do setor produtivo acompanhados pelo fortalecimento “do Estado no papel de regulador e indutor do desenvolvimento” (Cardoso, 1998, p. 4) e pela ampliação dos investimentos de capitais estrangeiros e nacionais (FRIDMAN, ARAÚJO & DAIBERT, 2019, p. 626/627).

Nabil Bonduki (2010) analisa o Programa Monumenta desde a sua concepção, em 1995, até 2010. Segundo o autor, o Monumenta “[...] não é uma proposta tradicional de restauração de edifícios e sítios urbanos protegidos” (Bonduki, 2010, p. 10). Para o referido autor, este projeto pretende criar bases concretas para consentir o desenvolvimento associado à preservação e ao acatamento ao patrimônio, que deve ser protegido e incorporado à vida urbana. Além de preservar os sítios urbanos históricos e culturais, os objetivos do programa delineavam-se em “[...] fomentar o conhecimento e a apreciação das populações brasileiras acerca de seu patrimônio, aperfeiçoar a gestão voltada para a preservação do patrimônio e, sobretudo, fomentar o uso econômico, cultural e social das áreas restauradas” (BONDUKI, 2010, p. 41).

A proposta do Avança Brasil tinha como principal expoente a Conferência da Unesco sobre Cultura e Desenvolvimento, que foi realizada na cidade de Estocolmo, em 1998, e que definiu o conceito de dimensão cultural como uma das formas que determinavam o desenvolvimento humano, tendo como práxis a democratização da utilização do espaço urbano.

Neste caso, é explicitado neste plano que “Aqui entram tanto a revitalização de áreas centrais e as tendências a dar ênfase ao desenho urbano, como, em sentido amplo, a humanização das cidades e das periferias das grandes metrópoles” (Cardoso, 1998, apud Sant’Anna, 2016). Portanto, esta medida por meio deste princípio verifica a necessidade de se estender o Programa Monumenta a todos os conjuntos urbanísticos do país, por entender que só seria possível obter sucesso com este projeto se a recuperação e proteção dos bens tangíveis, sobretudo as construções arquitetônicas, e intangíveis, estivessem atreladas ao turismo cultural. Uma ampliação que buscava promover o desenvolvimento local, além de pequenas alterações na legislação relativa aos sítios urbanos.

Portanto, o Programa Monumenta deferiu pela escolha de 26 cidades brasileiras das cinco regiões do país para serem contempladas por este projeto, devido a sua relevância histórica por meio da restauração de museus, igrejas, palacetes, casas de câmara e cadeia, entre outros imóveis, partindo da premissa de que estes bens deveriam primar pelo desenvolvimento sustentável e na formação de agentes culturais que buscassem a conservação destes locais. As cidades contempladas para receberem os investimentos deste programa foram as seguintes:

Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas do Campo (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG) (CASTRIOTA et al, 2010, p. 104).

Outro detalhe sobre este projeto relacionou-se à aplicação financeira para a recuperação e proteção dos centros urbanos históricos e bens imóveis patrimonializados, os quais contavam com alguns mecanismos, sobretudo relacionados aos municípios como, por exemplo: o Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural; empréstimos concedidos por organizações plurilaterais; e do próprio BID, que contava com a “comercialização” destes monumentos por meio do turismo cultural como instrumento de otimização das políticas de desenvolvimento urbano e de aplicação de planejamentos estratégicos locais. De modo que os recursos produzidos mediante estas atividades deveriam ser reaplicados nestas mesmas localidades.

Tendo alguns modelos de concessão financeira executados no continente sul-americano, em relação ao contexto brasileiro por meio do Monumenta, o BID define alguns parâmetros para a liberação de empréstimos destinados a este projeto, os quais seriam:

Para a concessão de recursos, o BID exigia a existência de instrumentos de avaliação da sustentabilidade econômica e da eficácia social dos projetos, assim como a formação de instituições de gestão locais (incluindo ONGs e organismos da sociedade civil) com práticas administrativas próximas àquelas das firmas privadas. Tais determinações

explicitam a obrigatoriedade da formação de estruturas decisórias independentes dos governos locais. Foi imposta ainda a proposta de organização de empresas para a requalificação das áreas e para o turismo cultural e a formação de parcerias público-privadas entre governos e atores econômicos locais e nacionais (FRIDMAN, ARAÚJO & DAIBERT, 2019, p. 627).

Nesta seara que regulamenta os aportes financeiros, através de empréstimos concedidos pelo BID, o governo brasileiro firma um acordo para efetuação de um fundo de preservação patrimonial por 20 anos, na qual algumas deliberações são definidas, tais como: a criação de empregos; a formação profissional de restauradores e agentes de cultura e turismo; a realização de atividades de cunho educativo, para a aproximação e conscientização das comunidades locais em relação à salvaguarda destes bens culturais; além do financiamento para a restauração de imóveis particulares (Castriota et al, 2010).

Logo, para a concretização do programa foram firmados convênios entre o Ministério da Cultura, prefeituras e estados, no qual o investimento para o Monumenta era previsto para cinco anos (2000-2005), que atingiu a cifra de US\$ 125 milhões, dos quais: US\$ 62,5 milhões eram derivados de empréstimos do BID; US\$ 30 milhões por contribuições do governo federal; US\$ 20 milhões por compensações dos estados e dos Fundos Municipais de Preservação; e US\$ 12,5 milhões concedidos por empresas privadas. Convertendo o valor designado para as ações deste projeto para o real (moeda nacional), portanto, durante o programa foi investido o valor em torno de R\$ 149,3 milhões (FRIDMAN, ARAÚJO & DAIBERT, 2019).

Cabe salientar que o Programa Monumenta passou por uma “divisão”, tanto em preceitos quanto em formulações: o primeiro, de 2000 a 2002, ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso, que ficou marcado por uma série de conflitos, sobretudo entre Iphan e BID<sup>22</sup>. Outros problemas que ocorreram durante esta primeira etapa foram:

Àquela altura, os problemas com os parceiros de ocasião já eram vislumbrados, entretanto sem a profundidade de análise necessária, o que levou o programa, em sua etapa posterior, a uma revisão completa de estratégia, estrutura técnico-administrativa e metas. Detectou-se que, no âmbito municipal, não havia uma garantia de manutenção permanente do acervo; os municípios contemplados com o programa apresentavam baixas taxas de arrecadação; haveria a possibilidade da existência de conflitos entre as câmaras e as prefeituras na instituição do fundo de preservação; inexistia a garantia quanto ao cumprimento dos compromissos estabelecidos pelo programa por parte das prefeituras municipais e, na mesma linha, quanto a ações não cobertas pelo fundo e de responsabilidade dos municípios. Não se constatou, entretanto, a falta de preparo técnico-administrativo e o desinteresse das prefeituras quanto ao programa, pontos,

---

<sup>22</sup> O Iphan, responsável pela concepção das ações relativas à salvaguarda do patrimônio, por meio de um pedido do MinC, elabora um plano que enfatiza a projeção das medidas de reabilitação urbana através do Monumenta em apenas quatro cidades, com a integração dos serviços urbanos considerados prioritários em consonância à proteção e interligação da paisagem natural e paisagística. Esse plano difere das abordagens técnicas e metodológicas oriundas do BID, que prezava a recuperação, e consequente conservação do patrimônio seguindo os preceitos do “desenvolvimento sustentável do patrimônio”, em conformidade à concessão de recursos privados para a realização destas medidas (Gianecchini, 2014 apud Fridman, Araújo e Daibert, 2019).

dentre outros que, no futuro, pesaram fortemente na reformulação da proposta (DUARTE JÚNIOR, 2010, p. 60).

O segundo momento do Monumenta se dá com a posse de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república, em janeiro de 2003. A partir daí, o programa passou por uma reformulação, na tentativa de se aproximar de um viés voltado ao âmbito social sem perder o caráter desenvolvimentista. A inclusão dos ministérios da Cultura, das Cidades, do Meio Ambiente e do Turismo, como mediadores para execução de Planos Diretores das cidades contempladas, tinha o intuito de divulgar o tema da defesa dos bens edificados recuperados como atividade das comunidades locais, o que era considerado como uma das mudanças mais acentuadas nesta nova conjuntura política.

No entanto, talvez a principal medida em relação ao Monumenta ocorre em 2004, com o convênio entre a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Cultura para o financiamento de restauração dos imóveis privados de pessoas que não possuíam condições para investir nesta ação, por juro irrisórios, quase que como uma ação simbólica. Essa medida foi um dos pontos altos do programa, por seu caráter social e de busca de inclusão da sociedade civil como partícipe dos processos de preservação patrimonial no Brasil, algo que historicamente foi relegado à margem das atribuições do Estado. Do ponto de vista organizacional, esta segunda etapa do Monumenta tem algumas mudanças no que diz respeito a sua estrutura de comando e condução das ações do próprio programa, tais como:

O ano de 2006 assinala a “virada” institucional: o Coordenador Nacional do Programa Monumenta é nomeado presidente do IPHAN e a sua estrutura administrativa incorpora-se à do instituto. Com isso, dissolve-se todo um histórico de disputas e constrangimentos entre as duas instituições, com a transformação do programa em uma efetiva ação de estado. Nessa esteira, conclui-se a seleção pública de imóveis privados, realizada nas 26 cidades do Programa, quando foram classificados 892 imóveis. Como desdobramento dessa incorporação, foram também iniciadas as discussões sobre a absorção dos métodos conceituais e gerenciais próprios do Monumenta à estrutura permanente do governo (DUARTE JÚNIOR, 2010, p. 77).

Necessário salientar aqui que a atuação e visão técnica/acadêmica vêm a sofrer alterações neste procedimento. Se anteriormente a decisão de se selecionar um edifício para ser preservado ficava estritamente a cargo de arquitetos, com o Programa Monumenta ganha importância as contribuições de especialistas de outras áreas do conhecimento científico, como historiadores, cientistas sociais, antropólogos e produtores culturais, incorporando um pensamento voltado às relações humanas com estas construções arquitetônicas, algo que não era considerado anteriormente.

Sobre seus pontos positivos e negativos, pesquisadores que investigam esta temática definem que ao fim do Monumenta, 235 projetos dos quase 1500 selecionados nas 26 cidades



contempladas estavam concluídos, com destaque para a instalação dos campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em estruturas arquitetônicas tombadas pelo Iphan nas cidades de Cachoeira e Laranjeiras, concomitantemente. Dentre outras medidas, é necessário salientar como aspectos inovadores o gerenciamento democrático do patrimônio cultural, o avanço das condições de habitação para a população de baixa renda e o mantimento de atividades tradicionais. Contudo, algumas críticas a este programa são abordadas por seus participantes e estudiosos deste tema, tais como: o amortecimento das instâncias públicas pelas instituições externas e por estruturas análogas no gerenciamento dos projetos governamentais; a capacitação técnica insuficiente do Iphan; a fragilidade dos segmentos municipais para a preservação do patrimônio cultural e a discrepância das formulações sem considerar as especificidades de cada local.

### **2.2.3 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – CIDADES HISTÓRICAS (PAC/CH – 2009/2018)**

O Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH) foi lançado em outubro de 2009, já no segundo mandato do ex-presidente Lula (2007-2010), como uma política permanente da Administração Pública, objetivando a preservação do patrimônio histórico nacional. Esse projeto tem como base os elementos teóricos e gerenciais acerca da proteção e gestão patrimonial advindos do Programa Monumenta, o que de certa maneira, o PAC Cidades Históricas vem a sucedê-lo.

Este plano insere-se como proposta de salvaguarda patrimonial e desenvolvimento econômico pelas vias de um forte investimento no âmbito social e turístico. Nesse caso, foi necessário que as propostas governamentais estivessem voltadas para a assistência às populações carentes, na qual o PAC-CH fazia parte por sua relevância como uma proposta de investimentos em setores estruturantes e estratégicos do país. Entretanto, Sant'Anna (2017, p. 150) afirma que, na prática, esta medida não foi feita da maneira como foi pensada:

Esse novo programa, lançado em 2009 com a ambição de aperfeiçoar os anteriores, superar suas fragilidades e ampliar suas conquistas, acabou tornando-se um programa de obras de restauração de grandes monumentos e de requalificação de espaços públicos, o que diminuiu muito sua capacidade de reversão de quadros de esvaziamento e deterioração de áreas situadas em contextos urbanos mais complexos.

Mas este projeto teve objetivos bem definidos, visando o crescimento econômico nacional por meio da aplicação de recursos financeiros em áreas consideradas como primordiais para a sua concretização. Logo, era definido como:

[...] A proposta petista singularizava-se pela execução de grandes obras de infraestrutura no país em três eixos, a saber, logística, energética social e urbana, “contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (idem, p. 1). Foram definidos como objetivos: incrementar o ritmo de crescimento econômico e da renda, aumentar o número de postos de trabalho e superar os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. Para alcançá-los, indicavam-se, entre outros, os seguintes instrumentos: elevação dos investimentos públicos e privados em infraestrutura; aperfeiçoamento do sistema tributário; medidas fiscais; aumento do crédito e proteção ao meio ambiente (FRIDMAN, ARAÚJO & DAIBERT, 2019, p. 630/631).

O PAC-CH contaria com uma receita estimada em R\$ 890 milhões para a recuperação e preservação do patrimônio cultural nacional, sobretudo o edificado. Com este montante, a ideia seria a aplicação destes recursos nas cidades contempladas com o intuito de realizar obras de reabilitação e infraestrutura urbana, além da restauração de imóveis públicos e privados. Partindo desta proposição, a ideia central era a divulgação em âmbito nacional e internacional para que estes centros históricos e demais sítios urbanos fossem alvo de destinação turística, tendo como uma de suas prioridades a formação profissional de guias de turismo e da criação de catálogos virtuais para identificação e difusão destas localidades.

Por possuir as suas bases conceituais e metodológicas delimitadas pela representação em ser um grande projeto desenvolvimentista e que tinha uma sequência estabelecida pelas ações do Monumenta, o PAC-CH era um marco para as políticas de preservação patrimonial, porque este setor possuía uma continuidade de ideias e proposições, algo inédito no contexto histórico das medidas relacionadas ao campo patrimonial no Brasil, e como área de execução de atividades alinhadas ao poder estatal em parceria com outros agentes. Portanto, o PAC-CH tinha a missão de ser um projeto que pudesse dar continuidade às ações que já vinham sendo executadas no plano patrimonial, mas com uma abrangência e com investimentos maiores, comparado aos seus antecessores, especialmente ao programa Monumenta. Nesse sentido, este programa articula-se como:

Esse programa continua também com a ideia da articulação das diversas esferas de governo desenvolvida pelo MONUMENTA: a ação governamental prevista pelo PAC-Cidades Históricas irá envolver instituições federais, estaduais e municipais, para apoiar o desenvolvimento, a recuperação e a revitalização das cidades históricas do país. Assim, este Programa, articulado pela Casa Civil, em parceria com o Ministério da Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), envolve diversos órgãos e instituições na sua configuração final: Ministérios do Turismo, da Educação, e das Cidades; Petrobrás; Eletrobrás; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Caixa Econômica Federal (CEF); e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), além dos governos dos estados e dos municípios e empresas estaduais. Essas diversas instâncias são convidadas a realizar um “pacto” pelo patrimônio cultural, que se corporifica num termo de compromisso plurianual das diversas partes (CASTRIOTA et al, 2010, p. 107/108).

O PAC-CH também se assemelha ao Monumenta em sua forma de gestão, pois adere às formulações da Conservação Integrada, principalmente no que tange ao papel dos municípios,

que são compreendidos como os principais articuladores da preservação dos sítios históricos. Além, evidentemente, da participação de instituições privadas como agentes responsáveis pela conservação destes bens (CASTRIOTA et al, 2010).

Com a demanda de abranger ações para qualquer cidade brasileira interessada, a escolha das obras e dos locais a serem realizados era feita através da elaboração de um "Plano de Ação para Cidades Históricas"<sup>23</sup>, que deveria ter até quatro anos de duração e que conjugasse as definições e formulações entre estado, municípios e Iphan, acerca de um projeto integrado que estivesse alinhado ao Sistema Nacional do Patrimônio Cultural<sup>24</sup>. Nesse sentido, suas ações, portanto, tinham a incumbência de determinar as atividades sobre os sítios urbanos com os órgãos públicos e a sociedade local, com o Iphan sendo o responsável pela fiscalização e prestação de consultoria técnica.

Com a chamada do Edital de lançamento recebendo uma resposta altamente positiva, quanto às inscrições e envio de propostas por parte dos municípios brasileiros, o PAC-CH envolveu nessa primeira etapa 173 localidades, o que ocasionou em seus dois primeiros anos de funcionamento o total de R\$ 133,1 milhões em investimentos. Sobre estes recursos, eles sairiam a partir de 2013, com a realização de uma Chamada Pública que viria a selecionar projetos de 44 cidades (Leal, 2017).

Com a eleição de Dilma Rousseff a presidência da República (2011-2016) foi formulada o que é considerada por alguns autores que estudam esta temática, como a segunda fase deste programa, o PAC 2-CH. Nessa etapa, o poder governamental enfatizou o desenvolvimento local, atrelado ao discurso da defesa do patrimônio histórico conjugado às demais políticas, especialmente as destinadas à diminuição das desigualdades sociais, já utilizada como narrativa e execução em seu primeiro ciclo. Nesse momento, a ideia era priorizar os locais que possuíam bens tombados que estivessem em estado de arruinamento e que houvesse necessidade de obras

---

<sup>23</sup> O Plano de Ação para Cidades Históricas é definido como um instrumento de planejamento territorial voltado ao “enfrentamento das questões estruturantes das cidades” (Iphan, 2009, p. 11), como a preservação do patrimônio cultural (seu eixo central), o desenvolvimento social e a dinâmica econômica. Nesse documento, as cidades históricas correspondem “aos municípios com sítios e conjuntos urbanos tombados ou em processo de tombamento em nível federal, e municípios com lugares registrados ou em processo de registro com o Patrimônio Cultural do Brasil (idem, p. 11) (CASTRIOTA et al, 2010).

<sup>24</sup> O Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) foi recentemente lançado pelo IPHAN no âmbito do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, em dezembro de 2009, num encontro promovido em parceria com o Fórum Nacional de Dirigentes e Secretários Estaduais de Cultura e a Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH). Esse sistema representa o esforço do IPHAN em não mais atuar setorialmente, mas sempre em sentido transversal, unindo as três esferas de governo e a sociedade civil organizada. Os esforços do IPHAN para a construção do SNPC vêm sendo implementados desde 2007, especialmente na área de gestão de patrimônio cultural, com a implementação de várias ações como a reorganização da ABCH, a pactuação com o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e a criação do Grupo de Trabalho do Patrimônio — GT Patrimônio, reunindo IPHAN e órgãos estaduais do patrimônio. Vale citar ainda a realização da I Oficina de Patrimônio e a participação do Iphan na organização da II Conferência Nacional de Cultura — CNC, além dos Planos de Ação para as Cidades Históricas (CASTRIOTA et al, 2010).

de recuperação com certa urgência. Logo, o PAC 2-CH pauta suas metodologias de execução em obras que estivessem alinhadas aos grandes eventos que seriam realizados no país nos anos subsequentes, com um forte aparato na divulgação e acesso turístico, sobretudo ao capital estrangeiro:

Em agosto de 2013, foi anunciada pelo Comitê Gestor do Programa (CGPACCH) a escolha de 423 (ou 425, segundo outras fontes) projetos naqueles 44 municípios de vinte estados brasileiros com investimentos previstos de R\$ 1,6 bilhão para obras de restauração de monumentos (sobretudo igrejas e bens religiosos); espaços públicos tombados (praças, largos e adros); elaboração de cartilhas, cadernos técnicos e divulgação; formação de técnicos e implantação de cursos de especialização em turismo. Pela listagem das localidades contempladas, verifica-se que catorze seriam capitais estaduais; nove possuíam bens reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade e nove seriam sede da Copa do Mundo da Fifa 2014. Acrescente-se a vinculação do PAC 2-CH ao Plano Nacional de Turismo (2013-2016), destacando como um dos pilares primordiais a preparação das cidades-sede dos megaeventos esportivos como destino turístico nacional e mundial, cujas obras receberiam 85% dos recursos oriundos do Governo Federal (Comitê Popular, 2013). Inclusive o Programa BNDES Pró-Copa Turismo proporcionou empréstimos subsidiados (com juros baixos e de longo prazo) para a ampliação e a modernização do parque hoteleiro naqueles municípios (FRIDMAN, ARAÚJO & DAIBERT, 2019, p. 633).

Mesmo com a mudança de governo ocorrida em 2016, através do impedimento de Dilma Rousseff, que foi substituída por Michel Temer, o PAC-CH continuou a funcionar e escolher projetos para que suas ações fossem implementadas, e isso se deve a importantes eventos que aconteceram no Brasil (a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, citados anteriormente). Entretanto, o que se percebe é a diminuição anual de investimentos neste setor que, em 2018, verificou-se a não conclusão de projetos ou que nem chegaram a ser iniciados.

Portanto, após as análises realizadas sobre os três planos elaborados para a preservação e aproveitamento do patrimônio arquitetônico, percebe-se que as políticas patrimoniais são marcadas por momentos de estabilidade e continuidade dos domínios teóricos e metodológicos, sobretudo nos dois últimos programas. Por outro lado, constata-se igualmente momentos de interrupção e mudanças que determinaram o encerramento destas medidas, nomeadamente pelas modificações político-partidárias que ocorreram no plano federal. Logo, essas mudanças apontam para a falta de uma proposta que delimitasse a proteção do patrimônio arquitetônico como uma medida governamental, sem interferências de alianças e diferentes coligações partidárias e ideológicas.

Outro fator relevante é que estas movimentações acerca do patrimônio cultural, principalmente arquitetônico, obtiveram resultados tanto na esfera estadual quanto municipal, até pela própria alteração na dinâmica sobre a preservação patrimonial, com a diminuição das atribuições da Administração Pública nesta seara e a entrada de novos agentes nas demandas em relação às proposições articuladas. Por isso, no próximo subtópico, abordamos como as

formulações sobre o campo da proteção de bens culturais materiais ressoaram, tanto no estado da Bahia como, mais especificamente, na cidade de Cachoeira.

## **2.3 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL NO ESTADO DA BAHIA E NA CIDADE DE CACHOEIRA**

Neste item, apresentamos de forma pontual as principais medidas referentes à preservação do patrimônio material, que foram realizadas no estado da Bahia e, em especial, na cidade de Cachoeira. Na sequência, buscamos entender como a intervenção estatal, por meio das esferas estadual e federal, obtiveram ressonância em âmbito local por meio da implementação de políticas públicas que buscaram a difusão e a proteção do patrimônio cultural, sobretudo arquitetônico, na região.

### **2.3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS NO ESTADO DA BAHIA: PROPOSTAS DE DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL**

A implementação de políticas públicas no campo patrimonial na Bahia se inicia no início do século passado, com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), entre as décadas de 1910 e 1920, como instituição pioneira nas discussões e proposições acerca do patrimônio local frente a sua dilapidação. Como abordamos no primeiro capítulo, em meados da década de 1920, por meio das denúncias de intelectuais sobre o arruinamento de monumentos históricos e arquitetônicos, é que são tomadas as primeiras medidas para a preservação destas edificações com a ideia de se tornarem símbolos para a construção de uma possível identidade nacional. Neste sentido, é que são criadas as Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, reconhecidos como os primeiros órgãos dedicados à defesa do patrimônio arquitetônico nacional, sendo notadamente a Bahia um dos estados contemplados com esta proposta, além de Minas Gerais e Pernambuco.

No caso específico da Inspetoria Baiana, este órgão inicia suas atividades no ano de 1927, como setor auxiliar do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia (que posteriormente se tornaria o Museu de Arte da Bahia - MAB). Um órgão considerado por Suely Cerávolo (2012 apud DÓCIO, 2014) como o embrião para a promulgação de ações e projetos para a proteção patrimonial no plano estadual, e que tinha a incumbência de fiscalizar e conservar o patrimônio artístico e histórico do Estado. Mas é importante salientar que a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais não foi o único órgão criado pelo governo baiano para promover a proteção do patrimônio estadual. Sobre tais iniciativas, em particular, outras instituições foram

destinadas para compor um conjunto patrimonial visando à preservação de bens culturais do Estado, como bem menciona esta autora:

A partir do Arquivo Público do Estado da Bahia (criado em 1890) que de 1915 a 1931 esteve a cargo do historiador Francisco Borges de Barros, acabou se formando um conjunto de anexos – células estaduais de preservação patrimonial – agrupando o Museu do Estado da Bahia (1918), a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais (1927) e a Pinacoteca (1931). Pode-se dizer que os trabalhos de cuidados com o patrimônio ficaram interligados e centralizados no que competia ao Estado (CERÁVOLO, 2012 apud DÓCIO, 2014).

No entanto, cabe salientar que a Inspeção ganha maior importância dentre estes órgãos por serem introdutórios para a política de preservação do patrimônio cultural, e nesse caso, arquitetônico, no estado da Bahia. Esse destaque se dava pelas suas atribuições, às quais eram:

[...] sua função fiscalizadora, dotada de respaldo legal para coibir o comércio de antiguidades, barrando a evasão dos bens móveis. Além disso, propunha-se a impedir a destruição dos bens imóveis, ameaçados pelo processo de modernização do tecido urbano, especialmente o da Capital do Estado. A Inspeção também iria se diferenciar das demais células de preservação patrimonial por ser o primeiro órgão estadual dedicado à salvaguarda dos bens edificados (DÓCIO, 2014, p. 51).

Para realizar suas intervenções apontando para a proteção do patrimônio cultural, a Inspeção contava com as bases fornecidas pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)<sup>25</sup>. Contudo, essa instituição era o reduto da elite política e intelectual local, o que acarretou numa série de medidas que privilegiavam a adesão de determinados monumentos para serem preservados. Uma ação que foi efetuada na tentativa de recuperação de prestígio que esse mesmogrupo havia perdido, por causa da Revolução de 1930 (DÓCIO, 2014).

Embora insuficiente no que diz respeito à atuação na preservação patrimonial local, o desempenho da Inspeção configurou uma antecipação às práticas que seriam estabilizadas pelo Iphan, a partir da segunda metade da década de 1930. Tendo como base os levantamentos feitos pela Inspeção de casarões e igrejas, dentro do território estadual, o referido órgão inicia as ações preservacionistas por meio do tombamento nas localidades onde foram registradas as edificações, as quais denotavam o ideário de uma identidade nacional proposta pelo governo Vargas. Nesse contexto histórico, o Recôncavo Baiano (em especial, Cachoeira), a Chapada Diamantina e Salvador foram as primeiras localidades a terem conjuntos arquitetônicos tombados pela esfera federal.

Vale aquiressaltarque nos primeiros anos de atuação do Iphan, na Bahia, houve a tentativa de omitir as ações do governo para a preservação do patrimônio edificado no estado,

---

<sup>25</sup> Fundado em 13 de maio de 1894, trata-se de uma das mais importantes instituições do saber do estado da Bahia, pelos profissionais de diferentes áreas que atuam neste local, e pelo seu rico acervo, principalmente de jornais, o maior do Estado, datados desde o século XIX. Disponível em: <[www.ighb.org.br](http://www.ighb.org.br)>. Acesso em: 12.05.2020.

sobretudo pelos escritos produzidos por Godofredo Filho<sup>26</sup>, na época diretor do 2º distrito do Iphan, numa tentativa de invisibilizar os trabalhos realizados pela Inspetoria, o qual Vanessa Dócio (2014, p. 88) salienta:

Como pode ser observado no trecho supracitado, fica clara a intenção do autor em procurar desqualificar a atuação do Governo Estadual, para enaltecer o trabalho do SPHAN, podendo estar implícito aqui um dos motivos que levaram à supressão da atuação da Inspetoria baiana: o desejo de mostrar serviço, destacando a ação do SPHAN como única e mais eficaz, omitindo que o trabalho do Órgão Federal na Bahia foi trilhado sobre um caminho já construído pela Inspetoria, como vimos no tópico anterior.

Nas décadas de 1940 e 1950, as principais medidas destinadas à preservação patrimonial tinham como principal objetivo a adoção de preceitos voltados para o turismo, especialmente em Salvador. Nesse cenário destacam-se duas figuras antagônicas, mas importantes neste processo: Wanderlei Pinho<sup>27</sup> e José Valladares<sup>28</sup>. O primeiro, historiador e um dos responsáveis pela instalação da Inspetoria de Monumentos Nacionais no estado, enquanto prefeito da capital baiana entre 1947 e 1951, era um grande entusiasta do setor turístico como fonte de renda para a cidade. Conjuntamente com a atuação do Iphan, Pinho foi responsável pela restauração de vários imóveis e edificações, por perceber que estes conjuntos arquitetônicos possuíam grande potencial histórico, o que seria um importante marco para o processo de ampliação do turismo na capital baiana.

Entretanto, cabe aqui notar que essa medida privilegiava somente os bens dotados de características luso-brasileiras, em contraposição à destruição ou desapropriação autorizada pelo poder público de vários imóveis que eram pertencentes às populações menos favorecidas, principalmente pela presença de negro(a)s nestes locais. José Valadares, no que lhe concerne, vai atuar denunciando este processo de apagamento como uma forma de mascarar a presença negra

---

<sup>26</sup> Godofredo Filho era baiano, nasceu em Feira de Santana, no dia 26 de abril de 1905 e faleceu em 22 de agosto de 1992. Cursou Filosofia e Arte Brasileira, dedicando-se às Letras e ao Magistério. Atuou como docente lecionando História do Brasil na Escola de Belas Artes e Estética na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1937 foi nomeado por indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, para o cargo de Diretor do 2º Distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - Regional Bahia e Sergipe, permanecendo no cargo por quase cinquenta anos (1937 - 1985). Foi representante do Brasil na UNESCO, (1951) no Comitê Internacional de Sítios de Arte e História, sediada em Paris. Era membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; do Instituto de Geologia da Bahia, do Instituto de Filosofia e União Baiana de Escritores, do Conselho Estadual de Cultura, onde foi Presidente. Exerceu também a Direção da ala de Letras e Artes do Centro de Estudos Baianos e do Conselho de Assistência ao Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador. Em 1959, ocupou a cadeira de nº 19 da Academia de Letras da Bahia (SANTOS, 2005).

<sup>27</sup> Wanderlei Pinho (1890-1967) foi um político baiano, tendo sido prefeito de Salvador por duas vezes, e vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro (IGHB). Disponível em: <[www.ighb.org.br](http://www.ighb.org.br)>. Acesso em: 30.04.2020.

<sup>28</sup> José Valladares (1917-1959) era filho de Antônio do Prado Valladares e Clarice Santos Silva Valladares. Estudou na Faculdade de Direito do Recife e se diplomou em Ciências Jurídicas e Sociais. Contudo, não chegou a se dedicar à Advocacia como profissão (DÓCIO, 2014, p. 58).

no Estado, especialmente na cidade de Salvador, além de exaltar a cultura afro-brasileira presente no Estado, com destaque para a cidade de Cachoeira (DÓCIO, 2014).

Algumas importantes contribuições no âmbito das políticas de preservação no Estado foram iniciadas com os exemplos arquitetônicos do patrimônio industrial, visando a salvaguarda de edificações ligadas ao ciclo do açúcar. Nesse contexto, é na década de 1940 que as primeiras instalações industriais que fabricavam o chamado "ouro branco"<sup>29</sup> foram tombadas, como as unidades agroindustriais dos engenhos Matoim e Freguesia, na cidade de Candeias, localizada na região metropolitana de Salvador, e o Engenho Vitória, no qual além da capela, o sobrado também foi tombado pelo Iphan<sup>30</sup>.

Entretanto, segundo Nivaldo Vieira Andrade Júnior (2011) a primeira referência acerca de uma apreensão sobre a salvaguarda de um bem tombado ligado ao plano industrial se deu em meio à polêmica do Conjunto do Unhão para a posterior instalação do Museu de Arte Moderna e do Museu de Arte Popular da Bahia, além da construção de uma avenida. O Conjunto do Unhão<sup>31</sup>, que após pressões e notícias publicadas nos jornais da época, recebeu um novo projeto apresentado pelo arquiteto Diógenes Rebouças, com um traçado alternativo para a construção da Avenida de Contorno, fazendo com que esta edificação fosse poupada de ser descaracterizada. Um processo que se deu da seguinte forma:

[...] Assim que assumiu o cargo em 1959, o Governador Juracy Magalhães recuperou o projeto, elaborado entre 1951 e 1952 pelo Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DERBA), de construir uma avenida à beira-mar – a “Avenida de Contorno” – ligando o bairro do Comércio, na Cidade Baixa, com o bairro da Barra, margeando a Baía de Todos os Santos. Segundo o projeto, a nova avenida deveria passar por dentro do conjunto do Unhão, com uma das pistas passando entre o solar e a capela e a outra rente à fachada lateral da capela, destruindo assim os galpões, o aqueduto e a fonte e descaracterizando completamente a ambiência das construções que seriam poupadas (ANDRADE JÚNIOR, 2011, p. 11/12).

Durante a década de 1960, foi criado o Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC), mais especificamente em 1968, durante o governo de Luís Viana Filho. Este órgão era uma ramificação do Conselho Federal de Cultura (CFC), com o objetivo de pensar e elaborar uma política cultural para o estado da Bahia. Dentro do organograma desta instância estava instalada a Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, cujos integrantes eram pessoas que discutiam e

<sup>29</sup> Para Pires (2009), antes do século XVI, o açúcar era conhecido e consumido como autêntico remédio, do qual se acreditava possuir propriedades terapêuticas e por isso mesmo tinha preço elevado, tanto por essa particularidade como também pela diminuta oferta no mercado de varejo, oferecido em pequenas porções embaladas como se fosse uma panaceia.

<sup>30</sup> Além destes espaços citados, foram também tombados no Engenho Vitória o crucifixo, a senzala e o banheiro. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 21.set. 2020.

<sup>31</sup> Complexo de casa-grande, engenho, senzalas e capela foram construídos no século XVII. Conhecido atualmente como Solar do Unhão, trata-se da atual sede do Museu de Arte Moderna da Bahia. Disponível em: <<http://www.anualdesign.com.br>>. Acesso em 23.set.2020.



atuavam na área patrimonial, como Diógenes Rebouças, Américo Simas Filho, Fernando Fonseca, Mário Mendonça, dentre outros, o que denotava uma predominância de arquitetos no quadro funcional deste setor e do pensamento acerca da preservação do patrimônio arquitetônico neste momento. A respeito deste segmento que envolve as discussões sobre a salvaguarda patrimonial no Estado, o CEC detinha regulamentações específicas e bem definidas sobre esta temática, com a publicação de estudos na Revista de Cultura da Bahia (RCBA)<sup>32</sup>, que serviam como eixos norteadores ao governo na implementação das ações, as quais se dividiram nas seguintes demandas:

As ações do CEC na área do patrimônio consistiam, através de sua Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, na sugestão dos meios necessários à preservação dos bens culturais do estado a partir de várias providências como o levantamento do acervo arquitetônico de valor, a delimitação de áreas de proteção e a preocupação com estudos etécnicas que fossem necessárias à preservação (CARVALHO; ARAS, 2020, p. 36223/36224).

O CEC também foi importante em atividades de cunho patrimonial em diversas regiões da Bahia nos anos subsequentes, como na designação do tombamento de Cachoeira como Monumento Nacional. Atuando com o Iphan, este órgão possibilitou a verificação de outros bens imóveis como patrimônios nacionais, tais como: os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Lençóis e Porto Seguro, no interior baiano; o Forte de São Lourenço, localizado na ilha de Itaparica; e o perímetro dos subdistritos da Sé e do Carmo com seus inúmeros casarões e igrejas tombados, em Salvador (CARVALHO; ARAS, 2020).

Na década de 1970, houve a implementação pelo governo federal de um projeto com o intuito de promover ações de desenvolvimento urbano, por meio da recuperação de edifícios históricos que detinham potencial turístico para visitação de pessoas, buscando novos investimentos e fontes de renda para as cidades que seriam contempladas. Esse programa era o PCH, já abordado neste capítulo, que tinha a região Nordeste como principal polo para a restauração do patrimônio material com viés para o desenvolvimento sustentável. Na Bahia, três cidades foram contempladas para receberem as medidas formuladas por este plano: Salvador, Porto Seguro e Cachoeira. Destaca-se nesse período o plano de recuperação do Pelourinho, iniciado em 1973.

Neste mesmo ano de 1973, uma importante iniciativa foi a realização do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC). Coordenado pelo prof. Paulo Ormino de Azevedo, este plano tinha o objetivo de mapear os monumentos arquitetônicos já sob a tutela estatal, verificando seu estado de preservação, além de criar outras formulações que tivessem o

---

<sup>32</sup> Revista ligado ao CEC que promovia a divulgação de estudos, metodologias e proposituras para intervenção e conservação dos bens culturais (CARVALHO; ARAS, 2020).

mesmo impacto jurídico e preservacionista que o tombamento, só que em âmbito regional. Sobre esse aspecto mais técnico, o inventário baiano teve como referência:

A iniciativa da Bahia tem como antecedente e influenciadora a também primeira iniciativa de uniformização de métodos e critérios para inventários, em nível internacional, realizada pelo Conselho de Cooperação Cultural da Europa. Atendeu à recomendação da UNESCO, de 11.12.1962, submetendo um relatório preliminar aos países membros, para sugestões, em fevereiro de 1964. A versão final do relatório foi redigida em 1965 em Barcelona, contando com ilustres especialistas da Espanha, Itália, França e Bélgica (VIEIRA, OLIVEIRA & SOUZA, 2012, p. 06).

Utilizando fichas de catalogação para o mapeamento de sítios e monumentos históricos, o Inventário Baiano teve suas pesquisas realizadas até a década de 1990 e foi dividido em seis volumes, que abordavam as seguintes temáticas: o patrimônio edificado de Salvador (volume I - 1975), do Recôncavo Baiano (volumes II e III - 1978), da Serra Geral e Chapada Diamantina (volume IV - 1980), do Litoral Sul do Estado (volume V - 1982) e das Mesorregiões Nordeste, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste baianos (volume VI - 1988).

Entre a década de 1990 e parte dos anos 2000, o governo estadual foi dirigido pelo PFL (Partido da Frente Liberal, atual Democratas - DEM) de forma consecutiva<sup>33</sup> e era comandado por Antônio Carlos Magalhães, que já estava em seu terceiro mandato (1991-1993) quando lança as proposições culturais com o intuito de criar uma imagem “sedutora” para a capital baiana. Uma gestão política que inicia uma verdadeira campanha publicitária para ser utilizada pela indústria do turismo e do entretenimento com o foco em atrair visitantes para a Bahia e em especial Salvador, estimulando assim a economia local. Com a reformulação dessa ideia de “baianidade”, já utilizada desde as décadas de 1930 e 1940 nas obras de Dorival Caymmi, Jorge Amado, dentre outros, o governo estadual aposta nesse conceito, com vista para o fortalecimento do setor turístico e cultural, em uma série de políticas de incentivo às manifestações culturais, artísticas e populares, além da preservação do patrimônio cultural, sobretudo o edificado. Nesse aspecto, as medidas voltadas para os monumentos históricos foram:

[...] recuperação dos equipamentos culturais danificados, a exemplo do Teatro Castro Alves e do Museu de Arte da Bahia. Também projetou e iniciou a polêmica revitalização do Centro Histórico de Salvador em 1992, com ênfase no Pelourinho, onde ocorreram desapropriações e parte dos moradores (afrodescendentes e de baixa renda) foram deslocados para áreas periféricas da cidade, configurando o início do processo de gentrificação da área. Depois de concluídas as restaurações, diversos imóveis passaram a abrigar empreendimentos direcionados ao entretenimento e turismo, prevalecendo os interesses do capital privado (RODRIGUES, 2010, p. 52).

---

<sup>33</sup> Antônio Carlos Magalhães (1991 a 1993), Antônio Imbassahy (1993 a 1994). Paulo Souto (1995 a 1999 e 2003 a 2006), César Borges (1999 a 2002) e Otto Alencar (2002 a 2003) (DÓCIO, 2014).

Todavia, em 2006, com a derrota do grupo carlista para o PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições para o governo do estado e que tiveram como gestores, primeiramente Jacques Wagner, e atualmente, Rui Costa, o foco se deu especialmente na descentralização das políticas culturais que tinham anteriormente como eixo central a cidade de Salvador. Tais mudanças político-partidárias culminaram na elaboração de propostas que abarcassem o Estado como um todo, baseando-se principalmente na ideia de território, projetando um olhar mais voltado às manifestações populares e sua consequente tutela no âmbito estadual, do que com programas de preservação do patrimônio arquitetônico que, ao final e ao cabo, resultaram em projetos meramente cenográficos.

### **2.3.2 POLÍTICAS CULTURAIS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL NA CIDADE DE CACHOEIRA**

Aqui, iremos apresentar as principais ações destinadas à preservação do patrimônio material em Cachoeira, mostrando como as políticas públicas de cunho estadual e federal foram determinantes no processo de proteção dos bens materiais locais. Destacamos as décadas de 1930 e 1960, da chamada "fase heroica", para demonstrar o olhar dos modernistas no entendimento da cidade baiana como um importante reduto histórico nacional, através de seus conjuntos arquitetônicos.

Como a maior parte dos edifícios históricos cachoeiranos são datados do século XIX, muito por causa da influência da economia açucareira na região, as primeiras medidas de conservação destes imóveis acontecem em 1927, ano de criação da Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais. Como já citado, trata-se de um órgão estadual responsável por atuar na proteção do patrimônio arquitetônico baiano. Todavia, por falta de ações práticas que concretizassem este processo, pouco foi feito no que tange à proteção patrimonial destes bens culturais, propriamente ditos.

Somente em 1938, com a atuação do Iphan, por meio da Diretoria do 4º distrito, responsável pelos estados da Bahia e de Sergipe, é que algumas iniciativas são de fato promovidas frente à chancela federal para preservação do patrimônio material do município. Sob a direção de Godofredo Filho, a principal preocupação do órgão era evitar a destruição de monumentos por meio do desenvolvimento urbano da cidade e a busca da modernização dos edifícios pelos proprietários. Com isso, algumas questões eram problemáticas para este órgão nesse sentido, tais como:

Cumpre-nos acentuar que, passando presentemente pela cidade de Cachoeira, uma onda de progresso e relativo bem-estar econômico, os proprietários de muitas das casas que enumeramos, sobretudo das mais modestas, procuram reformá-las modificando-as para

que deem maior conforto ou rendimento. O que fazer então? Será conveniente tomar todas elas, prejudicando economicamente os seus donos, que se verão privados de melhorá-las? Ou tombaremos apenas o exemplar mais significativo de cada época, estilo ou categoria social? [...] Qual a providência preferível no caso? Donde se conclui que, para todas as sugestões e perguntas feitas, esperamos do SPHAN respostas que nos permitam agir com segurança, conciliando a defesa do patrimônio histórico e artístico de Cachoeira com outras razões igualmente justas e poderosas (GODOFREDO FILHO, 1939 apud RODRIGUES, 2010).

Com a proposição de tomar os bens imóveis de forma isolada e não os conjuntos urbanos em sua totalidade, por acentuar a ideia de "patrimônio nacional" e ser uma prática adotada em praticamente todo território brasileiro, a tutela realizada pelo distrito regional do Iphan privilegiou os monumentos com características barrocas, edifícios religiosos e edifícios que detinham relevância historiográfica, como a Casa de Câmara e Cadeia, e a residência de Ana Nery<sup>34</sup>. Com isso, entre 1938 e 1943, foram tombados em Cachoeira edifícios localizados na zona urbana e rural, dentre eles, o Engenho Vitória. Por possuir recursos e corpo técnico diminuto, a destruição do patrimônio arquitetônico cachoeirano foi flagrante e se acentuou na década de 1960, com a recessão econômica decorrente do declínio das culturas açucareira e, principalmente, fumageira, e a atuação da Petrobrás através de investimentos em algumas cidades do Recôncavo Baiano, como Cachoeira. Maria Brandão (1998, p. 45) constata que:

[...] o advento da Petrobras, apesar de sua estrutura gigantesca, de seu papel catalizador na ampliação e geração de intensas transformações no sistema viário, no mercado de trabalho e nos mercados bancário e imobiliário, criou um mundo novo e relativamente fechado, que se mostraria incapaz de revitalizar a região no seu conjunto, frente a uma estrutura social arcaica e desgastada. E as cidades históricas de São Félix, Maragogipe, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré e Jaguaripe, como o circuito de casarões e templos que pontuam a região, continuaram a morrer.

Todo esse processo teve graves consequências para o patrimônio material de Cachoeira, algo que as superintendências de preservação patrimonial estadual e federal não conseguiram conter, e que ficou evidenciado por uma junção de motivos, os quais Maria da Paz Rodrigues (2010, p. 94) salienta:

A decadência econômica em Cachoeira produziu efeitos perversos para o patrimônio em decorrência do esvaziamento de alguns imóveis por conta do aumento das migrações, dificuldade econômica dos proprietários em manter os casarões em bom estado de conservação, os inúmeros assaltos às igrejas e vendas ilegais de bens móveis que compunham as fachadas de propriedades privadas, além da incipiente ação no período dos órgãos de preservação federal e estadual.

---

<sup>34</sup> Nascida em Cachoeira e símbolo da cidade, Ana Nery foi uma das pioneiras no emprego da enfermagem no Brasil, tendo atuação destacada na Guerra do Paraguai. Disponível em: <<http://www.bahiana.edu.br>>. Acesso em: 11.out.2020.

Entretanto, essa situação começa a mudar na década de 1970, através da pressão do poder público municipal em aliança com determinados setores da sociedade civil que, mesmo com a decadência do setor econômico em Cachoeira, somados à dilapidação do patrimônio material por não receberem a devida tutela da esfera federal, entendiam que a cidade possuía grande relevância dentro do cenário histórico brasileiro. Além disso, tinha-se o entendimento de que havia um grande peso no ideário de uma identidade nacional, exatamente por sua malha arquitetônica que remetia a um período em que as políticas culturais patrimoniais detinham certo apreço.

Com toda essa movimentação, aliado a um retorno de medidas que privilegiavam a proteção e a valorização dos conjuntos edificados históricos ligados a tradição luso-brasileira, tais ações se tornaram prioridades como política cultural no período militar, como já foi abordada neste capítulo. Através do Iphan, portanto, o poder federal aprova o processo 843-T-71, que garante o tombamento integral da área urbana de Cachoeira e a inscrição de seu conjunto arquitetônico e paisagístico no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Um processo federal que garantiu para a localidade a condição de Monumento Nacional, ratificado em 13 de janeiro de 1971 pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, o qual objetivava o desenvolvimento da cidade também pelo ramo turístico.

Com o objetivo de promover sua valorização e desenvolvimento por meio da preservação e recuperação de sua área urbana, especialmente dos imóveis considerados relevantes à memória nacional, este decreto faz com que diversas medidas fossem implantadas para que Cachoeira se tornasse de fato um símbolo da história brasileira, calcada principalmente no período colonial, com destaque para os monumentos arquitetônicos localizados no município. Tais políticas eram voltadas para:

[...] a adoção de plano urbanístico adequado à preservação do acervo arquitetônico e natural dos sítios históricos; a criação de uma Fundação organizada pela sociedade civil e com personalidade jurídica, a fim de orientar os serviços de conservação das edificações e logradouros, a urbanização dos bairros novos e os empreendimentos privados; elaboração de um plano para incremento do turismo em benefício da cidade; e inclusão no Programa Nacional de Cultura de ações complementares de assistência, incentivo, valorização e difusão dos bens inseridos no núcleo histórico de Cachoeira. O decreto previa, ainda, a realização dessas ações pelos Ministérios da Educação e Cultura, do Planejamento e Coordenação Geral, do Interior, das Minas e Energias, dos Transportes, da Indústria e Comércio, pelo IPHAN e EMBRATUR e pelos Órgãos e Fundações Estaduais e Municipais competentes, com o custeio das despesas incluso no orçamento do Governo Federal [...] (RODRIGUES, 2010, p. 95/96).

Aliado ao processo de tombamento, Cachoeira foi uma das cidades baianas que receberia investimentos do PCH (Programa Cidades Históricas). Com isso, as obras deste programa

iniciaram em 1974 e eram de responsabilidade do escritório local do Ipac<sup>35</sup>. Suas intervenções, no entanto, foram introduzidas no sentido de recuperar as fachadas de alguns imóveis destacados, com o objetivo de "devolver" os seus traços originais, muitas vezes modificados por reformas feitas sem o devido aparato técnico, buscando assim criar um cenário que possibilitasse o uso destes bens arquitetônicos como equipamentos turísticos (RODRIGUES, 2010). Deste modo, as fachadas e edificações que receberam ações restauradoras por meio das medidas do PCH foram:

Solar Estrela (atualmente sede das Obras de Assistência Social da Paróquia de Cachoeira e do restaurante Rabbuni), a casa de Ana Nery e parte da Igreja Matriz; as fachadas de todos os prédios entre o Solar Estrela e a Igreja Matriz na Rua Ana Nery; as fachadas das casas no corredor do prédio do IPHAN na Praça da Aclamação; e foram recuperados também o prédio onde hoje funciona a sede do IPAC e as fachadas dos sobrados vizinhos na Praça 25 de Junho. Além dessas intervenções citadas, ocorreu também a adequação do Convento e da Igreja da Ordem Primeira do Carmo para utilização turística [...] (RODRIGUES, 2010, p. 107).

Mesmo com todos esses esforços e investimentos das esferas estadual e federal, Cachoeira não conseguiu se consolidar como um destino turístico capaz de atrair capital, sobretudo privado, que propiciasse o desenvolvimento local. Isso se acentuou com o fim do PCH, o que ocasionou nos anos subsequentes, sobretudo na década de 1990, no descaso do poder público, em todos os seus âmbitos, com a proteção e a conservação do patrimônio material cachoeirano.

Com a derrocada da atividade turística durante toda a década de 1990, o que causou a falta de intervenções para a preservação do conjunto edificado na cidade, e seu consequente arruinamento, apenas nos anos 2000 é que Cachoeira volta aos holofotes do poder federal como local de relevância historiográfica e de atratividade para diferentes grupos sociais, seja da Bahia ou de outros estados do Brasil. Durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, é anunciado o Programa Monumenta, já citado neste capítulo, como uma nova política de investimentos para a recuperação de cidades históricas com potencial para o turismo e o desenvolvimento social. Firmado então o projeto com o governo do estado, e após a análise de uma carta aberta para que a população cachoeirana pudesse apresentar seus pontos de vista em relação a esta proposição, o Programa Monumenta foi responsável pela intervenção arquitetônica nos seguintes edifícios:

Inicialmente, a Área de Projeto selecionada compreendia apenas o chamado Centro Histórico, onde se concentram os monumentos de maior relevo da cidade, do ponto de

---

<sup>35</sup> Autarquia vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult-BA). Promulgada pela Lei Estadual nº 2.464, de 13 de setembro de 1967, com o objetivo de promover e executar políticas de preservação dos patrimônios culturais da Bahia. Disponível em: <[www.ipac.ba.gov.br](http://www.ipac.ba.gov.br)>. Acesso em 05.05.2020.

vista arquitetônico, formando, de acordo com as recomendações do Regulamento Operativo para sua delimitação, um “conjunto arquitetônico harmonioso”, favorecendo a confluência de atividades econômicas e sustentabilidade da área. Nessa perspectiva, os monumentos contemplados pelas intervenções do Programa seriam o Conjunto do Carmo (Igreja da Ordem Primeira, Igreja da Ordem Terceira e Casa de Oração), Casa de Câmara e Cadeia, imóvel na Rua Ana Nery, nº 7 (casa natal de Ana Nery), Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e a Capela de Nossa Senhora da Ajuda. A Capela D’ Ajuda, primeira igreja edificada em Cachoeira no final do século XVI e marco de referência da formação do núcleo urbano, foi eleita o projeto de arranque do Monumenta, cujas restaurações foram concluídas em novembro de 2002 (RODRIGUES, 2010, p. 165/166).

Além destes edifícios citados como obras resultantes do Programa Monumenta, vale destacar a atuação deste projeto para a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, uma das várias universidades que faziam parte de um plano de governo por parte do Partido dos Trabalhadores (PT) para a descentralização e interiorização do ensino universitário. Inicialmente, a UFRB dá início a seus trabalhos em 2005 no prédio anexo do Colégio Estadual da Cachoeira. Com a restauração da antiga fábrica Leite Alves como uma das demandas deste plano de recuperação do patrimônio arquitetônico, finalizada em 2009, a UFRB ganha seu próprio espaço no município, com o intuito de promover a formação e a qualificação acadêmica e profissional na cidade e na região, além de fomentar o comércio local (NETO, 2018).

Entretanto, mesmo com a recuperação de vários imóveis históricos da cidade, não houve ressonância para a criação de agentes culturais e turísticos que promovessem estes locais como equipamentos para essas funções. Além do mais, observa-se que não foi construída uma narrativa para que a comunidade cachoeirana fosse protagonista na preservação do patrimônio edificado, o que propiciou sobremaneira a deterioração e a necessidade de intervenções para uma nova restauração destes prédios.

Outro ponto a ser considerado é a preocupação por parte dos três entes federativos (Município, Estado e União) com a malha urbana da cidade e o seu conjunto arquitetônico como parte indissociável da história local, em detrimento dos edifícios localizados na zona rural de Cachoeira. Nesse âmbito inclui-se justamente o Engenho Vitória, que possuía grande relevância na construção histórica, econômica e social da região, mas que seria relegado pelas políticas públicas da época. O investimento nessa localidade possibilitaria a ampliação de destinos para visitação, pensando evidentemente na lógica turística, além de oferecer formas de desenvolvimento para as populações oriundas desta localidade que, em sua maioria, continuam sendo as mais afetadas de forma negativa do ponto de vista socioeconômico.

Neste sentido, as relações entre o Engenho Vitória e a comunidade quilombola do Engenho da Vitória são vistas com mais ênfase diante da ausência de ações preservacionistas neste equipamento industrial que, hoje, se encontra em processo de arruinamento e com a falta de

investimentos sociourbanos para a melhoria de vida dos núcleos familiares circunvizinhos, sobre a comunidade quilombola do Engenho da Vitória. Com isso, entendemos que analisar as distintas formações e movimentações destes dois componentes reflete exatamente nas proposições de se pensar em uma gestão compartilhada unindo estes dois elementos. Além disso, observa-se aqui a necessidade de construção de suas biografias que abarquem todos os pontos referentes às suas trajetórias, ponto que trataremos no próximo capítulo por meio da aplicação da biografia cultural.



### **3. BIOGRAFIA CULTURAL DO ENGENHO VITÓRIA E DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO DA VITÓRIA**

Neste capítulo, buscamos desenvolver uma abordagem conceitual sobre os principais dados de constituição do Engenho Vitória e da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, com base no modelo específico de biografia cultural, seguindo os preceitos elaborados nos estudos de Igor Kopytoff, introduzido na primeira parte desta dissertação. Com estas formulações concebidas por este autor, o objetivo aqui é tentar responder alguns questionamentos, destacando o protagonismo histórico deste empreendimento e deste coletivo social a luz desta proposta.

Para a aplicação deste conceito, iremos dividi-lo em dois momentos, por entendermos que esta fragmentação nos propicia maior entendimento sobre os caminhos relacionados aos componentes aqui analisados, e com base nos questionamentos propostos por Kopytoff para a construção da biografia cultural. Por isso, na primeira etapa, trataremos sobre os aspectos ligados às diferentes trajetórias do Engenho Vitória e sua constituição como um dos principais equipamentos agroindustriais do Recôncavo Baiano no período da cultura do açúcar e após a derrocada deste vetor socioeconômico. Sendo assim, apresentamos quatro tópicos deste verbete desmembrados do seguinte modo: 1) Abordagem sobre a economia açucareira em Cachoeira no século XIX; 2) Levantamento historiográfico do Engenho Vitória; 3) Análise da estrutura e do que restou do conjunto arquitetônico do Engenho Vitória; 4) Retrospectiva sobre a revolta escrava ocorrida no Engenho Vitória.

No segundo momento, analisamos os processos de formação, organização e as diferentes concepções acerca da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, que se origina através do funcionamento do Engenho Vitória. Nesse caso, a ideia aqui é reforçar as diferentes teias de relações sociais entre estes polos, destacando-se as distintas interações deste grupo social e o conjunto arquitetônico tombado. Portanto, para descrição desta comunidade, abordamos os seguintes pontos: 5) Comunidade quilombola do Engenho da Vitória: formação e organização; e 6) Trabalho e submissão: aspectos sociais e identitários no Engenho Vitória.

É importante salientar que a elaboração dessas etapas de trabalho tem como objetivo apresentar informações oriundas de fontes bibliográficas, dados iconográficos e entrevistas com os indivíduos que moram na localidade, para atestar e substanciar a proposição deste capítulo. Subsídios estes que possibilitam a criação de uma biografia cultural tanto do Engenho Vitória quanto da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, aos moldes das proposições formuladas por Kopytoff, e que configure em um único escopo biográfico, com vistas a mapear e analisar toda a gama de elementos que estão relacionados a estes itens. Trata-se, portanto, da

investigação de um patrimônio cultural que possui grande relevância para a história da cidade de Cachoeira e do próprio Recôncavo Baiano, ao ser considerando no passado um dos principais centros industriais e sociais de referência para a economia canavieira da Bahia e quiçá do Brasil. Por conseguinte, analisamos igualmente a existência de um grupo social que adquiriu compostos sociais próprios e que se identificam como indivíduos que eram a força motriz deste espaço socioindustrial, e dos descendentes dos sujeitos que atuaram na mesma função.

### **3.1 BIOGRAFIA CULTURAL: ENGENHO VITÓRIA**

Iniciando com a descrição dos dados biográficos do Engenho Vitória, em resposta aos questionamentos formulados por Kopytoff, elaboramos nossa argumentação sobre a sua primeira pergunta, na observância de que as possibilidades biográficas que levantamos em relação a este espaço agrário são primeiramente de ordem econômica, pelo fato de que esse equipamento se constituiu como uma proeminente unidade industrial açucareira da região. Secundariamente, atentamos para o seu caráter social, por constatarmos uma cadeia de diferentes grupos humanos que usufruíam deste ambiente e se relacionaram intimamente nesse local de trabalho, por um longo período. Terceiramente e de cunho patrimonial, notamos que este engenho produziu um conjunto arquitetônico peculiar do século XIX, que seguia uma complexidade estrutural comum naquele período histórico, tanto na região quanto em outras partes do país.

#### **3.1.1 ABORDAGEM SOBRE A ECONOMIA AÇUCAREIRA EM CACHOEIRA NO SÉCULO XIX**

Em relação ao primeiro momento a ser explanado sobre as informações biográficas a respeito do Engenho Vitória, se constitui primeiramente pelo enfoque sobre a economia açucareira em Cachoeira no século XIX, com o objetivo de contemplar os principais aspectos sobre esta temática mais específica. Neste contexto, buscamos relacionar as bases econômicas do trabalho escravizado com o nosso objeto de estudo e demais engenhos localizados na região, e de como tais equipamentos influenciaram na manutenção de uma aristocracia agrária ao longo deste ciclo econômico, até a sua derrocada, que aconteceu ao final deste mesmo período.

Primeiramente, faz-se necessário contextualizarmos como se inicia o ciclo açucareiro no Brasil. Com o início da colonização das terras brasileiras por Portugal em 1500, surge a necessidade de utilizar o local como área de sustentação e fabricação dos principais produtos econômicos consumidos na Europa, sobretudo para aumentar a riqueza da corte mediante a cobrança de impostos para a metrópole portuguesa. De acordo com a bibliografia disponível, os primeiros engenhos de cana são construídos no Brasil porque o consumo de açúcar no continente

européu era cada vez mais acentuado, e nessa época, Portugal era o maior produtor mundial dessa especiaria, possuindo igualmente o seu monopólio comercial. Portanto, este vetor econômico inicia-se logo nos primeiros anos do século XVI, ao entender que as terras virgens brasileiras seriam propícias para a realização desta atividade. Por isso, a produção canavieira inicia-se:

[...] pela implantação e desenvolvimento ininterrupto da agroindústria açucareira, favorecidos pela liberdade de produção, estímulo e proteção oficiais. Isto resultou da condição monopolista de Portugal no mercado europeu, daí por que a empresa agrícola açucareira já nasce com um certo porte. Como observa Simonsen, eram de tal monta as despesas das primeiras instalações coloniais em terra virgem e hostil, exigindo instalações defensivas, portuárias e de transporte, que não se justificava a montagem de engenhos pequenos. Daí a construção de engenhos médios, que produziam acima de três mil arrobas, com muitos deles chegando a atingir dez mil. Só nesta escala o empreendimento tinha viabilidade econômica (AZEVEDO, 1990, p. 24).

Segundo datações arqueológicas, o primeiro engenho no país foi construído onde atualmente é a cidade de Porto Seguro, no estado da Bahia, no início do século XVI, conhecido como engenho do Itacimirim (ETCHEVARNE, 2018). Com o passar do tempo e a necessidade de maior demanda de produção, várias outras unidades deste porte foram instaladas em praticamente todo o litoral brasileiro até o século XIX, com maior presença nas regiões que hoje estão localizados os estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. O crescimento na quantidade de engenhos foi tão acelerado que na Bahia, por exemplo, “[...] havia 18 engenhos de cana na Bahia no ano de 1572, passando este número a 36 apenas 12 anos depois. E já no início do século XVII, eles eram 50” (TAVARES, 2005, p. 85).

Um dado interessante sobre os engenhos de açúcar é da sua concepção ser proveniente de meios privados, principalmente pela associação de diferentes indivíduos e famílias, com destaque para as agremiações entre donatários portugueses e espanhóis. Um exemplo típico de empresa açucareira formada seguindo este modelo é o Engenho São Jorge dos Erasmos, de Martim Afonso de Sousa, que foi construído entre a década de 1530, na capitania de São Vicente, decorrente de uma sociedade feita entre o colono português e a família Schetz, da Antuérpia.

Para retirar o máximo possível de lucro da atividade canavieira, a Coroa Portuguesa financiou a criação de *plantations* (Figura 01), que eram grandes terrenos destinados à produção de açúcar, sendo controladas pelo senhor de engenho e destinadas exclusivamente ao cultivo desteproduto. Em seu início, a mão de obra utilizada nas lavouras açucareiras era proveniente das populações indígenas, entretanto, por possuir grande resistência por parte dos jesuítas, essa opção foi substituída pela mão de obra vinda da África, oriunda de povos trazidos das colônias

portuguesas existentes naquele continente a preços baixíssimos e sendo ali escravizado, fato que influenciou na grande rotatividade do tráfico humano neste período.

Figura 01: Exemplo de plantation para colheita de cana de açúcar.



Fonte: [www.todamateria.com.br](http://www.todamateria.com.br)

Nesse sentido, a prosperidade do setor açucareiro, mormente em relação à metrópole portuguesa, no século XVI, é permanente. Isso vai se somar a diferentes fatores, tais como: o monopólio português sobre a produção e distribuição do açúcar no continente europeu; a experiência na produção canavieira advinda da fabricação em Portugal e em ilhas do Atlântico que estavam em sua posse; e o avanço de equipamentos específicos para a realização desta atividade.

O engenho de açúcar, conhecido também como engenho-banguê, era baseado numa forma específica de disposição organizacional. A sede administrativa do engenho situava-se na casa-grande, local onde o senhor de engenho, familiares e demais auxiliares estavam instalados. Além disto, outras edificações que faziam parte dessa estrutura, incluindo as plantations, eram: a fábrica, a moenda, a casa das caldeiras e a casa de purgar, a senzala (lugar para abrigar precariamente o(a)s escravizado(a)s), bem como tudo o que concernia àquela grande propriedade rural (Figura 02).

Figura 02: Estrutura arquitetônica e funcional de um engenho de açúcar.



Fonte: [www.todamateria.com.br](http://www.todamateria.com.br).

Por isso, entende-se que essa grande estrutura rural se denotava não apenas como um local de exploração das terras brasileiras, mas como um marco para a criação e sustentação da sociedade açucareira, que se formava por seus hábitos e costumes próprios, e que se entrelaçavam em uma norma de relações sociais fortemente caracterizadas. Por meio desta conjuntura, Gilberto Freyre escreve a célebre obra *Casa Grande & Senzala*, já mencionada neste trabalho, abordando a formação e o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, durante o período colonial em meados do século XVI. Essa produção literária retrata a vida no litoral fértil da região nordestina, focado na questão do(a) negro(a), trabalhador(a) a fio das plantações, dos engenhos e principalmente das fábricas, que com seu suor e sangue, construiu os alicerces desses locais (FREYRE, 1993).

Um ponto importante sobre a fabricação do açúcar nos engenhos está relacionado à técnica aplicada, baseada no ato de moer a cana. Esse processo se notabilizou por não haver "[...] evolução significativa durante todo o período colonial, isto é, por quase três séculos. Somente a partir do século XIX, assim mesmo timidamente, novas técnicas foram introduzidas no país, principalmente oriundas das Antilhas francesa e inglesa, quando não das próprias metrópoles desses povos" (GOMES, 1996, p. 117). Sobre esse aspecto, tido como unidade de produção canavieira, o engenho era constituído pela fábrica, pela casa de purgar e demais instalações, ou seja, tratava-se de uma estrutura industrial complexa que necessitava estar próxima a rios para que toda a cadeia operatória de fabricação deste produto fosse realizada. Porém, com a evolução técnica e especialmente no que tange ao transporte deste material, essa cultura produtiva foi sendo paulatinamente transformada, como aponta Geraldo Gomes (1996, p. 118):

Quanto à localização dos engenhos, a proximidade dos rios foi um forte condicionante até meados do século XIX, quando começaram a surgir as primeiras estradas de ferro e intensificou-se a utilização da energia a vapor também para movimentar as moendas. A partir de uma implantação mais orgânica, os edifícios dos engenhos foram se dispondo no terreno de uma maneira mais racional, provavelmente seguindo modelos franceses.

Nesta disposição sobre a localização dos engenhos, sua escolha era considerada pelos tipos de fontes de energia empregadas nestes equipamentos para que as atividades relativas à fabricação do açúcar e demais processos fossem realizados. Nestes espaços, ao longo de seu funcionamento, diferentes formas energéticas foram utilizadas, tais como: força humana, destacando-se os escravizados trazidos do continente africano; tração animal, especialmente bois e cavalos; força hidráulica, com o uso da roda d'água e a utilização de combustíveis, como o calor através da queima de lenha, e a máquina a vapor.

No que concerne ao período açucareiro no Recôncavo, e mais especificamente ao município de Cachoeira, Rubenilda Sodré dos Santos (2009) relata que para evitar e combater a exploração clandestina das terras recém-descobertas, o governo português iniciou o povoamento da localidade concedendo terrenos aos portugueses com recursos, para que fossem instalados os primeiros engenhos de cana-de-açúcar. Essa concessão privilegiada dos latifúndios para uma elite portuguesa provocou uma grande expansão desta atividade na região, porque Cachoeira constituía-se como o principal ponto de ligação estratégico entre Salvador e a região sertaneja, ademais de ser o local derradeiro para a navegação do rio Paraguaçu. Carlos Ott (1996), por sua vez, menciona que o povoamento tanto em Cachoeira quanto no Iguape, principais pontos de localização dos engenhos na região, ocorreu com o início da chegada de vários colonizadores:

Os mais imponentes povoadores tanto do Iguape como de Cachoeira foram: os primeiros povoadores do Vale do Iguape foi Antônio Peneda; outro foi Antônio Dias Adorno que primeiro se estabeleceu no rio Sergi para cima, mas mudou-se para o Vale do Iguape e ia ser o ancestral de um clã ilustre, o dos Adornos que iriam ter papel importante na Zona de Cachoeira durante séculos. O terceiro povoador importante foi Antônio Lopes Ulhoa que, já em 1587, possuía um engenho no Vale do Iguape. Outro era Antônio Rodrigues com “fazendas e canaviais”. João de Brito de Almeida, em 1587, já possuía aí “um engenho de pedra e cal e uma capela dedicada a São João” (OTT, 1996, p.53).

No século XVII, alguns fatos são marcantes para um período de turbulência na estrutura canavieira, tais como a invasão holandesa a Salvador em 1624<sup>36</sup>, onde conseguiram aprender todo o processo de fabricação do açúcar e tornaram-se grandes produtores e concorrentes nesse

---

<sup>36</sup> A armada holandesa partiu do porto de Texel em dezembro e a viagem durou quase seis meses, cujo propósito era invadir a capital do Reino do Brasil com bastante munição. Em 9 de maio de 1624, a cidade de Salvador amanhece sob o domínio e os efeitos do bombardeio de uma esquadra holandesa composta por 26 navios, sob o comando de Jacob Willekens. Os arrasadores disparos de canhões, seguidos do vandalismo dos invasores, acarretaram inúmeros prejuízos à cidade, inclusive com a destruição do prédio da Câmara onde estava instalado o Arquivo Histórico, cujos documentos foram completamente destruídos pelo fogo (BEHRENS, 2013).

mercado, comparando ao que era produzido nas Antilhas. De acordo com a bibliografia disponível, consta historicamente que os holandeses destruíram vários engenhos no Recôncavo e em Cachoeira como represália por terem sido expulsos de Salvador.

Ao comercializar este produto a preços muito baixos, os holandeses tornaram-se os principais fabricantes e revendedores mundiais de açúcar, causando uma grande crise na zona açucareira brasileira, afetando conseqüentemente a região cachoeirana. Nos últimos anos deste mesmo século, contudo, a economia canavieira se recuperou com o aumento das cotações desta mercadoria, o que possibilitou o restabelecimento dos produtores de cana e a construção num ritmo mais veloz de novos engenhos, e na tentativa de retomarem seu poderio lucrativo no mercado canavieiro.

No século XVIII, as várias oscilações de preço no mercado externo e a maior concorrência na produção do açúcar fizeram com que a economia açucareira em Cachoeira não atingisse seu potencial econômico, o que possibilitou a deflagração de vários momentos de crise. Mesmo com a criação da Mesa de Inspeção<sup>37</sup> em 1764, que era responsável por estabelecer uma política de preços adequada à comercialização e transporte do açúcar, esse período é denotado por uma estagnação na produção deste produto na região.

Momento-chave deste subtópico, o século XIX para a economia açucareira em Cachoeira foi de extremos, na medida em que marcou tanto a retomada de produção e prosperidade nesse ramo, quanto o início de sua derrocada como principal atividade econômica da localidade. No início do século, a produção do açúcar no Recôncavo voltou a crescer pelo fato dos preços deste produto se manterem constantemente elevado por diversos motivos, dentre eles: “[...] as guerras napoleônicas, a desorganização da produção nas colônias espanholas e inglesas das Antilhas e a ampliação do mercado consumidor europeu” (PINHO, 1946 apud BAHIA, 2009).

A recuperação deste setor, ocorrida nesse período, refletiu diretamente no aumento da quantidade de engenhos na região, dentre eles o Engenho Vitória, pertencente ao comerciante Pedro Rodrigues Bandeira, juntamente a outros engenhos construídos nessa mesma época, tais como o Engenho Conceição, Engenho Buraco, dentre outros. Esse aquecimento do comércio agrário propiciou a reconquista de prestígio e o aumento da fortuna da elite canavieira, em razão

---

<sup>37</sup> A Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco da Bahia foi estabelecida em 1751 para incentivar a agricultura, buscando assim superar o quadro de dificuldades apontado no documento de sua criação, no qual o rei dizia que tinha sido “informado da grande decadência em que se acham a lavoura e o tráfico do tabaco e açúcar, que são os dois gêneros em que consiste o principal comércio deste reino com o Estado do Brasil”. A decadência da agricultura, a falta de informações mais detalhadas sobre os produtos coloniais e a necessidade de melhorar os gêneros agrícolas eram assuntos recorrentes na documentação da Mesa de Inspeção trabalhada para esse período. DECRETO de sua Majestade que baixou ao Conselho Ultramarino a favor do Comércio e Fábrica do Açúcar e Tabaco de 27 de janeiro de 1751 (NOVAIS, 2017).

de outras atividades estarem se destacando como fonte de renda e riqueza em Cachoeira, em especial o cultivo do fumo.

Um fato que ajudou nesse crescimento acentuado desta atividade na primeira metade do século XIX se deu pela evolução nos meios de transporte, mais especificamente da navegação a vapor, facilitando o deslocamento do açúcar para os portos da Baía de Todos os Santos. Como se sabe, Cachoeira possuía uma localização privilegiada por ser o último ponto navegável do rio Paraguaçu, o que contribuía para uma estreita relação mercantil entre a capital e o interior. Logo, este produto continuou sendo o principal vetor de renda da freguesia neste período.

Com o domínio nesse momento, mesmo que em menor escala em comparação aos séculos XVI e parte do XVII, os senhores de engenho eram a principal categoria social no que diz respeito ao acúmulo de riqueza na região, pelo fato da produção acentuada de açúcare por cobrar pelo uso dos seus equipamentos aos moradores da região. Sem condições de adquirir um engenho próprio, essa comunidade local se via obrigada a utilizar esta unidade industrial para produzir o seu próprio açúcar. Outro ponto de congruência para a acumulação de fortunas desses latifundiários era que muitos deles tornaram-se grandes escravistas e, por compulsão ao poder, ocuparam cargos políticos tanto em âmbito local quanto nacional. Esta capitalização de bens por parte dessa classe socioeconômica baseou-se em três fontes, as quais estão presentes na dissertação de mestrado de Uelton Freitas Rocha, intitulada - *“Recôncavas” fortunas: a dinâmica da riqueza no recôncavo da Bahia*— onde ele explicita:

[...] escravos, imóveis e benfeitorias. Isso se deve à natureza da produção, agromercantil, voltada em boa parte para a exportação. Os escravos e os famosos solos de massapê, propícios para o cultivo da cana, eram dois componentes básicos da presunção açucareira. O destacado percentual das benfeitorias devia-se às instalações e equipamentos necessários para a manufatura do açúcar. Incluía-se nas benfeitorias a casa de purgar, o engenho, a casa de caixaria, a casa de bagaço, senzalas, e outras construções [...] (ROCHA, 2015, p. 191).

Contudo, desde o início da segunda metade do século XIX, a economia açucareira em Cachoeira começa a dar sinais de enfraquecimento por causa de alguns fatores preponderantes, tais como: a retomada da produção de açúcar nas Antilhas; o ingresso da beterraba como matéria-prima principal no processo de produção do açúcar europeu; e, principalmente, a Abolição da Escravatura em 1888. Outros motivos que levaram à decadência do ciclo canavieiro na região foram “[...] a diminuição dos negócios da lavoura; o êxodo da mão-de-obra local para as minas de ouro e diamante na Chapada Diamantina e a rápida expansão da indústria fumageira na região [...]” (SANTOS, 2009 apud FERNANDES & OLIVEIRA, 2012).

A contar desse período e dessa série de situações que se sucederam, boa parte dos engenhos da região são desativados ou os poucos que ainda funcionaram na época, como o caso



do Engenho Vitória, voltam-se para a fabricação de outros produtos. Daí em diante, a cultura açucareira acaba se resumindo à ação de usineiros através da prática especulativa, que durou aproximadamente até a primeira metade do século XX.

### 3.1.2 LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO DO ENGENHO VITÓRIA

Para este segundo dado biográfico sobre o Engenho Vitória, procuramos responder o próximo questionamento formulado por Igor Kopytoff, no qual o autor indaga sobre o surgimento e a respeito de quem criou o objeto ou a coisa. A fazenda Nossa Senhora da Vitória (Figura 03), como era conhecida, onde fica localizado o sobrado (Figuras 04 e 05), surge no início do século XIX, em um período de retomada da pujança da economia açucareira no Recôncavo Baiano, como vimos no tópico anterior. Aproveitando-se do momento econômico favorável, o engenho foi construído entre 1812 e 1820, e se notabilizou por ser uma das principais unidades agroindustriais da região, principalmente por continuar com suas atividades mesmo com o fim da cultura açucareira tradicional. Principal produto econômico do Brasil Colônia e Imperial, a cultura do açúcar se ampliou com a sua diversificação na produção de papel e aguardente, especialmente no século XX.

Figura 03: Localização da Fazenda Nossa Senhora da Vitória destacada em amarelo.



Fonte: Arquivo digital da SPU, 2020.

Figura 04: Engenho Vitória às margens do rio Paraguaçu.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Figura 05: Parte do antigo sobrado.



Fonte: Arquivo digital do Iphan, 1939.

Situado na margem esquerda do Rio Paraguaçu, com uma área aproximada de 1375 hectares e com um pouco mais de seis quilômetros de distância da zona urbana de Cachoeira, o Engenho Vitória limita-se com antigas fazendas de açúcar que fizeram parte do ciclo de retomada da economia canavieira no século XIX, que são a Fazenda Engenho do Buraco, que pertencia a Pedro Rodrigues Bandeira, mesmo proprietário do Engenho Vitória; Fazenda Tororó; Fazenda Guaíba; Fazenda Imbiara; Fazenda Calolé e Fazenda Bastos, desmembrada da Fazenda Tororó. Além disso, quatro comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares estão localizadas nas terras da fazenda Vitória: as comunidades do Engenho da Vitória, Tabuleiro da Vitória, Terra Vermelha e da fazenda Imbiara<sup>38</sup>.

Em relação ao antigo proprietário deste local, o comendador Pedro Rodrigues Bandeira foi um dos comerciantes mais acentuados tanto no Recôncavo quanto no estado da Bahia no período. A sua atuação na instalação de estaleiros para estabelecimento da navegação a vapor, interligando o Recôncavo Baiano a Baía de Todos os Santos, demarcou o seu protagonismo regionalmente por incrementar e facilitar o transporte e o escoamento fluvial do açúcar para Salvador.

O comendador Pedro Rodrigues Bandeira também era um dos principais escravagistas da época, muito por sua posição econômica e social, pois “[...] em 1817 ele destacava-se como um dos diretores da filial do Banco do Brasil, na Bahia, juntamente com o brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquês de Barbacena, proprietário no Iguape, na década de 1820, do engenho da Ponta, e Manuel João dos Reis” (NASCIMENTO, s/d, p. 07). Além disso, o

<sup>38</sup> Sobre as informações citadas, elas foram obtidas por meio do Relatório de Fiscalização Individual nº 124/2018, realizado pela Superintendência do Patrimônio da União da Bahia (SPU/BA), através de visitas feitas ao local por técnicos desta entidade.

comendador se destaca por outros feitos importantes no início do século XIX, que demonstravam sua influência tanto no âmbito regional quanto nacional, tais como:

Na década de 1820, ele fez parte do grupo de deputados brasileiros que participou da Assembleia Constituinte reunida em Lisboa, constituição esta que motivaria o desejo de independência do Brasil do domínio português, concretizado dois anos depois. Em consequência disso, seu nome está ligado também às lutas pela retomada da cidade de Salvador, em 1823, que se encontrava sob o controle de tropas portuguesas que invadiram a cidade do Salvador e forçaram o deslocamento de parte da população soteropolitana para o Recôncavo Baiano (NASCIMENTO, s/d, p. 07).

Em 1835 o comendador Bandeira vem a falecer, deixando seus engenhos, dentre eles o Vitória, e outras propriedades como herança para sua sobrinha, D. Tereza Clara M. Viana, filha de Francisco Vicente Viana e casada com o primeiro Barão do Paraguaçu, e seus filhos. O documento de registro de terras atesta esse processo:

O Barão do Paraguassú morador no Engenho Madruga possui um engenho denominado Conceição situado n'esta freguezia, o qual houve por morte do Commendador Pedro Rodrigues Bandeira que lhe deixou em herança; o qual confina pelo lado do Norte com terras do Engenho Tororó da viúva do Dezebargador Manoel Jacintho Navarro de Campos; pelo lado do Oeste com o Rio Paraguassú; pelo Sul com o engenho Victoria do mesmo Barão do Paraguassú e, deste com a Terra Vermelha, servindo de divisa com a estrada do Iguape, confinando tão bem com terras do engenho Desterro do Tenente coronel Francisco Vicente Vianna e Fazenda Calolé de Thomaz Pedreira Geremoabo e do commendador Francisco de Souza Paraizo. Cachoeira 3 de março de 1860. O Vig. Encomendado Manoel Teixeira (NASCIMENTO, s/d, p. 08).

O novo proprietário do Engenho Vitória, o primeiro Barão de Paraguaçu, chamava-se Salvador Muniz Barreto de Aragão de Souza e Menezes (1789-1865) e era natural de São Francisco do Conde. Patriarca de uma das famílias mais tradicionais do Recôncavo e dono de vários engenhos de açúcar em Cachoeira, Salvador foi membro do IIBA (Imperial Instituto Bahiano d'Agricultura) (NASCIMENTO, s/d). A família Muniz Barreto, assim como várias outras da elite brasileira, se unia por matrimônio com o propósito de aumentar seu patrimônio e perpetuar-se no poder, uma prática muito comum durante o período colonial e imperial.

O Engenho Vitória, assim como os outros engenhos da região, também era local de grandes eventos como as visitas de ilustres personalidades. Destaca-se nesse processo, a visita do Imperador D. Pedro II no ano de 1859, quando realizou uma viagem pela Bahia e a do viajante alemão Robert Christian Ave-Lallemant um ano antes, em 1858, por ser colega de um dos filhos do primeiro Barão de Paraguaçu, Francisco. Conhecido como segundo Barão de Paraguaçu ou Visconde de Paraguaçu, Francisco foi Cônsul Geral do Brasil em Hamburgo no ano de 1855. Nessa viagem, Ave-Lallemant menciona que nesse período outro filho de Salvador Muniz Barreto, Egas Muniz Aragão, era o proprietário do Engenho Vitória, como se observa registrado em seu diário:

A uma pequena milha de Cachoeira, descendo o Paraguaçu fica, bem perto da margem, a grande e notável plantação de cana de açúcar, o Engenho Vitória, cujos habitantes se fizeram certa celebridade, sem que se tenha esforçado para isso. Esse renome consiste na perfeita educação europeia e nessa irrestrita hospitalidade como eu realmente só encontrei no Brasil, em toda sua extensão, e que lá mesmo só achei possível entre os fazendeiros mais ricos. O proprietário do Vitória é o Sr. Egas Moniz de Aragão, juntamente com seus dois irmãos, originários duma das famílias brasileiras mais distintas, com cujo irmão, Francisco, eu tinha em 1835 estudado em Heidelberg (NASCIMENTO, s/d, p. 09).

Com o falecimento do patriarca Salvador Muniz Barreto em 1865, nesse momento chamado apenas de Engenho Vitória, tal propriedade começa a ser administrada por seus três filhos: Francisco, Egas e Pedro Barreto de Aragão, passando por um período de crise financeira por causa do fim do Império e a abolição da escravatura. O engenho só volta a funcionar no início do século XX, quando Francisco Muniz Barreto, um dos proprietários do engenho e que era agrônomo “[...] começa a recuperar o engenho substituindo a roda d’água por máquina a vapor e aumentando o cultivo de bambu para produção de papel” (IPAC, 1979, p. 120). Com essas melhorias, em 1915 o engenho passa a produzir aguardente, tornando-se uma usina<sup>39</sup> especializada na fabricação desta bebida.

Sobre este momento de transformação do Engenho Vitória em usina, que viria a ser denominada Usina Vitória do Paraguaçu, ele vem a ocorrer pelas novas indigências que surgem durante o período republicano e, principalmente, no início do século XX, com o crescimento do setor industrial no Brasil e o advento de novas tecnologias para produção de materiais que estavam no bojo das mercadorias que sustentavam a economia nacional. Com o término do período escravocrata, os libertos tentavam se inserir em uma nova realidade, mas muitos tinham dificuldades, o que fez com que grande parte destes sujeitos permanecessem nas fazendas trabalhando de forma remunerada ou através de arrendamento, que explicaremos mais adiante.

Sobre as características da Usina Vitória do Paraguaçu, ela se destaca mais especificamente pelo seu maquinário e por sua extensão territorial:

Usina Vitória do Paraguaçu do distrito desta cidade (Cachoeira), com seus maquinários e demais pertences inclusive a destilaria, seus terrenos demarcados, com 3.158 (tarefas de terra), dividindo-se ao Norte com a Fazenda Tororó, a Leste com as fazendas “Calolé”, Embiara, Guaíba e sítios de Israel Costa de Almeida, Vitoriano Moreira e Antônio Félix; a Oeste com o rio Paraguaçu e ao Sul com o Engenho Buraco e Fazenda Soares (MIRANDA, 2014, p. 46).

Com a criação da usina, houve um forte êxodo de trabalhadores e libertos de diversas regiões do Estado para trabalharem neste empreendimento, o que contribuiu para o

---

<sup>39</sup> Com o encerramento do sistema escravista, e sobretudo da economia açucareira, muitos engenhos passaram por modificações estruturais, nas quais transformaram-se em novos equipamentos industriais, como usinas, tal como o Engenho Vitória (MIRANDA, 2014).

desenvolvimento local e para mudanças estruturais na casagrande e no próprio empreendimento, como a adoção de um gerador movido a gás que produzia energia elétrica e garantia a iluminação do casarão, da usina e do largo que antecede a casa grande. Nesse sentido, os impactos desta usina na localidade são analisados da seguinte maneira:

A instalação e funcionamento das usinas, além de significar, em relação aos engenhos, um grande avanço tecnológico, definindo, de maneira precisa, o tipo industrial da atividade e da empresa que a realiza, assinalou, evolução da zona açucareira, o momento de enorme significação econômica e sociológica (COSTA PINTO, 1958 apud BRANDÃO, 1998).

Como ressaltamos anteriormente, o Engenho Vitória é chancelado pelo Estado como patrimônio nacional em 1941, pelo processo 284-T-1941 (Anexo I). Entretanto, seu funcionamento dá até a primeira metade do século XX, mais especificamente até 1950, encerrando de forma definitiva as suas atividades devido ao acúmulo de dívidas empregatícias com seus funcionários e com a União, levando ao confisco de seus bens que foram apropriados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool<sup>40</sup>. Esse procedimento acontece em 1954 e, em 1969, o Instituto do Açúcar e do Alcool oferece as terras ao governo do estado, que não demonstra interesse pela área (IPAC, 1979).

O I.A.A mantém-se como administrador do Engenho Vitória até o início da década de 1990. Entretanto, em 1973, através de um acordo entre este empreendimento e o Ministério da Marinha, o terreno é cedido pela União para o uso deste órgão como prerrogativa para a expansão das instalações da Base Naval de Aratu (Anexos II e III), processo sancionado apenas em 1976 (Anexo IV). Com isso, ficou definido que a Marinha poderia utilizar as terras da Fazenda Vitória através da cessão por comodato<sup>41</sup> de forma provisória antes de transferência definitiva do imóvel. Contudo, em 1979, por contenção de despesas dos gastos públicos, a Marinha desiste do processo, realizando a devolução desta propriedade ao I.A.A (Anexos V e VI).

Na década de 1980, ocorre a restauração do casarão do Engenho Vitória (Anexo VII), sendo coordenada pelo Iphan e realizada pela empreiteira ECON, com a adoção de várias medidas para a conservação deste conjunto arquitetônico (Anexos VIII, IX e X), procedimento

---

<sup>40</sup> A criação do IAA marcou a consolidação do intervencionismo governamental na agroindústria canavieira do país, instituído a pedido dos usineiros, principalmente os do Nordeste, então às voltas com uma violenta crise de superprodução. A intervenção do governo federal no subsetor teve início pouco depois da Revolução de 1930 (outubro), por meio do Decreto nº 19.717, de 20 de fevereiro de 1931, que tornou obrigatória a mistura de 5% de álcool à gasolina importada, bem como a utilização pelos veículos pertencentes a órgãos públicos de combustível que contivesse álcool pelo menos numa proporção de 10%. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>>. Acesso em: 29.nov.2020.

<sup>41</sup> Modelo de contrato aplicado a empréstimos gratuitos de objetos não fungíveis, isto é, itens que não podem ser substituídos por opções semelhantes. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br>>. Acesso em: 29.nov.2020.

que não estava sendo adotado pelo I.A.A. Ainda, em 1991, o Instituto de Açúcar e Alcool acaba sendo extinto no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (Anexo XI), deixando de ser o órgão diretor do Engenho Vitória.

Com a sua desativação, o Engenho Vitória ficou sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio da União da Bahia (SPU-BA), instituição que possui a tutela de administração dos bens federais tombados no Estado, mas que não vem sendo utilizado por outras instituições. Nos anos 2000, ocorrem alguns embates entre Iphan e SPU por conta de pedidos de novas apropriações e usos deste espaço por parte de alguns empreendimentos, como da Associação da Nobreza Histórica do Brasil<sup>42</sup>, Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape<sup>43</sup>, e Grupo Ecológico - Humanista Papamel<sup>44</sup>, o que acarreta em autos de infração e processos<sup>45</sup> por parte do Iphan acerca a falta de manutenção e a consequente deterioração deste conjunto arquitetônico.

Com base no levantamento historiográfico sobre o Engenho Vitória, descritos até essa parte da pesquisa, buscamos responder a terceira e quarta perguntas formuladas por Kopytoff, na tentativa de demonstrar a sua trajetória de transformações em consonância com os sujeitos que eram detentores desse local, durante todo o seu período de funcionamento até a sua derrocada. Após tais acontecimentos, é possível identificar algumas fases de uso diferenciadas deste engenho, que passou a pertencer a outras instituições, recebendo subsequentemente novas funcionalidades.

---

<sup>42</sup> Em 26/07/2006 ocorre o pedido de cessão da Casa Grande do Engenho Vitória e entorno pela Associação da Nobreza Histórica do Brasil, associação sem fins financeiros, que previa a restauração do local e a criação de um museu no espaço, conforme, segundo o requerente, o acordado em reunião com a presidência do Iphan. Na data de 15/08/2006 há a manifestação da Procuradora Federal junto ao Iphan recomendando o estabelecimento de contato com a Superintendência do Patrimônio da União na Bahia para esclarecimento da situação cadastral do bem. Com isso, em 29/08/2006 o Iphan encaminha ofício à SPU solicitando informações sobre a situação cadastral do Engenho Vitória, ao mesmo tempo que em 21/09/2006 encaminha outro ofício solicitando cópia do registro imobiliário do bem. Já em 23/10/2006 há o recebimento do Ofício da Associação da Nobreza Histórica solicitando cessão do imóvel, encaminhado pelo Chefe de Gabinete da Presidência do Iphan, assim como de respectiva resposta pelo Presidente do referido órgão à Associação, afirmando a intenção de promover gestões junto à SPU para efetivação da cessão da Casa do Engenho Vitória para abrigar as atividades da entidade, o que acaba não ocorrendo.

<sup>43</sup> Em 12/09/2007 o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape encaminha ofício ao Iphan solicitando vistoria do referido órgão para possível reinstalação da roda d'água do Engenho Vitória. Em 25/10/2007 é emitido o Parecer Técnico nº 0372/07 aprovando a reinstalação da roda d'água e sugerindo ação do Iphan para intervenção no Engenho Vitória em caráter emergencial. Entretanto, o projeto não foi realizado.

<sup>44</sup> Em 12/01/2009 o Grupo Ecológico - Humanista Papamel envia ofício ao Iphan apresentando intenção de desenvolver projeto de restauração, além de pedido de disponibilização de toda a documentação do imóvel. Em 24/03/2009, o Iphan responde ao grupo informando que não é possível disponibilizar a documentação;

<sup>45</sup> Os referidos processos do Iphan contra a SPU são: 01502.001673.2006.92 e 01502.001673.2014.63.

### 3.1.3 ANÁLISE DA ESTRUTURA E DO QUE RESTOU DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ENGENHO VITÓRIA

Neste terceiro ponto da biografia cultural, analisamos mais especificamente a estrutura do conjunto arquitetônico do Engenho Vitória. A investigação dos dados relacionados ao alicerce desta edificação foi baseada a partir do levantamento bibliográfico e de registro fotográfico, feito mediante a saída de campo direcionada ao locale realizada em dois momentos distintos, que foram os anos de 2018 e 2020. Em seguida, avaliamos as mudanças ocorridas neste espaço edificado, bem como a interpretação dos elementos obtidos para a composição do texto. Tais procedimentos se fazem necessários, na medida que entendemos essa localidade hoje como um conjunto arquitetônico em franco processo de arruinamento e que teve no passado grande influência no período canavieiro, sobretudo porque “[...] A arquitetura dos engenhos do Recôncavo é de grande valor arquitetônico e principalmente o Engenho da Vitória, devido ao seu estilo especial de arquitetura do açúcar [...]” (SANTOS, 2012, p. 35).

O objetivo desta análise junto com a complementação de informações iconográficas é atestar que atualmente o Engenho Vitória encontra-se em franco processo de arruinamento, o que corrobora com a nossa proposição de que é necessário se pensar em políticas de gestão para a preservação deste conjunto arquitetônico. Além disso, atentamos para o fato de que esta ação seja concebida considerando a participação da sociedade civil e, mais especificamente, da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, ao lado dos órgãos que lidam diretamente com a área da proteção patrimonial. Nomeadamente nesse ponto, Esterzilda Berenstein de Azevedo descreve em seu livro, *Engenhos do Recôncavo Baiano*, seu entendimento de, nos primeiros séculos, a história do Brasil está ligada à criação dos engenhos, acima de tudo pelo fato de que a sociedade patriarcal açucareira foi forjada nesses ambientes (AZEVEDO, 2009), e define os engenhos como:

[...] grandes complexos arquitetônicos com edificações que cumpriam funções diferenciadas e imbricadas entre si. O número de edificações e os partidos (ou padrões) arquitetônicos variavam de acordo com a capacidade de produção e a importância de cada um. Alguns complexos assumiam o caráter de povoações semiautônomas, enquanto outros se restringiam ao indispensável para a produção do açúcar (AZEVEDO, 2009, p. 10).

Para melhor entendimento desse tópico, decidimos dividir a análise em quatro locais que compõem a edificação do Engenho Vitória e por compreendermos como estruturas principais para a obtenção de informações anexadas a essa etapa, as quais são: o sobrado ou casa-grande, espaço fabril, a capela e a senzala. Em relação ao sobrado, o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural da Bahia (IPAC, 1979) traz uma descrição deste espaço como:

Sobrado de relevante interesse arquitetônico, desenvolvido em três níveis, segundo planta em “T”, recoberto por telhado de muitas águas. O sobrado, originalmente, se ligava à fábrica. Uma passagem coberta que serve de acesso tanto ao sobrado quanto ao engenho divide o térreo em duas partes. De um lado, “loggia” e duas salas abrindo-se para o rio. Do outro, saguão de mármore, capela abobadada, depósitos e quartos de criados [...] (IPAC, 1979, p. 117).

Ainda de acordo com o IPAC (1979), o sobrado residencial é composto por amplas salas de visitas e de jantar, oito quartos, instalações, cozinha, copa, dependências de empregadas e casas para os trabalhadores da fazenda, todas bastante estragadas e com alto grau de deterioração. Além disso, esse inventário descreve a existência de uma pequena olaria, um galpão utilizado como garagem para barcos e outros vários galpões nos quais estão as máquinas de usina de açúcar e destilaria, uma oficina e o almoxarifado. Entretanto, algumas mudanças na estrutura do sobrado foram realizadas, tais como:

Além do mais, o sótão foi ampliado e transformado, em 1936, pelo engenheiro e um dos proprietários do engenho, Francisco Muniz Barreto de Aragão, em um apartamento para o filho do proprietário através da fundição de lajes de concreto. O piso da parte antiga deste andar é assoalhado, enquanto o da parte nova é de “parquet”<sup>46</sup> e cerâmica sobre laje. Merecem destaques as galerias laterais envidraçadas e os azulejos da fonte localizada na parte externa do engenho. Em relação ao seu mobiliário, não existe mais nenhum móvel no local (IPAC, 1979, p. 119).

Essa construção segue a tendência do partido unitário, que se desenvolveu na Bahia durante o século XVII e atingiu seu ápice no século XIX, ao observar a conjugação do engenho com outro edifício (no caso do Engenho Vitória, a conjugação era do sobrado com a fábrica). Esse modelo se consolida apenas no período anteriormente dito em razão de avanços tecnológicos, como a adoção de um novo modelo de fornalha:

[...] Tratava-se de uma fornalha que se caracterizava pela economia de combustível, ao tempo que respondia melhor pelo cozimento do caldo. Era conhecido por “forno inglês”, ou “trem inglês”, ou ainda “trem da Jamaica”, por ter sido introduzida pelos ingleses naquela ilha das Antilhas, no início do XVIII [...] (AZEVEDO, 1990, p. 66).

Aliado a isso, as já citadas galerias laterais envidraçadas são do mesmo modelo de algumas construções de Salvador, como o “[...] Solar Marback em Salvador, e que tem precedentes na arquitetura religiosa: vide igrejas do Carmo e Ordem 3<sup>as</sup> do Carmo e São Francisco, em Salvador [...]” (IPAC, 1979, p. 118). Quanto aos azulejos da fonte, há indícios

---

<sup>46</sup> Estilo de assoalho formado por um conjunto de placas de madeira, geralmente dispostas em formato de mosaicos (SANTOS, 2012).



arqueológicos de que são provenientes do convento Santo Antônio do Paraguaçu<sup>47</sup>, provavelmente inseridos em alguma restauração realizada no local, sendo de origem portuguesa e que misturam temas fitos<sup>48</sup> e antropomorfos<sup>49</sup>. Com o passar do tempo, conjectura-se que esses azulejos podem ter sido retirados por moradores da região ou mesmo por turistas e outras pessoas que visitaram a localidade (Figuras 06 e 07).

Figura 06: Antiga fonte do Engenho Vitória em estado de deterioração.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 07: Azulejos da fonte do Engenho Vitória, com temas fitos e antropomorfos nas cores azul e branca.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Na porta de acesso ao primeiro andar, está localizado na parte superior o brasão que representa a Família Aragão (Figura 08), que se encontra na portada de acesso ao salão nobre do sobrado, “[...] apresentando-se como escudo de ponta redonda, cinco estrelas com cinco pontas, uma cruz da Ordem de Cristo, um leão enxadrezado e ao meio um escudete. Na porção superior, o escudo é encimado com um elmo com leão” (SANTOS, 2012, p. 43). Segundo o IPAC (1979), em 1962, D. Dulce Calmon Muniz solicita, mas não obtém pelo Iphan, uma autorização para transladar o brasão da família Muniz para a capela do Engenho Mataripe. Todavia, não se sabe historicamente o motivo do traslado.

Outro detalhe relacionado a este brasão é seu valor, tanto artístico, quanto financeiro, por sua composição física. Por causa deste detalhe, este objeto foi alvo de retirada e vandalismo, como pode se observar na imagem, na qual não se sabe ao certo quem tentou removê-lo. Ou seja, o seu estado não é decorrente apenas das questões naturais e da passagem do tempo, mas também resulta de ações antrópicas.

<sup>47</sup> Convento localizado na zona rural de Cachoeira, na comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu, e pertence a Ordem Religiosa Franciscana. Fundado em 1649, é o segundo convento a abrigar um Noviciado no Brasil. Tombado pelo Iphan em 1941 (SANTOS, 2012).

<sup>48</sup> Temas com a mesma estrutura artística e objetivo (SANTOS, 2012)

<sup>49</sup> Temas que misturam características humanas, sejam físicas ou emocionais, com elementos da natureza não humanos (SANTOS, 2012).

Figura 08: Brasão da família Aragão.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Há também a presença de pisos em ladrilho hidráulico no corredor de entrada do sobrado (Figuras 09 e 10), onde supostamente se trata de uma ampliação de intercessões contemporâneas, já que no século XIX eram mais usuais lajotas retangulares de barro cozido para forrar o piso das áreas menos privilegiadas nas residências (SANTOS, 2012).

Figura 09: Piso de ladrilho hidráulico presente no hall de entrada da parte nobre do sobrado.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Figura 10: Piso de ladrilho hidráulico presente no hall de entrada da parte nobre do sobrado.

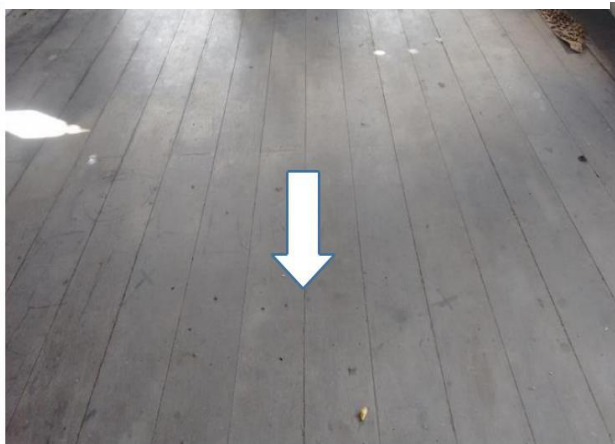


Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

O 1º andar é totalmente assoalhado em modelo “parquet” (Figura11) e parcialmente forrado, pelo fato de grande parte do telhado estar estragado (Figura12). Como dito anteriormente, o sótão foi ampliado e transformado em apartamento no século XX, com uma circulação lateral dando acesso aos quartos, tipo “suíte”. No pavimento nobre, encontram-se os quartos e o salão de visita, que se projetam sobre o rio, sendo flanqueado por duas galerias de

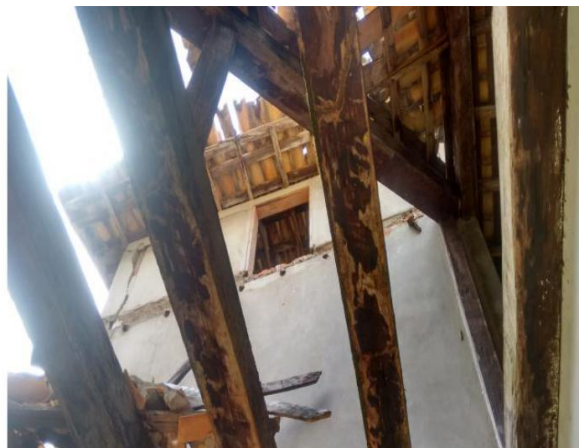
arcos (Figura 13). Atualmente, o sobrado já não possui sótão, cozinha e quartos. Grande parte do assoalho encontra-se deteriorado (Figura 14) e algumas paredes desmoronaram por falta de manutenção.

Figura 11: Parte do assoalho tipo “parquet” no 1º andar do sobrado.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Figura 12: Parte do telhado estragado no 1º andar do sobrado.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Figura 13: Uma das galerias de arcos presente no 1º andar em frente ao rio Paraguaçu.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 14: Parte do assoalho do 1º andar do sobrado em estágio avançado de deterioração.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

O Engenho Vitória possui 2º andar, entretanto, o acesso ao local é impossibilitado pela degradação de quase toda a sua estrutura (Figura 15). Para se ter uma ideia das condições deficitárias de ingresso às partes superiores do engenho, foi construída uma escada de madeira (Figuras 16 e 17) para o ingresso ao 1º andar que, pela ação do tempo, já apresenta uma condição desfavorável para se transitar na mesma, oferecendo perigo para quem queira tentar adentrar a este espaço do engenho.

Figura 15: Segundo andar do casarão.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 16: Escada de madeira construída para acesso ao 1º andar do engenho.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 17: Escada de madeira construída para acesso ao 1º andar do engenho.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Todavia, cabe destacar que as pessoas que conseguem chegar ao primeiro andar utilizam o espaço hoje para registrar diferentes tipos de manifestações (Figuras 18 e 19, respectivamente) nas paredes do engenho, revelando que além dos problemas de conservação estrutural, o Engenho Vitória é aproveitado como um local para a exposição das mais variadas formas de expressão humana contemporânea.

Figura 18: Manifestação na parede do 1º andar do engenho.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 19: Manifestação na parede do 1º andar do engenho.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Na parte térrea do engenho, especificamente nas salas que ficam em frente ao rio Paraguaçu, é possível observar a presença de dois tipos de pisos: o de ladrilho hidráulico, usualmente utilizado nas edificações de Cachoeira e do Recôncavo, até meados do século XX, e que ainda são encontrados em algumas casas atualmente; e também o piso de cimento (Fotografias 20 e 21), provavelmente como um revestimento mais recente através das reformas que aconteceram no local ao longo dos anos. É curioso notar algumas modificações feitas pela população como, por exemplo, no caminho de acesso entre a casa-grande e o espaço fabril, com a improvisação de um quarto que serve para o pernoite de pescadores, quando eles vêm pescar durante o dia nessa área do rio Paraguaçu (Fotografias 22, 23 e 24).

Figura 20: Presença de dois tipos de pisos na sala térrea do engenho: ladrilho hidráulico (seta branca) e piso de cimento (seta preta).



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 21: Presença de dois tipos de pisos na sala térrea do engenho: ladrilho hidráulico (seta branca) e piso de cimento (seta preta).



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 23: Quarto onde os pescadores pernoitam para pescar no rio Paraguaçu.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Figura 24: Quarto onde os pescadores pernoitam para pescar no rio Paraguaçu.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Além disso, os pescadores utilizam outras dependências do casarão, como o uso das salas da parte térrea para guardarem os materiais que servem como instrumentos para pesca, como as redes e varas de pescar (Figuras 25 e 26), numa nova configuração de utilização do espaço.

Figura 25: Uso das salas térreas para guarda de instrumento de pesca.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 26: Uso das salas térreas para guarda de instrumento de pesca.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Já o espaço fabril do Engenho Vitória foi implantado no bordo de um cais, hoje em ruínas (Figura 27), onde se embarcava toda a produção de açúcar e aguardente, e seu acesso se fazia por uma passagem de um sobrado, o qual se abria o pequeno saguão da residência. O material utilizado para sua construção foi o de alvenaria mista (tijolo e pedra) que sustentam as tesouras do telhado (Figura 28) e as paredes de vedação. Ademais, cabe lembrar aqui que a sua principal característica arquitetônica era a de um galpão, modelo muito comum existente nos engenhos do Recôncavo, como afirma Azevedo:

A principal característica da arquitetura dos engenhos baianos, na primeira metade do século XIX, é a fábrica em forma de galpão, com planta retangular formada por três ou mais naves e recoberta por um só telhado de quatro ou duas águas, sustentado por esteios ou pilares de alvenaria. Geralmente, a nave central era sustentada por tesouras de madeira de até 12m de vão e as laterais, por meias-tesouras ou vigas de até 6m de vão. Muitas fábricas dispunham de varandas em um ou dois lados do galpão. Vale ressaltar que essas construções apareceram no Recôncavo já no século XVIII, mas só se generalizaram no século seguinte (AZEVEDO, 2009, p. 117-118).

Figura 27: Ruína do antigo cais do Engenho Vitória, onde foi implantado o espaço fabril do local, coberto por vegetação.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 28: Colunas de sustentação do telhado do espaço fabril do Engenho Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Por originalmente formar uma única unidade juntamente com o sobrado, essa característica se assemelha a outros engenhos do Recôncavo, tais como: Engenho Velho, localizado em Cachoeira; Engenhos Medrado, Caraípe e Chaves, em São Felipe; Engenho Sapucaia, em Santo Antônio de Jesus e Engenho de Baixo, em Aratuípe. Segundo o IPAC (1979), entretanto, essa particularidade se assemelha em especial com o Engenho Medrado, pois o sobrado e a fábrica estavam lado a lado, ao contrário dos demais em que estes dois elementos se alinham num mesmo eixo.

A introdução da máquina a vapor, mesmo sendo instalada tardiamente nos engenhos brasileiros, foi outro elemento importante para a melhoria e maior rapidez na fabricação do

açúcar, por este mecanismo servir para a otimização da produção deste material, mas que trazia alguns elementos em outras instâncias relativas à fabricação deste produto:

A introdução da máquina a vapor, ao tempo em que propiciava a independência do engenho com relação a certos recursos naturais, como quedas-d'água, pastagens, matos etc., acarretava outros encargos, como necessidade de mão-de-obra especializada para o manuseio e conservação do equipamento; grandes juros de capital, decorrentes de sua aquisição; maior consumo de bagaço etc.. Além do mais, sua instalação não significava, necessariamente, aumento de produção, pois estas primeiras máquinas a vapor eram dimensionadas para substituir uns calcanhares e não uma roda d'água (AZEVEDO, 1990, p. 52).

Outras estruturas ligadas a essa unidade industrial, tais como a roda d'água, o aqueduto e a chaminé (Fotografias 29, 30 e 31, respectivamente) ainda demonstram seus vestígios atualmente, mas encontram-se em estágio avançado de deterioração e já tomadas pela vegetação em seu entorno. Sobre esse aspecto em particular, algumas informações em relação a essas armações precisam ser acentuadas, como o fato de a roda d'água ser do tipo “copeiro”, ou seja, um dispositivo no qual a água caía do alto sobre a roda. De modo que o aqueduto foi construído em “[...] arcaria de pedra e articulados a levadas que traziam a água dos rios ou de represas distantes” (AZEVEDO, 2009, p. 68), enquanto a chaminé era utilizada para a liberação da fumaça proveniente da fabricação do açúcar.

Figura 29: Chaminé da unidade fabril do Engenho Vitória em estágio de degradação.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Figura 30: Ruína do aqueduto do Engenho Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Figura 31: Ruína da chaminé da unidade fabril do Engenho Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2018.

Antes de abordarmos sobre a capela existente no Engenho Vitória, é necessário ressaltar algumas informações sobre essas estruturas presentes nos engenhos da região. Segundo Azevedo, “Entre os remanescentes de capelas de engenhos do século XIX no Recôncavo, é possível identificar três grupos distintos: capelas fundadas conjuntamente com os engenhos, capelas construídas no século XIX em engenhos de séculos anteriores e capelas antigas reformadas neste século” (AZEVEDO, 2009, p. 110). Ao que tudo indica, cerca de 60% dos



engenhos construídos nesse período não possuíam capela e, quando esta existia, era geralmente na forma de oratório no interior da casa-grande (AZEVEDO, 2009).

A capela do Engenho Vitória encontra-se em ruínas principalmente por causa da ação do tempo e pela falta de manutenção da mesma (Figura32). No que concerne especificamente ao teto abobadado da capela do Engenho Vitória (Figura 33), é possível verificar que ela recebe certa influência renascentista ao apresentar características semelhantes com a nave da capela-mor do mosteiro de São Bento, em Salvador (SANTOS, 2012). Esse era um local onde o senhor de engenho e seus familiares se reuniam para fazerem suas orações. Hoje, essa estrutura apresenta apenas os materiais de sustentação em alto estágio de degradação, e nota-se que ela seguia o exemplo do primeiro grupo anteriormente citado, encontrando-se anexada à casa-grande. Azevedo descreve essa capela como:

[...] capela quase interior à casa-grande. Enquanto os oratórios ocupam um quarto ou se restringem a um nicho, esta possui nave recoberta por abóbada, capela-mor e acesso independente, embora esteja volumetricamente integrada à residência. O acesso à capela, constituído por três vãos em arco pleno, abre-se para uma galeria de entrada comum à residência e à fábrica. Essa pode ser considerada uma solução de transição entre a casa-grande com capela anexa e a casa-grande com oratório interior (Figura 34) (AZEVEDO, 2009, p. 114-115).

Figura32: Estrutura em deterioração da antiga capela do Engenho Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 33: Teto abobado da antiga capela do Engenho Vitória.



Fonte: Acervo digital do Iphan, 1962.

Figura 34: Detalhes de imagem presente no oratório da capela do Engenho Vitória.



Fonte: Acervo digital do Iphan, 1939.

O piso da capela, por sua vez, mostra peças de mármore axadrezado (Figura 35 e 36), com peças brancas e cinzas, modelo que era comumente utilizado no século XIX e que era comum em igrejas desse período. Por causa da ação do tempo e, atualmente, da apropriação dos pescadores, esse piso encontra-se em processo avançado de degradação.

Figura 35: Piso de mármore axadrezado da capela do Engenho Vitória em estágio avançado de deterioração.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 36: Piso de mármore axadrezado da capela do Engenho Vitória em estágio avançado de deterioração. Uso pelos pescadores.



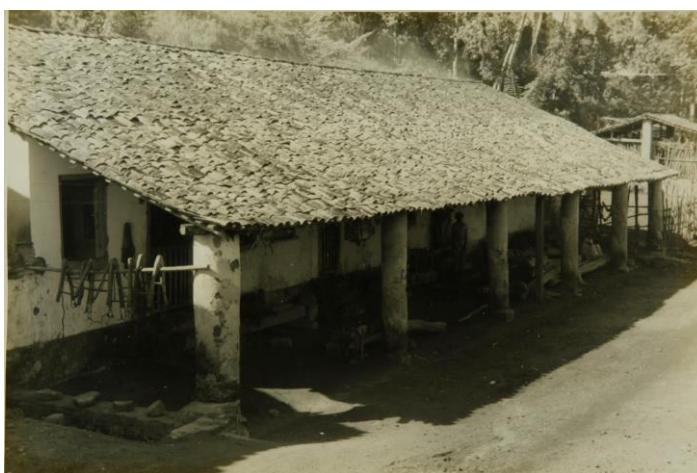
Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Em relação ao último item desta análise, as senzalas são descritas como as principais características deste ambiente num engenho de açúcar, nas quais geralmente se tratavam de “[...] cabanas separadas, de paredes de barro e telhado de sapé ou construções enfileiradas divididas em compartimentos, sendo cada ocupada por uma família ou unidade residencial” (SCHWARZ, 1999 apud FARIA, 2019). Por continuarem trabalhando nas fazendas, mesmo após a abolição,

muitos ex-escravizados agora na condição de agregados, moravam em locais que permaneciam com o nome de senzala, mas a sua estrutura arquitetônica era de tijolos e coberta com telhas de cerâmica, como explicaremos mais adiante.

Sobre as senzalas do Engenho Vitória (Figura 37), João José Reis (1992) em seu artigo *Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*, afirma que neste local existiam duas pequenas senzalas, além de cinco humildes casebres feitos de taipa onde se alojavam centenas de escravizado(a)s (entre 200 a 300, aproximadamente). Tais estruturas improvisadas “[...] possuíam porta e janela, cobertura em duas águas de telha e uma varanda anterior sustentada por pilares cilíndricos de alvenaria” (AZEVEDO, 2009, p. 127). De acordo com a bibliografia disponível sobre o assunto, esses precários abrigos se abriam para uma rua que dava acesso ao interior do engenho, onde estavam instaladas as demais estruturas dos antigos engenhos baianos. A precariedade dessas construções, relegadas aos povos escravizados, pode ser considerada talvez como um fator importante para o aparecimento subsequente das revoltas e rebeliões ocorridas como no caso, em particular, do Engenho Vitória. Atualmente, não existem estruturas desse modelo na localidade.

Figura 37: Antiga senzala do Engenho Vitória.



Fonte: Acervo digital do Iphan, 1939.

Com isso, por meio da observação dos dados textuais e dos registros fotográficos e iconográficos, apontamos a real necessidade de se pensar e articular propostas de políticas de gestão e gerenciamento do Engenho Vitória, pelo nível de deterioração que este espaço vem sofrendo por parte da ineficiência do poder estatal em promover medidas para a preservação do patrimônio arquitetônico, sobretudo de nosso objeto de estudo. Um conjunto de elementos que corrobora sobre a nossa afirmativa de que a cooperação entre outros atores para este processo e, em especial, da comunidade do Engenho da Vitória, é uma das alternativas para se pensar na salvaguarda e no aproveitamento sustentável deste bem cultural. Mas é importante entender que

por meio da biografia cultural neste ponto específico, este conjunto edificado possui novas utilizações, principalmente pelos moradores da própria localidade e pelos pescadores, o que reafirma que esta ação precisa buscar resoluções que contemplem a todos os envolvidos.

### **3.1.4 RETROSPECTIVA SOBRE A REVOLTA ESCRAVA OCORRIDA NO ENGENHO VITÓRIA**

Neste tópico, o último relativo aos dados biográficos do Engenho Vitória, iremos abordar a temática acerca da revolta escrava que aconteceu nesse local e quais foram os desdobramentos deste acontecimento. Antes disso, é importante ressaltar que as rebeliões escravas nos engenhos eram acontecimentos corriqueiros e que ocorreram desde que o escravizado(a)s africano(a)s chegaram às Américas e, conseqüentemente, ao Brasil. O fato destes indivíduos serem capturados de várias partes da África, principalmente da área do Golfo do Benin e por serem em sua grande maioria Jejes, Nagôs e Hauçás (sociedades de caráter bélico e adeptos do Islã), tudo indica que tais características permitiram a criação de laços de atrelamento recíproco e disposição para a luta por sua liberdade.

Geralmente, tais revoltas se constituíam basicamente de duas formas: pela fuga, formação e defesa de comunidades de escravizado(a)s fugido(a)s, que no Brasil esses esconderijos ficaram mais conhecidos como quilombos ou mocambos, ou pela revolta aberta dentro do próprio engenho. Sobre as revoltas escravas na Bahia e, especificamente no Recôncavo, estes fenômenos vêm a ocorrer na primeira metade do século XIX. Essas insurreições são explicadas por alguns fatores primordiais:

As rebeliões escravas que aconteceram na Bahia na primeira metade do século XIX podem ser explicadas por vários fatores. Em primeiro lugar, a expansão da economia a partir do final do século XVIII, que fez aumentar o número de engenhos, a produção de açúcar para a exportação e a importação de escravos da África. Esses mesmos fatores influenciaram ainda o desenvolvimento da cultura do fumo, em Cachoeira, principalmente, fumo que era trocado na África por escravos. O crescimento da agricultura de exportação, por outro lado, foi feito às custas de uma intensificação do trabalho escravo e também às custas da produção de alimentos. O escravo do Recôncavo agora trabalhava mais e comia menos (REIS, 1992, p. 100).

O Recôncavo Baiano foi um local onde ocorreram várias revoltas escravas nos engenhos localizados nessa região. Com suas fugas após os levantes, geralmente acontecia ou a criação de quilombos para não serem capturados novamente, ou ficavam escondidos na mata e/ou nas margens do rio Paraguaçu, permanecendo ali até que seu retorno fosse negociado com seus empregadores. Além disso, há indícios de que essas insubordinações que aconteciam no interior dos engenhos também contribuíram para que os negro(a)s escravizado(a)s fugidos fossem

partícipes da Revolta dos Malês<sup>50</sup>, que foi o principal levante realizado por este grupo e que aconteceu em Salvador no ano de 1835.

É importante destacar que o tráfico negreiro na Bahia era realizado especificamente para o porto ou “praça” de Salvador, onde os senhores realizavam a compra dos negro(a)s escravizado(a)s e de lá mesmo esses sujeitos partiam nos navios para os diversos pontos do Estado. O Recôncavo Baiano e, mais notadamente, Cachoeira, se destacam nesse processo por ser um dos principais polos econômicos da região. Nesse momento, contrastando com o início do século XIX, período de surgimento do Engenho Vitória, destaca-se o comércio escravagista pelo Ciclo da Costa da Mina, hoje conhecido como ciclo de Benin e Daomé, pela circulação de negro(a)s de diversas etnias, entre elas iorubas, jejes, minas, hauçás, dentre outras (GOMES, 2005).

No caso específico do Engenho Vitória, o censo de 1825 indica que o contingente de pessoas escravizadas era majoritariamente *crioula*, ou seja, de pessoas nascidas da terra local, indicando assim que o comendador Bandeira se precavia para que não houvesse revoltas nesse local, como atesta Reis (1992, p. 114):

Este mesmo censo indica que os escravos do Vitória tinham uma composição étnica peculiar, pois entre eles predominavam os crioulos. Em 1825 lá viviam quatro escravos pardos, 133 crioulos, 38 mulheres pardas, dez crioulas e 32 africanas. Não havia sequer um homem africano, o que indica atitude deliberada de afastamento dos escravos de além-mar.

Em 1835, no entanto, esse número começa a mudar e os negro(a)s africano(a)s é que passam a ser a população majoritária na localidade, a qual não se sabe ao certo o motivo para esse processo, ou se a revolta que aconteceu oito anos antes influenciou nessa mudança. Sobre esse aspecto, em particular, Reis afirma que:

Teria Bandeira feito de seu Vitória um engenho crioulo exatamente para evitar revoltas, ou pelo menos fugas através do Paraguaçu? Não tenho resposta, mas o certo é que posteriormente desistiu da experiência. No censo de 1835 do Iguape, os então 241 escravos do engenho estavam assim distribuídos: 99 africanos, 24 crioulos, 64 africanas, oito crioulas, além de 45 crianças menores de dez anos, de ambos os sexos, nascidas na Bahia, principalmente de mães nascidas na África. Entre homens e mulheres adultos, portanto, a força de trabalho do engenho tinha nada menos que 83 por cento eram africanos (REIS, 1992, p. 115).

Quanto a revolta escrava no Engenho Vitória, propriamente dita, Reis (2003) afirma que as notícias sobre esse acontecimento são repletas de lacunas. Segundo uma correspondência do presidente da província de Cachoeira, no dia 22 de março de 1827, entre oito e nove horas da noite, rebelaram-se negro(a)s escravizado(a)s do Engenho Vitória, onde mataram o feitor e um

---

<sup>50</sup> Eduardo Dianna (2017) explica que a Revolta dos Malês foi um levante de escravo(a)s que ocorreu na noite de 24 a 25 de janeiro de 1835, sendo a revolta escrava de maior relevância na antiga província baiana.

irmão seu, sugerindo que estavam se insurgindo contra a opressão sofrida, principalmente pelos castigos que ocorriam. Sobre esse acontecimento que marca a biografia deste engenho, Reis (2003, p.105/106) acrescenta que:

Correra a notícia de que os escravos de três outros engenhos vizinhos (Buraco, Moinho e Conceição) do mesmo Bandeira estariam combinados com os do Vitória para uma revolta conjunta. "O grande alarido que faziam", escreveram os assustados vereadores de Cachoeira "indicava ser uma sublevação geral nos quatro engenhos do dito proprietário, que são mui próximos". Alarme falso. Quando os poucos homens de cavalaria e milícias lá chegaram, tudo estava calmo. O comandante da operação tranquilizou-se: "Felizmente a sublevação foi somente para matar o feitor e seu irmão, e conseguido isto, recolheram-se às suas senzalas, de maneira que quando chegou a tropa, e fez-se o cerco, foram quase todos presos".

O autor também adiciona que dados mais aprofundados sobre esse episódio são relatados pelo cônsul francês na Bahia, Jacques Guinebaud, que garante:

O engenho teria cerca de trezentos escravos - número talvez exagerado -, mas apenas quarenta haviam participado do atentado contra o feitor. Este teria sido morto por suspeita de feitiçaria, inclusive por ter enfeitado de morte a mulher do senhor. A se confiar nesse relato, os escravos arranjaram uma criativa desculpa para o levante, uma desculpa que refletia a mentalidade mágica dos escravos (REIS, 1992, p. 114).

Por sustentarem essa afirmação, os negro(a)s escravizado(a)s engenhosamente se colocavam ao lado dos escravagistas. A utilização da feitiçaria como motivo para o ataque ao feitor se dava pelo fato de que na África as pessoas não sofriam adversidades apenas pela ação humana ou vontade dos deuses, mas também por serem enfeitadas por pessoas que tinham especialidade nesse método, sendo que os sujeitos que utilizavam deste procedimento eram temidos nos engenhos e nas cidades brasileiras tanto por escravizado(a)s quanto pelos donos dos engenhos. Tudo leva a crer que acusar o feitor de feitiçaria não era uma missão tão difícil, pelo fato de um dos significados que essa pessoa carregava era a de disseminar o mal onde quer que fosse ou estivesse. Entretanto, faz-se necessário considerar que a informação dada pelo cônsul precisa de uma reinterpretação, na medida em que o feitor feiticeiro não poderia ter causado a morte da mulher do comendador Bandeira, uma vez que o mesmo nunca se casou:

O feitor feiticeiro não poderia ter contribuído para a morte da mulher de Bandeira porque este nunca se casara, morrendo solteiro em 1835. Talvez a vítima do feitiço tivesse sido a mulher de outro branco morador no engenho, seu administrador, quem sabe, ou a irmã de Bandeira, dona Maria, que aparece como moradora do engenho Buraco, num censo feito pouco tempo antes do levante (REIS, 1992, p. 114).

Apesar de ter sido um incidente local, os negro(a)s escravizado(a)s que participaram do levante foram punidos para servirem de exemplo e aviso para futuras rebeliões não só no Engenho Vitória, mas em outros engenhos localizados em Cachoeira, como explicou o juiz na

época, que não havia se convencido com a história do feitiço. Como castigo, trintanegro(a)s escravizado(a)s foram presos e chicoteados em praça pública. Esse fato não deixou de lado as forças policiais de Cachoeira que reclamaram da fraca defesa na localidade, e por ser a mais populosa do Recôncavo em avaliações vistas como demasiadas, afinal de contas “[...] poderia ter sido facilmente tomada por um grupo decidido de apenas cem escravos” (REIS, 1992, p. 115).

Por tudo isso, cabe notar que as relações entre os indivíduos que formavam o contingente populacional nos engenhos, e nesse caso especifico do Engenho Vitória, eram marcadas por situações de serventia e revolta, especialmente por parte dos negro(a)s escravizado(a)s. Com efeito, é necessário ressaltar que estas rebeliões foram decisivas para que estes sujeitos atingissem a sua liberdade e sua organização como coletivos socioculturais, os quais são conhecidos como quilombos, e que determinou como um dos pontos relevantes para a constituição da população negra no país.

### **3.1.5 COMUNIDADE QUILOMBOLA ENGENHO DA VITÓRIA: FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

Dando sequência à biografia cultural, passamos para a sua segunda etapa, tratando sobre os dados e trajetórias da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, como eixo de congruência para entendermos as distintas movimentações deste núcleo sociocultural em conformidade à trajetória do Engenho Vitória. Iniciando sobre alguns pontos acerca de sua formação, este grupo se origina pela constituição de vários coletivos territoriais que atuaram em áreas pertencentes à fazenda Nossa Senhora da Vitória, a partir do loteamento das terras deste local em meados da década de 1960, nas quais estas famílias já haviam se instalado. Esta fazenda fica localizada a noroeste da Baía do Iguape<sup>51</sup>, no município de Cachoeira, a mais ou menos seis quilômetros de distância da zona urbana. Compõe com outros grupos remanescentes de quilombos o território conhecido como Vale do Iguape<sup>52</sup>. Por se encontrar em um tabuleiro de serra<sup>53</sup>, sua área é composta por terras altas e baixas, que foram concedidas no processo

---

<sup>51</sup> A baía do Iguape localiza-se no rio Paraguaçu por meio do ponto onde seu curso d’água deixa de correr, margeado por montanhas e bordas que se desafogam, formando um pequeno canal. Em seu entorno estão os municípios de Maragogipe, situado na margem direita do Paraguaçu, e Cachoeira (mais especificamente, o distrito de Santiago do Iguape), na beira esquerda do rio (CRUZ, 2012).

<sup>52</sup> Conjunto de remanescentes de quilombos, distantes quarenta quilômetros de Cachoeira, que soma aproximadamente sete mil habitantes. É composta pelas seguintes comunidades: Engenho da Ponte, Engenho Novo, Calolé, Caimbongo, Opalma, Campinas, Caonge, Calembá, Cabonha, Dendê, Embiara, São Francisco do Paraguaçu e Tombo (CRUZ, 2012).

<sup>53</sup> Conjunto de montanhas e terrenos acidentados com fortes desníveis, muitos picos e que possuem espaços mais compridos que largos, na qual se assemelha à ferramenta conhecida como serra (FARIA, 2019).

indenizatório<sup>54</sup>, onde a maior parte de seus habitantes mora na parte mais alta e utilizam as terras mais baixas para o plantio e roças.

Em relação ao local onde se deu os primeiros indícios de concentração de pessoas, que mais tarde viriam a formar a comunidade supracitada, Jôsy Barcellos Miranda em sua dissertação de mestrado, *“E não se ouviu mais o apito da usina”*: Aspectos da formação histórica da comunidade Remanescentes de Quilombos do Engenho da Vitória, em Cachoeira-BA, caracteriza a conjuntura espacial e arquitetônica da fazenda Nossa Senhora da Vitória:

A fazenda Nossa Senhora da Vitória englobava o engenho, uma residência assobradada com área térrea e mais dois andares com vista frontal para o Rio Paraguaçu, porto particular para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, senzala, capela de pedra, olaria e curral, dentre outros aparatos para produção e manutenção da cultura canavieira (MIRANDA, 2014, p. 26).

Sobre o povoamento e desenvolvimento da comunidade do Engenho da Vitória, este processo é resultante das atividades agrícolas que existiam nos engenhos espalhados pelo Recôncavo Baiano que necessitavam de mão de obra, mas que só foi possível por meio do processo escravagista e, após a abolição, através de indivíduos livres. Somam-se a isso as migrações que ocorreram para esta localidade, sobretudo com a instalação da Usina Vitória do Paraguaçu, tanto de regiões do próprio Recôncavo, quanto de outras localidades da Bahia e de outros estados.

Segundo cronistas e pesquisadores que estudam o tema, assim como em muitas comunidades que surgiram ainda no período escravocrata ou após o processo abolicionista, a comunidade do Engenho da Vitória teria iniciado sua composição ainda na década de 1860, com a presença de trabalhadores livres habitando as terras no entorno do casarão do engenho. Assim, nos primeiros anos do século XX, estes trabalhadores já haviam estabelecido vínculos familiares, aumentando o contingente populacional desta região, o que se sucedeu nos anos seguintes, principalmente com a indenização das terras na segunda metade deste mesmo século.

Ainda sobre sua ocupação e formação, no que tange aos processos migratórios, a comunidade quilombola do Engenho da Vitória recebeu indivíduos oriundos de distintas localidades, inclusive de outros engenhos:

Uma parte significativa de residentes da comunidade do Engenho da Vitória migrou de diferentes pontos do Recôncavo e de áreas de povoamento em regiões mais distantes. Como não houve uma concentração apenas de ex-escravizados residindo nas terras da fazenda Nossa Senhora da Vitória, houve um processo migratório de outros engenhos em direção ao Engenho da Vitória, dentre eles estão os engenhos localizados na região,

---

<sup>54</sup> No processo de indenização, além das cabeceiras, que seriam o conjunto das terras mais altas da serra, e no caso do Engenho da Vitória, a cabeceira se divide em locais conhecidos como Alto do Moinho e Alto da Vitória, também foram repartidas as partes mais baixas da fazenda (FARIA, 2019).



denominados Outeiro Redondo e Engenho Sinunga, em São Félix; engenhos localizados no Guaí, Capanema e Guapira, em Maragogipe, outra cidade do Recôncavo Baiano (MIRANDA, 2014, p. 56).

Sobre o desenvolvimento desta localidade, sobretudo na primeira metade do século XX, ela se dava especialmente pela abrangência dos produtos desenvolvidos na fazenda Vitória, que nesta época já funcionava como usina. Por sua abundância na fabricação de diferentes mercadorias, esta região possuía condições socioeconômicas eficientes, como atesta a senhora Norberta de Jesus<sup>55</sup>, de 93 anos, nascida e criada na comunidade e atualmente a moradora mais antiga deste local. Ela relata sobre a prosperidade da comunidade no período que atuou no engenho como empregada doméstica:

Quando o engenho funcionava, aqui tinha de tudo: açougue, pedraria, olaria, médico. Nos dias de domingo, era montada uma feira ali na região do largo do engenho onde várias pessoas não só daqui da comunidade vendiam suas coisas, mas pessoas de fora também. Vinha gente de várias cidades, desde Cachoeira até Maragogipe. Minha mãe mesmo vendia doces na feira. Era uma época boa, que a gente trabalhava muito, mas não passava aperto (NORBERTA DE JESUS, novembro de 2020).

Atualmente, como formas de subsistência, a comunidade do Engenho da Vitória tem a pesca, a coleta de mariscos e a fabricação de dendê como seus principais produtos, além de muitas pessoas trabalharem na zona urbana de Cachoeira. Outro ponto a ser ressaltado são as mudanças sociourbanas que ocorreram na comunidade, como a implantação de energia elétrica através do Programa Luz Para Todos, projeto inaugurado durante o governo Lula, que causou profundas mudanças socioculturais na comunidade, como a substituição da tradição oral pela tecnologia para transmissão de informações.

Do ponto de vista religioso, a tradição católica sempre foi a religião dominante na fazenda, o que enfatizava certa imposição sobre outras formas de crenças, tanto sobre os escravizados quanto para os trabalhadores livres. A respeito desse aspecto do Cristianismo, notadamente das práticas acerca do Catolicismo, Miranda explica que “A tradição oral local evidencia que o Sagrado Coração de Jesus e a Virgem Maria deveriam compor os oratórios, que, além de adornar as salas das residências, eram uma marca da submissão ao poder senhorial naquelas terras” (MIRANDA, 2014, p. 83).

Atualmente, as comemorações religiosas são feitas para Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora de Lourdes, na qual suas imagens se encontram numa capela de pedra na parte externa do casarão (Figura 38), e foram iniciadas na primeira metade do século XX, tendo a família Muniz Aragão como organizadora. Depois de um tempo sem celebrações, a comunidade retomou os festejos a partir dos anos 2000, sendo realizadas no mês de dezembro:

---

<sup>55</sup> Entrevistada no dia 30 de novembro de 2020.

No último dia do ano – 31 de dezembro –, na comunidade do Engenho da Vitória, uma missa campal era realizada em louvor a Nossa Senhora da Vitória e a Nossa Senhora de Lourdes. A celebração da missa era feita por um sacerdote vindo de Salvador. Não encontrei fontes precisas que revelassem o período que a família Moniz deixou de organizar e realizar esta missa (MIRANDA, 2014, p. 91).

Figura 38: Gruta onde ficam as imagens de Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora da Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Dentre as comunidades quilombolas que compõem o Vale do Iguape, o Engenho da Vitória foi a primeira a ser certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo, em 2004 (AnexoXII), o que também foi um marco para a criação da Associação dos Pescadores e Produtores Rurais do Engenho da Vitória<sup>56</sup>. Atualmente, pouco mais de 100 famílias vivem na localidade, com a grande maioria ocupando as terras altas da cabeceira, como dito anteriormente, com aproximadamente 20 famílias ocupando as terras mais baixas, sobretudo ao entorno do Engenho Vitória (Figuras 39, 40, 41 e 42). Portanto, esse contingente que reside na baixada é que são os atores que entendemos como os partícipes do processo de gestão compartilhada do Engenho Vitória, que investigamos por sua relação próxima com o local e, sobretudo, por serem os núcleos familiares que possuem indivíduos que atuaram neste equipamento industrial.

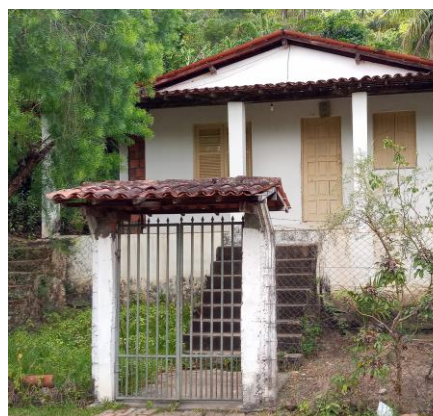
<sup>56</sup> Associação sem fins lucrativos e composta por integrantes da Comunidade do Engenho da Vitória, seus integrantes são eleitos em mandatos de três anos pela própria comunidade (MIRANDA, 2014).

Figura 39: Residência localizada na comunidade do Engenho da Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 40: Residência localizada na comunidade do Engenho da Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 41: Caminho de acesso da comunidade para o Engenho Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Figura 42: Estrada de acesso para a comunidade do Engenho da Vitória.



Autor: Gabriel Carvalho, 2020.

Sobre a titulação da comunidade do Engenho da Vitória como remanescente de quilombo, esta nova denominação advém de recentes estudos e investigações sobre a concepção de grupos correlatos que possuem práticas que difundem suas características e objetivos similares enquanto coletividades. Neste sentido, nas últimas décadas, pesquisadores da área de humanidades, especialmente historiadores e antropólogos, trabalham com a ampliação acerca do termo quilombo e de sua constituição, buscando novas compreensões que diferem da lógica estabelecida que determinam a formação de núcleos habitacionais por parte da fuga de escravizado(a)s das fazendas de açúcar como provenientes desta categoria. Mesmo que não tenhamos encontrado fontes que atestem que a constituição da comunidade do Engenho da Vitória foi resultado da formação de escravizado(a)s que fugiram das plantações açucareiras, ou até mesmo da revolta destes indivíduos ocorridanos engenhos, como no caso aqui tratado do

Engenho Vitória, a denominação como ascendentes de quilombolas para este conjunto de pessoas é válida, como afirma a antropóloga Eliana Cantarino O'Dwyer:

Contemporaneamente o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação territorial ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'DWYER, 2010, p. 42).

Em relação aos momentos de junção das trajetórias entre o Engenho Vitória e a comunidade citada, possivelmente o mais presente dentre eles sejam as práticas relacionadas aos ofícios dos funcionários que atuavam neste local e a forma que estas atividades se desenvolviam no seio da cadeia operatória desta unidade agroindustrial, especialmente pela sensação de estarem presos a uma situação de servidão. Um fenômeno que analisamos no próximo tópico.

### **3.1.6 TRABALHO E SUBMISSÃO: ASPECTOS SOCIAIS E IDENTITÁRIOS NO ENGENHO VITÓRIA**

Neste último item da biografia cultural, avaliamos as relações socioculturais, sobretudo de trabalho, nas fazendas de açúcar, com ênfase ao Engenho Vitória, compreendendo as épocas a partir da abolição da escravatura até a sua desativação e loteamento das terras para os funcionários do local, em meados da década de 1960. Nesse sentido, a ideia é entender como outras atividades eram realizadas ao mesmo tempo em que se utilizava este empreendimento como equipamento industrial para subsistência. Tentar compreender como estas atividades se interligavam, ao formar elos e diferentes apropriações e ressignificações entre este espaço agroindustrial e o território que fica em seu entorno.

Além disso, aqui pontuamos e ratificamos a afirmação de Ana Tereza Faria (2019) de que, mesmo com o término do sistema escravocrata, havia ali um processo de servidão presente entre os donos deste equipamento e os demais trabalhadores, em situações análogas às que ocorriam nas plantações açucareiras. Fato que se configurou numa teia de processos nos quais a liberdade para os indivíduos que cuidavam do funcionamento deste espaço, de forma direta, só foi alcançada com a compensação das terras como suas propriedades.

Vale explicar aqui, contudo, algumas considerações sobre as categorias que eram dispostas aos trabalhadores das fazendas e, conseqüentemente, nos engenhos. Ao realizar uma investigação sobre as relações sociais entre fazendeiros e operários que atuavam nestes espaços em fazendas localizadas em Minas Gerais, Maria Margarida Moura (1988) menciona a existência três modelos de empregados que se dividiam em:

[...] os agregados, que moravam e trabalhavam para a fazenda e para suas famílias; os pequenos sítiantes que tinham permissão para fazer a roça dentro da fazenda, permanecendo e mantendo a autonomia nos seus pequenos sítios; e os posseiros que eram habitantes de terras devolutas (MOURA, 1988, p. 16).

Em relação ao Recôncavo Baiano, e nesse caso específico, a Bacia do Iguape, pesquisadores sobre o tema (FILHO, 2006; FARIA, 2019) também identificam a existência de três categorias de trabalhadores que possuíam posições parecidas com as que Moura registra no interior de Minas Gerais, mas com denominações diferentes:

[...] meeiro, pequeno proprietário e o rendeiro. O meeiro alugava um pedaço de terra onde plantava, limpava, cultivava sua roça e repartia ao meio os alimentos colhidos com o proprietário da terra. Para o fazendeiro esta relação era bastante vantajosa, pois além de se apoderar de metade da colheita, recebia a terra limpa, perfeita para um novo cultivo, muito frequentemente, o capim. O pequeno proprietário vendia, quando era de seu interesse, dias de trabalho ao fazendeiro, mas era dependente de troca de favores que, com frequência, era estratégica para tentar evitar que seu lugar fosse invadido pela fazenda. (SOUZA, 1999, p. 370-371). Já o rendeiro, pagava com serviço pelo uso da terra onde morava e trabalhava - uma relação que se assemelha a identificada em nossa área de estudo (FARIA, 2019, p. 73).

Nesse caso, existe uma dicotomia entre os trabalhadores e os proprietários das fazendas, sobretudo ao que confere às distintas condições de acesso à terra, e que interfere diretamente nas relações socioculturais entre estes grupos. Isso se dá por causa das indenizações realizadas aos antigos rendeiros, uma classe identificada como a mais usual nas relações de trabalho estabelecidas, inclusive no Engenho Vitória, para o pagamento e, principalmente, para a liberdade e o sentimento de que aquele local lhe pertence. Mas é preciso pontuar que ao analisarmos as relações de trabalho e moradia destes grupos, isso não significa necessariamente que essas eram as únicas conexões existentes entre eles. Trata-se de um recorte que se entrelaça com as especificidades desta pesquisa, já que é possível notar que outras categorias sociais estavam presentes entre estes dois elementos, como por exemplo, a amizade, o compadrio e as obrigações relativas às festas de padroeiros (MOURA, 1988).

Sobre o sistema de arrendamento, essa prática foi muito comum nas fazendas localizadas na Bacia do Iguape, e o Engenho Vitória se inclui nesta configuração, sendo contemporânea ao período escravocrata, quase que como uma continuação deste sistema, mesmo com o advento da abolição em 1888. Esse processo ocorria através da anuência do dono das terras em concedê-las aos trabalhadores para o plantio em roças próprias. Sobre este aspecto, Walter Fraga Filho (2006, p. 40) afirma que:

[...] os proprietários dos engenhos do Recôncavo (o que também ocorreu em outras áreas escravistas da América) permitiam que muitos escravizados em seu tempo livre (geralmente domingos e dias santos) cultivassem alimentos para a própria subsistência

(que algumas vezes também eram comercializados). Esse acesso às roças criou nos escravizados um sentimento de direito sobre as terras nas quais cultivavam e foram inclusive um fator que após a abolição contribuiu para a decisão de permanência naquela fazenda.

Sobre a forma como o processo de arrendamento se constituía, Filho sintetiza que era feito da seguinte maneira:

Os senhores concediam o usufruto de um pedaço de terra em que o rendeiro cultivava gêneros de subsistência ou criava animais. Parte do excedente produzido poderia ser vendido nas feiras locais. O rendeiro podia plantar também gêneros de exportação, fumo ou cana, mas em contrapartida, pagava a ocupação da terra com dinheiro ou trabalho semanal nas grandes propriedades. O pagamento em forma de trabalho era chamado “pagar renda”, e a quantidade de dias da semana que, por obrigação, prestava nas terras do senhor variava bastante (FILHO, 2006, p. 233).

No Recôncavo Baiano como um todo, o sistema de arrendamento foi uma prática que se estendeu até meados do século XX, e se encerrou devido às indenizações ou compras das terras pelos trabalhadores das respectivas fazendas. No caso particular da fazenda Vitória, este processo durou até a década de 1960, quando o Estado indenizou os funcionários devido às dívidas empregatícias existentes, já abordado anteriormente. Destarte, com o tombamento do Engenho Vitória como patrimônio histórico e arquitetônico nacional, observa-se que não seria mais necessário manter este sistema de trabalho.

Sobre este processo na fazenda Engenho Vitória, os rendeiros eram obrigados a pagar pela concessão e uso das terras para plantação, além da moradia, através de trabalhos definidos pelo fazendeiro. Essa atividade era feita em forma de mutirão, e era específica em um dia da semana (geralmente às segundas-feiras), o que denotava um grande esforço físico. Por isso, entendemos que mesmo os rendeiros possuindo terra para plantio e moradia, eles permaneciam "presos" ao dono do local e ficavam submetidos ao trabalho servil para realizar o pagamento destes espaços, em uma situação análoga a que acontecia no período escravocrata. Ou seja, estes indivíduos eram "livres", mas, ao mesmo tempo, permaneciam em uma condição de cárcere por seus empregadores.

Com o acordo firmado pela oralidade, estes funcionários assumiam a responsabilidade de trabalhar somente na fazenda a qual morava, com algumas exceções, como no caso das fazendas Engenho Vitória e Buraco, por serem terras do mesmo dono. Nesse caso, eles estavam autorizados a exercer tarefas em ambas. Dentre as atividades realizadas por estes trabalhadores, se denotavam as seguintes:

Rendeiros e moradores das senzalas trabalhavam no cuidado das roças (plantando, roçando e colhendo), destocando pasto, extraindo ervas tóxicas que nasciam junto ao capim, no corte de madeira, na secagem do cacau, nas pedreiras, nos engenhos,

consertando cercas, transportando os produtos das colheitas, colocando cargas nos barcos, entre outros serviços dependentes da força de seus braços. Como observado por SOUZA (1999, p. 363) e enfatizado à frente, a sujeição a estas tarefas variadas e de grande esforço físico expressam uma sujeição e denunciam um caráter residual das relações sociais fundadas no período escravista (FARIA, 2019, p. 74/75).

No que tange a cobrança pelos proprietários sobre a obrigatoriedade do pagamento da renda, esse processo era realizado com bastante rigor, consistindo na guarda de um cartão ou anotações em um livro de ponto para serem analisados ao fim do ano. Um documento de comprovação, portanto, de que cada rendeiro cumpriu suas atividades nos dias que eram destinadas à cota do arrendamento. Como exemplo da conjuntura dos rendeiros e de sua obrigação dentro da estrutura de trabalho no Engenho Vitória, dona Norberta nos traz um relato interessante sobre o período em que seu tio e esposo atuavam nessa função:

Meu tio Anacleto e meu esposo João, que infelizmente já faleceram, foram rendeiros na fazenda, pois a gente morava na propriedade do seu Muniz de Aragão, que era o dono das terras. Era sempre na segunda o dia de pagar renda, e trabalhavam o dia todo, só paravam para comer, e era bem rápido. Se não pagasse renda na semana, os homens recebiam a maior bronca e tinham que dar dinheiro para não ficar em dívida. Era um trabalho cansativo, mas era o que precisava fazer para termos nossa terrinha para morar e plantar (NORBERTA DE JESUS, novembro de 2020).

Um ponto importante a ser destacado é que através de relatos orais<sup>57</sup>, segundo Filho (2006), concluiu-se que após a abolição da escravatura era comum que os escravizados nascidos no local ou que foram trazidos da África continuassem morando e exercendo as atividades nas fazendas. Para esse autor, a permanência foi o principal motivo para que muitos conseguissem o acesso de parcelas de terras para plantio das roças e sua subsistência, mesmo que fossem dependentes do sistema de arrendamento como forma de pagamento desta concessão.

Tudo indica que os trabalhadores das fazendas desta região, particularmente da fazenda Engenho Vitória, percebiam que a sua liberdade só se daria desde que tivessem de fato a posse destas terras, sem a necessidade de qualquer tipo de compensação em relação ao seu empregador. O que só veio acontecer com as indenizações ocorridas na década de 1960. Dona Norberta salienta este sentimento após o loteamento das terras:

[...] Ah, depois que a gente recebeu a nossa terra, ficou muito melhor. A gente não precisava mais ser empregado de ninguém, tínhamos nosso próprio chão, onde a gente podia morar, plantar, fazer o que a gente quisesse. Não tem nada melhor que você ser dono de seu local de moradia, porque aí não há nenhum tipo de obrigação com gente, ninguém precisa tomar “sugesta” de fazendeiro ou de qualquer um. Nossa liberdade é ter nossa própria terra, e depender da gente mesmo (NORBERTA DE JESUS, novembro de 2020).

---

<sup>57</sup> Relato oral obtido em 2002, concedido pelo morador Manoelzinho do Engenho da Cruz, um sítio que fica localizado no entorno da Baía da Iguape. Nascido em 1904, Manoelzinho conviveu com ex-escravizados e conversava com os mesmos sobre a vida nas fazendas de açúcar (FRAGA, 2006).

Outra categoria de trabalhadores presentes nas fazendas canavieiras do Recôncavo Baiano, inclusive na Vitória, eram os moradores de senzalas<sup>58</sup>, mais conhecidos como agregados. Em relação às atividades que estes indivíduos realizavam nestes empreendimentos, elas não eram tão diferentes daquelas empregadas pelos rendeiros. Contudo, a jornada de trabalho destes indivíduos era mais exaustiva, além de existir uma relação mais explícita de servidão ao proprietário da fazenda, por morar nas dependências deste local e de não terem acesso às terras para plantio, como os rendeiros possuíam (FARIA, 2019).

Considerando-se este processo histórico de organização territorial do Recôncavo Baiano, temos a percepção e entendemos como inquestionável que as comunidades negras que resistem de forma dissipada por esta região (muitas autorreconhecidas como quilombolas), são formadas por ascendentes dos homens e mulheres que atuaram nos engenhos de açúcar da região. De comunidades formadas e constituídas por escravizados e/ou trabalhadores livres que somente conseguiram sua liberdade muitos anos depois da abolição, através da denominação destas terras como suas de fato.

Com estas informações, concluímos a biografia cultural do Engenho Vitória e da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, realçando as nuances que aproximam estes componentes e que integram uma única trajetória, por entender que o nascimento da comunidade citada é fruto das diferentes atividades e eventos que aconteceram quando este espaço agroindustrial era um dos importantes polos econômicos da região. Portanto, as diferentes apropriações e usos que este grupo faz deste local, atualmente, tem relação direta com este conjunto de informações e momentos que definem os dados historiográficos de ambos.

No que concerne à última pergunta formulada por Kopytoff, demonstrando os distintos momentos que tanto o Engenho Vitória quanto a comunidade do Engenho da Vitória tiveram, nota-se que, hoje, com o fim de sua utilidade econômica, social e industrial, percebe-se que esse local passa por um processo de degradação da sua estrutura. Nesse contexto, se faz necessário que essa localidade tenha uma atenção maior para que não venha a ruir definitivamente. Estabelecer como um dos objetivos desta pesquisa a junção histórica deste local com os anseios da população cachoeirana e, especificamente, da comunidade ali localizada, tem como intuito jogar luz sobre este espaço arquitetônico para que receba a atenção acadêmica e os cuidados técnicos necessários para uma possível preservação de sua memória. Busca-se aqui, portanto, o

---

<sup>58</sup> Segundo Faria (2019, p. 78) "[...] originalmente, as senzalas eram o conjunto dos alojamentos destinados aos escravizados. Nas cabeceiras, esta expressão perdurou até a segunda metade do século XX como referência às edificações de propriedade da fazenda onde vivia uma parte dos agregados, refletindo uma continuidade do sistema escravista. As senzalas foram extintas apenas quando os proprietários expulsaram os moradores das terras da fazenda”.



estabelecimento de um diálogo profícuo entre as diferentes instâncias de poder e o grupo local, como veremos a seguir e com mais profundidade no último capítulo desta dissertação.

#### **4. DIAGNÓSTICO PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DO ENGENHO VITÓRIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Neste último capítulo do trabalho, o foco são as possíveis articulações entre os atores da cidade de Cachoeira que se inter cruzam para uma gestão conjunta através da elaboração de ideias e de propostas para a recuperação e proteção do Engenho Vitória, numa força concomitante entre a sociedade civil, o poder público municipal, as Superintendência Regional do Iphan e do Patrimônio da União da Bahia, e, sobretudo, com a participação ativa da comunidade quilombola do Engenho da Vitória. A partir de um diagnóstico mais amplo, pretende-se nesta parte da pesquisa coletar dados que substanciem a ação destes agentes citados acima, e que são primordiais neste processo, para a tentativa de preservação do conjunto arquitetônico que restou do antigo engenho, verificando as potencialidades e dificuldades de cada argumento a ser levantado e trazido para o debate acadêmico.

O objetivo aqui é apresentar e discutir formas de atuação para a preservação patrimonial que abarquem todos os setores que estejam dispostos a contribuir com a recuperação e conservação do Engenho Vitória. Um esforço em conjunto para que a população cachoeirana, incluindo especialmente a comunidade do Engenho da Vitória, sejam protagonistas deste procedimento. Ao longo desta investigação, constatamos que as políticas públicas no Brasil, em todos os seus âmbitos, excluíram a sociedade civil como partícipes nos diferentes processos de preservação, sobretudo dos grupos que detinham uma relação profícua e cotidiana com o bem a ser tombado e devidamente preservado.

De modo que este capítulo final conta com três verbetes no intuito de delinear todos os segmentos tratados neste trabalho, por meio das análises realizadas até este momento. De início, abordamos aqui algumas considerações sobre modelos de gestão compartilhada que podem de alguma maneira atender as indagações feitas ao longo da pesquisa. Em seguida, tratamos sobre as diferentes posições e opiniões dos atores mencionados acima, com o objetivo de entender e analisar as possibilidades e obstáculos de se trabalhar em prol do diálogo e de uma administração compartilhada do Engenho Vitória. Por fim, discutimos como estas informações relatadas por cada um dos atores entrevistados se interliga aos modelos de gerenciamento apresentados, e assim, refletir a respeito das viabilidades e probabilidades destes exemplos de administração podem ser aplicados neste antigo conjunto agroindustrial.

#### 4.1 GERENCIAMENTO E PRESERVAÇÃO: MODELOS DE GESTÃO COMPARTILHADA PARA O ENGENHO VITÓRIA

Neste item, o objetivo é expor os aspectos da gestão patrimonial como mecanismo de proteção do patrimônio cultural, com destaque para os modelos que podem ser pensados como uma das propostas desta ação juntamente com o Estado e outros atores. De acordo com as proposições levantadas nesta dissertação, portanto, buscamos analisar aqui as possibilidades de uma administração compartilhada do Engenho Vitória.

Abordado no primeiro capítulo, a concepção sobre a patrimonialização de monumentos edificados, iniciada no século XIX, foi feita através de um forte aparato estatal como interventor das políticas de proteção e salvaguarda de bens que simbolizassem a ideia de Nação. Aliás, salientamos a manutenção das elites da época como detentoras das narrativas de formação dos Estados Nacionais em detrimento de grupos sociais que foram excluídos e marginalizados deste processo. Entretanto, ao longo do século XX, principalmente em sua segunda metade, o conceito de patrimônio é alargado, com a inclusão de novos bens e a criação de novos espaços decisórios relativos à sua seleção.

Neste sentido, a gestão do patrimônio cultural torna-se um dos procedimentos que passa por mudanças profundas, especialmente desde a década de 1970, com a produção de documentos, como a Declaração de Amsterdã (1975) e Nairóbi (1976), dentre outras, que passam a incorporar a presença das comunidades locais e da sociedade civil como participantes desta iniciativa. Mas em seu texto *Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural*, Mônica Starling (2012, p. 92) alerta categoricamente para as atribuições da proteção de bens patrimonializados na contemporaneidade:

Ultrapassando concepções tradicionais que limitavam a gestão à tutela, estudo e controle do patrimônio dentro de uma perspectiva imobilista (pouco interventora) – denominada preservacionista – a conservação do patrimônio no mundo atual se dá de forma integrada ao planejamento urbano, utilizando-se de diversas estratégias como a reabilitação e revitalização de centros históricos ou edificações preservadas, a reabilitação e o enobrecimento urbano de forma a se encontrar novos e “rentáveis” usos para o patrimônio histórico e cultural. Frente à ameaça do desaparecimento de parte desse legado material e imaterial pelas pressões de uma sociedade globalizada econômica e culturalmente, assistimos hoje a uma tendência de sobrevalorizar o recurso patrimonial segundo uma lógica de mercado que leva tanto a uma ampliação do seu público como a uma intensificação da sua exploração orientada para o consumo urbano [...].

No Brasil, as novas concepções acerca dos moldes relacionados à gestão patrimonial ganham uma nova conotação através da promulgação da Constituição Federal de 1988, com o alargamento do conceito de patrimônio, entendendo a sua pluralidade e suas conexões com os

diferentes grupos sociais existentes, o que configurou em uma mudança nas práticas da administração dos bens culturais como política pública. Outro ponto importante nas modificações sobre a proteção do patrimônio cultural é a diminuição das atribuições do Estado com o advento da política neoliberal inserida na Administração Pública, que ocorre principalmente na década de 1990 e que possibilitou a atuação de outros segmentos neste processo. Um fato que propiciou a deliberação da direção conjunta como possibilidade de uma atuação entre cidadãos, atores públicos e privados neste segmento.

Neste sentido, a gestão compartilhada do patrimônio cultural possui indicadores bem definidos, como atesta Júlia Marques Rebelato em sua dissertação de mestrado intitulada *Limites e possibilidades dos instrumentos normativos na proteção do patrimônio cultural urbano: uma análise a partir dos vieses da sustentabilidade*, na qual ela verifica que:

Uma das prerrogativas da gestão compartilhada é estimular ações conjuntas entre governo, comunidade e iniciativa privada e, ainda, como estratégia para garantir as múltiplas facetas da sustentabilidade. Por isso, as críticas e reivindicações urbanas destes movimentos em torno de moradias, serviços urbanos básicos, saneamento e cultura, serviram também para levantar pela democratização da gestão pública e a centralização dos processos decisórios (REBELATO, 2017, p. 102).

Sobre o uso dos exemplares de administração e intervenção do patrimônio cultural, sobretudo arquitetônico, essa dimensão se estabelece através do que Leandro Castriota (2009) define como referenciais de gerenciamento patrimonial as seguintes categorias: a) modelo tradicional ou de preservação<sup>59</sup>; b) conservação integrada<sup>60</sup> e c) reabilitação urbana<sup>61</sup>. Entretanto, mesmo aplicadas em diferentes épocas, essas três representações se caracterizaram por privilegiar pequenos grupos que tinham interesses calcados na manutenção de um *status quo* através da recuperação e gestão destes bens, ou no uso para segregação por meio das indústrias turística e cultural.

<sup>59</sup> Primeiro modelo de gestão aplicado aos bens culturais, estando atrelado às noções iniciais sobre o patrimônio, no século XIX. Sua atuação baseava-se nos aspectos técnicos da conservação e restauração, com a formulação de medidas voltadas à proteção dos conjuntos arquitetônicos dotados de características que remetessem à identidade nacional (STARLING, 2012).

<sup>60</sup> Exemplo de administração patrimonial empregada a partir da década de 1960, com a ampliação do conceito de patrimônio, voltado também às questões direcionadas à paisagem cultural. Além dos conjuntos históricos, as paisagens urbanas e os espaços públicos. Mesmo com políticas voltadas à participação e beneficiamento de outros atores, com o zoneamento do espaço urbano, o processo de retirada e segregação de grupos menos afortunados foi uma constante (STARLING, 2012).

<sup>61</sup> Suas primeiras discussões iniciam-se em meados da década de 1970, mas é na década de 1980 que suas ações ganham força. Com a inclusão do patrimônio imaterial como objeto de preservação patrimonial e um aspecto voltado à inclusão de um número maior de pessoas nos processos de recuperação de bens culturais, este modelo ficou marcado por uma atuação menor do Estado em contraposição aos investimentos da iniciativa privada, principalmente no que tange aos processos do uso do patrimônio como atração turística, o que denotava um alcance para grupos sociais com poder aquisitivo mais desenvolvido em detrimento de uma massa popular local que não tinha acesso a estes espaços (STARLING, 2012).

Ainda sobre esse aspecto, Starling (2012) inclui um quarto modelo de gestão do patrimônio, chamado de governança deliberativa e participativa, que se destaca pela participação de outros atores em concomitância com o Estado, incluindo-se nessa seara a sociedade civil. De modo que esse quarto modelo opera por meio de instâncias políticas decisórias, como fóruns participativos, ampliando assim o poder de escolha dos distintos grupos sociais nas decisões relativas a esta área, e que se aproxima das prerrogativas que investigamos neste trabalho sobre uma possível administração compartilhada do Engenho Vitória.

Este novo expoente de gerência patrimonial tem origem nas movimentações e formulações de organizações tanto na Europa quanto na América, que enxergavam a urgência em melhorias sociourbanas, mormente para as parcelas de coletivos atingidas pelas desigualdades econômicas, e o âmbito da proteção do patrimônio cultural estava inserido nestecampo. Com isso, o modelo de governança deliberativa e participativa inclui-se como:

[...] mudanças nas formas de intervenção no patrimônio e no espaço urbano foram precedidas pelos movimentos sociais urbanos, que irromperam na cena política, nos anos de 1960 e 1970, em vários países da Europa e da América. As críticas e reivindicações urbanas destes movimentos em torno de moradias e de serviços urbanos básicos, como transporte, saneamento e cultura, serviram também como bandeiras pela democratização da gestão e contra a corrupção, a falta de transparência da gestão pública e a centralização dos processos decisórios. Demarca-se, aí, o início da trajetória do cidadão como interlocutor dos projetos urbanos e de intervenção no patrimônio (STARLING, 2012, p. 100).

Com efeito, a aplicação do conceito de governança como política pública se dá a partir da década de 1990, como uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, por meio da associação deste termo a ideia de governo eficiente. Sobre o campo patrimonial, este modelo responde às mudanças na forma de gerenciamento, por um lado com a introdução da sociedade civil nas tomadas de decisão e, por outro, com a preservação do patrimônio cultural. Trata-se, portanto, de uma proposta que articula e experimenta noções mais ampliadas, além de um maior diálogo para a resolução dos problemas sobre a salvaguarda dos bens culturais, englobando assim os interesses públicos e privados sobre o assunto.

Neste sentido, apresentamos três exemplos que entendemos como proposições que atendem as demandas que determinam a participação de diferentes atores acerca de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória, acatando especificamente a uma operação que tenha pressupostos para atuação da comunidade quilombola do Engenho da Vitória. Os modelos que apresentamos a seguir são os seguintes: Organizações Sociais e/ou Organizações Sociais de Interesse Público, Parcerias Público-Privadas e os Conselhos Gestores Municipais.

#### 4.1.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E/OU ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

As Organizações Sociais (OS) são entidades sem fins lucrativos, pertencentes ao Terceiro Setor<sup>62</sup>, que utilizam de recursos privados ou públicos para realizarem atividades que são oriundas de demandas e de interesse da sociedade civil, com o objetivo de oferecer o pleno desenvolvimento desta, e não o lucro. Destacam-se na proposição de ações pertinentes ao ensino, pesquisa e difusão científica, saúde, cultura e meio ambiente.

Sua atuação é regulamentada e autorizada pelo próprio Estado, atendendo aos requisitos prévios da Lei 9637/98<sup>63</sup>, que instaurou o Programa Nacional de Publicização. Entretanto, cabe notar aqui que as Organizações Sociais não fazem parte da Administração Pública, sendo reconhecidas como pessoas jurídicas que desempenham atividades transferidas pela esfera estatal para setores da sociedade civil, mas que são fiscalizadas pelo Poder Público e que possui como principais características:

[...] descentralização, reversão do patrimônio público, finalidade não lucrativa, autonomia administrativa, fomento pelo Estado, controle social, empregados contratados pelo regime da CLT e parceria com o Estado através do contrato de gestão (COUTINHO, 2006, p. 28).

Sua origem no Brasil, segundo autores que pesquisam sobre o tema, remete-se ao século XVI, com a atuação filantrópica e religiosa das Santas Casas de Misericórdia e, mais recentemente, com a formação de organizações não governamentais vinculados a movimentos sociais como grupos de resistência contra a Ditadura Militar (MONTENEGRO, 2014). Contudo, o modelo atual das OS advém do redimensionamento da Administração Pública Central com a política neoliberal introduzida no final dos anos 1980, mas que ganha força na década de 1990, descentralizando seu poder e dividindo suas atribuições com estados e municípios, com a proposição de diminuir seus custos. Nesse sentido, tem relevante papel nessa medida o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), que buscava racionalizar a estrutura pública administrativa com a utilização de princípios e métodos alistados à iniciativa privada, e que foram divididos em três eixos:

[...] a) diferenciação das funções do Estado, em quatro categorias: 1 - o núcleo estratégico, composto pelo Legislativo, o Judiciário, a Presidência e a cúpula dos ministérios; 2 - o das atividades exclusivas como a polícia, regulamentação, fiscalização, arrecadação, fomento, atividades sociais básicas; 3 - o dos serviços não

---

<sup>62</sup>Entidades de direito privado que se propõe, com a iniciativa de pessoas e a constituição de patrimônio, a colaborar com o Estado no desempenho das atividades de interesse público (COUTINHO, 2006, p. 26).

<sup>63</sup>Lei que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências (BRASIL, 1998).

exclusivos como universidades, hospitais, centros de pesquisa e museus; e 4 - o da produção para o mercado, as empresas estatais; b) diferenciação das formas de propriedade em estatal, pública não-estatal e privada; e, finalmente, c) diferenciação das formas de administração pública, a burocrática e a gerencial (PEREIRA, 1998 apud MONTENEGRO, 2014).

Mesmo não sendo amplamente aceito, principalmente pelos setores da política partidária e das elites burocráticas que dirigiam as instituições públicas do país naquele momento, o Plano Diretor concede e ratifica a atuação das OS como entes jurídicos, ao oferecer a estas entidades algumas vantagens econômicas, tais como: “[...] isenções fiscais e recebimento de recursos públicos, além de poderem estabelecer parcerias com o Poder Público para a execução de suas atividades” (COUTINHO, 2006, p. 30).

Como atributos para a formação de uma Organização Social, é indispensável que a pessoa jurídica possa adequar o seu estatuto as previsões legais, isto é, necessita acatar a universalização do serviço público, além de desempenhar propostas que sejam de interesse comum e social definidos em lei. De resto, deve obedecer a determinados critérios, dentre os quais se destacam:

[...] ter personalidade jurídica; ter registro de seu ato constitutivo; não ter fins lucrativos; estar em efetivo funcionamento, servir desinteressadamente à coletividade, possuir Conselho de Administração e Diretoria, com participação de representantes da Administração Pública; não remunerar cargos de sua Diretoria; publicar anualmente relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão (COUTINHO, 2006, p. 30).

Sobre a fiscalização das OS, ela se dá através do contrato de gestão, que é “[...] o instrumento jurídico básico dessa forma de parceria entre o setor público e o privado. Embora a lei denomine este instrumento de contrato, na verdade, trata-se de um acordo operacional entre a Administração e a entidade privada” (MEIRELLES, 2001, p. 32). Entretanto, vale ressaltar que qualquer membro da sociedade civil possui legitimidade para fiscalizar qualquer Organização Social através do instrumento da Ação Popular, que funciona como mecanismo de tutela e controle dos interesses difusos, frente à atuação da relação do Poder Público e as OS.

Como principal crítica feita ao exercício das Organizações Sociais, destaca-se a burocratização estatal para definir se determinada OS obedece aos critérios para tal atuação. Nesse sentido, define-se essa excessiva deliberação como quebra do princípio constitucional de homogeneidade. Além disso, outro parecer negativo acerca destas entidades seriam de:

[...] se constituir numa forma usada pelo Estado de prestar o mesmo serviço sem a excessiva burocracia estatal. Torna-se, assim, evidente a intenção de usar o contrato de gestão como forma de fugir do regime jurídico que rege o setor público. As organizações executam o serviço público que o Estado antes fazia, usando, para tanto,

patrimônio e recursos públicos, com a vantagem de que o regime a que se submetem é o privado, ou seja, não estão sujeitas às chamadas amarras da Administração Pública (DI PIETRO, 2008, p. 61).

No entanto, é possível constatar que as OS vem se destacando nos últimos anos como organizações que prezam pela resolução de problemas, os quais o Estado se exime em apresentar alternativas para a solução das dificuldades que o mundo contemporâneo apresenta. Como instrumento jurídico e civil, portanto, suas demandas dialogam com os anseios da sociedade na intermediação com a Administração Pública, em uma nova lógica política e governamental em que outros segmentos se tornam responsáveis por acompanhar e elucidar as disparidades sociais que assolam os diferentes grupos sociais.

Já as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são entidades de direito privado, semelhantes às Organizações Sociais, mas com pré-requisitos mais delimitados sobre suas competências e com preceitos e critérios específicos. Com base nas atribuições do Programa Comunidade Solidária<sup>64</sup>, sua principal proposta é tentar viabilizar as ações da Assistência Social como uma norma de Seguridade Pública. Sua criação acontece exatamente um ano após a prescrição das OS, por meio da Lei nº 9790/99<sup>65</sup>, que define a sua funcionalidade como “[...] pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei” (BRASIL, 1999). No primeiro parágrafo da referida Lei há a definição sobre o que significa não ter fins lucrativos:

Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (BRASIL, 1999).

Tanto as Organizações Sociais (OS) quanto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) têm a mesma natureza, com o intuito de publicizar as atividades em concomitância ao Estado, mas possuem diferenças, sobretudo em seus instrumentos de convênio com a Administração Pública. Enquanto as OS tem como mecanismo de relacionamento com o poder público o Contrato de Gestão, as OSCIP se concatenam com o Estado através de Termos de Parceria, buscando junto ao legislador instituir uma ferramenta que objetiva maior

---

<sup>64</sup>Este Programa foi criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e dirigido pela antropóloga Ruth Cardoso, na época primeira-dama. Foi regulamentado em 12 de janeiro de 1995, através do Decreto n. 1.366. Foi encerrado em dezembro de 2002 e substituído pelo Programa Fome Zero (GAMEIRO, 2007).

<sup>65</sup>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências (BRASIL, 1999).



transparência e desburocratização, substituindo os convênios (OLIVO, 2005). Contudo, cabe notar que estes instrumentos limitam a atuação das OSCIP, por não permitirem que elas façam a gestão do patrimônio, restringindo-se a receber recursos públicos.

Outras características das OSCIP que se diferenciam das Organizações Sociais e que delimitam a sua atuação são explicitadas por Tiago Martinelli em seu artigo *As Organizações da sociedade civil de interesse público: espaço de enfrentamento à questão social através de políticas sociais*, na qual explica que:

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) podem remunerar seus dirigentes. O fato é que estas organizações anteriormente a lei utilizavam-se de outros meios (não legais) para a remuneração dos mesmos, não sendo “prática incomum a distribuição disfarçada de lucros aos sócios ou o pagamento de remuneração aos dirigentes por meio de expedientes que visam a ocultar do Fisco a natureza remuneratória dos pagamentos” (Carvalho, 2005, p. 27). Diante do crescimento das organizações sem fins lucrativos, uma das propostas para a funcionalidade do Terceiro Setor pode ser a ‘aproximação flexível’, que prevê a participação entre este, o Estado e o mercado, igualmente com seus recursos [...] (MARTINELLI, 2006, p. 10).

Dentre as críticas feitas as OSCIP, além da burocratização do estado em definir que pessoa jurídica é OSCIP ou não, como acontece com as Organizações Sociais, outras considerações negativas em relação a estas entidades estão relacionadas a episódios de corrupção, especialmente pelo montante de recursos públicos que são movimentadas por estas corporações. Nesse caso, em particular, observa-se que estes eventos geralmente estão ligados a gestores do Estado, especificamente aos que estão em cargos governamentais, e esse problema se estende a praticamente todos os partidos políticos brasileiros.

#### **4.1.2 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são iniciativas que se originam por meio da necessidade de investimentos de grande porte, especialmente em infraestrutura, com a participação do setor privado neste processo, decorrentemente da diminuição das atribuições do Estado nestes serviços. Tais parcerias são adotadas principalmente a partir da década de 1980 e 1990, com as reformas que ocorrem na Administração Pública em consequência da política neoliberal. Entretanto, esta prática já se apresentava como opção de plano governamental entre a união destes dois setores desde o século XVIII e que se tornou mais presente no âmbito estatal após a Segunda Guerra Mundial, mormente nos Estados Unidos.

O modelo de PPPs que conhecemos e é aplicado atualmente, contudo, tem suas primeiras formulações no Reino Unido, em 1992, quando o Primeiro Ministro John Major lança o

programa que é considerado como o embrião deste tipo de parceria. É o chamado Private Finance Initiative (PFI), que tinha determinadas atribuições e passou por mudanças:

Como a própria terminologia denota, o objetivo principal era viabilizar projetos por meio do financiamento privado, uma vez que a capacidade de implementá-los da forma tradicional, se não estava esgotada, estava ao menos reduzida pelos limites impostos pelo Tratado de Maastricht. Mas foi somente em 1997, já no governo do trabalhista Tony Blair, que o programa foi aprofundado. Ampliado e rebatizado de Public-Private Partnerships (PPP), o programa tinha por objetivo mudar a forma de contratação de obras e serviços públicos, saindo da maneira tradicional de aquisição de ativos para uma lógica de compra de serviços. A busca por alternativas de financiamento permanecia no centro da questão, mas o objetivo maior passou a ser a eficiência na contratação de serviços públicos (BRITO; SILVEIRA, 2005, p. 08).

No Brasil, a iniciativa acerca das PPPs é regulada em 30 de novembro de 2004 pela Lei 11.079<sup>66</sup>, buscando maior participação deste segmento no que tange aos investimentos em áreas que tinham carência na aplicação de recursos por parte do âmbito estatal. Sendo lançado no primeiro mandato do governo Lula, depois de ser amplamente combatido pelas instâncias político-partidárias nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, esse modelo de parceria é visto como a possibilidade de recuperação e crescimento da economia sem a necessidade de utilizar montantes financeiros os quais a Administração Pública não possuía. Aliás, essa iniciativa tentava evitar igualmente que o governo federal alterasse suas metas em relação às demandas que visavam o desenvolvimento econômico, como criação de empregos, aumento do superávit primário, entre outros.

Dentre algumas situações que fazem com que as parcerias público-privadas sejam adotadas no Brasil, destacam-se as particularidades inseridas nas demandas ligadas aos investimentos em grandes obras, seja para recuperação ou construção de empreendimentos. Ademais, cabe destacar aqui que outros pontos foram relevantes para este arquétipo ser adotado como plano governamental:

[...] a necessidade de promover a elevação de investimentos em infraestrutura, considerando a queda de investimentos públicos nas décadas de 1980 e 1990. Se na década de 1970 a taxa média de investimentos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) situava-se na faixa de 22,6%, sendo o setor público responsável por 3,7%, na década de 1990 essas taxas caíram para 20,4% e 2,7%, respectivamente. No período de 2000 a 2003 os investimentos públicos caíram para 1,8% do PIB (PAIVA; ROCHA, 2005). A necessidade de promoção de investimentos em infraestrutura, associada à falta de recursos financeiros públicos, decorrente da escassez de recursos fiscais, das restrições ao endividamento público e da rigidez orçamentária, influenciou a opção pelo modelo híbrido de PPP (PECI; SOBRAL, 2007, p. 08).

Por sua atribuição ter sido pensada e elaborada para manter seu foco exclusivo na ordem financeira, as PPPs oferecem a possibilidade de se efetivar a execução de obras e demais

---

<sup>66</sup> Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

serviços sem o repasse financeiro por parte do Estado. Com isso, essa parceria pode ser definida da seguinte forma:

PPP é uma forma de provisão de infraestruturas e serviços públicos em que o parceiro privado é responsável pela elaboração do projeto, financiamento, construção e operação de ativos, que posteriormente são transferidos ao Estado. O setor público torna-se parceiro na medida em que ele é comprador, no todo ou em parte, do serviço disponibilizado. O controle do contrato passa a ser por meio de indicadores relacionados ao desempenho da prestação do serviço, e não mais ao controle físico e financeiro da obra (BRITO; SILVEIRA, 2005, p. 09).

Para se firmar um contrato entre o Estado e as PPPs, é necessário estabelecer que tipo de parceria será contemplada: se será seguindo os moldes da concessão patrocinada<sup>67</sup> ou administrativa<sup>68</sup>. Além disso, a operação da PPP precisa de um estudo complexo e que analise várias disposições, como viabilidade econômica e política, oportunidade de mercado, levantamento dos custos de cada serviço, pesquisas qualitativas e quantitativas, entre outros. Outro ponto relevante neste processo é que as PPPs precisam obedecer à metodologia legal vigente, nomeadamente para comprovar sua legitimidade seguindo os preceitos da Lei 8.888/93<sup>69</sup>.

Como pontos positivos associados a estas parcerias, estudiosos desta temática destacam que as PPPs são modelos que oportunizam a resolução de grandes investimentos, sobretudo em eventos de grande potencial turístico e financeiro, sem que as instâncias governamentais invistam recursos neste segmento, podendo assim ser aplicados em outras áreas. Porém, muitas críticas estão relacionadas à operação das Parcerias Público-Privadas, especialmente no que concebe a atender apenas a lógica mercantil, sem ter uma preocupação em que estas demandas atendam às necessidades da sociedade, uma pauta importante que acaba sendo relegada e excluída deste processo.

#### **4.1.3 CONSELHOS GESTORES MUNICIPAIS**

Os conselhos gestores municipais são uma das primeiras renovações dentro do campo das políticas públicas, no que tange aos processos democráticos e de novas possibilidades de diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada. Sua principal atribuição foi a de possibilitar

---

<sup>67</sup> Modelo que admite, além da cobrança de tarifa aos usuários, complementação de receita pela autoridade pública, em forma de contraprestação pecuniária (MONTENEGRO, 2014, p. 92).

<sup>68</sup> A concessão administrativa ocorre quando a administração pública é a usuária direta ou indireta, cabendo a ela o pagamento integral ao parceiro privado. Ocorre, portanto, na primeira modalidade, geração de receitas. Já na segunda, não há geração de receitas (MONTENEGRO, 2014, p. 92).

<sup>69</sup> Lei que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (GAMEIRO, 2007).

um novo modelo de relação entre Estado e sociedade, por meio da ampliação da esfera social pública, o que permitiu maior acessibilidade a novos atores que não estivessem diretamente ligados ao aparelho estatal e nos espaços de tomadas de decisões políticas.

Na bibliografia disponível sobre o tema, consta que a origem dos conselhos gestores está ligada às primeiras formas de organização social, especialmente para resolução de problemas que não estavam previstos dentro das normativas organizacionais destes respectivos grupos. Tanto na Antiguidade, sobretudo nas sociedades greco-romanas, quanto na Idade Média, há registros de organismos análogos, na forma de conselho de notáveis. Na Idade Moderna, destacam-se algumas experiências destes organismos, como a Comuna de Paris no século XIX, os Conselhos Operários de Turim, os Conselhos Alemães, Iugoslavos e os Conselhos Americanos do Pós-guerra, todos no século XX (GOHN, 2001). Este modelo de gestão, portanto, objetiva o desenvolvimento de ações conjuntas entre a sociedade civil e o Estado, exatamente para se pensar na gerência integrada das questões ligadas à máquina pública. Nesse sentido, os conselhos gestores são percebidos como:

[...] agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos. Eles podem ser tanto instrumentos valiosos para a constituição de uma gestão democrática e participativa, caracterizada por novos padrões de interação entre governo e sociedade em torno de políticas sociais setoriais, como podem ser também estruturas burocráticas formais e/ou simples elos de transmissão de políticas sociais elaboradas por cúpulas, meras estruturas para transferência de recursos para a comunidade, tendo o ônus de administrá-los; ou ainda instrumentos de acomodação dos conflitos e de integração dos indivíduos em esquemas definidos previamente. Disso resulta que os conselhos são espaços de caráter duplo: implicam, de um lado, a ampliação do espaço público – atuando como agentes de mediação dos conflitos remando, portanto, contra as tendências das políticas neoliberais de suprimir os espaços de mediação dos conflitos; mas, de outro lado, dependendo da forma como são compostos poderão eliminar os efeitos do empowerment, do sentido de pertencer dos indivíduos, e reafirmar antigas práticas herdeiras do fisiologismo (GOHN, 2007, p.107/108).

No Brasil, os primeiros conselhos surgiram durante a década de 1970, na forma de conselhos comunitários, com a função de atuarem ao lado da Administração Pública para resolução de problemas sociais. Na década de 1980, são criados os conselhos populares, como forma de resistência ao período militar, e que possuíam diferentes papéis, tais como:

[...] organismos do movimento popular atuando com parcelas de poder junto ao executivo; organismos superiores de luta e organização popular, gerando situações de duplo poder; ou com os papéis de organismos de administração municipal, criados pelo governo, no sentido de que esses organismos assumissem tarefas de aconselhamento, de deliberação e execução (VICENTE FILHO, 2011, p. 25/26).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os Conselhos Gestores passam a se institucionalizar como política pública municipal, como forma de repartir as competências do poder público federal com os estados e municípios. Desse modo, leis são criadas de forma

homogênea, com a intenção de regulamentar a participação civil de forma constitucional nas tomadas de decisão por meio destas entidades, tendo uma composição paritária com os representantes do poder executivo. Entre a década de 1990 e o início do século XXI, esse modelo se destaca com a implantação e a dinamização dos Conselhos Gestores Municipais, o que marcou o andamento destes organismos sociais no cotidiano do poder público. Nesse sentido, três fatores são considerados primordiais para a concretização deste processo, que são:

[...] 1) O grau de organização e pressão política das organizações da sociedade civil de cada município; 2) O posicionamento político-ideológico e grau de predisposição política dos governantes de turno; 3) E o grau de pressão das esferas federais e estaduais e sua vinculação com os interesses políticos e financeiros dos governantes (CALDERON, 2008 apud VICENTE FILHO, 2011).

Dentre as distintas formatações dos Conselhos Gestores, existem os Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural, que estão dispostos no bojo deste novo modelo de gestão, principalmente a partir da década de 1980. Período em que o Estado sente a necessidade de se revisar as leis de preservação dos bens culturais, no sentido de incluir, no âmbito das ações das municipalidades, a ideia da inclusão social e da valorização da cultura sob a forma dos diferentes grupos sociais presentes. Uma revisão que também está relacionada às dificuldades financeiras e de corpo técnico do Iphan, e demais órgãos responsáveis em promover a proteção e salvaguarda patrimonial daquele momento.

Esse modelo de Conselho teve crescimento especialmente entre a segunda metade da década de 1990 e parte dos anos 2000, quando houve a efetivação de critérios dirigidos pelo Iphan sobre a atuação destas entidades, além da criação de leis de incentivos fiscais estaduais, como a Lei Estadual nº 12.040<sup>70</sup>, de 28 de dezembro de 1995, mais conhecida popularmente como *Lei Robin Hood*, e que foi implantada inicialmente no estado de Minas Gerais. Uma lei estadual que foi responsável pelo crescimento destes conselhos não somente no local supracitado, que possui o maior número de conselhos deste tipo, mas também em outras localidades do Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Os Conselhos de Preservação do Patrimônio Cultural são distinguidos da maioria das entidades que lidam com as políticas públicas consideradas sedimentadas dentro deste campo. Como estes acomodam adesão à política de preservação de bens patrimoniais, preponderam disposições de grande complexidade, cujos conhecimentos técnicos, em muitos casos, apenas são acessíveis aos peritos desta temática. Quanto à representatividade dos Conselhos, esse momento se dá da seguinte forma:

---

<sup>70</sup> Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências (BRASIL, 1995).

Recai sobre a forma de escolha das entidades não vinculadas ao governo municipal a principal base da construção de uma representatividade sólida. São basicamente quatro as maneiras mais comuns de se estabelecer uma entidade como parte integrante de um conselho: a) pela lei; b) pela plenária com seus pares; c) pela escolha do prefeito; d) pela forma mista, a qual conjuga mais de uma forma de escolha. Cabe ressaltar que não existe a priori uma melhor forma de escolha, pois sempre existirão lacunas na representação, porém a ideia é que as entidades sejam as mais representativas possíveis dos setores da sociedade ligados ao tema do conselho. Com esse parâmetro da representatividade, será realizada adiante uma sucinta análise de cada forma de escolha (AZEVEDO, 2007 apud VICENTE FILHO, 2011).

Dentre algumas atribuições destes Conselhos estão listadas: a de inventariar e tombare monumentos; fiscalização sobre a utilização dos bens tombados; formulação de diretrizes que estejam alinhadas com as políticas de preservação municipal, dentre outras. Entretanto, um de seus pontos críticos está na fragilidade de funcionamento, mormente no que tange à regularidade de encontros e reuniões, além de serem representados por atores que podem possuir finalidades distintas as que estes órgãos propõem.

## **4.2 DIAGNÓSTICO SOBRE GESTÃO COMPARTILHADA DO ENGENHO VITÓRIA: PERSPECTIVAS E VIABILIDADES**

No segundo tópico deste capítulo, apresentamos as principais ideias e contribuições acerca das interpretações e necessidades para uma possível administração do Engenho Vitória, compreendendo a necessária participação do Estado com a sociedade civil e, neste caso específico, com a comunidade quilombola do Engenho Vitória. Com isso, apresentamos como proposta para esta ação, que ratifica as novas formulações, e que podem ser aplicadas para o gerenciamento do patrimônio cultural aqui explicitado, deste conjunto arquitetônico.

Portanto, entendemos que quatro diferentes atores estão inseridos com maior propriedade neste processo, que fazem parte desta interligação entre Estado e sociedade civil, em diferentes planos, e que são os principais participantes deste diagnóstico, os quais são: o Escritório Técnico do Iphan, localizado em Cachoeira; a Superintendência do Patrimônio da União da Bahia (SPU-BA); a Prefeitura Municipal de Cachoeira; e a comunidade quilombola do Engenho da Vitória, representada por alguns de seus moradores e por membros da Associação dos Moradores da localidade. Examinemos, a seguir, o que cada um dos partícipes externa e relata sobre este procedimento.

### **4.2.1 ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN - CACHOEIRA**

Desde 1937, quando foram oficializadas as primeiras proposições acerca da proteção e tutela do patrimônio cultural, tendo o Estado como interventor destas medidas, o Iphan é o órgão

responsável pela preservação dos diferentes bens culturais nacionais. Hoje, este instituto tem a sua atuação pautada na identificação, documentação e fiscalização dos elementos patrimoniais, sejam tangíveis ou intangíveis, presentes em nossa sociedade como marcadores de nossa diversidade sociocultural.

Por ser uma autarquia, a estrutura administrativa do Iphan se desenvolve por uma gerência central que funciona em Brasília e no Rio de Janeiro; com 21 superintendências; e com 6 representações estaduais e 27 escritórios técnicos. Sobre os diversos objetos sob sua tutela, o Iphan possui em sua chancela mais de 20 mil edifícios tombados, 83 conjuntos históricos e urbanos patrimonializados, quase 13 mil sítios arqueológicos e mais de um milhão de itens diversos catalogados<sup>71</sup>, seja acervo fotográfico, visual, museológico, dentre outros. Dado estes que demonstram a real dimensão desta entidade na salvaguarda do patrimônio cultural nacional.

Dentre os 27 escritórios técnicos instalados nas cinco regiões do Brasil, temos o escritório regional do Iphan localizado na cidade de Cachoeira. Instalado em um imóvel situado na Praça da Aclamação, nº 04, esta seção é a responsável pela fiscalização dos bens tombados pela União presentes na cidade e em municípios vizinhos, como São Félix, Santo Amaro, dentre outros. Neste sentido, faz-se necessário entendermos o que este órgão pensa e determina sobre a possibilidade de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória e suas intervenções neste processo.

Com isso, entrevistamos no mês de julho de 2020 o arquiteto João Gustavo Andrade Lima<sup>72</sup>, atual chefe do escritório técnico citado. Ocupando este cargo desde o primeiro semestre de 2019, ele salienta que a principal atribuição do Iphan e suas sedes, como no caso da instituição auxiliar local, é a de fiscalização e proposição para a recuperação dos elementos patrimoniais na região e, nesse caso, das construções arquitetônicas e conjuntos históricos. Entretanto, por causa das limitações financeiras e de corpo técnico diminuto, as funções deste órgão ficam prejudicadas.

A respeito do Engenho Vitória, João Gustavo afirma que há dificuldades em propor medidas para o uso deste local por se tratar de um equipamento localizado na zona rural, o que dificulta a sua utilização para fins turísticos, por exemplo, proposição que já é amplamente usada para os bens patrimonializados, como foi explicada no segundo capítulo. Sobre a possibilidade de uma gestão compartilhada para este empreendimento, ele salienta que seria uma importante medida para assegurar a preservação do bem frente ao processo de deterioração que vem sofrendo, ainda mais através da inclusão da população cachoeirana, e da comunidade quilombola do Engenho da Vitória, como partícipes deste procedimento. Contudo, ele menciona que estas

---

<sup>71</sup> Informações obtidas no site oficial da instituição – [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).

<sup>72</sup> Entrevistado no dia 03 de julho de 2020.

proposições ficam a cargo de quem administra o engenho atualmente, mas que caso haja projetos e formulações para viabilizar a recuperação e seu aproveitamento por outros atores, seja do âmbito público, privado ou da sociedade civil, que o Iphan poderia sim ser atuante a partir de suas atribuições como órgão fiscalizador.

Neste sentido, ele destaca que a falta de políticas públicas que alinhem o planejamento e a gestão patrimonial são outros obstáculos para o gerenciamento com a atuação de diferentes segmentos no que tange ao Engenho Vitória, e que o Iphan não tem capacidade para organizar esta proposta sozinho. Neste certame, a ação que promove ao arruinamento deste espaço edificado está ligada a medidas de inspeção por meio da portaria 187/2010<sup>73</sup>, ocasionada com a entrada de processos<sup>74</sup> junto ao Ministério Público, exatamente por não ocorrer medidas de proteção e preservação por parte do órgão que dirige este local atualmente, que é a Superintendência do Patrimônio da União da Bahia (SPU-BA). Logo, por ser uma entidade ligada à Administração Pública Federal processando outro ente da mesma natureza, há uma dificuldade na tomada de decisão a favor ou contra ao procedimento adotado.

Por fim, uma das perspectivas colocadas como uma das alternativas para a gestão compartilhada seria a inscrição do Engenho Vitória para ser chancelado pela Unesco como patrimônio da humanidade, para conseguir financiamento por via de organismos internacionais que atuam na preservação do patrimônio. Ao se estabelecer que estes subsídios fossem utilizados para a restauração deste espaço, os diferentes atores seriam, por sua vez, os principais responsáveis por definirem a melhor forma de gerenciamento, contemplando assim as demandas de forma igualitária dos participantes desta proposição.

#### **4.2.2 SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA BAHIA (SPU-BA)**

A Superintendência do Patrimônio da União (SPU) é o órgão que se responsabiliza pelo gerenciamento do patrimônio imobiliário da União. Em 1988, por meio da Lei nº 9.636, esteve ligada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Hoje, ela é uma entidade que faz parte do quadro do Ministério da Economia, por meio da MP 915, de 30 de dezembro de 2019, com o objetivo de promover a desestatização imobiliária. Entretanto, é preciso lembrar que as demandas acerca do problema das terras públicas vêm sendo trabalhadas pelo Estado desde o século XIX, mais especificamente a partir de 1850, por meio da Repartição-Geral das Terras

---

<sup>73</sup> Compete ao Iphan no âmbito de suas atribuições de fiscalizar o patrimônio cultural protegido pela União, a apuração de infrações e aplicação de sanções.

<sup>74</sup> Processos 01502.001673/2006-92 e 01502.002882/2014-63, citados anteriormente.



Públicas<sup>75</sup>. Um fato que pode ser considerado como o precursor sobre essas discussões relativas à administração destes espaços em território brasileiro.

Com sua estrutura administrativa dividida em uma unidade central em Brasília, 27 unidades autônomas localizadas nas capitais e no Distrito Federal, além de dois escritórios regionais nas cidades de Santos (SP) e Parnaíba (PI), a SPU possui as seguintes funções: a fiscalização dos bens imóveis nacionais; determinar e abranger acerca do domínio destes bens; gerenciar o patrimônio imobiliário da União e aplicar ações que visem a sua conservação; administrar os imóveis residenciais de propriedade da União destinados à utilização pelos agentes políticos e servidores federais, dentre outras atribuições<sup>76</sup>.

Sobre a utilização dos imóveis da União por agentes públicos ou privados, essa transferência de direitos objetiva a proposição de medidas socioambientais, além da promoção do uso e consequente proteção do patrimônio imobiliário nacional. Para isso, existe uma série de instrumentos responsáveis por esta concessão e destinação destes bens, os quais são:

[...] Aforamento, Alienação, Autorização de Uso, Cessão de Uso Gratuita, Cessão de Uso Onerosa, Cessão em Condições Especiais, Cessão Provisória, Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM), Declaração de Interesse de Serviço Público, Entrega, Entrega Provisória, Guarda Provisória, Inscrição de Ocupação, Permissão de Uso, Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) e Transferência (SPU, 2018, p. 28).

A Superintendência do Patrimônio da União na Bahia (SPU-BA) é uma das 27 sessões descentralizadas da entidade central, e hoje é o órgão que está responsável pela posse do Engenho Vitória, desde 1991, por meio do Ofício 24/91, de 27 de fevereiro do referido ano (Anexo XIII). Uma medida realizada após o Instituto de Açúcar e Alcool (I.A.A) ser extinto pelo Governo Federal que acarretou a transferência da administração deste imóvel para este setor, como abordamos anteriormente.

Neste sentido, em conversa com um dos funcionários deste que atua na superintendência, que preferiu não ter a identidade revelada<sup>77</sup>, afirma que este empreendimento foi vistoriado no início de 2020 para averiguação da situação em que esta edificação se encontra, sobretudo pelo auto de infração instaurado pelo Ministério Público. Outro ponto abordado é que desde 2016, a SPU-BA tenta com o INCRA obter a possibilidade de cessão destas terras para regularização fundiária, para ter mais informações em como proceder em relação às comunidades quilombolas da região, dentre elas a do Engenho da Vitória, e de ex-trabalhadores que atuaram no local e que

<sup>75</sup> Criada no seu art. 21 e regulamentada pelo decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, foi originada na edição da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que disciplinou o regime jurídico aplicável às terras públicas

<sup>76</sup> Informações obtidas do site oficial da instituição - <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/planejamento/unidades/spu>.

<sup>77</sup> Entrevistado no dia 12 de dezembro de 2020.

residem nas áreas referentes a este espaço. Uma regulamentação que poderia ratificar a posse das terras para estes grupos familiares ou na desapropriação das terras, mas esta medida não foi colocada em prática até o presente momento.

Em relação à possibilidade de uma gestão compartilhada deste equipamento, por causa da mudança recente na superintendência<sup>78</sup> da SPU-BA, ainda não há nenhum tipo de proposição a ser acionada sobre o Engenho Vitória. Como o governo federal atualmente se baseia na ideia de que os bens imobiliários sejam vendidos ou repassados aos interessados na recuperação e consequente uso destes espaços, observa-se assim um nítido processo de redução das atribuições do Estado na preservação do patrimônio imobiliário nacional, bem como de outros componentes deste campo.

#### **4.2.3 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA**

Cachoeira é um dos municípios que compõem a região do Recôncavo Baiano, com a população estimada segundo as últimas informações do IBGE em pouco mais de 33 mil habitantes<sup>79</sup>. Sua distância para a capital Salvador é de 110 km, e faz limite com as seguintes cidades: Conceição da Feira, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, São Félix e Saubara<sup>80</sup>.

A presença da prefeitura local como um dos integrantes da proposta aqui estudada e analisada advém do entendimento de que a participação do Executivo da cidade é fundamental para que haja maior ressonância entre as dimensões tratadas pelos órgãos ligados à Administração Pública, seja em âmbito municipal e federal, e a comunidade do Engenho da Vitória. O papel da municipalidade, neste debate, se faz imprescindível para observar e avaliar as melhores condições e perspectivas para a condução de uma administração compartilhada do Engenho Vitória. Numa gestão apoiada na resolução de medidas que contemple todos os envolvidos e que determine a recuperação e o aproveitamento de um importante equipamento patrimonial do município, e que se apresenta como um monumento nacional tombado pelo Iphan.

Sobre a Prefeitura Municipal de Cachoeira, ela está sob nova gestão desde o dia 04 de janeiro de 2021, tendo como prefeita Eliana Gonzaga de Jesus, do Partido Republicanos e, como vice-prefeita, Cristina Soares, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A respeito da proposição do gerenciamento conjunto do Engenho Vitória e a inclusão do Executivo local neste processo,

---

<sup>78</sup> O novo superintendente da SPU-BA tomou posse no dia 23/11/2020 e se chama Antônio Eduardo dos Santos de Abreu.

<sup>79</sup> 33.470 habitantes, segundo site do IBGE (Endereço eletrônico: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

<sup>80</sup> Informações obtidas no site do IBGE.

foi possível obter algumas informações por meio de um questionário com dois secretários que fazem parte da atual gestão: Roberval Júnior<sup>81</sup>, secretário de Administração e Finanças, e Davi Rodrigues Casaes<sup>82</sup>, secretário de Cultura e Turismo. Iniciando com as respostas obtidas com o chefe da primeira pasta referida, ele descreve alguns dos procedimentos acerca da proposição citada em como a administração municipal pretende operar neste campo:

A gestão pretende atuar de maneira ativa em prol da preservação do patrimônio histórico e cultural do nosso município, buscando apoio e respaldo junto às autoridades competentes para a abordagem das questões patrimoniais. Apesar de ainda não existir um órgão dentro do Executivo com dedicação exclusiva para o tema, esta é uma possibilidade a ser contemplada, pensando principalmente em seu uso para fomentar o turismo e o desenvolvimento socioeconômico da cidade, e o Engenho Vitória insere-se nesta seara (ROBERVAL JÚNIOR, janeiro de 2021).

Em relação a uma possibilidade de ação conjunta com a comunidade do Engenho da Vitória acerca da recuperação e aproveitamento do Engenho Vitória, este mesmo secretário afirma:

A gestão tem sim interesse em atuar em conjunto com a comunidade quilombola do Engenho da Vitória para promover a valorização, fortalecimento e preservação do Engenho Vitória, que figura como um dos principais acervos culturais da nossa cidade. Essa é uma medida que consideramos de suma importância, tanto que é um dos pontos relevantes em nosso plano de governo (ROBERVAL JÚNIOR, janeiro de 2021).

Ele salienta que esta proposição se faz necessária, respeitando as particularidades dos grupos sociais, e nesse caso específico, da comunidade supracitada, além da participação dos órgãos ligados à preservação patrimonial:

Entendemos que a participação das comunidades interessadas, e aqui se tratando da comunidade do Engenho da Vitória, é indispensável no trato do patrimônio cultural, da mesma forma que se faz imperiosa a presença dos órgãos que lidam com este campo, como o Iphan, por exemplo. Deste modo, a gestão pretende dialogar em conjunto e consenso com os referidos setores e grupos que desejem executar esta proposição, para a melhor condução das demandas desta seara (ROBERVAL JÚNIOR, janeiro de 2021).

No que se refere a quais medidas poderiam ser viabilizadas caso esta proposta fosse realizada, o secretário define algumas formulações que são prioritárias para a gestão:

Um das possibilidades para a gestão e a preservação do patrimônio cultural cachoeirano e, neste caso, do Engenho Vitória, pode ser o fomento de parcerias público-privadas, algo que está inserido em nosso plano de governo como forma de viabilizar investimentos na área cultural e o campo patrimonial está presente neste segmento. Mas entendemos que este tipo de modelo, ou outro que pudesse ser implementado, precisa respeitar as considerações do Executivo municipal e, sobretudo, dos grupos locais

---

<sup>81</sup> Entrevistado no dia 29 de janeiro de 2021.

<sup>82</sup> Entrevistado no dia 01 de fevereiro de 2021.

existentes na cidade, pois, a sua valorização é fundamental para que esta proposta possa dar certo (ROBERVAL JÚNIOR, janeiro de 2021).

Já o secretário de Cultura e Turismo detalhou algumas propostas que visam à preservação do patrimônio cultural no município, sobretudo sob a ótica do ramo turístico e do desenvolvimento socioeconômico:

A nossa ideia enquanto uma gestão democrática é de buscar alinhar as questões e propostas de preservação do patrimônio cultural de Cachoeira com os órgãos que lidam com este campo, como o Iphan, o Ipac e outras instâncias, mas buscar que a prefeitura tenha autonomia de levantar propostas para esta área. Por isso, é de suma importância que a prefeitura tenha seu próprio escritório técnico, com profissionais exclusivos para atender as demandas relacionadas à conservação do patrimônio, e que a partir deste processo haja o uso destes bens por meio das atividades turísticas para alavancar o desenvolvimento econômico do município. E esse ano tem um significado especial sobre este tema, pois Cachoeira completa cinquenta anos que foi tombada como monumento nacional, então se faz necessárias ações que dinamizem esta marca que Cachoeira carrega, e isso passa pela recuperação e preservação patrimonial (DAVI RODRIGUES, fevereiro de 2021).

No que concerne a possibilidade de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória com a participação do Executivo local nesta proposição, o secretário afirma o seguinte:

Essa é uma proposta superválida, pois o Engenho Vitória é uma importante edificação da nossa cidade, que retrata um rico período de nosso município, e sua restauração e utilização contando com outros parceiros, e com a comunidade que está instalada no entorno desta construção é extremamente relevante para que possamos analisar e no futuro, viabilizar esta ação. O Engenho Vitória está incluído nessa proposta de valorização e preservação do patrimônio que esta gestão pretende atuar e colocar em prática, e a participação da comunidade cachoeirana e dos grupos locais são fundamentais, por serem os reais detentores deste patrimônio. Não temos nada detalhado ainda, pois estamos em nosso primeiro mês de gestão, mas a nossa ideia é que estes bens sejam aproveitados de forma sustentável, e que possibilitem a participação de nossa população (DAVI RODRIGUES, fevereiro de 2021).

Com isso, entendemos que a atual gestão do Executivo da cidade de Cachoeira tem como um dos pontos de seu plano de governo a preservação e utilização do patrimônio cultural, com a inclusão do Engenho Vitória neste plano. Além disso, percebe-se que a parceria com outras instâncias, seja pública, privada ou comunitária, está presente nas proposições municipais, o que permite observar e avaliar as possibilidades e dificuldades para a implementação deste projeto.

#### **4.2.4 COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO DA VITÓRIA**

Como um dos atores a participar de uma possível gestão compartilhada do Engenho Vitória, pudemos notar através das entrevistas realizadas com alguns dos núcleos familiares da comunidade quilombola do Engenho da Vitória que a maioria das famílias são chefiadas por mulheres e, em sua maioria, de mulheres idosas, por uma parte significativa de seus

companheiros serem falecidos. Outro dado importante é que quase todos são trabalhadores rurais e que a maioria planta em suas próprias roças para sua subsistência. No entanto, a maioria dos jovens nascidos na comunidade acaba saindo do local por falta de oportunidades, seguindo para a zona urbana de Cachoeira ou rumo a outras cidades, como Salvador e Feira de Santana, em busca de oportunidades de emprego em centros urbanos mais densos e estruturados.

Com relação ao Engenho Vitória e os possíveis emaranhamentos entre a comunidade e este conjunto arquitetônico, o ponto mais abordado nas entrevistas foram as memórias relacionadas à atuação dos moradores, principalmente das pessoas mais velhas, e demais parentes. Uma das entrevistadas foi a senhora Elza Cupertino<sup>83</sup>, de 89 anos, atualmente aposentada, nascida na comunidade e reside na mesma casa há cinquenta anos. Casa herdada de seu pai, que morava no local anteriormente, Elza relata lucidamente algumas das funções das quais ela atuou no período de funcionamento do engenho:

[...] Eu mesma comecei trabalhando no engenho aos doze anos, na olaria. Fabricava tijolo o dia todo, era bem cansativo. Depois cheguei a trabalhar como doméstica, porque meus padrinhos, Durval e Nina, eram filhos do seu Muniz de Aragão e pediram para ele me tirar da olaria, por ser um trabalho pesado. Foi aí que anos depois o engenho fechou e tive que ir procurar trabalho em Cachoeira (ELZA CUPERTINO, novembro de 2020).

Elza menciona que alguns de seus parentes eram trabalhadores do engenho, uma prática comum no interior das fazendas de açúcar, como foi relatado anteriormente:

[...] Meu avô atuava como carpinteiro no casarão, consertava tudo de defeito que aparecia. Já meu pai, Emílio Cupertino, trabalhava cozinhando o açúcar. Ele trabalhou nesse posto até o fechamento do engenho. Foi aí que depois que ele faleceu, eu fiquei com a casa como forma de herança, pois ela foi dada pelo seu Muniz de Aragão tempos depois do engenho deixar de funcionar como uma forma de pagamento pelos anos de serviço [...] (ELZA CUPERTINO, novembro de 2020).

Outro detalhe aqui observado são os diferentes usos feitos ao longo do tempo pelo Estado no Engenho Vitória e os impactos destas administrações na comunidade. Um dos relatos que atestam este axioma é o de Antônio Reis Lima Leôncio<sup>84</sup>, mais conhecido na comunidade como “seu Reizinho”. Com 68 anos, seu Reizinho, que é nascido na comunidade e atua como lavrador e encanador, além de possuir um empreendimento que atende as pessoas da comunidade e de localidades vizinhas aos fins de semana como uma alternativa de lazer, descreve algumas situações sobre o processo do gerenciamento do engenho, sobretudo do I.A.A e da Marinha, e de seus rebatimentos na comunidade:

<sup>83</sup> Entrevistada no dia 29 de novembro de 2020.

<sup>84</sup> Entrevistado no dia 29 de novembro de 2020.

Lembro bem que alguns anos depois do engenho e do casarão serem abandonados pelos donos, uma empresa que produzia açúcar e álcool começou a usar o local, para dar continuidade ao trabalho que havia sido encerrado. Mas o que me marcou mesmo foi quando a Marinha começou a tomar conta do lugar, na década de 1970. Isso porque nós não podíamos andar pelas redondezas do casarão que já chegava os soldados e diziam: “Essa área é privada, não podem transitar por aqui”. Era algo que nos deixava “encucados”, numa situação de invasão mesmo, que influenciava na nossa forma de viver, em nosso trabalho e por aí vai (ANTÔNIO REIS LIMA LEÔNCIO, novembro de 2020).

No tocante a possibilidade de gestão do Engenho Vitória e a participação da comunidade neste processo, ele analisa da seguinte forma:

[...] Seria uma boa se houvesse o uso do casarão, né? Não só para mim, que tenho um barzinho e poderia ampliar a quantidade de pessoas aqui, mas para a própria comunidade, que tem poucas formas de conseguir seu sustento. Depender apenas da plantação e da pesca é muito pouco, por isso que os jovens têm de sair daqui para conseguir emprego. Então se o casarão fosse um ponto turístico ou coisa do tipo, que gerasse renda para a comunidade, seria muito bom (ANTÔNIO REIS LIMA LEÔNCIO, novembro de 2020).

Um dos relatos que chamaram a atenção por sua franqueza e consciênciasobre a situação do Engenho Vitória e da própria comunidade, foi o de Clodoaldo Reis Souza<sup>85</sup>. Filho de Elza Cupertino, Clodoaldo tem 49 anos e é lavrador. Nascido e criado na própria comunidade, o seu relato foca especialmente no descaso da proteção do Engenho Vitória como um ponto de congruência com a falta de condições sociourbanas da própria localidade:

Olha, a falta de cuidado aí do casarão fala muito sobre a falta de um olhar mais atento da prefeitura de Cachoeira e dos outros órgãos públicos sobre a comunidade. Nós não temos coleta de lixo, temos de queimar tudo que produzimos. A escola que a comunidade possui, onde me alfabetizei, não funciona, e aqui quando chove fica difícil transitar, pois as estradas ainda são de chão batido. E político aqui só aparece em período de eleição, como aconteceu esse ano. Prometem, dizem que vão fazer “mundos e fundos”, mas depois que conseguem se eleger, desaparecem, é como se não existíssemos para eles. E aí ficamos esquecidos, a mercê de nossa própria sorte e suor. Então, o fato do casarão do Engenho Vitória estar nessa situação de abandono e “se acabando” cada vez mais, é nada mais que a situação de esquecimento que nós passamos em relação à atuação do poder público. Se eles não estão cuidando das pessoas daqui, irão se preocupar com o casarão? (CLODOALDO REIS SOUZA, novembro de 2020).

Em relação à participação da comunidade caso fosse viável uma administração conjunta do Engenho Vitória, Clodoaldo é muitoconsciente sobre essa possibilidade:

Não vou dizer que não acho uma boa, caso acontecesse. Seria bom para nós, pois teríamos a oportunidade de falar sobre nossa própria história, como o caso de minha mãe, que trabalhou no engenho, meu avô e outras pessoas que passaram por aí. Mas como isso seria feito? Vai ter a atuação do poder público e tudo mais, mas como será nossa participação? Será ativa mesmo, de sermos realmente presentes e sermos contemplados com isso, ou será o mais do mesmo, de fazerem promessas, não

<sup>85</sup> Entrevistado no dia 29 de novembro de 2020.

cumprirem, e nos usarem em benefício próprio, como acontece nas eleições? Eu acho uma boa ideia, mas tem de ser bem conversado, e a associação daqui tem que participar como nossa representante, para que tudo que for “colocado no papel” seja cumprido e que a comunidade seja beneficiada (CLODOALDO REIS SOUZA, novembro de 2020).

Sobre a associação citada por Clodoaldo, trata-se da Associação dos Pescadores e Produtores Rurais do Engenho da Vitória, citada anteriormente neste trabalho. Um dos entrevistados foi o atual presidente da associação, Felipe Soares de Jesus<sup>86</sup>, 26 anos, neto de Dona Norberta, e que atualmente mora em Salvador, mas continua exercendo o cargo de presidente da associação. Ele descreve o processo atual de atuação acerca da associação:

[...] Desde a criação da associação, em 2004, tivemos algumas representações que cuidaram das demandas da comunidade, sobretudo no período em que fomos reconhecidos como quilombolas, quando recebemos o certificado da Fundação Palmares. Mas com o passar dos anos, a associação vem perdendo força, tanto que ainda não foi regularizada. O fato de não termos apoio do poder público dificulta qualquer tipo de ação, por isso mesmo que me mudei para Salvador para conseguir emprego, pois é muito difícil para os jovens se manterem trabalhando seja na comunidade como em Cachoeira, pois não há oportunidades. O meu mandato como presidente termina agora no início de 2021, e espero que quem fique à frente possa fazer uma mobilização para que a comunidade receba o que merece (FELIPE SOARES DE JESUS, dezembro de 2020).

Sobre a possibilidade e os desafios de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória, Felipe tem a seguinte opinião:

O uso do Engenho Vitória e, principalmente, a participação da comunidade como uma das integrantes deste momento seria algo muito interessante e benéfico para as famílias que residem no local, pensando principalmente no retorno financeiro e de prestígio para estas pessoas. E digo prestígio pelo fato de que muitas pessoas que moram na comunidade têm alguma relação com aquele local. Minha avó, a dona Norberta, trabalhou por muitos anos no casarão, outras pessoas trabalharam ou algum parente trabalhou. Eu mesmo tenho várias lembranças da minha infância naquele lugar, então a recuperação do casarão seria uma forma de prestigiar a comunidade, pelo motivo que o engenho faz parte das nossas vidas. E a nossa presença seria uma forma de não termos apenas o sentimento de que os integrantes da comunidade eram a força braçal deste espaço, mas também como responsáveis pela sua manutenção e utilização, pensando até nos jovens, que não precisariam sair da comunidade para poderem sobreviver (Felipe Soares de Jesus, dezembro de 2020).

Logo, após as descrições das considerações dos atores que entendemos como partícipes de uma possível gestão compartilhada do Engenho Vitória, mesmo com diferentes competências e atribuições nesta ação, entendemos que essa medida precisa ser articulada para, assim, tentar vislumbrar quais seriam as possíveis utilizações deste espaço e como cada um dos agentes envolvidos contribuiriam neste processo. Contudo, faz necessário que a comunidade do Engenho da Vitória seja atuante no que tange à apresentação de uma proposta acerca deste segmento, de

---

<sup>86</sup> Entrevistado no dia 06 de dezembro de 2020.

modo a definir sua posição como uma das integrantes do uso e preservação deste conjunto arquitetônico.

#### **4.3 ENGENHO VITÓRIA E SEU USO: REFLEXÕES SOBRE SUA GESTÃO**

Com a apresentação das principais opiniões dos diferentes atores que consideramos como primordiais para a elaboração de um plano que contemple a possibilidade de uma administração compartilhada do Engenho Vitória, entendemos como relevante refletirmos primeiramente sobre como as posições e ideias destes distintos agentes podem se aglutinar com os modelos de gerenciamento apresentados anteriormente, como formas de proposição para este procedimento. Secundariamente, cabe pensar também em novas alternativas que não foram elaboradas aqui, mas que mostram maior capacidade de viabilidade mediante os dados apontados.

Diante disso, é importante salientarmos que o ponto principal para se pensar em novas modalidades de gestão para o Engenho Vitória baseia-se nas deficiências apresentadas por parte de seus interventores (Estado), na promulgação de políticas públicas para a sua preservação, e em dois objetivos imprescindíveis, quando tratamos do patrimônio arquitetônico nacional: o seu uso e sustentabilidade, o que garante a sua utilidade à sociedade, ultrapassando os sentidos culturais, históricos e artísticos que permeiam estes espaços; e a participação da sociedade civil que, neste caso específico, aponta para o papel da comunidade do Engenho da Vitória, como integrantes das formulações e da própria salvaguarda deste equipamento, por sua teia de relações e noções de pertencimento em relação ao conjunto analisado.

Por tudo isso, ressaltamos que o modelo atual de administração do patrimônio cultural e arquitetônico necessita de revisões mais aprofundadas, ao não se adequar às mudanças relacionadas à ampliação do campo patrimonial e de sua consequente gestão. E essa constatação se deve principalmente a dois fatores: inicialmente, pela perda da capacidade das instituições ligadas à Administração Pública em exercer tais serviços, causados pela diminuição de investimentos e de apoio técnico para a execução destas atividades; e seguidamente pela decisão do Estado em reduzir sua atuação na preservação dos bens culturais patrimonializados, abrindo caminho para que outros agentes sejam os provedores neste processo, especialmente a iniciativa privada.

Depois de termos apresentado as proposições gerenciais que podem ser aplicadas como modelos de uma administração conjunta do Engenho Vitória, mesmo sem a devida profundidade que o tema exige e a verificação de quais são os pontos positivos e negativos de cada um deles, pretendemos entender a realidade e a viabilidade de cada proposta exposta a partir da reunião dos



dados informados por cada um dos atores envolvidos nesta pesquisa. Para tanto, procuramos expor sem juízo de valor o que cada um dos quatro partícipes, indicados neste trabalho, entende como proposições mais adequadas para a realização desta ação.

Iniciando com as Organizações Sociais (OS), primeiro modelo explanado neste trabalho, tais órgãos se caracterizam por serem entidades que atuam na resolução das demandas da sociedade civil, principalmente na tentativa de diminuição das desigualdades sociais, seja pela filantropia ou por manifestações políticas em suas diferentes esferas. Por possuir a finalidade de ser encampado por grupos sociais e para a atuação em soluções de problemáticas que assolem estes mesmos coletivos, entendemos como uma alternativa viável como proposição para a gestão do Engenho Vitória, pensando especialmente na atuação mais direta da comunidade quilombola do Engenho Vitória como integrante desta medida.

Nesse sentido, as OS oferecem diversas facilidades que podem compor as formulações que integrem as normativas para a direção do Engenho Vitória, tais como: flexibilidade para a contratação de pessoal, bens e serviços; a possibilidade de se firmarem compromissos entre a OS e a Administração Pública para a realização de atividades específicas, visando a melhoria das condições socioculturais da sociedade civil; a perspectiva de atuação do Estado na estrutura organizativa da OS juntamente com a sociedade civil, o que poderia criar canais de diálogo mais fluidos para a prática de ações concretas na efetivação de soluções para o problema identificado; publicação dos resultados das metas elencadas no Contrato de Gestão, que torna o processo transparente e permite a fiscalização de qualquer membro da população cachoeirana, seja integrante ou não da entidade, em relação a qualquer tipo de irregularidade ou má gestão dos recursos financeiros (MONTENEGRO, 2014).

Sobre a chance de atuação estatal no organograma das OS em conjunto com a sociedade civil, pensando neste modelo como possibilidade de gerenciamento do Engenho Vitória, uma das viabilidades acerca desta proposição seria a articulação conjunta das iniciativas do Escritório Técnico do Iphan – Cachoeira, da prefeitura municipal local e da comunidade do Engenho da Vitória, no sentido de aglutinar as perspectivas de cada ator, numa atuação das esferas comunitária, municipal e federal, que poderiam ser ratificadas na fiscalização dos processos concernentes à recuperação e proteção do local, por parte do Iphan; a composição de pessoal e o apoio financeiro por parte da prefeitura municipal de Cachoeira; e a comunidade do Engenho da Vitória seria a responsável por ser o agente que cuidasse das atividades relativas ao funcionamento deste equipamento.

Entretanto, há algumas ressalvas sobre o modelo das OS, especialmente no que diz respeito ao seu marco legal, que é dúbio no que tange a constitucionalidade da contratação destas

entidades pelo Estado. Outro ponto importante a ser ressaltado é sobre a origem dos recursos utilizados por estas organizações, nos quais em sua maioria advém da Administração Pública, seja por editais ou do próprio repasse desta esfera para as OS. Neste caso, fica sempre a dúvida sobre as intenções do poder federal em relação à preservação patrimonial, exatamente por este campo não possuir uma agenda própria relacionada à sua salvaguarda, ficando a cargo do projeto político e ideológico de quem estiver à frente dos cargos governamentais.

Em relação às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a sua atuação e elaboração assemelha-se com as Organizações Sociais. Contudo, há algumas diferenças que são positivas e negativas como um modelo a ser pensado para a administração compartilhada do Engenho Vitória. Como um destes pontos de concordância, as OSCIP possuem a prerrogativa de remuneração de seus integrantes, sendo que estes recursos podem ser incluídos tanto pela esfera pública quanto privada, o que amplia o conjunto de possibilidades para a aquisição de investimentos. Pensando nesta alternativa, essa seria uma prática que poderia beneficiar a comunidade do Engenho da Vitória, com a possibilidade desta remuneração ajudar no desenvolvimento socioeconômico deste grupo.

Porém, uma das críticas para este modelo é o mecanismo que regula a sua interligação com a Administração Pública. Enquanto as OS regulam-se por meio do Contrato de Gestão, as OSCIP possuem como ferramenta de convênio com o Estado os Termos de Parceria. Se este instrumento permite maior nitidez de como as diferentes medidas que esta entidade se propõe a fazer estão sendo exercidas, possibilitando maior facilidade na desburocratização de suas atribuições e de se apresentar como um ponto positivo se comparado as OS, em contrapartida este dispositivo limita a sua ação no que tange à gestão patrimonial, ficando a cargo apenas do recebimento de recursos públicos, como explicitamos anteriormente.

Portanto, é necessário analisar as nuances que alinham as competências e peculiaridades das OS e OSCIP, em concomitância à viabilidade do gerenciamento do Engenho Vitória, para se buscar as melhores soluções em relação a este procedimento, caso um destes modelos seja o escolhido para o processo de gestão. Todavia, o que percebemos é que ambos os exemplos possuem um canal de diálogo entre a sociedade civil e o Estado, que pode ser interpretado como eixo fundamental para a possibilidade de uma gestão compartilhada, pelo fato das funções técnicas e financeiras do plano estatal serem fundamentais para a concretização das ideias. Modelos que podem estar aliados ao processo de escuta e de entendimento sobre o que a comunidade entende como adequado, no que tange a esta metodologia e o que podem oferecer como proposta de inclusão para a realização desta ação.

Mas é preciso ressaltar aqui a presença estatal, sobretudo aquela vinculada aos interesses político-partidários e que é uma constante dentro das OS e OSCIP, como uma das principais críticas a estes organismos jurídicos. Com isso, pensar neste momento em relação ao Engenho Vitória requer um alinhamento entre todos os atores e, em especial, da prefeitura municipal de Cachoeira, para que os possíveis integrantes escolhidos como representantes deste setor neste plano não foquem suas atenções apenas nas minúcias relacionadas à Administração Pública e suas preferências ideológicas. Deve-se, portanto, tentar estabelecer um diálogo permanente e profícuo com as instâncias federais, bem como com a comunidade local, em prol da recuperação e uso de forma sustentável e talvez até mais social deste equipamento industrial.

Sobre as Parcerias Público-Privadas, por estarem interligadas à lógica mercantil e neoliberal, essas alternativas estão mais voltadas para o crescimento econômico por meio de investimentos em grandes empreendimentos, utilizando o capital privado como principal recurso para a sua concretização final. Nesse sentido, tais medidas contam com a flexibilização de marcos legais definidos pelo Estado para alcançarem resultados mais eficientes neste campo. Um privilégio que vem refletindo no aumento deste tipo de contrato ao longo dos anos, pela possibilidade de a Administração Pública não ter a necessidade de investir nas áreas as quais estão embasadas por este modelo de dotação orçamentária.

Em relação a uma possível aplicação deste modelo abordando as opiniões e destaques dos atores supracitados, as PPPs seriam opções a ser viabilizadas seguindo a lógica da SPU-BA, que trabalha atualmente com desestatização do patrimônio o qual ela é responsável, por se tratar de uma lógica governamental atual. Além disso, cabe notar que a Prefeitura Municipal de Cachoeira adota igualmente este exemplo de contrato, como uma das formas de fomentar a cultura local em seu plano de gestão, e que poderia ser pensada como uma possibilidade de aplicação ao Engenho Vitória. A atuação da Parceria Público-Privada, portanto, oferece instrumentos de controle e regulação dos recursos que estão sendo gastos e de como estão sendo utilizados, especialmente com a criação da Sociedade de Propósito Específico (SPE)<sup>87</sup>, que possibilita teoricamente a execução de métodos e bases de planejamento mais transparentes e democráticos.

Todavia, a PPP, caso fosse adotada como exemplo para recuperação e aproveitamento do Engenho Vitória, seria um ponto de discordância, sobretudo por este tipo de parceria ser feita exatamente apenas entre instâncias públicas e privadas, sem a inclusão da sociedade civil neste processo, o que é uma das principais críticas feitas a este modelo. Por isso, seria necessário o

---

<sup>87</sup> Modelo de organização empresarial pelo qual se constitui uma nova empresa, limitada ou sociedade anônima, com um objetivo específico, ou seja, cuja atividade é bastante restrita, podendo em alguns casos ter prazo de existência determinado. Informação extraída do site oficial do Sebrae - <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/o-que-sao-sociedades-de-propósito-específico>>.

diálogo entre o agente ou os agentes privados que ficariam responsáveis por este procedimento, o Executivo local e a comunidade do Engenho da Vitória para alinhar a participação deste grupo como um dos proponentes desta ação. Mas o fato é que a operação das PPPs e sua relação com a sociedade civil, na qual a mesma é deixada em segundo plano em prol de um segmento pautado na lógica neoliberal, não sugere que esta opção possa ser considerada a mais adequada para o coletivo e de suas demandas sobre este bem arquitetônico.

Já os Conselhos Gestores Municipais e, mais especificamente, os Conselhos de Preservação do Patrimônio Cultural, são organismos que possuem como objetivo a mediação de conflitos, pautados na democratização dos diálogos para a resolução de problemas relativos à falta de políticas públicas na preservação destes bens. Tem assim um papel estratégico de intermediário nas interlocuções entre o Estado e a sociedade civil nos espaços decisórios. Por isso, o seu desempenho é fundamental para se pensar em alternativas para a salvaguarda e consequente recuperação destes espaços, tendo as comunidades locais como proponentes e partícipes, tanto no uso quanto nas formulações das medidas a serem aplicadas.

A dinâmica dos conselhos de preservação do patrimônio cultural tem como principal marco legal o Plano Diretor, definido na Constituição Federal de 1988, agregando ainda mais relevância com a criação do Estatuto da Cidade<sup>88</sup>. Plano em que municípios com mais de 20 mil habitantes possuem como prerrogativa o desenvolvimento urbano, como um importante mecanismo da diminuição das desigualdades sociais e o bem-estar de sua população. Nesse quesito, os conselhos agem como propositores de medidas para a concretização de uma política integrada em prol da proteção dos bens culturais locais. A cidade de Cachoeira instituiu o seu Plano Diretor em 2006, através da Lei nº 730<sup>89</sup>, que definem em seus artigos a gestão participativa como eixo principal para este processo, além de ações em prol da salvaguarda do patrimônio histórico e arquitetônico local. No entanto, poucos atos reverberaram em relação a este campo na plenitude territorial do município cachoeirano.

A proposição de uma administração compartilhada do Engenho Vitória, com a criação de um conselho de preservação do patrimônio cultural, neste caso específico de Cachoeira, antevê que a sua atuação seria demarcada também nos conjuntos arquitetônicos e em seu sítio histórico. Nesse sentido, é possível vislumbrar que a composição deste setor privilegiaria as disposições dos atores envolvidos neste processo, com a presença de membros do Executivo municipal, do

---

<sup>88</sup> Documento sancionado pela Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, com o objetivo de delimitar políticas no que corresponde à política urbana e o desenvolvimento cidadão em concomitância com a sociedade.

<sup>89</sup> Dispõe sobre a política urbana no município, institui o plano diretor urbano do município de Cachoeira e dá outras providências.

Escritório Técnico do Iphan, representantes da sociedade civil, e com a presença de ao menos um integrante da comunidade do Engenho da Vitória.

Um dos conteúdos que é necessário ter atenção na estruturação dos integrantes de cada segmento deste conselho é sobre a paridade no organograma desta entidade. Um fator que pesquisadores do tema pontuam como uma problemática no exercício das atividades destes organismos, mormente pela dificuldade em validar os diversos interesses que cada representação possui. Nesse caso, a não paridade permite que as decisões sejam analisadas e definidas pelo entendimento que a maioria dos conselheiros entende como a mais adequada para cada ação ou assunto, que corrobora com a existência de uma prática democrática neste espaço deliberativo.

Como relatado previamente, os conselhos que atuam na proteção do patrimônio cultural e suas nuances são mais presentes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Como alguns exemplos de entidades que possuem práticas relativas a este campo e que poderiam ser um caminho norteador para a criação e execução de medidas voltadas para a salvaguarda dos bens culturais situados em Cachoeira, dentre eles, o Engenho Vitória, temos o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI), atuante na cidade mineira desde 2011. Outro exemplo seria o Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal (COPPAM), que funciona na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) e que faz parte das atribuições conjuntas entre Executivo municipal e a comunidade local desde 2003, dentre outros exemplos de conselhos nacionais.

Com isso, notamos que as diferentes formatações que entendemos como expoentes diretivos para o Engenho Vitória possuem acertos e pontos críticos em sua natureza organizativa. Mas cabe aqui salientar que esta proposição vai depender exclusivamente do somatório de forças de diferentes instâncias que se proponham a discutir e levantar as melhores opções para o uso e recuperação deste espaço arquitetônico tão simbólico para a comunidade local.

Estabelecer uma estratégia de ação pautada principalmente na reunião de atores que privilegiem as propostas que a comunidade quilombola do Engenho da Vitória venha a formular acerca desta operação é entendido aqui como de suma importância como formulação futura deste processo. Afinal de contas, propor a ressignificação patrimonial de um determinado bem material sem a inserção dos grupos sociais que possuem laços de pertencimento e simbolismo com estes elementos culturais é manter a ordem que se apresenta, de ineficiência e descaso com estes patrimônios e com a própria comunidade. Portanto, pensar na sua proteção é privilegiar a perpetuação da memória dos coletivos que usufruíram e usufruem destes locais e manifestações, por meio da recuperação de um importante equipamento para o cotidiano não só da comunidade,

mas da sociedade cachoeirana, cumprindo assim com um dos requisitos do patrimônio na atualidade, que é a sua inserção no funcionamento das cidades contemporâneas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As distintas considerações sobre o patrimônio cultural e sua consequente preservação são objeto de debates e elaborações acerca do seu reaproveitamento e sustentabilidade. Ao longo dos séculos, diferentes formas de proteção e gestão foram viabilizadas por vários motivos, mas a preservação da memória de diferentes grupos sociais sempre esteve como pano de fundo para a adoção de medidas voltadas à salvaguarda dos bens culturais. De ações em que a proteção e a utilização destes bens estejam atreladas à sobrevivência da humanidade, pela relação que os objetos, práticas e manifestações mantêm com os seus integrantes em suas trajetórias e nas formações próprias desses coletivos socioculturais.

Por isso, foi necessária a criação de políticas públicas e a interferência do Estado como provedor destas ações para que a preservação destes símbolos da identidade humana pudesse receber a alcunha de patrimônio cultural e sua chancela para proteção. Mas a sua atuação foi dimensionada ao “congelamento” dos bens edificados patrimonializados que, além de possuir elementos técnicos para a sua seleção, acabou por excluir a sociedade civil deste processo, o que contribuiu sobremaneira para o arruinamento de inúmeras edificações. No entanto, com a mudança na concepção sobre o ideário patrimonial, outros atores encontraram espaço para participarem das proposições sobre a restauração e uso destes ambientes, pelo entendimento de que as comunidades locais são relevantes para a constituição das relações de pertencimento destes grupos e dos itens patrimoniais. Mesmo com essa alteração na conjuntura acerca do gerenciamento do patrimônio e de seus diferentes participantes, que não ficaram apenas a cargo da Administração Pública, observamos que não foi possível reverter o estado de deterioração de alguns elementos alusivos aqui abordados.

No que tange ao Engenho Vitória, o fato de ser um dos equipamentos agroindustriais construídos durante o período de recuperação da economia canavieira, em Cachoeira, mostra a sua importância como um dos empreendimentos que marcou a historicidade regional e nacional no período colonial. Um fato histórico que o balizou para ser um dos monumentos a serem tutelados pelo Estado, como um artefato dotado de uma identidade nacional nas primeiras demandas das políticas patrimoniais no Brasil. Além disso, por ser uma das poucas, senão a única, estrutura arquitetônica que possui parte significativa de sua edificação ainda preservada no município e, talvez, no Recôncavo Baiano, revela a sua especificidade em ser utilizado a serviço

da sociedade e por responder prontamente a essa demanda, como um aparelho que agencie a cultura local e o desenvolvimento socioeconômico na região.

Entretanto, as medidas para um possível reaproveitamento do Engenho Vitória passam pela participação e contribuição dos indivíduos que compõem a comunidade quilombola do Engenho da Vitória, por sua teia de relações de diferentes âmbitos com este local. Inclusive, porque muitos destes sujeitos, sejam antepassados ou seus ulteriores, atuaram como força motriz neste local, ora como unidade açucareira, ora como usina. Nesse sentido, a ideia de pertencimento é um dos fatores para se entender que a projeção desta localidade, neste processo de articulação e elaboração do gerenciamento deste conjunto arquitetônico em ruínas, não pode ser feita sem a participação efetiva deste coletivo. Sem este elo, qualquer ação perderia o sentido que o campo patrimonial reverbera atualmente, ao tratar as populações locais como integrantes fundamentais das formulações para a salvaguarda e utilização deste patrimônio cultural e arquitetônico, em particular.

Refletir sobre um possível processo de preservação do patrimônio arquitetônico, neste caso específico do Engenho Vitória, significa tentar encontrar medidas que realcem o seu uso a favor da sociedade. Com as novas análises e conjecturas sobre o campo patrimonial, principalmente a partir da década de 1960, as nuances que envolviam as questões ligadas ao valor e o significado destes itens tornaram-se insuficientes para entender as complexidades que envolviam estes elementos culturais e seu elo com os grupos sociais. Com isso, interpretações que permitiram a inclusão de novas abordagens e de novos participantes, dentro desta temática que envolve a preservação dos monumentos, foram adotadas neste campo como um novo ponto de partida para se pensar e articular propostas para a salvaguarda patrimonial. Por tudo isso, ao reintroduzi-las na vida das pessoas, seja pela ressignificação de sua utilização, por não haver mais a possibilidade de retornar o emprego original do bem, seja através do turismo e de outras formas de aproveitamento, além da inclusão de novos participantes, são exatamente essas novas proposições que buscam a proteção desta categoria atualmente.

Logo, é preciso entender que a gestão compartilhada do Engenho Vitória só será possível com a união dos agentes citados durante esta dissertação, com a percepção de que todas as partes necessitam ter suas demandas respondidas, como um dos pontos fundamentais para uma possível recuperação e gerenciamento deste espaço. O somatório de forças do Iphan, da Prefeitura Municipal de Cachoeira e da comunidade do Engenho da Vitória, além da anuência da SPU que é atual administrador do local, precisa estar alinhado para que o engenho seja um equipamento que possa promover o desenvolvimento social e sua própria sustentabilidade. Uma união política em que a população local seja a principal beneficiada nesta ação, promovendo o seu crescimento

socioeconômico e, desse modo, tentar realçar os aspectos culturais e simbólicos que permeiam este bem arquitetônico. Afinal, o Engenho Vitória possui certa relevância dentro da criação das noções identitárias da cidade de Cachoeira e, mais precisamente, no interior dos núcleos familiares que residem no entorno desta antiga unidade agroindustrial.

Nesse sentido, a análise das bases teóricas e metodológica que utilizamos para a construção desta dissertação foram de suma importância para entender as nuances acerca da preservação patrimonial e sua relação com os grupos sociais e, nesse caso específico, em conformidade ao nosso objeto de estudo. Por isso, avaliar sobre a evolução do conceito acerca do patrimônio cultural e as particularidades sobre o estado de ruína, além das perspectivas abordadas na biografia cultural do Engenho Vitória e da comunidade do Engenho da Vitória, ajudaram no entendimento da própria modificação das sociedades em suas trajetórias com os bens imóveis e a nova dinâmica que a evolução social e urbana promoveu a estes conjuntos edificados em profundo estado de arruinamento.

A proposta de investigar modelos para viabilizar a gestão do Engenho Vitória, como um dos pontos para a possibilidade de recuperação e utilização conjunta deste espaço, segue uma tendência que se iniciou ainda na década de 1970. Com o viés do aproveitamento turístico e a entrada de novos agentes, como propositores desta medida para proteger os bens patrimonializados, esse momento demonstra que o Estado já não conseguia ser o único interventor neste processo. No Brasil, a relevância dos programas de preservação do patrimônio arquitetônico (Programa Cidades Históricas, Monumenta e Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas) desdobra-se como importantes mecanismos de salvaguarda e uso, a partir da ampliação do que seriam constituídos como elementos patrimoniais. Mas esta configuração só tem sentido com a presença das percepções dos grupos sociais e da sua permanente participação na proteção e utilização destes sítios históricos.

Salientamos que as três modalidades expostas neste trabalho, como exemplos para a possibilidade de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória, são oriundas das formulações adotadas para a diminuição das atribuições estatais em diversos campos. De formulações que buscavam atender as demandas da sociedade, mas, sobretudo, com a adoção das políticas neoliberais como proposta governamental e, dentre estas, o setor patrimonial foi atingido por esta nova realidade na direção da máquina pública. No entanto, essa descentralização das normas e intervenções do Estado, presentes nas propostas de proteção do patrimônio arquitetônico, promoveu a inclusão de novos atores, o que possibilitou novas interpretações sobre a compreensão destes bens culturais e seu emprego como integrantes de uma nova dinâmica sociocultural e urbana. Uma dinâmica que estreitou ainda mais essa relação com os grupos



sociais, principalmente aqueles que têm um sentido de assimilação e pertencimento dos bens patrimonializados.

Pensar em soluções para a recuperação e conseqüente gestão do Engenho Vitória significa buscar medidas para que este bem patrimonial continue exercendo sua essência, a partir da noção de ser um local possuidor de memórias e características que permitam a transmissão de valores e significados para as gerações atuais e futuras. Ademais, este processo pode dar uma importante contribuição para a reflexão das políticas públicas de proteção ao patrimônio arquitetônico, por ser um empreendimento que está localizado na zona rural de Cachoeira. Por mais que estes sítios tenham sido alavancados ao plano de receberem as mesmas proposições de proteção e uso que os conjuntos urbanos, na realidade, as ações e execuções que foram exercidas sobre este campo focaram mais na restauração e rendimento dos itens situados nos eixos centrais das cidades. Nesse caso, esse procedimento corroborou com propostas que vem acompanhando a evolução cidadina mais expressivamente, através da urbanização e do desenvolvimento socioeconômico.

É necessário salientar que a aplicação da preservação do patrimônio arquitetônico nacional, como medida de inserção nas atividades financeiras da Administração Pública, foi uma ação que ganhou força principalmente nas últimas duas décadas. Período em que se observa uma continuidade de método e investimentos para a utilização destes bens, como pontos turísticos e fonte de acréscimo econômico para as comunidades locais. Mais recentemente, entretanto, e devido a mudança de paradigmas e de projeto político e ideológico que ocorreu no âmbito federal, este plano teve cortes sistemáticos em seu cumprimento, o que acarretou projetos inacabados ou que nem chegaram a ser iniciados. Uma tendência que denota que a política patrimonial, mesmo com a inclusão de novos atores neste campo, ainda é fortemente marcada pelas decisões estatais, mostrando que este setor não possui uma agenda específica e que depende da lógica governamental para que qualquer medida, preservacionista ou não, seja de fato implementada.

Nesse caso, outra questão a ser ressaltada é que diante da nova lógica estatal de repassar a gerência do patrimônio arquitetônico a outros interessados, pode ser considerado algo benéfico ou prejudicial para a possibilidade de uma gestão compartilhada do Engenho Vitória. Benéfico no sentido de que a burocratização relativa a esta medida seria menor, e os participantes citados como agentes neste procedimento poderiam definir, a partir de suas próprias decisões como esta metodologia seria favorável, ao determinar qual seria a melhor forma para a direção e utilização deste espaço, e com o Estado como órgão fiscalizador de todas as medidas adotadas. Sobre a dificuldade desta medida, a ideia é que este empreendimento fosse destinado ao proveito de

quem estivesse pensando apenas no uso voltado ao lucro desenfreado, sem nenhum tipo de preocupação com os aspectos sociais e de salvaguarda deste equipamento, sem levar em conta igualmente como as pessoas veem o Engenho Vitória como parte da sua história e de seu cotidiano. Portanto, a articulação de instâncias e grupos que compreendam o gerenciamento nos aspectos sociais, e não apenas nos aspectos econômicos, pode estabelecer a ressignificação deste conjunto edificado de suma importância, desde que este procedimento seja feito de forma que não segregue a sociedade civil e a comunidade local de todo o processo.

O desempenho de cada um dos atores citados nesta investigação, como articuladores para o gerenciamento do Engenho Vitória, perpassa pelo entendimento dos papéis de cada integrante nesta ação. Torna-se fundamental, portanto, que cada uma destas entidades participe de todas as etapas de execução desta medida, porém, ressaltando a atuação dos órgãos ligados à Administração Pública (Iphan e Prefeitura Municipal de Cachoeira) como setores responsáveis pelos trâmites burocráticos e legisladores em relação a esta possível demanda. Por tudo isso, salientamos que a participação da comunidade do Engenho da Vitória é capital para que este processo seja realizado em sua plenitude, pelo próprio entendimento de que, atualmente, as constituições teóricas e metodológicas determinam e reafirmam a presença dos grupos locais como operadores das atividades que englobam o aproveitamento destes bens culturais sobre o patrimônio arquitetônico. Uma participação marcada pelos diferentes significados e simbologias que esta junção possui.

Outro detalhe sobre a participação da comunidade supracitada na gestão compartilhada do Engenho Vitória, está relacionada a dois aspectos. O primeiro se refere à própria perpetuação da existência humana através da preservação do patrimônio arquitetônico, no qual o arruinamento destes elementos edificados reflete na finitude da vivência dos grupos sociais. Em um momento que sempre resultou na tentativa de prolongamento da vida das pessoas, e que permanece na essência da proteção patrimonial, mesmo com correntes que entendem que o fim destas construções significa o curso natural de sua experiência, como um bem dotado de valores e memórias destes coletivos socioculturais. O segundo aspecto reside na oportunidade desta atividade ser um mecanismo de desenvolvimento socioeconômico para a comunidade do Engenho da Vitória que, pela ausência de medidas do poder público, sofre com a falta de condições sociourbanas mínimas para a sua subsistência, o que é uma constante, sobretudo com os núcleos habitacionais que se localizam nas zonas rurais das cidades.

Entretanto, as propostas que delineamos acerca da participação de atores nesta proposição de gestão conjunta do Engenho Vitória, e os possíveis modelos de gerenciamento deste conjunto arquitetônico, podem ter outros desdobramentos, tais como: a adição de novos atores, sendo da

iniciativa privada ou de outros segmentos públicos, por exemplo; e a tentativa de se pensar outros usos para este bem, como a criação de um centro comunitário ou outro tipo de proposição que atenda as demandas da comunidade do Engenho Vitória. A ideia inicial é apontar caminhos que possam servir como ponto de partida para que esta ação possa ser analisada e, caso isto seja possível, viabilizada. E a partir disso, pensar em outras medidas ou perspectivas que contemplem as necessidades dos diferentes integrantes, no sentido de recuperar e reaproveitar este antigo equipamento industrial como um instrumento de desenvolvimento social e patrimonial.

Para finalizar esta dissertação, lembramos que o caráter desta pesquisa não é de abalizar soluções definitivas para a restauração e utilização do Engenho Vitória e, sim, de encaminhar sugestões e indicativos que podem ser empregados como norteadores e, desse modo, verificar o que é possível e viável para que uma determinada ação possa avançar. Salientamos também que durante o processo de investigação, dificuldades foram acentuadas para a realização deste estudo, principalmente pela situação sanitária que assolou o mundo decorrente da pandemia causada pela Covid-19, o que prejudicou a realização de entrevistas presenciais, sobretudo com membros da comunidade do Engenho da Vitória, e a consultas em arquivos físicos. Uma mudança necessária foi realizada para obtenção de dados, como a adoção de entrevistas online, o uso de questionários e a consulta a documentos digitais para contato com informações primárias. Mas acreditamos que, mesmo com todos estes contratemplos, conseguimos analisar e trazer subsídios que avalizem a principal premissa deste trabalho.

Um último ponto a se ressaltar é que implantar um sistema de gestão patrimonial que envolva outros atores, sem a intervenção do Estado em sua totalidade, como um órgão articulador e fiscalizador, requer estudos mais aprofundados que envolvam profissionais de outras áreas do conhecimento. Portanto, esta investigação serve como ponto de partida e, principalmente, como um produto que tem como objetivo refletir sobre as formulações adotadas para a proteção do patrimônio arquitetônico e de sua relação com as comunidades locais. E serve igualmente para constatar que o conhecimento acadêmico pode e deve ser utilizado como contributo fundamental para o desenvolvimento de transformações que tragam benefícios concretos para a sociedade em que vivemos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Leila B. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 137-149. jan.- abr. 2016.
- ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo V. Do ouro branco ao ouro negro: As políticas públicas de preservação do patrimônio industrial na Bahia. **URBANA**, ano 3, n° 3, 2011.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói, RJ. Editora da UFF, 2008.
- AZEVEDO, Esterzilda B. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009.
- AZEVEDO, Paulo O. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, N. Ser. V. 24, n. 1, p. 237-256, jan - abr. 2016.
- BAETA, Rodrigo E.; NERY, Juliana C. Reflexões sobre intervenções arquitetônicas contemporâneas em ruínas. **Oculum ens./Campinas/14(2)/217-240/Mai-agosto de 2017**.
- BAHIA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Inventário de proteção do acervo cultural**. Salvador: IPAC, 1979.
- BAHIA, José Péricles D. Ser baiano na medida do Recôncavo: O jornalismo regional como elemento formador de identidade. 2009. 226 p. Dissertação (Programa multidisciplinar em cultura & sociedade) – Faculdade de comunicação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2009.
- BARBOSA, Márcia F. Nação, um discurso simbólico da modernidade. **Crítica Cultural (Critic)**, Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 203-216, jan./jul. 2011.
- BARCELLOS, Letícia N. Participação social na preservação de sítios históricos: experimento metodológico no sítio histórico de Santa Leopoldina – ES. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2017.
- BEHRENS, Ricardo. **Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625**. Salvador: Editora Pontocom, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **El origen bibliográficas barroco alemán**. Madrid: Taurus, 1990.
- BEUQUE, Flora Moana V. Entre a roda de boi e o museu: um estudo da careta de Cazumba: In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos; SAMPAIO, Roberta; BITTAR, Nina Pinheiro (Org). **A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância**. Rio de Janeiro, Mauad; FAPERJ, 2013, 296 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEICCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Disponível em: <<http://www.professor.pucgoias.edu.br>>. Acesso em: 15/01/2020.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. 376p. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4185>>. Acesso em: 19.ago.2020.

BRANDÃO, Maria A. Cidade e Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria A. (org). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração** - Cesare Brandi; tradução Beatriz MugayarKuhl; apresentação Giovanni Carbonara; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. - Cotia, SP; Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Lei 12.040, de 28 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do Artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 11.nov.2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15.nov.2020.

\_\_\_\_\_. Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17.nov.2020.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registo de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em: 01.dez.2019.

BRITO, Bárbara Moreira B.; Silveira, Antônio Henrique P. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (1): 7-21 Jan/Mar 2005.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: **Políticas culturais no Brasil**. Organização Antônio Albino Canelas Rubim - Salvador: EDUFBA, 2007.

CALVO, Ana. **Conservación y restauración: materiales, técnicas y procedimientos de la A a Z**. Barcelona: Serbal, 1997.

CANCLINI, Néstor G. O patrimônio cultural e a constituição imaginária do nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Cidades. n. 23.- Brasília: MinC/Iphan, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. **A revolução de 1930 e a cultura**. São Paulo, Cebrasp, 1984.

CARTA DE BRASÍLIA, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>. Acesso em: 01.nov.2020.

CARTA DE NOVA OLINDA, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/AQUI-CARTA.pdf>. Acesso em: 01.nov.2020.

CARTADEVENEZA,1964.Disponívelem:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20%20Veneza201964.pdf>.  
Acesso em: 19.dez.2019.

CARTA DE WHASHINGTON, 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>. Acesso em: 28.out.2020.

CARVALHO, Anselmo Ferreira M.; ARAS, Lina Maria B. A preservação do patrimônio material da Bahia através do conselho estadual de cultura (1968-1987). **BrazilianJournalofDevelopment**, Curitiba, v. 6, n.6, p.36219-36233 jun. 2020.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

\_\_\_\_\_. PAC Cidades Históricas: oportunidade para a conservação integrada? **Lócus**, 16(2), 2010.

CIRLOT, Juan E. **Dicionáriode símbolos**.São Paulo: Moraes, 1984.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3º ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, 288 p.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução de João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011, 184 p.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, Paris, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 15.jan.2020.

- CORREA, Sandra M. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 15-57. jan.- abr. 2016.
- COUTINHO, Nina N. As organizações sociais e o contrato de gestão. **Revista de direito público**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 25-40, maio/ago. 2006.
- CRUZ, Ana Paula Batista S. Costurando os retalhos: um estudo sobre a comunidade Santiago do Iguape. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br>>. Acesso em: 20.set.2020.
- DALLARI, Dalmo. **Elementos de teoria geral do Estado**. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.
- DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 30.out.2020.
- DIANNA, Eduardo Matheus S. Salvador em revolta: alguns olhares para a revolta islâmica na Bahia em 1835. **Revista Trilhas da História**, V. 5 (10): p. 145-161, 2017.
- DINIZ, Luciana N. Projetos contemporâneos em ruínas: o passado compartilhado no presente. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br>>. Acesso em: 20/03/2020.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Z. **Parcerias na administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- DÓCIO, Vanessa A. Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927-1967). 2014. 172 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- DUARTE JÚNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010.
- ETCHEVARNE, Carlos. Bahia de todos os engenhos. In: OLIVEIRA, Cláudia; GUETO, Neuvânia C.; ALLEN, Scott J. (orgs). **Arqueologia de engenhos**: Volume 1 - Paisagens e pessoas. Recife, Editora UFPE, 2018.
- FARIA, Ana Tereza Dutra P. Tramas e laços entre os quilombos das cabeceiras do Iguape: configurações de um território. 2019, 153 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2019.
- FERNANDES, Rosali B; OLIVEIRA, Leila Cristina S. Evolução econômica do município de Cachoeira (BA): do século XVI ao século XIX. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br>>. Acesso em: 20.09.2019.
- FILHO, Walter F. **Encruzilhadas da liberdade**. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0741-2, 368 p.

- FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, vol.71: p. 11-39, 2007.
- FONSECA, Maria Cecília L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **O registro do patrimônio imaterial**. Brasília, 2000, p. 83-95.
- \_\_\_\_\_. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, 298 p.
- FORTUNA, Carlos. A paisagem da ruína urbana. In: **Cescontexto - Paisagens Socioculturais Contemporâneas**. Coimbra, n. 12, p. 5-9, 2015.
- FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2000. (Planejamento e Políticas Públicas, V. 21).
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- FRIDMAN, Fania; ARAÚJO, Ana Paula S.; DAIBERT, André Barcelos D. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil: três estudos de caso (1973 - 2016). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, V. 21, N. 3, p. 621-638, set - dez. 2019.
- FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio arquitetônico: conceitos contemporâneos nas cartas do Icomos. **Oculum Ensaios**, vol. 10, núm. 2, julho-diciembre, 2013, pp. 243-255.
- GAMEIRO, Fabiana G. Gestão dos bens culturais: estudo de caso Engenho Poço Comprido – Vicência/PE. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2007.
- GHISLENI, Camilla. A efemeridade do corpo e do espaço: um convite ao abandono. Disponível em: <<https://arqsc.com.br>>. Acesso em 13.11.2020.
- GIANEZINI, Kelly; et all. Políticas Públicas: definições, processos e constructo no século XXI. **Revista de políticas públicas**, V. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017.
- GOHN, Maria da Glória. Os Conselhos de Educação e a Reforma do Estado. **Pólis Publicações (Instituto Polis)**, São Paulo, v. 37, p. 35-40, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfarestate: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro 40(2):201-36, Mar./Abr. 2006.
- GOMES, Flávio. **PALMARES: escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. São Paulo: Contexto, 2005.



- GOMES, Geraldo. Engenho e arquitetura: morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**. V. 5, n. 1 (1996): jan/dez. 1996.
- GONÇALVES, Ângela R. Ruína e patrimônio cultural no Brasil. 2017, 301 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, 2017.
- \_\_\_\_\_. Ruínas e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento. **Vírus**, São Carlos, n. 16, 2018. (online). Disponível em <<http://www.nomads.usp.br/virus>>.
- GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios** / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2007.
- HEGEL, Georg Wilhelm F. **Lecciones sobre la filosofia de la historia universal**. Madrid: Alianza, 2004.
- HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, nº 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- KESSEL, Carlos. Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil. **História Social**, Campinas, São Paulo, nº 06, p. 65-94, 1999.
- KOPYTOFF, Igor. A Biografia Cultural das Coisas. A Mercantilização como Processo. In: APPADURAI, Arjun. (org.). **A Vida Social das Coisas: A Mercadoria sob uma Perspectiva Cultural**. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 89-121.
- JUSTICIA, Maria José M.; MARTINEZ, Domingo S. **Historia y teoria de la conservación y restauración artística**. Madrid: Tecnos, 2008.
- LEAL, Sarah F. PAC Cidades Históricas: implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação. 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2010.
- LEITÃO, Débora K.; MACHADO, Rosana P. Tratar as coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material. **Mediações**, Londrina, V. 15, n. 02, p. 231-247, jul-dez.2010.
- LIMA, L.; MENEGUETTI, K; HIRAO, H. A valorização das ruínas como espaços livres. **Vírus**. São Carlos, n. 15, 2017. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus15/?sec=4&item=8&lang=pt>>. Acesso em: 21.out. 2020.
- LOUREIRO, Maria Lúcia de N; et all. Da vida de um fotoheliográfico: itinerâncias e memórias. Disponível em: <<http://www.ufpb.br>>. Acesso em: 19/12/2019.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARTINELLI, Tiago. Organizações da sociedade civil de interesse público: espaço de enfrentamento à questão social através de políticas sociais? **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 5, nov. 2006.

MEIRELLES, Hely L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2001.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p. 89-104, 1998.

MIRANDA, Josy B. E não se ouviu mais o apito da usina: Aspectos da formação histórica da comunidade Remanescentes de Quilombos do Engenho da Vitória, em Cachoeira-BA. 2014, 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de artes, humanidades e letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, Bahia, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Carlos D. Engenho Massangana: apropriação e uso do patrimônio histórico arquitetônico. 2014, 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2014.

MOURA, Margarida M. **Os deserdados da terra**: lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NASCIMENTO, Luis Claudio D. Aspectos históricos do Engenho Nossa Senhora da Vitória, s/d. Disponível em: <<http://borandar.files.wordpress.com/2017/03/engenho-vitoria.pdf>>. Acesso em: 31.07.2019.

NASCIMENTO, Rosana A. Documentação museológica e comunicação. In: **Cadernos de Museologia**, nº 3, p. 31-39, 1994.

NETO, Leonardo de F. As políticas de preservação do patrimônio cultural como estratégia de desenvolvimento local em Cachoeira-BA (2002-2016): contradições e perspectivas. 2018, 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de artes, humanidades e letras, Universidade Federal do recôncavo da Bahia, Cachoeira, Bahia, 2018.

NORMAS DE QUITO, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 01.out.2020.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Experiências agrícolas da Bahia no século XVIII. XII Congresso Brasileiro de História Econômica. Disponível em:

- <<http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/6%20EXPERIENCIAS%20AGRICOLAS%20NA%20BAHIA%20DO%20SEculo%20XVIII.pdf>>. Acesso em: 15.07.2020.
- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. Zahar, nov. 1997, 146 p.
- O'DWYER, Eliane C. **Caderno de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.
- OLIVEIRA, Maria Amália Silva A. Biografia cultural das coisas: aporte metodológico para o estudo do turismo. **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**. Campinas, v. 23, n. 30, p. 29-42, jul-dez/2015.
- OLIVO, Luís Carlos C. **As Organizações Sociais e o novo espaço público**. Florianópolis: Editorial Studium, 2005.
- OTT, Carlos. **Os engenhos: povoamento do Recôncavo pelos engenhos**. Salvador: Bigraf, 1996. v.1.
- PEARCE, Susan. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, M; DOS SANTOS, C.P. (org). **Museus, instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro, MAST, p. 13-20, 2005.
- PECI, Alketa; SOBRAL, Filipe. Parcerias Público-Privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira. **Cadernos Ebape, BR**, v. 5, nº 2, Jun. 2007.
- PELLEGRINO, Carlos T. Patrimônio cultural urbano: de quem? Para o quê? 3er Congresso Virtual de Antropología y Arqueologia, 2002. Disponível em: <[https://www.equiponaya.com.ar/congreso2002/ponencias/carlos\\_tranquilli\\_pellegrino.htm](https://www.equiponaya.com.ar/congreso2002/ponencias/carlos_tranquilli_pellegrino.htm)>. Acesso em: 29.jul.2019.
- PINHEIRO, Maria Lúcia B. Ricardo Severo e o Neocolonial: Tradição e Modernidade no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. **Intellèctus**, v.10, n.01, 2011.
- PIRES, Fernando Tasso F. Engenhos de açúcar no Recôncavo Baiano. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 170 (442): 233-248, jan./mar. 2009.
- REBELATO, Júlia M. Limites e possibilidades dos instrumentos normativos na proteção do patrimônio cultural urbano: uma análise a partir dos vieses da sustentabilidade. 2017, 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2017.
- REIS, João J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo, Companhia das Letras, 665 p, 2003.
- \_\_\_\_\_. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Revista Afroasia**, nº 15, p. 100-126, 1992.

ROCHA, Uelton Freitas. “Recôncavas” fortunas: a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1834-1889). 2015, 226 f. Dissertação (História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2015.

RODRIGUES, Maria da Paz J. Caminhos da preservação: políticas, patrimônio material e reflexos nas dinâmicas social e urbana de Cachoeira-BA. 2010, 232 f. Dissertação (Mestrado em cultura, memória e desenvolvimento regional). Departamento de Ciências Humanas. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

RUBIM, Antônio Albino C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: **Políticas culturais no Brasil**. Organização Antônio Albino Canelas Rubim - Salvador: EDUFBA, 2007.

QUINCY, Antoine Q. **Cartas a Miranda**. Organização, tradução e apresentação de Paulo MugayarKuhl e Beatriz MugayarKuhl. - Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016. - (Coleção Artes e Ofícios).

SANT’ANNA, Márcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. **Anais do Museu Paulista**, vol. 24, núm. 1, janeiro-abril, 2016, pp. 59-74.

\_\_\_\_\_. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, vol. 35, 2017.

SANTOS, Mônica M. As Bahias de Godofredo Filho. In: Anais do I Enecult. Salvador/UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br>>. Acesso em: 11.set.2020.

SANTOS, Renata Ramos dos. Musealização do sítio arqueológico do Engenho Vitória BA: possibilidades e limitações. 2012, 52 p, Monografia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, Bahia, 2012.

SANTOS, Rubenilda Sodrê dos. Cultura política e participação no Recôncavo baiano hoje: uma análise sobre Cachoeira e São Felix. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas da análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. Manual de fiscalização do patrimônio da União, 2018. Disponível em: < [https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/fiscalizacao/arquivos/2018/180517\\_manual-de-fiscalizacao-2018.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/fiscalizacao/arquivos/2018/180517_manual-de-fiscalizacao-2018.pdf)>. Acesso em: 19.dez.2020.

SIMMEL, Georg. A ruína. s/d. Disponível em: [https://www.academia.edu/4145349/A\\_ru%C3%ADna\\_Georg\\_Simmel\\_tradu%C3%A7%C3%A3o\\_portugu%C3%AAs\\_](https://www.academia.edu/4145349/A_ru%C3%ADna_Georg_Simmel_tradu%C3%A7%C3%A3o_portugu%C3%AAs_). Acesso em: 15.nov.2020.

SORIAU, Etienne. **Dicionário de estética**. Madrid: Akal, 1998.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas. Disponível em: <http://www.professor.pucgoias.edu.br>. Acesso em: 22/12/2019.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA JÚNIOR, Mário A. O conceito de ruína e o dilema da conservação em arte contemporânea. **Revista ARA**, n° 02 - outono + inverno, 2017, pp. 136-152. Grupo Museu/patrimônio FAU-USP.

STARLING, Mônica. Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural. **Políticas Culturais em Revista**, 1 (5), p. 91-108, 2012.

SUNDSTROM, Admeire da Silva S. Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e o papel social do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, maio/ago.2019.

TAVARES, Luís Henrique D. **A independência do Brasil na Bahia**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005, 242 p.

TEIXEIRA, Elenaldo C. O papel das políticas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002. Disponível em: [http://www.fita.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fita.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf). Acesso em: 11/01/2020.

TINOCO, Dinah dos S. Análise sequencial de políticas públicas nas abordagens da ciência política e da gestão (Management). **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 184-197, mar.2010.

TORRES, Simone; ALMEIDA, Maurício B. O conceito de documento na Ciência da Informação e Arquivologia. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 20.set.2020.

VICENTE FILHO, Ronaldo G. Políticas públicas de cultura: uma análise da atuação do Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal/COPPAM. 2011, 168 f. Dissertação (Mestrado em políticas sociais). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, Glenda S.; OLIVEIRA, Isabela M.; SOUZA, Cristiane Feitosa C. Ipac - Inventário de proteção do acervo cultural: os modelos da Bahia e Pernambuco nas décadas de 1970 e 1980. **Revista Tempo Histórico**. Vol. 4 - N° 1 (2012).

## ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

<http://www.arteref.com>

<http://www.bahiana.edu.br>

<http://www.embratur.gov.br>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>

<https://www.gov.br/economia/pt-br/acessoainformacao/institucional/planejamento/spu>

<http://www.ighb.org.br>

<http://www.ipac.ba.gov.br>

<http://www.normaslegais.com.br>

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCooperacao/o-que-sao-sociedades-de-proposito-especifico>

[www.anualdesign.com.br](http://www.anualdesign.com.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

[www.todamateria.com.br](http://www.todamateria.com.br)

# ANEXOS







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, D. F.

Notificação n.º 475

Em 21 de agosto de 1942

Ilmo. Sr. Dr. Francisco Maria Lavreto de Aragão Junior:

De acordo com o Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, comunico-lhe para os devidos fins que foi determinando o tombamento, no Livro de Tombos a que se refere o art.º 4.º, nos. 2 e 3 do citado Decreto-lei, as seguintes obras de arquitetura civil e religiosa situadas no Município de Jacoazeira, Estado da Bahia: Predio (a parte antiga do sobrado de residência) de Santiago engenho Victoria, incluindo a capela, o crucifixo do altar e, mais, uma senzala e o banheiro primitivo, ambas nas imediações do referido sobrado, de propriedade de V. S.

Aguardando sua resposta anuindo à presente notificação, nos termos do art.º 7.º do mesmo Decreto-lei, subscrevo-me, atentamente,

\_\_\_\_\_  
Rodrigo A. P. de Andrade  
Diretor

CP-PA-2284-1-00-2

COPIA

1002

**ANEXO II – Ofício de pedido da Marinha para o I.A.A de cessão de uso das terras do  
Engenho Vitória**

R5/JF  
CA.11011

GABINETE DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Nº 2445

RIO DE JANEIRO, 03.  
Em 07 de setembro de 1973.

Senhor Presidente

A Marinha Brasileira, visando à expansão futura das instalações da Base Naval de Aratú, procura obter um terreno no recôncavo baiano, em área acessível por mar.

Dentre as propriedades examinadas, encontramos satisfazendo nossas conveniências o terreno conhecido como Fazenda Vitória do Paraguassú, situado na Comarca de Cachoeira, Estado da Bahia, de propriedade desse Instituto, conforme a Carta de Arrematação nº 6.585, transcrita às folhas 95/96 do livro nº 3-K do Registro de Imóveis da dita Comarca de Cachoeira.

Tendo o Exmº Sr. Ministro da Marinha tido conhecimento que a citada propriedade não está sendo utilizada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, incumbiu-me consultar V. Exª sobre a possibilidade de transferência para o Ministério da Marinha e qual a modalidade de cessão que possibilitaria tal transferência.

Aproveito a oportunidade para apresentar V. Exª os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

*TELMO BECKER REIFSCHNEIDER*  
TELMO BECKER REIFSCHNEIDER  
Contra-Almirante - Chefe do Gabinete

Cópias:  
JF.....1  
Arquivo.....3

A Sua Exª o Senhor  
General-de-Divisão R/1 - ALVARO TAVARES CARMO  
MD PRESIDENTE DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

ANEXO III – Ofício de cessão por comodato do I.A.A para a Marinha sobre uso das terras  
do Engenho Vitória



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO  
INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

RIO DE JANEIRO

GB. 04 DEZ 1972

GABINETE DO PRESIDENTE

GPO-569173

Senhor Chefe do Gabinete,

Em atenção ao Ofício nº 2445 de 27 de setembro do corrente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, por unanimidade, resolveu em Sessão Plenária de hoje ceder ao Ministério da Marinha o terreno situado no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, conhecido como Fazenda Vitória do Paraguassu.

2. Quanto à forma da transferência do imóvel, pareceu-nos mais conveniente que, antes de uma cessão definitiva, cujo processamento pode ser demorado, fosse celebrado um comodato entre esta Autarquia e o Ministério da Marinha, como solução imediata para o assunto.

3. Isto posto, sugiro a Vossa Excelência indicar um elemento para, em contato com o Procurador Geral do Instituto, Dr. Rodrigo de Queiroz Lima, acertar os pontos menores.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

*Marcelo Cav*  
GEN. ALVARO TAVARES CARMO  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Contra-Almirante Telmo Becker Reifschneider  
Chefe do Gabinete do Ministério da Marinha  
RIO DE JANEIRO - GB.

CMA/c.

## ANEXO IV – Lei que sanciona doação das terras do Engenho Vitória para a Marinha

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

LEI Nº DE DE DE 1976

230  
MORAVI

Autoriza doação à União pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, do imóvel que menciona, situado no Município de Cachoeira, no Estado da Bahia.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Instituto do Açúcar e do Alcool, autorizado a doar, à União, o imóvel denominado Fazenda Vitória do Paraguassú, situado no Município de Cachoeira no Estado da Bahia.

Art. O imóvel destina-se à expansão de instalações da Base Naval de Aratu, do Ministério da Marinha.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de de 1976 ;  
155º da Independência e 88º da República.

## ANEXO V – Devolução do Engenho Vitória pela Marinha para o I.A.A



MINISTÉRIO DA MARINHA

SS/40  
F-6277/79  
CA-Z-32-001

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA

Nº 1778

RIO DE JANEIRO, RJ.  
Em 09 de julho de 1979.

Do: Diretor  
Ao: Sr. Delegado do Serviço do Patrimônio da União no Estado da Bahia

Assunto: devolução de processo.

Anexos: A) Processo nº 0580-1211/75 dessa Delegacia; e  
B) cópia do Ofício nº 1772/79 da DAdM ao IAA.

1. Ao restituir o processo em anexo, comunico a V. S.<sup>a</sup> que o Ministério da Marinha formalizou a devolução, ao Instituto do Açúcar e do Alcool, do imóvel situado no Município de Cachoeira, nesse Estado, conhecido como Fazenda Vitória do Paraguassu, nos termos do ofício, cuja cópia constitui o anexo B).

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S.<sup>a</sup> meus protestos de consideração.

HORÁCIO AULER  
Vice-Almirante (IM)  
Diretor

*Faz a informação contida no ofício sup,  
Arquivar-se*

SERVICÓ DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
DELEGACIA N.º ESTAD. DA BAHIA

Em 25 de julho de 1979

*[Assinatura]*  
DIRETOR

## ANEXO VI – Devolução do Engenho Vitória pela marinha para o I.A.A

SS/40  
CA-2-32-001

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA

Nº 1772

RIO DE JANEIRO, RJ.  
Em 9 de julho de 1979.

Do: Diretor  
Ao: Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool  
Assunto: devolução de imóvel.  
Anexo: cópia do contrato de Comodato.

1. Incumbiu-me o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Marinha de comunicar a V. S.<sup>a</sup> que, em face da atual conjuntura de contenção de despesas nos gastos públicos, foram efetuados estudos visando à ordenação de prioridades para o plano de futuras instalações da Marinha, pelos diversos Estados da Federação, o que determinou o cancelamento de alguns investimentos, anteriormente previstos.

2. Participo a V. S.<sup>a</sup> que, dentre os cancelados, incluem-se os investimentos no terreno situado no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, conhecido como Fazenda Vitória do Paraguassu, de propriedade desse Instituto e que nos foi cedido, conforme decisão em Ata na 52.<sup>a</sup> sessão ordinária do Conselho Deliberativo do I.A.A., realizada em 04/12/1973 e que se consubstanciou pelo contrato de comodato, de 13/12/73, do qual estou enviando uma cópia, que constitui o anexo.

3. Assim, participo a V. S.<sup>a</sup> que o Ministério da Marinha está pronto a formalizar a devolução do terreno que compõe a Fazenda Vitória do Paraguassu, através da assinatura do distrato de contrato de comodato de que se trata, aguardando, para isso, o pro-

177  
245  
AMM

(Cont. do Of. nº 17720/179, da DAdM.....)

nunciamento desse Instituto. Ao mesmo tempo, vem agradecer a pronta acolhida que este Ministério obteve por parte dessa Autarquia, quando se configurou que o citado imóvel atenderia às nossas necessidades.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S.<sup>a</sup> os meus protestos de consideração.

HORÁCIO AULER  
Vice-Almirante (IM)  
Diretor

- Cópias:
- SGM.....1 (s/anexo)
  - Com2ºDN.....1 (s/anexo)
  - GMM.....1 (s/anexo)
  - DAd-01.....1 (s/anexo)
  - DAd-40.....2 (s/anexo)
  - Arq.....1 (s/anexo)

**ANEXO VI – Restauração do Engenho Vitória pela Empreiteira ECON**

<b>próMemória</b>		<b>COMUNICADO INTERNO</b>		DATA 10/01/85	FOLHA Nº 01/02
AÇÃO : Apoio à Coordenação das Atividades de Preservação e Conservação - BsB		N.º DA C.I. 001/85	ASSUNTO Reajustamento de serviços extras - Casa do Engenho Vitória		
REMETENTE JOSE HAILON GOMIDE					
DESTINATÁRIO HENRIQUE OSWALDO DE ANDRADE					
MEC-SEC SPHAN PRO-MEMÓRIA 5ª Representação Regional Protocolo Nº 190/85 Em 25/04/85 - inf. subseq. Senhor Coordenador,		<i>Do Sr. J. J. J. J. J.</i> <i>O assunto finaliza</i> <i>de expediente através</i> <i>Sol. e ta. e. e. e.</i> <i>para pagar.</i>			
RE: 11.14.185 Of. nº 902 <i>elja</i>		Examinada a documentação anexa ao Ofício nº 707/84-SSA/SPHAN/FNPM da 5a. DR, referente ao reajustamento de serviços extras executados pela firma ECON - Estruturas e Construções Ltda, na obra de restauração da Casa do Engenho Vitória em Cachoeira-BA, temos a observar:			
<ol style="list-style-type: none"> <li>O contrato de 09/01/84 firmado entre a PRÓ-MEMÓRIA e a ECON, estabelece em sua cláusula oitava, letra e, o seguinte: "Os reajustamentos de serviços extraordinários autorizados, com preendendo acréscimos, reduções ou modificações quaisquer em função das necessidades finais da obra, faturados com base nos Preços Unitários constantes na Planilha da Proposta original, serão calculados segundo a fórmula da alínea anterior". Os termos aditivos de 20/03/84 e de 06/04/84, não alteraram esta redação.</li> <li>O Ofício nº 207/84 da 5a. DR, de 10/04/84, encaminha a INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 035/84, da Arquiteta Nadir Lima, também de 10/04/84, referente aos quantitativos dos serviços extras executados até 31/03/84. Solicita ainda o estudo da possibilidade de liberação dos recursos no valor de Cr\$ 10.614.890 visando o pagamento destes serviços extras efetuados pela Empreiteira. Este documento nos permite concluir que tais serviços extras foram executados até o dia 31/03/84.</li> <li>O Ofício nº 291/84 da 5a. DR, datado de 22/05/84, encaminha a INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 056/84 da Arquiteta Nadir Lima, de 21/05/84, contendo orçamento no valor de Cr\$ 9.775.610 para os serviços extras executados pela firma ECON. Dos quantita</li> </ol>					
ASSINATURA DO REMETENTE <i>[Assinatura]</i>					(continua)



próMemória

## COMUNICADO INTERNO

DATA	FOLHA N°
10/01/85	02/02

AÇÃO	N.º DA C.I.	ASSUNTO
	001/85	
REMETENTE		
DESTINATÁRIO		

(continuação)

tivos deste orçamento somente o item alvenaria, difere para menor da quantidade cotada pela ECON, no seu orçamento de Cr\$ 10.614.890, elaborado em 16/04/84.

4. O cálculo de reajustamento apresentado pela ECON e encaminhado pelo Ofício nº 707/84 da 5a. DR, de 20/12/84, considera como valor a reajustar os Cr\$ 9.775.610 orçados pela Arquite ta Nadir Lima, assim como adota para Io o índice de junho de 1983 e o Ii o de maio de 1984.
5. Pelo texto da INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 182/84 da Arquiteta Na dir Lima, datado de 20/12/84, ora encaminhado pelo Ofício nº 707/84 da 5a. DR, concluímos que a 5a. DR tinha plenos co nhecimentos ao autorizar os serviços extras de que estes se riam reajustados na forma do contrato de 09/01/84, mantida pelos termos aditivos.

Diante do exposto, entendemos que o reajustamento pretendido tem amparo contratual. Entretanto, o cálculo apre sentado não obedece ao disposto no contrato no que tange aos pe ríodos de execução dos respectivos serviços extras. Sugerimos a elaboração pela 5a. DR de cronograma físico-financeiro dos serviços extras executados, o qual possibilitará o cálculo do reajustamento na forma contratada.

As considerações de V. Sa.,

A 5ª DR

leço informar qt  
último pend. p  
15/4/85

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
JOSE HAILON GOMIDE  
Engenheiro

A arq. Nadir  
25.4.85

ASSINATURA DO REMETENTE

ANEXO VIII – Especificações das medidas de restauração do Engenho Vitória

próMemória

5a DR

ESPECIFICAÇÕES GERAIS; PARA PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADAS NO ENGENHO VITÓRIA, SITUADO ÀS MARGENS DO RIO PARAGUAÇU NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA, ESTADO DA BAHIA.

01 - ESTUDOS E PROJETOS

01.1 - Levantamentos Preliminares

Levantamento topográfico planimétrico em área pertencente ao Engenho Vitória em processo de doação pelo IAA.

Área - Perímetro que envolve o Engenho Vitória e antiga Fábrica, a partir da casa, 1 km a montante e 1 km a jusante do rio paraguaçu.

02 - LIMPEZA E PREPARO DO LOCAL

02.1 - Remoção de entulho

Retirada do entulho existente no interior do monumento (pavimento térreo, 1º pavimento e 2º pavimento), proveniente do desmoronamento dos telhados e paredes internas a fim de facilitar o acesso aos diversos cômodos do prédio dando seguimento às obras de restauração. Volume previsto para a retirada do entulho: 40.000m<sup>3</sup>

02.2 - Retirada de vegetação

Executar a retirada de vegetação existente no interior do monumento, (piso, paredes, arcos e abóbadas da Capela) que venham comprometendo sua estrutura física. Aplicar herbicida Roundup ou Tordon com a finalidade de erradicar a vegetação indesejável. Proceder a retirada da vegetação na área do entorno do monumento.

02.3 - Proceder a limpeza, seleção e armazenamento de todo ■

próMemória

-2-

material de construção reaproveitável, que se encontre na área interna e externa do Engenho Vitória

03 - INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA

Proceder a limpeza do poço de água existente e, suspender alvenaria de tijolos acompanhando seu diâmetro visando melhorar sua proteção.

Altura da alvenaria-1 metro

04 - ANDAIMES: MONTAGEM

Proceder a execução de andaimes, utilizando-se de estroncas, ripões e tábuas de agreste, necessários ao prosseguimento das obras, como demolições e escoramentos dentro do monumento.

Área prevista: 140.00 m<sup>2</sup>

04.1 - Escoramentos: Montagem

Proceder escoramento de paredes pisos e telhado em trechos do pavimento térreo, 1º pavimento e 2º pavimento, que possam vir a desabar, utilizando madeira roliça e madeira serrada

Área do pavimento térreo - 164.00 m<sup>2</sup>

Área do 1º pavimento - 164.00 m<sup>2</sup>

Área do 2º pavimento - 100.00 m<sup>2</sup>

TOTAL - 428.00 m<sup>2</sup>

04.2 - Proceder escoramento do arco pleco de construção mista, situado na parede lateral externa contígua à parede da Capela. Este arco encontra-se com uma grande fissura que compromete sua estabilidade.

04.3 - Proceder a reposição das peças que se encontrarem deterioradas do escoramento existente sob a abóbada da Capela.

Área . 32.00 m<sup>2</sup>

*Handwritten signature*

próMemória

-3-

**05 - DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES**

05.1 - Proceder a demolição do telhado situado na ala sudeste da casa que se encontra bastante danificado já tendo havido desabamento de alguns trechos. Retirar as peças de madeira com cuidado, deixando apenas as que se constituem como elemento de travação da estrutura.  
Área - 120.00 m<sup>2</sup>

05.2 - Retirada do telhamento

Efetuar a retirada das telhas da cobertura na ala sudeste do prédio.  
Área - 120.00 m<sup>2</sup>

**06 - COBERTURA**

06.0 - Executar cobertura provisória em lona plástica, sobre a capela.  
Área coberta - 45.00 m<sup>2</sup>

**07 - IMUNIZAÇÃO/PROTEÇÃO**

Proceder a revisão na imunização geral das peças de madeira do novo telhado, assoalho e barroteamento recentemente colocado. Aplicar produto preservativo à base de pentaclorofenol com um hidrocarbonato clorado (creosoto aldrin, lindane ou canadex-40) O processo de tratamento deverá ser por pincelagem ou pulverização.

Proceder a revisão completa da imunização das peças de madeira que compõem o escoramento da Capela. Imunizar as peças que foram substituídas e as novas peças que servirão de escoramento para as diversas áreas do monumento. O novo madeiramento de escoramento deverá ser tratado previamente por processo de imersão em tanque apropriado para sua execução.

Salvador, 25 de fevereiro de 1985

*Luiz Augusto Lima Machado*  
Luiz Augusto Lima Machado  
Arquiteto CREA 4.788-D - 3a. Região

## ANEXO IX – Relatório sobre a restauração do Engenho Vitória

Ministério da Cultura  
 Fundação Nacional próMemória

SALVADOR - BAHIA

EM : 18.06.1985

RELATÓRIO

Tendo acompanhado as obras Especiais de Consolidação que se efetuaram no período de Janeiro a Junho, em benefício da Casa do Engenho Vitória, em Cachoeira - Bahia, temos a relatar que foram efetuados os seguintes serviços:

- 01 - Levantamento Topográfico Planimétrico da área pertencente à Fazenda Vitória, circundante à casa grande e antiga fábrica, a partir da casa, 1 Km a montante e 1 Km a jusante do Rio Paraguçu ( serviço concluído em 13.03.85 )
- 02 - Retirado do entulho e istente no interior do Monumento, proveniente dos desamarramentos de trechos do telhado, paredes internas, revestimentos, pisos, taboado e barrotesamentos visando facilitar o acesso aos diversos comodos.
- 03 - Executada a retirada da vegetação existente no interior do Monumento ( piso, arcos e abobadas da Capela, sobre paredes e telhados da casa ) que vinham comprometendo a estrutura. Removida também a vegetação na área de entorno do Monumento.
- 04 - Efetuada a seleção e armazenamento de todo o material de construção reaproveitamento que se encontrava no interior e área / externa do Monumento.
- 05 - Executados andaimes de acesso ao telhado, abrangendo a fachada dos fundos, utilizando estroncas, ripões e táboas de agreste, visando dar acesso às estruturas do telhado.
- 06 - Efetuada revisão no escoramento dos arcos e abobadas da Capela substituindo as peças deterioradas.
  - Efetuado escoramento na peça do telhado que foi mantido ( já desaprumado ) trecho que cobre o corredor - 2ª pavimento.
- 06 - Efetuada a demolição dos trechos remanescentes do telhado da

próMemória

Folha nº 002

ala Sudeste da casa, que se encontravam bastante instáveis correndo risco de desabar. Foram removidas as telhas ( completamente deterioradas ) retirados o madeiramento leve e o madeiramento pesado estragado. Foram mantidos os frechais, as terças, a cumieira e peças que tem função de travamento no conjunto.

- 07 - Demolidos alguns forros que estavam semi desabados ameaçando ruir.
- 08 - Efetuada cobertura provisória sobre a área da Capela, utilizando-se madeira de demolição ripões e plástico preto, fixado com arame para evitar infiltrações de água na estrutura da abóbada.
- 09 - Efetuada durante o período de execução dos serviços um combate às casas de cupins existentes na área não restaurada da casa, eliminando-se as " casas " e carreiros que se transferiam para a área já restaurada. Foi utilizado neste combate o produto // preservativo PENETROL aplicado pelo processo de pincelagem nos trechos da madeira, sendo as casas destruídas somente após a / extinção dos insetos.

OBSERVAÇÃO:

Foram depositado no vão do pavimento térreo, todo o material de demolição aproveitável ( esquadrias ) assim como algumas ferramentas. Ficaram fechadas todas as janelas e portas existentes no Monumento, para evitar a entrada de estranhos e de animais.

Não foi efetuado o item de nº 03 das Especificações previstas para a obra, por estar situada a boca do poço em nível muito baixo, e estar sempre submersa, pois o período dos trabalhos choveu bastante, não tendo baixado o nível do lençol freático.

Julgamos oportuno voltar a alertar V. Sa., quanto à necessidade de ser contratado um vigia para o Monumento, já que o mesmo é muito visado, tanto pelo pessoal das vizinhanças quanto pelos que passam pelo Rio Paraguaçu. Como o imóvel não possui esquadrias no pavimento térreo constitui-se alvo certo para os desordeiros e aventureiros, e a subtração de materiais de construção aplicados iria prejudicar os serviços iniciados nesta etapa de obras. Poderia ser aproveitado

Folha nº 003próMemória

para o Cargo, o Sr. Raimundo Santiago, morador das redondezas e que  
foi contratado como vigia durante o período da obra.  
À disposição de V. S., para qualquer esclarecimento.

*Nadia Gomes Franco Lima*

NADIA GOMES FRANCO LIMA

ARQUITETA - CREA Nº 7.709-D, 3ª REGIÃO

Gomes.

## ANEXO X – Memorial descritivo sobre a obra de restauração do Engenho Vitória

Ministério da Educação e Cultura  
 Secretaria da Cultura  
 Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundação Nacional próMemória

MEMORIAL DESCRITIVO

Em dezembro de 1984 foi transmitida a esta 5ª RR através do Dr. Vanderley Chaves, funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, as intenções daquela Instituição, de doar à Fundação Nacional Pró-Memória, o Sobrado e as ruínas do Engenho, remanescentes da Fazenda Vitória, Monumento do início do Século XIX, Tombado pela SPHAN e situado no Município de Cachoeira.

Tal doação, já inicialmente sugerida por esta Diretoria, englobaria a partir do imóvel tombado as áreas circunvizinhas, dentro dos limites de 1.000m a jusante e 1.000m a montante do Rio Paraguaçu, avançando sobre a encosta situada atrás da casa até alcançar o divisor de águas.

Tornava-se necessário então, para haver uma análise da delimitação proposta, a execução do levantamento topográfico da área em questão assim como a demarcação do terreno.

O levantamento de campo foi concluído em 14 de março de 1985, sendo posteriormente efetuados os trabalhos de desenho final / que seguem em anexo. Está aqui transcrito o resumo da Memória da Caderneta de Campo, necessário para escrituração no Cartório de Imóveis. " Partindo da fachada Norte da edificação da / antiga Sede do Engenho Vitória, junto ao cais, na margem esquerda do Rio Paraguaçu, acompanha a margem do Rio - a montante, em direção ao Norte, até alcançar 1.028,4m ( mil e vinte e oito metros e quarenta centímetros ) em local elevado na preamar ( mangue ). Daí partindo em linha reta, com o azimute magnético no / 23 de janeiro de 1985 igual a 94º 30' ( noventa e quatro graus e trinta minutos ) ou seja, o rumo de " L - 4º 30' ( Sueste quatro graus e trinta minutos ) até alcançar na distância de 540m ( quinhentos e quarenta metros ) ou seja 19,57m depois da leva-



Ministério da Educação e Cultura  
 Secretaria da Cultura  
 Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundação Nacional próMemória

Folha nº 002

da d'agua. Deste ponto, em linha reta com o azimute magnético do mesmo dia de 23.01.85 = 184º 30' ( cento e oitenta graus e trinta minutos ), por 2.048m ( dois mil e quarenta e oito metros ) e daí com o AZ 274º 30' até encontrar o renque de bambu lindeiro da Fazenda Engenho do Buraco, daí partindo e acompanhando o mesmo renque de bambu até encontrar uma cerca que também limita à referida fazenda e daí acompanhando a cerca com o azimute 320º ( trezentos e vinte graus ) ou seja no rumo N - 40W ( noroeste / quarenta graus ) até encontrar um marco de concreto com a inscrição " Ministério da Marinha - Diretoria de Administração - Tombo nº 160760 " sobre o mangue e até a margem do Rio. Daí, rio acima até o ponto de origem acima Citado " .

Tendo sido concluído os trabalhos de cadastramento já descritos, notou-se que a área limitada, margeando o Rio Paraguaçu, tornava encravadas as terras do restante da Fazenda Vitória, inclusive / no limite da mesma com a Fazenda Engenho do Buraco deixaria trecho emprensado entre a cerca da referida fazenda e o limite proposto da doação.

Analisando portanto as nossas intenções em ocupar aquele Monumento achamos por bem encaminhar à Diretoria do I.A.A. através da / V. Sa, as seguintes considerandas:

Considerando que o interesse da Pró-Memória reside na possibilidade de preservar a área, impedir a descaracterização do ambiente que circunda o Monumento Tombado, a fauna, a flora;

Considerando que a vertente sobre o Rio Paraguaçu, correrá grande risco de ser alterada caso a Região superior seja utilizada / para fins industriais ou para reflorestamento sistemático ( monocultura ) que irá aumentar a erosão de modo incontrolável ).

Considerando o interesse de recompor o primitivo sistema de utilização de força do Rio Conceição com a Restauração da levada - fato que também poderá proporcionar o abastecimento de água potável aos moradores do Sobrado e vizinhos, facilitar irrigação por gravidade, bem como restabelecer o criatório natural de camarão;

Ministério da Educação e Cultura  
 Secretaria da Cultura  
 Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundação Nacional próMemória

Folha nº 003

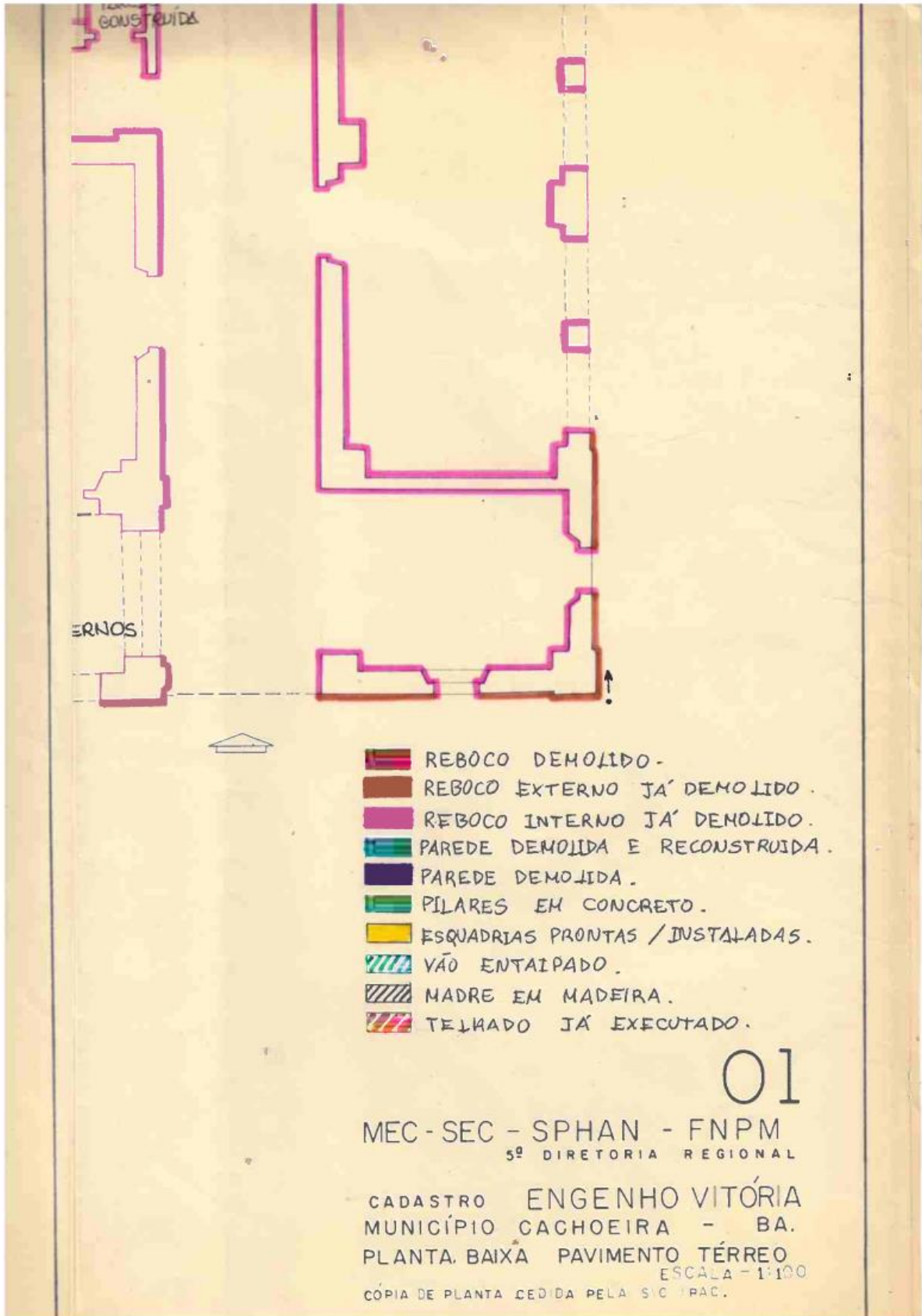
Opinamos pela requisição de toda a área da fazenda Vitória, tal como se encontra definida no inventário do Engº Francisco Muniz Berreto de Aragão Filho ( 1944 ) cujo traslado se encontra depositado no Arquivo Público da Cidade de Cachoeira.

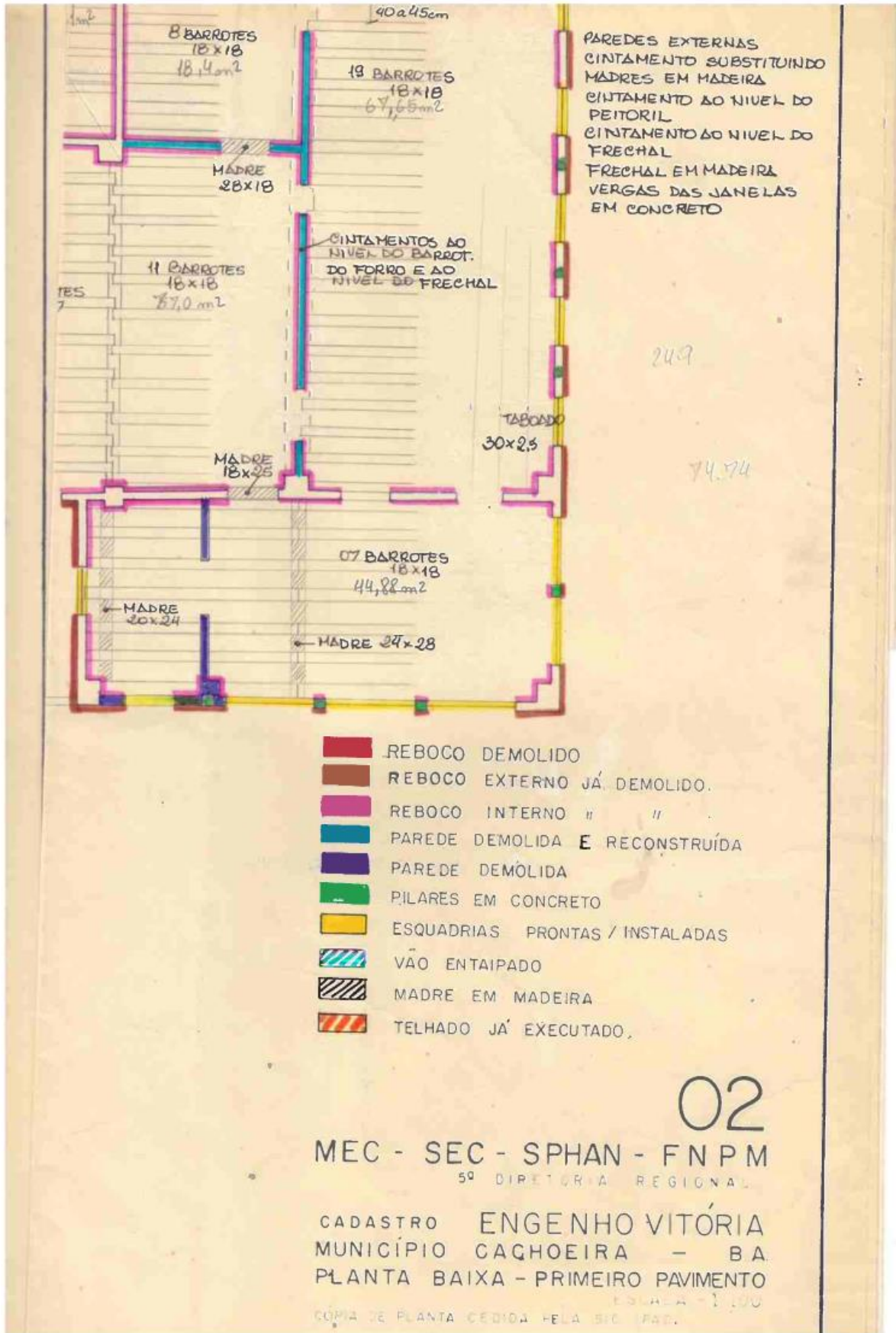
Deste modo, será possível à Fundação Nacional Pró-Memória, em / projeto pioneiro, preservar a área, os costumes dos moradores, e ainda dar uma utilização de proveito imediato ao Monumento, / permitir a instalação de uma olaria para fins de produção de material cerâmico para consumo interno da 5ª RR, que consequentemente daria instrução profissional aos moradores, melhorando-lhes o viver, evitando o êxodo. Considere-se ainda, a preservação dos exemplares ainda existentes de madeira de lei e o replantio das espécies já em extinção, isto é, a possibilidade de reflorestamento da área.

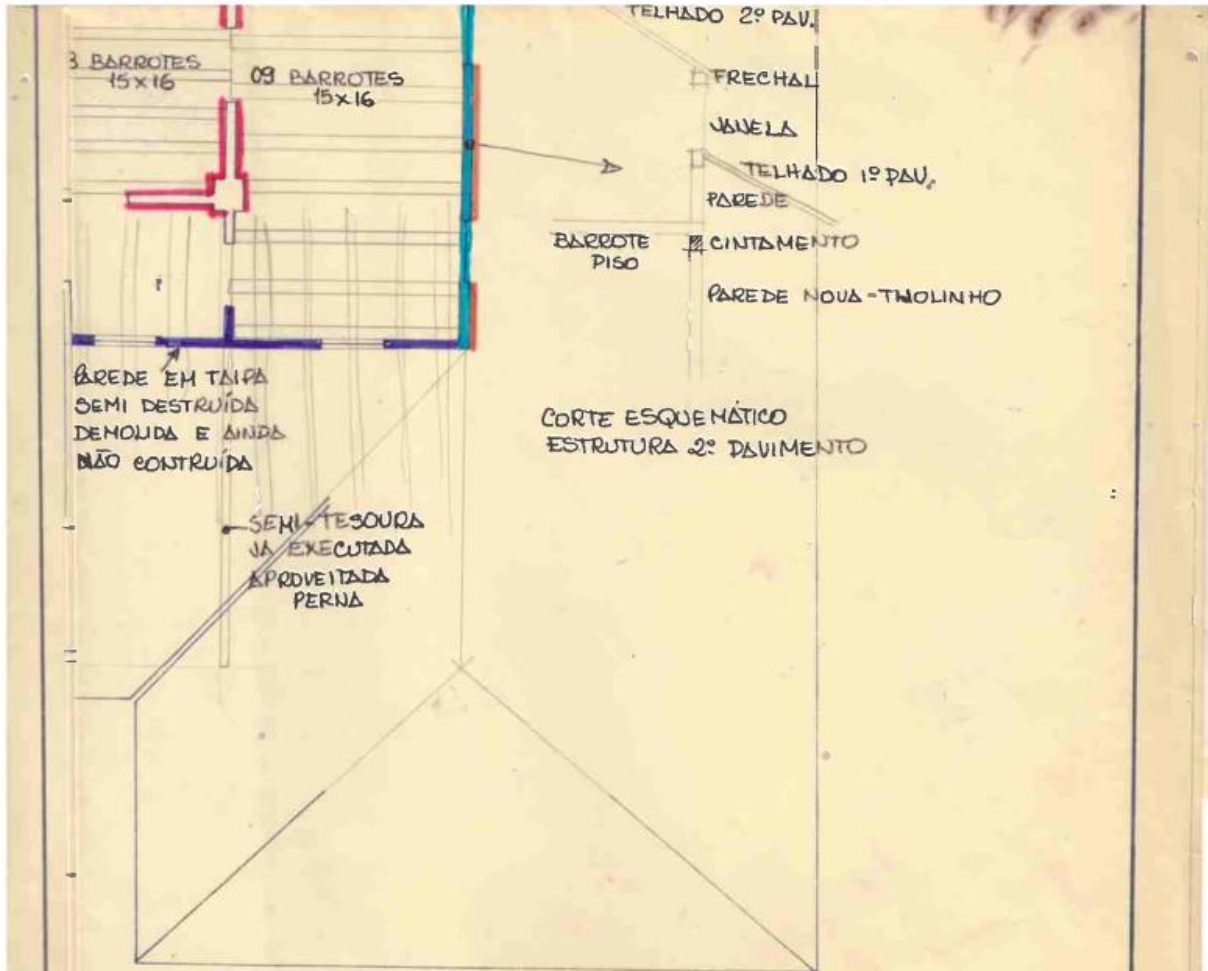
Tudo isto, caminhará passo a passo com a produção artesanal de cerâmica utilitária, e de interesse em arquitetura ( telhas, telhões, tijolos, ladrilhos cerâmicos, etc ) que serão utilizados nas obras de Restauração promovidas pela F.N.P.M., podendo seu excedente ser vendido e a verba revertida em proveito do próprio Monumento. O Nobre Sobrado voltaria a ter vida própria, independente das oscilações de famílias, impondo-se mais uma vez, sobre as belas margens do Rio Paraguaçu.











Salvador, 26 de Setembro de 1985

Nadir Gomes Franco Lima  
 NADIR GOMES FRANCO LIMA  
 ARQUITETA - CREA Nº 7.709-D, 3ª REGIÃO







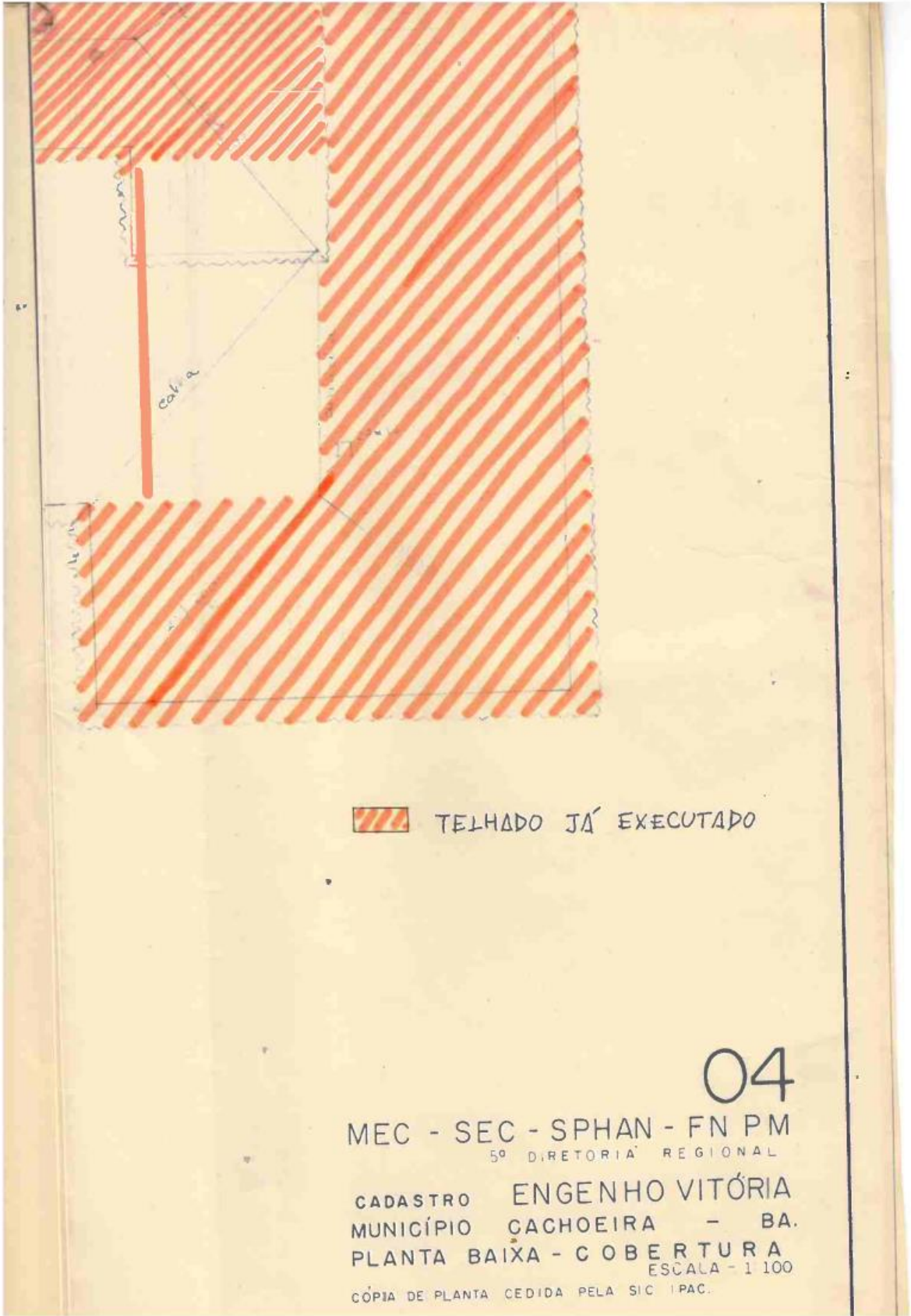
-  REBOCO DEMOLIDO.
-  REBOCO EXTERNO JA' DEMOLIDO.
-  REBOCO INTERNO JA' DEMOLIDO.
-  PAREDE DEMOLIDA E RECONSTRUIDA.
-  PAREDE DEMOLIDA.
-  PILARES EM CONCRETO.
-  ESQUADRIAS PRONTAS / INSTALADAS.
-  VÃO ENTAIPADO.
-  MADRE EM MADEIRA.
-  TELHADO JA' EXECUTADO.


03

MEC - SEC - SPHAN - FN P M  
59 DIRETORIA REGIONAL

CADASTRO ENGENHO VITÓRIA  
MUNICÍPIO CACHOEIRA - BA.  
PLANTA BAIXA - SEGUNDO PAVIMENTO  
ESCALA - 1:100

CÓPIA DE PLANTA FEITA POR...



 TELHADO JÁ EXECUTADO

04

MEC - SEC - SPHAN - FN PM  
5ª DIRETORIA REGIONAL

CADASTRO ENGENHO VITÓRIA  
MUNICÍPIO CACHOEIRA - BA.  
PLANTA BAIXA - COBERTURA

ESCALA - 1:100  
CÓPIA DE PLANTA CEDIDA PELA SIC IPAC.

**ANEXO XI – Transferência de administração do Engenho Vitória para a SPU, por  
extinção do I.A.A**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL - em extinção**

OF.Nº 24/91

RIO DE JANEIRO, /02/91.

Sr. Delegado,

Dando cumprimento às disposições assentadas no art. 9º, da Lei 8029, de 12.04.90, cabe-me representando a Sra. Inventariante do Instituto do Açúcar e do Alcool, Autarquia Federal, em extinção, proceder a entrega a essa Delegacia, dos Registros originais do imóvel de propriedade do IAA, localizado na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia, compreendendo:

**01 - GLEBA DE TERRA COM 1375 ha. (3158 TAREFAS DE TERRAS PRÓPRIAS) DENOMINADA FAZENDA VITÓRIA DO PARAGUAÇU ANTIGO "ENGENHO VITÓRIA DO PARAGUAÇU", LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA. TOMBADA EM 23.03.43, PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-PHAN.**

- Carta de Arrematação extraída em 24/04/1954 no Juízo de Direito da Comarca de Cachoeira/BA.
- Registrada sob o nº 6.585, fls. 95/96, Livro 3-K, em 26 de abril de 1954.
- Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cachoeira/BA.

À  
Ilma. Sra.  
Dra. JANE FERNANDES DE QUEIRÓS  
MD. Delegada do Serviço do Patrimônio da União  
no Estado da Bahia  
AV. Frederico Fontes, 01 - Edifício Ministério da  
Economia, Fazenda e Planejamento-MEFP  
SALVADOR-BA.

-Cont.OF.Nº 24/91-



*92  
E22  
257  
VMM*

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL - em extinção**

- Certidão de Registro de Tombamento, expedida em 20/12/1983.
- Certidão de Ônus Reais expedida em
- **SITUAÇÃO** - O imóvel encontra-se em péssimo estado de conservação.
- Lei 7484, de 06 de junho de 1986, autoriza a alienação.

*Lysis Souza da Rocha Pitta*

**LYSIS SOUZA DA ROCHA PITTA**  
Presidente Comissão  
Port. 137/90

*Protocoliz-se.*  
 Delegacia do Patrimônio da União na Bahia  
 em *27* de *02* de *1991*  
*Jane Pinheiro*  
 Jane Fernandes de Queiroz  
 DELEGADA



**ANEXO XII – Certidão de autorreconhecimento como remanescente de quilombo da  
comunidade Engenho da Vitória**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA CULTURA  
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade ENGENHO DA VITÓRIA**, localizada no município de Cachoeira, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n.º 045, f. 47, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Maria Nila Pereira CPF n.616.103.725-49; Raimundo Santiago Vieira CPF n.353.667.705-30; Florentina dos Santos CPF n.000.839.205-60; Noberta Ferreira Pereira CPF n.450.966.785-04; Elza Cupertino CPF n.344.853.175-87; Narciso Cerqueira CPF n.187.613.125-87.

Brasília, DF, 22 de Junho de 2004.

O referido é verdade e dou fé

**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
Presidente da Fundação Cultural Palmares